



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 28^a REUNIÃO

(4^a Sessão Legislativa Ordinária da 55^a Legislatura)

**21/06/2018
QUINTA-FEIRA
às 09 horas**

**Presidente: Senador Fernando Collor
Vice-Presidente: Senador Jorge Viana**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 55ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 21/06/2018.**

28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

Quinta-feira, às 09 horas

SUMÁRIO

1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADE

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 52/2018 - Não Terminativo -	SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO	10
2	MSF 54/2018 - Não Terminativo -	SENADOR JORGE VIANA	97

2ª PARTE - DELIBERATIVA

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 55/2018 - Não Terminativo -	SENADOR HÉLIO JOSÉ	178
2	PDS 33/2018 - Não Terminativo -	SENADOR HÉLIO JOSÉ	222
3	PDS 66/2018 - Não Terminativo -	SENADOR LASIER MARTINS	229

4	PDS 69/2018 - Não Terminativo -	SENADORA VANESSA GRAZIOTIN	231
---	---	-----------------------------------	------------

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana

(19 titulares e 18 suplentes)

TITULARES	SUPLENTES		
MDB			
Edison Lobão(8)	MA (61) 3303-2311 a 2313	1 Airton Sandoval(8)(14)(26)(27)	SP
João Alberto Souza(8)	MA (061) 3303-6352 / 6349	2 Valdir Raupp(8)	RO (61) 3303- 2252/2253
Roberto Requião(8)(14)	PR (61) 3303- 6623/6624	3 Hélio José(PROS)(8)	DF (61) 3303- 6640/6645/6646
Romero Jucá(8)	RR (61) 3303-2112 / 3303-2115	4 Marta Suplicy(18)(22)(23)	SP (61) 3303-6510
Fernando Bezerra Coelho(22)	PE (61) 3303-2182		
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)			
Gleisi Hoffmann(PT)(6)	PR (61) 3303-6271	1 Fátima Bezerra(PT)(6)	RN (61) 3303-1777 / 1884 / 1778 / 1682
Kátia Abreu(PDT)(6)(17)(25)	TO (61) 3303-2708	2 José Pimentel(PT)(6)	CE (61) 3303-6390 /6391
Jorge Viana(PT)(6)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	3 Paulo Paim(PT)(6)	RS (61) 3303- 5227/5232
Lindbergh Farias(PT)(6)	RJ (61) 3303-6427	4 Humberto Costa(PT)(6)(17)	PE (61) 3303-6285 / 6286
Bloco Social Democrata(DEM, PSDB)			
Antonio Anastasia(PSDB)(3)	MG (61) 3303-5717	1 Cássio Cunha Lima(PSDB)(3)	PB (61) 3303- 9808/9806/9809
Paulo Bauer(PSDB)(3)	SC (61) 3303-6529	2 Ronaldo Caiado(DEM)(9)	GO (61) 3303-6439 e 6440
Ricardo Ferrão(PSDB)(3)(13)(24)	ES (61) 3303-6590	3 Flexa Ribeiro(PSDB)(12)	PA (61) 3303-2342
José Agripino(DEM)(9)	RN (61) 3303-2361 a 2366	4 Tasso Jereissati(PSDB)(13)	CE (61) 3303- 4502/4503
Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)			
Lasier Martins(PSD)(7)	RS (61) 3303-2323	1 José Medeiros(PODE)(7)	MT (61) 3303- 1146/1148
Ana Amélia(PP)(7)	RS (61) 3303 6083	2 Gladson Cameli(PP)(7)	AC (61) 3303- 1123/1223/1324/1 347/4206/4207/46 87/4688/1822
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania(PODE, PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE)			
Cristovam Buarque(PPS)(5)	DF (61) 3303-2281	1 Vanessa Grazziotin(PCdoB)(5)	AM (61) 3303-6726
Rudson Leite(PV)(5)(19)(28)	RR	2 Randolfe Rodrigues(REDE)(2)	AP (61) 3303-6568
Bloco Moderador(PTC, PR, PTB, PRB)			
Fernando Collor(PTC)(4)	AL (61) 3303- 5783/5786	1 Wellington Fagundes(PR)(4)(15)(16)(11)(20)	MT (61) 3303-6213 a 6219
Pedro Chaves(PRB)(4)	MS	2 Armando Monteiro(PTB)(4)	PE (61) 3303 6124 e 3303 6125

- (1) O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.
- (2) Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).
- (3) Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).
- (4) Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- (5) Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).
- (6) Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).
- (7) Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).
- (8) Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).
- (9) Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- (10) Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).
- (11) Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).
- (12) Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).
- (13) Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferrão foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
- (14) Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
- (15) Em 10.04.2017, o Senador Thières Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
- (16) Em 17.04.2017, o Senador Thières Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção do mandato do titular.
- (17) Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 74/2017-GLBPRD).

-
- (18) Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
 - (19) Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
 - (20) Em 19.09.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-BLOMOD).
 - (21) Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
 - (22) Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
 - (23) Em 31.10.2017, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 208/2017-GLPMDB).
 - (24) Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
 - (25) Em 24.04.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 33/2018-BLPRD).
 - (26) Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
 - (27) Em 28.05.2018, o Senador Ailton Sandoval foi designado membro suplente pelo MDB (Of 67/2018-GLPMDB).
 - (28) Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 42/2018-GLBPDC).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 9:00 HORAS

SECRETÁRIO(A): ALVARO ARAUJO SOUZA

TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3496

FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:

E-MAIL: cre@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**4^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55^a LEGISLATURA**

Em 21 de junho de 2018
(quinta-feira)
às 09h

PAUTA
28^a Reunião, Extraordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE**

1^a PARTE	Indicação de Autoridade
2^a PARTE	Deliberativa
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

1ª PARTE PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 52, de 2018

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Suécia e, cumulativamente, na República Letônia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 20/06/2018, será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 54, de 2018

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Em 20/06/2018, será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)

2ª PARTE PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 55, de 2018

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 33, de 2018

- Não Terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Polônia sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Brasília, em 26 de novembro de 2012.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN)

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação

Textos da pauta:

[Projeto de Decreto Legislativo \(PLEN\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 66, de 2018

- Não Terminativo -

Aprova o texto do Acordo Modificativo do Acordo para a Concessão de um Prazo de Noventa (90) Dias aos Turistas Nacionais dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados, aprovado pela Decisão CMC nº 36/14, durante a XLVII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum, em Paraná, na Argentina, em 16 de dezembro de 2014.

Autoria: Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (RBPM)

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pendente de Relatório.

Textos da pauta:

[Projeto de Decreto Legislativo \(PLEN\)](#)

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 69, de 2018

- Não Terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos para o Reconhecimento Mútuo da Cachaça e da Tequila como Indicações Geográficas e Produtos Distintivos do Brasil e do México, Respectivamente, celebrado na Cidade do México, em 25 de julho de 2016.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN)

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pendente de Relatório.

Textos da pauta:

[Projeto de Decreto Legislativo \(PLEN\)](#)

1^a PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADE

1



SENADO FEDERAL

MENSAGEM N° 52, DE 2018

(nº 328/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Suécia e, cumulativamente, na República Letônia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 328

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Suécia e, cumulativamente, na República da Letônia.

Os méritos do Senhor Nelson Antonio Tabajara de Oliveira que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de junho de 2018.

EM nº 00117/2018 MRE

Brasília, 5 de Junho de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA**, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Suécia e, cumulativamente, na República da Letônia.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Antonio Marcondes de Carvalho

Aviso 292 - C. Civil.

Em 14 de junho de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Suécia e, cumulativamente, na República da Letônia.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃOCURRICULUM VITAE**MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA**

CPF.: 186.636.481-20

ID.: 8293 MRE

1957 Filho de João Tabajara de Oliveira e Anna Maria Tabajara de Oliveira, nasce em 4 de março, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1982 CPCD - IRBr

1995 CAD - IRBr

2007 CAE - IRBr, Novas ameaças, velhas vulnerabilidades: o novo conceito de segurança hemisférica e a agenda de desenvolvimento latino-americana.

Cargos:

1983 Terceiro-secretário

1988 Segundo-secretário

1996 Primeiro-secretário, por merecimento

2003 Conselheiro, por merecimento

2008 Ministro de segunda classe, por merecimento

2013 Ministro de primeira classe

Funções:

1983-85 Divisão de Passaportes, assistente

1985-87 Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço, assistente

1987-90 Embaixada no Vaticano, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário

1990-93 Embaixada em Santiago, Segundo-Secretário

1993-96 Embaixada em Nova Delhi, Segundo-Secretário

1996-99 Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço, Chefe, substituto

1998 XXI Reunião da Comissão Internacional para Conservação do Atum Atlântico, Chefe de delegação

1999 Reunião Extraordinária para Determinação de Critérios para Designação de Quotas no âmbito da ICCAT, Chefe de delegação

1999-2001 Embaixada em Estocolmo, Primeiro-Secretário

2001-03 Departamento de Organismos Internacionais, Assessor

2003-06 Divisão da Organização dos Estados Americanos, Chefe

2006-08 Missão junto à OEA, Washington, Conselheiro

2008-11 Representação Permanente junto à Conferência do Desarmamento, Genebra, Ministro-Conselheiro

2001-13 Departamento de América Central e Caribe, Diretor

2013-15 Gabinete do Ministro de Estado, Assessor Especial

2015-16 Secretaria-Geral das Relações Exteriores, Assessor Especial

2016 Departamento de Assuntos de Defesa e Segurança, Diretor

Condecorações:

1987 Medalha do Mérito de Tamandaré, Brasil

1989 Ordem de São Gregório Magno, Vaticano, Comendador

1997 Medalha de Amigo da Marinha, Brasil

2010	Ordem do Mérito Militar, Comendador
2011	Ordem do Mérito Naval, Comendador
2012	Ordem de Rio Branco, Grande Oficial
2014	Medalha Mérito da Polícia do Exército - Exército do Brasil - 2014
2016	Ordem do Mérito da Defesa, Comendador
2016	Ordem do Mérito Santos-Dumont
2016	Medalha Ordem do Mérito Naval, Brasil, promoção a Grande Oficial
2016	Medalha Mérito do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, Grão Mestre
2016	Medalha do Pacificador - Exército do Brasil
2016	Medalha Marechal Cordeiro de Farias - Escola Superior de Guerra
2016	Ordem do Mérito da Aeronáutica, Grande Oficial
2017	Medalha da Vitória, Ministério da Defesa
2017	Ordem de Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, Grã Cruz
2018	Ordem do Mérito Militar, Exército do Brasil, promoção a Grande Oficial

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SUÉCIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA Maio de 2018

DADOS BÁSICOS SOBRE A SUÉCIA

NOME OFICIAL:	Reino da Suécia
GENTÍLICO:	sueco
CAPITAL:	Estocolmo
ÁREA:	450 mil km ²
POPULAÇÃO:	10,12 milhões (2017)
LÍNGUA OFICIAL:	sueco
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Igreja da Suécia (63%) e Protestantismo
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento unicameral (Riksdag), composto por 349 membros, eleitos para mandatos de quatro anos
CHEFE DE ESTADO:	Rei Carlos XVI Gustavo (desde 1973)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-ministro Stefan Löfven (desde outubro de 2014)
MINISTRA DO EXTERIOR	Margot Wallström (desde outubro de 2014)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2017):	US\$ 538,58 bilhões
PIB – PARIDADE DO PODER DE COMPRA (PPP) (2017):	US\$ 520,94 bilhões
PIB PER CAPITA (2017):	US\$ 53,22 mil
PIB PPP PER CAPITA (2017):	US\$ 51,47 mil
VARIAÇÃO DO PIB	2,4% (2017); 3,24% (2016); 4,2% (2015);
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015)	0,913 – 14º no ranking
EXPECTATIVA DE VIDA (2016)	82,3 anos
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017)	6,68%
UNIDADE MONETÁRIA	Coroa sueca
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Per-Arne Hjelmborn
BRASILEIROS NA SUÉCIA	Há registro de 8.407 brasileiros residentes na Suécia

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-SUÉCIA (fonte: MDIC)

Brasil-Suécia	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Intercâmbio	938	1.461	1.984	1.491	2.711	2.440	1.656	1.556
Exportações	297	548	634	313	543	449	503	466
Importações	641	913	1.349	1.106	2.168	1.9913	1.152	1.090
Saldo	-344	-365	-715	-793	-1624	-1.542	-649	-623

PERFIS BIOGRÁFICOS

Carlos XVI Gustavo Rei da Suécia



Carlos Gustavo nasceu em Solna, em 1946. Recebeu treinamento no Exército, na Marinha e na Força Aérea real, recebendo o título de oficial nos três serviços, antes de assumir o trono. Completou estudos em história, sociologia, ciências políticas, direito e economia nas universidades de Uppsala e Estocolmo. Serviu na missão sueca junto às Nações Unidas e na Agência de Cooperação para o Desenvolvimento Exterior Sueca (SIDA). Trabalhou, ainda, em banco em Londres, na embaixada na mesma cidade, na câmara de comércio sueca na França e em companhia também na França. Ascendeu ao trono em 1973. É conhecido por seu envolvimento em questões de meio ambiente (preside, desde 1988, o ramo sueco do World Wide Fund for Nature, o WWF).

STEFAN LÖFVEN Primeiro-ministro da Suécia



Nasceu em Estocolmo, em 1957. Trabalhou como metalúrgico e foi líder sindical. Em 2001, foi eleito vice-líder do Sindicato dos Metalúrgicos da Suécia (*Metall*). Entre 2005 e 2012, foi líder da *IF Metall*, fusão da *Metall* com o Sindicato dos Trabalhadores da

Indústria da Suécia. Löfven foi eleito membro do comitê executivo do Partido Social-Democrata em 2006. Em janeiro de 2012, com a renúncia de Hakan Juholt, passou a ocupar a posição de líder da agremiação – e, portanto, a de líder da Oposição ao então governo de centro-direita. É primeiro-ministro da Suécia desde 3 de outubro de 2014.

APRESENTAÇÃO

A Suécia está situada na península da Escandinávia, no norte da Europa, e é banhada pelo Mar do Norte e pelo Mar Báltico. Faz fronteira, a oeste, com a Noruega e, a nordeste, com a Finlândia. A Dinamarca está situada a sudoeste, do outro lado dos estreitos de Öresund, Categate e Escagerraque. Desde 2000, há ponte em Öresund ligando Malmö, na Suécia, a Copenhague, na Dinamarca.

Com 450 mil quilômetros quadrados de área, a Suécia é o terceiro país em território da União Europeia. No entanto, com apenas 10,2 milhões de habitantes, o país possui baixa densidade geográfica (cerca de 22 habitantes por quilômetro). A população está concentrada ao sul do território, onde as temperaturas são mais amenas. A capital é Estocolmo, maior cidade do país. O idioma oficial é o sueco.

Historicamente, a Suécia emergiu como território unificado ao redor de 1.000 d.C. As origens do Estado sueco, no entanto, são posteriores, remontando ao reinado de Gustav Vasa (1523–60). Em 1905, após a dissolução da união com a Noruega, a Suécia adquiriu, em linhas gerais, sua configuração atual. O país evitou envolver-se em conflitos internacionais e manteve neutralidade ao longo do século XX. O país caracteriza-se atualmente por promover política externa em prol da paz e do multilateralismo.

A população sueca passou a usufruir de um dos mais altos padrões de vida do mundo após a II Guerra Mundial, com a adoção do estado de bem-estar social. Após experimentar turbulências financeiras na década de 90, o país passou por programa de reformas econômicas com ênfase no equilíbrio fiscal, sem sacrificar os gastos sociais. Atualmente, o país é considerado um dos mais inovadores do mundo, com um setor dinâmico de *startups* e novas tecnologias e uma economia ancorada nas exportações.

RELAÇÕES BILATERAIS

A amizade entre o Brasil e a Suécia tem raízes nos laços entre as famílias reais brasileira e sueca (Dona Amélia de Leuchtenberg, segunda esposa de D. Pedro I, era irmã da Rainha Josefina, consorte do Rei Oscar I da Suécia) e na emigração de suecos para o Brasil, no final do século XIX. As relações diplomáticas Brasil-Suécia foram estabelecidas em 1826. Os primeiros contingentes de imigrantes suecos chegaram ao Brasil em 1890. Em 1909, foi criada a primeira linha de transporte marítimo regular entre os dois países. Os investimentos no Brasil começaram com a pioneira Ericsson, em 1924, e aumentaram e diversificaram-se a partir de 1946, concentrando-se em São Paulo, onde, em 1953, foi estabelecida a Câmara de Comércio Sueco-Brasileira.

Em 1984 o relacionamento bilateral mudou de patamar com a visita de estado do rei Carlos XVI Gustavo e da rainha Sílvia ao Brasil. Na ocasião, foi assinado o Acordo sobre Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica e criada a Comissão Mista Bilateral.

Desde então, há fluxo regular de visitas e contatos entre autoridades dos dois países. A presença de cerca de 180 empresas suecas no Brasil, o volume do comércio bilateral e dos investimentos suecos no país e o fluxo crescente de turistas suecos conferem grande vitalidade às relações Brasil-Suécia. No plano político há convergência de posições sobre diversas questões da agenda internacional, com destaque a: desenvolvimento sustentável e proteção do meio ambiente; combate à fome e à pobreza; desarmamento; democracia e justiça social; e direitos humanos e direito humanitário.

Nos últimos anos, observou-se o fortalecimento da Parceria Estratégica entre Brasil e Suécia, inaugurada em 2009, por meio da realização, em bases mais frequentes, de visitas de chefes de estado e governo, de ministros e de outras altas autoridades, a intensificação dos contatos bilaterais de alto nível à margem de eventos multilaterais; e a criação ou retomada de diversos mecanismos de cooperação bilateral. A Parceria Estratégica ganhou maior visibilidade após o início da parceria bilateral no projeto Gripen NG, em 2014.

A visita de estado do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em setembro de 2007, e sua viagem a Estocolmo para participar da Cúpula Brasil-União Europeia, em outubro de 2009, bem como a visita oficial da então presidente Dilma Rousseff, em outubro de 2015, renovaram o interesse mútuo no aprofundamento do diálogo político e da cooperação econômica. Também contribuíram para adensar as relações bilaterais a visita ao Brasil do então primeiro-ministro Fredrik Reinfeldt, em maio de 2011, e a viagem do primeiro-ministro Stefan Löfven para participar, em janeiro de 2015, da cerimônia de posse de Dilma Rousseff, com quem manteve reunião bilateral no dia seguinte. Finalmente, o rei Carl XVI Gustav e a rainha Sílvia, realizaram visita oficial ao Brasil em abril de 2017, no contexto da realização do “Global Child Forum” e de reunião do Conselho de Líderes Empresariais Brasil-Suécia, em São Paulo. Na ocasião, os monarcas suecos se avistaram com o presidente Michel Temer e a primeira-dama e foram homenageados em jantar em Brasília.

Outras visitas de alto nível contribuíram para o estreitamento dos laços entre os dois países. Em agosto de 2012, atendendo a convite do então vice-primeiro-ministro Jan Björklund, o então vice-presidente Michel Temer realizou visita oficial à Suécia, acompanhado dos ministros dos Esportes e de Assuntos Estratégicos, assim como do presidente da Câmara de Deputados. Em fins de agosto de 2012, realizou-se a visita do então chanceler Antonio Patriota, a primeira do gênero desde 1992. Em abril de 2014, o então ministro da Defesa Celso Amorim visitou a Suécia, acompanhado de grande comitiva, que incluiu o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, o

comandante da Aeronáutica e outras autoridades militares. Por fim, em junho de 2017, realizou-se visita do então ministro da defesa Raul Jungmann.

Em maio de 2015, o ministro de Indústria e Inovação da Suécia, Mikael Damberg, liderou missão empresarial ao Brasil, onde cumpriu intensa agenda de encontros em Brasília, São Paulo e Belo Horizonte. No contexto da visita de Damberg, foi organizada reunião da Comissão Mista de Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica, que não se reunia desde o início dos anos 90. A segunda reunião da "Comista" ocorreu em outubro de 2017. Em setembro de 2017, o ministro para Assuntos Rurais, Sven-Erik Bucht visitou o Brasil. Por fim, o ministro da Educação, Gustav Fridolin, realizou visita ao Brasil em novembro de 2017.

Com o estabelecimento do "Plano de Ação da Parceria Estratégica" de 2009, o Brasil mantém formalmente com a Suécia uma parceria que, além da fluidez do diálogo político, prevê maior interação na área econômico-comercial e o desenvolvimento de projetos conjuntos em diversos campos. Esse documento programático foi atualizado no Novo Plano de Ação, de 2015, que recomenda iniciativas para a efetiva implementação dos mecanismos e acordos bilaterais, de modo a reforçar a cooperação nas áreas de: comércio e investimentos; defesa; educação; ciência, tecnologia e inovação; meio ambiente; energias renováveis; segurança social; e cultura. Nesse contexto, vale ressaltar que, nos últimos três anos, foram retomados ou realizados pela primeira vez diversos eventos bilaterais de alto nível, tais como a Comissão Mista de Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica; o Grupo de Alto Nível em Aeronáutica (GAN); o Grupo de Trabalho em Alta Tecnologia Industrial Inovadora (GTATI); o Diálogo Político-Militar (formato "2+2"); o Mecanismo de Consultas Políticas; o Conselho de Líderes Empresariais; e a primeira Semana da Inovação Brasil-Suécia, em Estocolmo. Também como resultado do Novo Plano de Ação, os países acordaram memorando de entendimento sobre Mineração Sustentável e iniciaram negociações para convênios nas áreas de previdência social e tributação.

Na área de defesa, a celebração, em outubro de 2014, do contrato comercial entre a Força Aérea Brasileira e a Saab para a aquisição e o desenvolvimento conjunto de 36 caças Gripen NG, ao custo aproximado de US\$ 5,4 bilhões (o maior contrato de exportação da história da empresa sueca), seguido pela assinatura do contrato financeiro, em agosto de 2015, marcou o aprofundamento da cooperação em aeronáutica militar, no contexto da Parceria Estratégica entre os dois países. Essa parceria no projeto Gripen NG tornou-se a mais bem-sucedida e visível iniciativa de cooperação bilateral, capaz de gerar externalidades positivas para outros setores da economia brasileira.

A cooperação bilateral no domínio da aeronáutica ganhou nova dinâmica com a criação, em outubro de 2015, no contexto da visita da então presidente Dilma Rousseff a Estocolmo, do Grupo de Alto Nível em Aeronáutica (GAN), conformado por representantes militares e civis de entidades públicas e privadas dos dois países que se dedicam a potencializar os efeitos de transbordamento da cooperação estabelecida no projeto de cofabricação dos caças Gripen NG para outras cadeias produtivas. O GAN reúne-se anualmente, tendo seu último encontro ocorrido em outubro de 2017.

Em matéria de energia, o "Memorando de Entendimento Brasil-Suécia sobre Cooperação na Área de Bioenergia, incluindo Biocombustíveis" foi firmado em setembro de 2007. O instrumento estabeleceu o marco legal dessa vertente do relacionamento bilateral. Com a instituição de Grupo de Trabalho (GT) de Alto Nível, os dois países procuraram promover o diálogo sobre política energética e encorajar a cooperação em pesquisa e desenvolvimento na área da bioenergia. A I reunião do GT (realizada em Estocolmo, em 16 de setembro de 2009) propiciou troca de informações sobre as possibilidades de cooperação em terceiros países; sobre a questão da sustentabilidade dos biocombustíveis e sobre os mecanismos de promoção do crescimento das energias renováveis na matriz energética global. Também vale destacar a realização do Seminário sobre a Bioeconomia, em Estocolmo, em outubro de 2017, congregando atores governamentais, empresariais e acadêmicos do Brasil e da Suécia, o qual permitiu a

identificação de interesses convergentes acerca de uma maior participação da biomassa nas soluções voltadas para a mitigação da mudança do clima, como a utilização de biocombustíveis com alto desempenho em termos de redução de emissões de GEE, tanto de primeira geração quanto de segunda geração.

No tocante a ciência, tecnologia e inovação, constituiu importante passo na cooperação bilateral a criação, em 2011, do Centro de Pesquisa e Inovação Sueco-Brasileiro (CISB), com expressivo suporte financeiro da Saab. Com sedes em São Bernardo do Campo e Gotemburgo, o CISB propõe-se a ser arena de inovação aberta a empresas, agências governamentais e instituições acadêmicas do Brasil e da Suécia, com foco no setor aeronáutico, mas também abrangendo outros temas, como desenvolvimento urbano. Também contribuiu para a cooperação neste domínio a organização da primeira Semana da Inovação Brasil-Suécia em Estocolmo (23-27 de outubro de 2017). O evento reuniu mais de 150 participantes brasileiros, entre funcionários governamentais, empresários e especialistas acadêmicos, e versou sobre temas estratégicos das relações bilaterais, como aeronáutica, bioeconomia, financiamento da inovação, cooperação acadêmica e tecnologias industriais inovadoras. A iniciativa replicou a bem-sucedida experiência da Embaixada da Suécia em Brasília, que vem organizando Semanas da Inovação desde 2012.

O significativo potencial sueco-brasileiro para produção conjunta de inovação, com reciprocidade e benefício mútuo, adquiriu, ademais, verdadeiro “roadmap”, consubstanciado na ata e no Plano de Trabalho da II Reunião do Grupo de Trabalho de Tecnologia Industrial Inovadora (GT-ATI), realizado durante a Semana da Inovação em Estocolmo. O Plano de Trabalho com as diretrizes para pautar as discussões do GT-ATI, cuja criação ocorreu em outubro de 2016, compreende os seguintes eixos temáticos: bioeconomia, cidades inteligentes, mobilidade, mineração e saúde, bem como um eixo transversal em parques tecnológicos e incubadoras (parceria Anprotec-SISP). Estabeleceu-se também estrutura de governança, inspirada no modelo do GAN, composto por Comitê

Executivo bilateral com participação de governo, academia e setor produtivo, já tendo o referido comitê se reunido em duas ocasiões desde então (a última em março de 2018).

O intercâmbio cultural entre os dois países também é relevante. O Brasil se faz presente na Feira do Livro de Gotemburgo, a terceira maior da Europa, desde 2014, ano no qual o país foi homenageado pela organização do evento como “country in focus”. Existe relevante interesse pela literatura nacional, sendo a Suécia o sétimo maior mercado consumidor de livros de autoria de escritores brasileiros. Já foi confirmada a participação do Brasil na edição da Feira do Livro de Gotemburgo deste ano, na qual o Brasil contará com a presença de quatro autores. Ademais, haverá o lançamento de ao menos três novas obras recém-traduzidas para o sueco.

Temas Consulares

A comunidade brasileira residente na Suécia é estimada em 8.407 pessoas, de acordo com dados oficiais do Escritório de Estatística da Suécia (2017). A referida comunidade é composta majoritariamente por mulheres (64%) e por indivíduos entre 18 e 59 anos (83%). Cerca de 7.907 brasileiros residentes na Suécia encontram-se em situação migratória regular, dos quais 1.200 possuem cidadania sueca adquirida; os indivíduos indocumentados são estimados em cerca de 500. Ademais da Embaixada do Brasil em Estocolmo, existem consulados honorários em Gotemburgo e em Malmö.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de operações ostensivas aprovadas no âmbito do Comitê de Financiamento e Garantias às Exportações (COFIG) a tomadores soberanos suecos. O corte temporal retrospectivo analisado foi de 15 anos.

POLÍTICA INTERNA

A Suécia é uma monarquia parlamentarista. O Parlamento (Riksdag) é unicameral e composto por 349 membros, eleitos para mandatos de quatro anos. O país possui cláusula de barreira de 4%. Os seguintes partidos possuem representação no Riksdag: Partido Social-Democrata (113 assentos), Partido Moderado (83 assentos), Democratas-Suecos (42 assentos), Partido do Meio Ambiente (25 assentos), Partido do Centro (22 assentos), Partido de Esquerda (21 assentos), Partido Liberal (19 assentos) e Democratas Cristãos (16 assentos). O Parlamento nomeia o primeiro-ministro para formar o governo. Como chefe de governo, o premiê seleciona os membros do gabinete ministerial.

O sistema judiciário é dividido em dois sistemas paralelos: as cortes administrativas, para casos entre o governo e cidadãos privados, e as cortes gerais, para casos civis e criminais. Ambos os sistemas possuem três níveis, sendo que, no topo, estão, respectivamente, a Suprema Corte Administrativa e a Suprema Corte.

No que diz respeito à conjuntura política, o partido Social Democrata, liderado por Stefan Löfven, voltou ao poder após oito anos ao vencer as eleições gerais de setembro de 2014. Ao assumir o cargo de primeiro-ministro, em substituição a Fredrik Reinfeldt, do partido Moderado, Löfven formalizou com o Partido do Meio Ambiente (“verdes”) a formação de uma coalizão governamental, que não detém maioria no Parlamento.

Nas atuais condições, a coalizão governamental Vermelho-Verde (138 assentos) possui menos parlamentares no Riksdag que a principal coligação partidária de oposição (Aliança, 140 assentos), composta pelos partidos Moderado, de Centro, Liberal e Democratas-Cristãos. Com vistas à aprovação de matérias mais relevantes, a coalizão governamental tem contado com o apoio do Partido de Esquerda, em bases *ad hoc*.

A crise migratória europeia gerou dificuldade para o governo nos últimos três anos. Após ter recebido cerca de 160 mil refugiados em 2015, o que colocou o país numa “situação-limite” em sua capacidade de acolher os novos habitantes, a Suécia reduziu esse

número para pouco mais de 20 mil refugiados em 2016, em decorrência da imposição de controles de fronteira e do endurecimento das políticas de asilo.

Ademais da política migratória, a questão da segurança e, mais especificamente, do combate ao terrorismo segue relevante na política interna sueca. Em 7 de abril de 2017, a cidade de Estocolmo registrou um ataque terrorista no qual foram vitimadas cinco pessoas.

As próximas eleições parlamentares estão previstas para setembro deste ano. O cenário eleitoral permanece indefinido, conforme indicado pelas pesquisas de intenção de votos, realizadas mensalmente na Suécia.

POLÍTICA EXTERNA

Após ser confirmado no cargo de primeiro-ministro, em outubro de 2014, Stefan Löfven manifestou sua intenção de tornar a Suécia um "ator forte" no mundo. Naquela ocasião, anunciou sua decisão de reconhecer o Estado da Palestina, o que de fato ocorreu ainda no final daquele ano. Asseverou não pretender tornar a Suécia membro da OTAN, mas manter seu status de "neutralidade" (o que não significaria "indiferença", caso algum aliado europeu fosse atacado por agressor externo). Em diversas ocasiões ao longo de seu mandato, Löfven expressou sua avaliação de que alegadas "ações agressivas" da Rússia constituiriam o principal desafio à segurança europeia desde o fim da Guerra Fria.

Por sua vez, a chanceler Margot Wallström, nas edições anuais do documento programático "Declaração de Política Externa", assinalou como principais desafios internacionais da Suécia as supostas "ações agressivas" da Rússia, a mudança do clima, o terrorismo e a crise migratória. Para a diplomacia sueca, a arena prioritária de inserção internacional é a União Europeia (UE), que tem sido testada mais recentemente por fatores adversos como "recuperação econômica desigual" e crescimento das "forças populistas e xenófobas", além das repercussões do "Brexit" (decisão do Reino Unido de sair da UE).

Desde sua assunção ao cargo de chanceler, Wallström tem implementado a "política externa feminista", com ênfase na promoção dos direitos das mulheres.

Em linhas gerais, a Suécia é um país que almeja projetar-se na arena global como "potência humanitária", mediante ações como: ativismo na ONU; participação em operações de paz; perfil de relevante doador de ajuda para o desenvolvimento; e lançamento de iniciativas sobre questões internacionais, mormente as ligadas à paz, à democracia, aos direitos humanos, ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

No campo multilateral, em especial, o país encerra, em 2018, seu período como membro não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Durante o mandato, a Suécia buscou consolidar sua posição como potência humanitária e promotora da paz, dando especial atenção para os temas relacionados à Síria e aos conflitos étnicos envolvendo os rohingyas em Myanmar. Tem sido constante, durante esse período, a atuação da Suécia na promoção de agenda de direitos humanos, em particular nos assuntos tocantes à igualdade de gênero e ao papel da mulher.

Embora o governo sueco não esteja cogitando ingressar na OTAN, as forças amadas do país têm expandido sua cooperação com aquela organização, por meio da participação em reuniões, da intensificação de exercícios militares conjuntos na região do Báltico e até mesmo do envio de instrutores para missões da OTAN (Afeganistão, Iraque). Após quase dois anos de tramitação, o acordo com a OTAN sobre Apoio de Nação Sede foi ratificado pelo Riksdag em maio de 2016, estabelecendo base legal para futuros exercícios militares da Aliança em território sueco.

Na Ásia, China, Índia e Irã despontam como focos de interesse, em vista das oportunidades econômico-comerciais que oferecem. A África, região de baixa presença sueca, vem sendo objeto de mais frequentes visitas e missões de autoridades suecas, com o objetivo não somente de impulsionar a cooperação para o desenvolvimento, mas também de facilitar os negócios das empresas suecas na região.

A Suécia é membro das Nações Unidas (ONU) desde 1946; da União Europeia (UE) desde 1995; do Conselho Nôrdico desde 1952; da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) desde 1961; do Conselho de Estados do Mar Báltico (CBSS) desde 1992; e do Conselho Ártico desde 1996.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A Suécia registra o 11º maior PIB per capita do mundo (US\$ 53 mil) e, no mais recente ranking mundial do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), divulgado em 2015, figura na 14ª posição. Com PIB nominal de US\$ 538,5 bilhões (23ª economia mundial), a Suécia obteve crescimento econômico acima da média europeia em anos recentes (3,2% em 2016 e 2,4% em 2017). Dentre os principais setores da economia, destacam-se o de telecomunicações, tecnologia da informação, maquinário e automação, indústria química e farmacêutica, veículos automotores, siderurgia, bem como a indústria florestal (madeira e papel/celulose). A taxa de investimento é da ordem de 25% do PIB, enquanto a taxa de poupança é de aproximadamente 30%. Apesar de fazer parte da União Europeia (desde 1995), a Suécia não adotou o euro como moeda, optando por preservar a coroa sueca.

Trata-se de economia competitiva e engajada no comércio internacional que, no período entre 2000 e 2007, apresentou crescimento médio anual de 3%. Como consequência da crise financeira internacional, entretanto, o PIB sueco registrou queda de 0,5 em 2008 e de 5,2% em 2009. A recessão foi revertida em 2010, quando o país cresceu 6,0%, seguido por novo aumento do PIB em 2011 (2,7%). Contudo, a partir de 2012, as dificuldades econômicas na zona do euro (onde estão os tradicionais parceiros comerciais da Suécia, como Alemanha, França e Países Baixos) limitaram o crescimento do PIB sueco: verificou-se incremento de 0,3% em 2012, 1,3% em 2013 e 2,2% em 2014. Já em 2015, com a gradual retomada da confiança por parte do setor privado, o aumento no

consumo das famílias e o reaquecimento da economia em importantes parceiros comerciais da Suécia (especialmente EUA e Alemanha), o crescimento do PIB sueco alcançou 4,1%.

O Riksbank (Banco Central da Suécia), em sua mais recente avaliação econômica, publicada em abril de 2018, divulgou projeções para o crescimento do PIB sueco e estimou expansão de 2,6% em 2018 e de 2,0% em 2019 (a título de comparação, a expectativa do Fundo Monetário Internacional para a expansão do PIB sueco é de 2,4% em 2018 e 2,0% em 2019). O governo sueco prevê taxa de desemprego estável, em nível pouco abaixo de 7% (6,7%, em dezembro de 2017).

Em 2017, a formação bruta de capital fixo registrou crescimento de 6% em relação a 2016, sendo os investimentos na construção civil um dos grandes propulsores do PIB no ano. O consumo das famílias, outro fator decisivo para o avanço do PIB em 2017, registrou alta de 2,4%; já os gastos do governo totalizaram alta de 0,4%. Apesar do bom ano para as exportações suecas (alta de 6,2% em comparação com 2016), impulsionadas pela desvalorização da coroa sueca, a balança comercial em 2017 apresentou resultado bastante equilibrado - superávit de US\$ 20 milhões.

O balanço das finanças públicas em 2017 foi positivo, tendo a proporção dívida pública/PIB apresentado queda para 40,9% (42,2% em 2016). Os gastos públicos cresceram apenas moderadamente em 2017, ao passo que a arrecadação do governo percorreu trajetória de crescimento. As finanças públicas deverão continuar superavitárias no futuro próximo, o que justificaria o prognóstico governamental de queda da proporção dívida pública/PIB para os próximos anos (37,9% em 2018; 34,3% em 2019; e 31,9% em 2020).

Já a taxa de inflação, que ao final de 2017 registrava índice de 1,8%, deverá apresentar leve recuo em 2018 (1,7%), voltando a subir em direção à meta do governo (de 2%) somente em 2019. Nesse contexto, o BC sueco tem optado pelo prolongamento da política monetária expansionista ao manter a taxa de juros referenciais em patamar negativo (-0,50% desde julho de 2015). De acordo com o prognóstico do "Riksbank", a

taxa de juros deverá passar por cautelosos aumentos a partir do segundo semestre de 2018, buscando assim evitar a rápida valorização da coroa sueca. A taxa de juros deverá fechar o ano de 2018 ainda em terreno negativo, passando para 0% em 2019 e 0,6% em 2020.

No âmbito bilateral, a corrente de comércio entre o Brasil e a Suécia, segundo o Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio (MDIC), totalizou US\$ 1,55 bilhão (FOB) em 2017, frente a US\$ 1,48 bilhão em 2016 (alta de 4,7%). As exportações brasileiras para a Suécia em 2017 sofreram queda de 9,3% em relação ao ano anterior, ao somarem US\$ 466 milhões. Já as importações brasileiras de produtos suecos totalizaram US\$ 1,08 bilhão (alta de 12,05% em relação a 2016).

Os dados, portanto, apontam déficit brasileiro no intercâmbio comercial com a Suécia no montante de US\$ 623 milhões em 2017 (déficit de US\$ 457 milhões em 2016). As exportações brasileiras para a Suécia consistem, predominantemente, em produtos básicos, tais como minérios (cerca de 41% em 2017), café em grão não torrado (21%) e carne bovina (5%). Por sua vez, as importações brasileiras apresentam uma pauta diversificada, mas dominada por manufaturados, como máquinas mecânicas, produtos farmacêuticos e partes e acessórios para veículos automotores.

A Suécia é tradicional fonte de investimentos produtivos no Brasil. De acordo com dados do Banco Central do Brasil, o fluxo de Investimento Estrangeiro Direto (IED) de origem sueca em 2017 foi de US\$ 126 milhões (0,2% do total), frente a US\$ 378 milhões em 2016 e US\$ 422 milhões em 2015. O BCB registrou estoque de investimento sueco no País no montante de US\$ 2,31 bilhões em 2016 (último dado disponível), pelo critério do investidor imediato. Já pelo critério do investidor final, o estoque de IED sueco no Brasil soma US\$ 1,93 bilhão (0,4% do total).

Grandes empresas suecas de renome e atuação mundial mantêm unidades produtivas no Brasil, tais como Scania, Ericsson, Electrolux, Stora Enso (por meio da "joint-venture" Veracel), SFK e Tetra Pak. Estima-se que haja mais de 60 mil pessoas trabalhando em

cerca de 220 empresas suecas no Brasil. Devido à concentração dessas empresas em São Paulo, a cidade é considerada a "segunda cidade industrial da Suécia".

O principal investimento sueco no Brasil refere-se à empresa Saab. Em dezembro de 2013, o governo brasileiro anunciou a empresa como vencedora de licitação internacional para a compra do novo avião de combate brasileiro. A empresa destacou que realizaria investimento inicial de US\$ 150 milhões para a construção de fábrica em São Bernardo do Campo, em São Paulo, que irá produzir estruturas para o Gripen. Em novembro de 2016, a Saab e a Embraer Defesa e Segurança inauguraram, em Gavião Peixoto, Centro de Projetos e Desenvolvimento do Gripen com vistas a promover o desenvolvimento tecnológico do Gripen no Brasil.

A Fitesa (fabricante de tecidos de polipropileno "nonwoven" para aplicação nas áreas de higiene e especialidades médicas e industriais) e a Weg (fabricante de equipamentos eletroeletrônicos) são atualmente algumas das empresas brasileiras atuantes no mercado sueco.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1905 - União entre a Suécia e a Noruega é dissolvida pacificamente.
1914 - Suécia permanece neutra na I Guerra.
1939 - Suécia declara-se neutra na II Guerra.
1946 - Suécia torna-se membro das Nações Unidas. O Social Democrata Tage Erlander torna-se primeiro-ministro e permanece no cargo até 1969.
1952 - Suécia torna-se membro fundador do Conselho Nôrdico.
1953 - Diplomata sueco Dag Hammarskjöld torna-se secretário-geral das Nações Unidas.
1959 - Suécia torna-se membro fundador da Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA).
1971 - Substituição das duas câmaras do Parlamento por uma câmara eleita proporcionalmente.
1975 - Reformas constitucionais limitam os poderes do monarca.

1980 - Crise nas relações com a URSS, por suspeita de invasão de águas territoriais suecas.
1986 - O primeiro-ministro Olof Palme é assassinado em Estocolmo.
1990 - Suécia se candidata a membro da UE.
1995 - Suécia torna-se membro da UE.
1996 - O social-democrata Göran Persson torna-se primeiro-ministro.
2002 - Göran Persson mantém-se pela terceira vez consecutiva no cargo de primeiro-ministro.
2003 - Referendo na Suécia rejeita a moeda única europeia.
2004 - A chanceler Anna Lindh é assassinada em Estocolmo.
2006 - A chanceler Laila Freivalds renuncia em meio ao escândalo sobre as caricaturas do profeta Maomé.
2006 - O bloco partidário Aliança, de centro-direita, vence as eleições parlamentares. Fredrik Reinfeldt, do Partido Moderado, torna-se primeiro-ministro.
2010 - Aliança de centro-direita é reeleita. Fredrik Reinfeldt continua no cargo de primeiro-ministro. Entrada dos Democratas da Suécia (SD), partido de extrema-direita, no Parlamento.
2012 - Nascimento da princesa herdeira Estelle.
2012 - Nomeação do embaixador Jan Eliasson para vice-secretário-geral da ONU.
2014 - Partido Social-Democrata vence eleições parlamentares e, junto com o Partido do Meio Ambiente ("Verdes"), forma novo Governo. Stefan Löfven torna-se primeiro-ministro.
2014 - Suécia torna-se o primeiro país da União Europeia a reconhecer o Estado da Palestina.
2015 - Por iniciativa sueca, criação do grupo de alto nível em apoio à implementação da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, com a participação, entre outros mandatários, do primeiro-ministro Stefan Löfven e da presidente Dilma Rousseff.
2015 - Eclode a crise de refugiados na Europa, com grande impacto sobre a Suécia.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1826 - Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Império do Brasil e o Reino da
--

Suécia.
1876 - D. Pedro II visita a Suécia.
1953 - Inauguração da Câmara de Comércio Sueco-Brasileira, em São Paulo (SP).
1984 - Visita de Estado do rei Carlos XVI Gustavo e rainha Sílvia ao Brasil.
1995 - Brasil e Suécia integram o Grupo dos 16 para promover a reforma da ONU.
1997 - I Reunião de Consultas Políticas Brasil-Suécia, em Brasília.
1998 - Brasil e Suécia integram a Coalizão da Nova Agenda para o Desarmamento (NAC).
1998 - Missão Real Tecnológica ("Royal Technology Mission") chefiada pelo rei Carlos XVI Gustavo ao Brasil.
2002 - Presidente Fernando Henrique Cardoso participa de reunião sobre a Governança Progressista, em Estocolmo, a convite do PM Göran Persson.
2003 - PM Göran Persson comparece à cerimônia de posse do presidente Lula.
2006 - II Reunião de Consultas Políticas Brasil-Suécia, em Brasília, Inauguração do Escritório do Conselho de Exportações da Suécia em São Paulo, na presença da princesa herdeira Victoria.
2007 - III Reunião de Consultas Políticas Brasil-Suécia, em Estocolmo.
2007 - Visita de Estado à Suécia do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.
2008 - Visita ao Brasil do presidente do Parlamento sueco, Per Westerberg;
2008 - Visita ao Brasil da rainha Sílvia, para participar da III Conferência Internacional sobre o Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (Rio de Janeiro).
2009 - Visita ao Brasil da ministra do Comércio Exterior, Ewa Björling;
2009 - Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Estocolmo, por ocasião da Cúpula Brasil-UE.
2010 - Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros, Carl Bildt. Visita ao Brasil do Casal Real da Suécia.
2011 - Visita ao Brasil do primeiro-ministro Fredrik Reinfeldt.
2011 - Visita ao Brasil da rainha Sílvia para Conferência no Congresso Nacional sobre o direito das crianças, patrocinada pela ONU.
2012 - Visita ao Brasil do presidente do Parlamento sueco, Per Westerberg.
2012 - Participação do rei da Suécia e do primeiro-ministro Fredrik Reinfeldt na conferência Rio+20.
2012 - Visita à Suécia do vice-presidente Michel Temer.

2012 - Visita à Suécia do presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia.
2012 - Visita à Suécia do chanceler Antonio Patriota.
2012 - Visita ao Brasil da ministra da Defesa, Karin Enström.
2013 - Visita ao Brasil da ministra de Indústrias, Annie Lööf.
2013 - Visita ao Brasil da ministra do Comércio, Ewa Björling.
2013 - Visita à Suécia de missão parlamentar liderada pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa do Senado, Ricardo Ferraço, e pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara de Deputados, Nelson Pellegrino.
2013 - Missão do rei Carlos XVI Gustavo e da Real Academia de Engenharia (São Paulo, Curitiba e Rio de Janeiro)
2014- Visita à Suécia do ministro da Defesa Celso Amorim, acompanhado do ministro-chefe do GSI, do Comandante da Aeronáutica e de outras autoridades.
2014 - Assinatura do contrato comercial entre a Saab e o Comando da Aeronáutica para a aquisição e desenvolvimento conjunto de 36 aeronaves de combate Gripen NG, no âmbito do projeto FX-2.
2015 - Visita ao Brasil do ministro de Indústria e Inovação Mikael Damberg, acompanhado de comitiva empresarial.
2015 - Abertura da Adidância de Defesa do Brasil na Suécia.
2015 - Assinatura do contrato financeiro relativo à aquisição e desenvolvimento conjunto das aeronaves Gripen NG.
2015 - Visita à Suécia do presidente do TSE, José Antonio Dias Toffoli, e do presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, Aloysio Nunes Ferreira, por ocasião do 20º aniversário do Instituto para a Democracia e Cooperação Eleitoral (IDEA).
2015 - Visita à Suécia da presidente Dilma Rousseff.
2016 - Reunião de Consultas políticas Brasil-Suécia, em Brasília
2017 - Visita ao Brasil do rei e da rainha da Suécia
2017- Visita à Suécia do ministro da defesa, Raul Jungmann.
2017 - Reunião de Consultas políticas Brasil-Suécia, em Estocolmo.

ACORDOS BILATERAIS

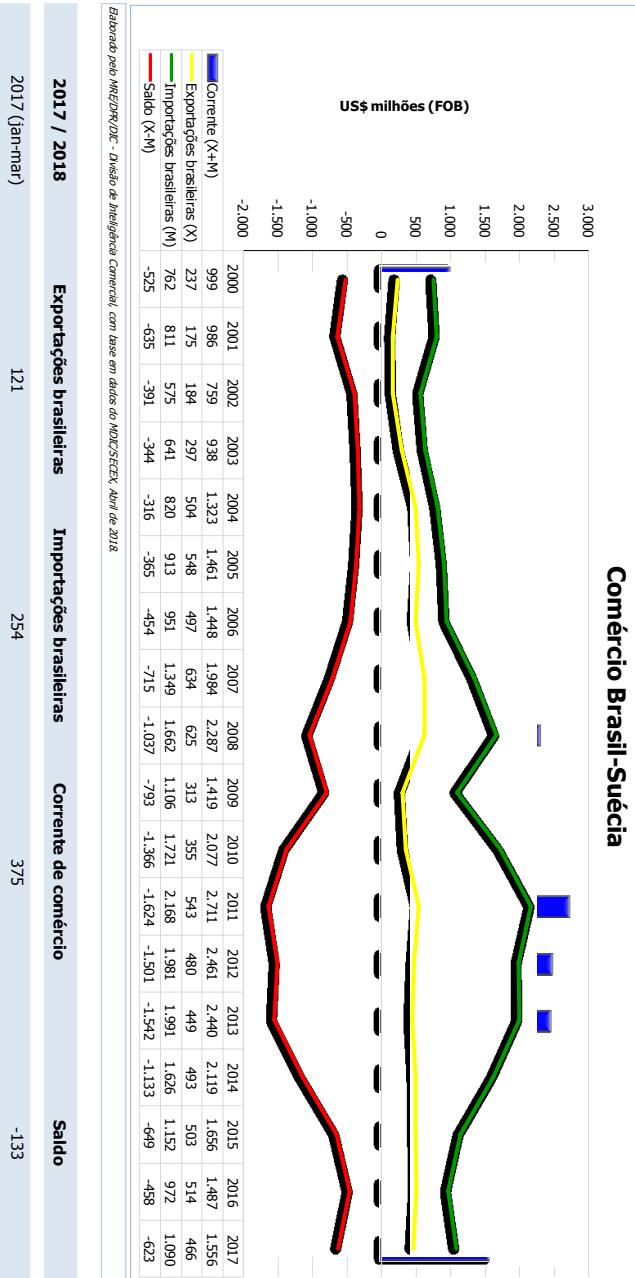
Título	Data de Celebração	Entrada em vigor	Publicação

Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Mineração Sustentável entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Suécia	18/10/2016	18/10/2016	11/11/2016
Acordo - Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Suécia sobre Cooperação em Matéria de Defesa	03/04/2014	13/11/2017	07/02/2018
Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Suécia sobre Troca e Proteção Mútua de Informação Classificada	03/04/2014		
Memorando de Entendimento entre o Governo da República do Brasil e o Governo do Reino da Suécia para Parceria e Diálogo sobre Desenvolvimento Global.	29/08/2012	29/08/2012	10/09/2012
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério de Relações Exteriores do Reino da Suécia sobre o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas	06/10/2009	06/10/2009	22/10/2009
Protocolo Adicional sobre Cooperação em Alta Tecnologia Industrial Inovadora ao Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Suécia sobre Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica	06/10/2009	22/12/2009	27/01/2010
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Suécia sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico	11/09/2007	23/10/2010	19/03/2015
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Suécia sobre Cooperação na Área de Bioenergia, Incluindo Biocombustíveis	11/09/2007	06/04/2009	

Anexo Aditivo ao Memorando de Entendimento entre o Governo da República do Brasil e o Governo do Reino da Suécia sobre Cooperação em Assuntos Relativos à Defesa.	24/04/2001		18/02/2002
Memorando de Entendimento entre o Governo da República do Brasil e o Governo do Reino da Suécia sobre Cooperação em Assuntos Relativos à Defesa.	07/07/2000	07/07/2000	21/07/2000
Declaração Conjunta sobre o encontro do Presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Collor, com o Primeiro-Ministro da Suécia, Ingvar Carlsson, em 5 de junho de 1991, em Estocolmo.	05/06/1991	05/06/2001	
Acordo, por Troca de Notas, sobre Exportação de Produtos Têxteis da República Federativa do Brasil para o Reino da Suécia.	14/01/1985	14/01/1985	
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Suécia sobre Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica.	03/04/1984	07/04/1986	06/06/1984
Acordo Relativo às Exportações de Produtos Têxteis da República Federativa do Brasil para o Reino da Suécia.	25/04/1983	25/04/1983	24/06/1983
Troca de Notas Colocando em Vigor o Item VI da Ata Final da Consulta Aeronáutica entre a República Federativa do Brasil e os Países Escandinavos.	30/10/1979	30/10/1979	11/12/1979
Troca de Notas Determinando a Entrada em Vigor da Ata Final da III Reunião de Consulta Aeronáutica com os Países Escandinavos e a República Federativa do Brasil.	17/12/1976	17/12/1976	11/12/1979
Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Suécia.	25/04/1975	29/12/1975	20/01/1976

Acordo Constitutivo de um Mecanismo de Consulta sobre Transporte Marítimo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Suécia.	22/09/1971	22/09/1971	26/10/1971
Convênio sobre Radioamadorismo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Suécia.	08/12/1970	08/12/1970	17/02/1971
Protocolo Adicional ao Acordo de Transportes Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Suécia	18/03/1969	16/03/1969	
Acordo sobre Transportes Aéreos entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Suécia.	18/03/1969	07/10/1969	10/12/1969
Acordo para Supressão de Vistos em Passaportes entre os Estados Unidos do Brasil e o Reino da Suécia.	04/12/1959	01/01/1960	
Acordo Relativo a Facilidades para a Concessão de Vistos em Passaportes entre os Estados Unidos do Brasil e o Reino da Suécia.	22/03/1956	01/05/1956	12/07/1956
Acordo para a proteção de Marcas Comerciais e Industriais entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Reino da Suécia	29/04/1955	01/07/1955	18/05/1955

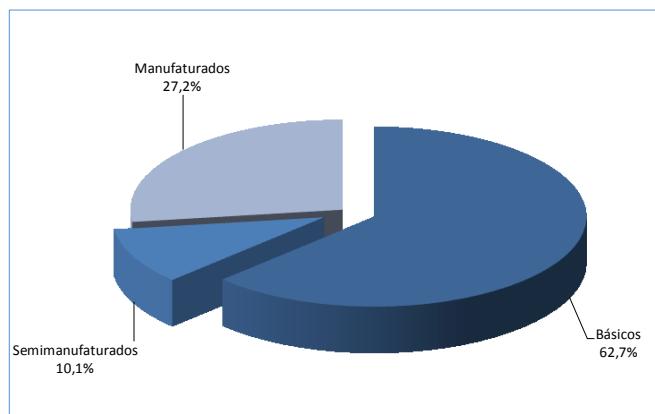
DADOS DE COMÉRCIO



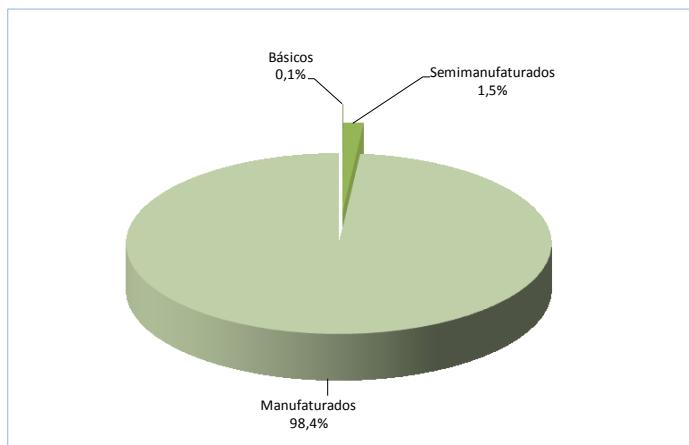
2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-mar)	121	254	375	-133
2018 (jan-mar)	151	321	472	-171

**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017**

Exportações



Importações



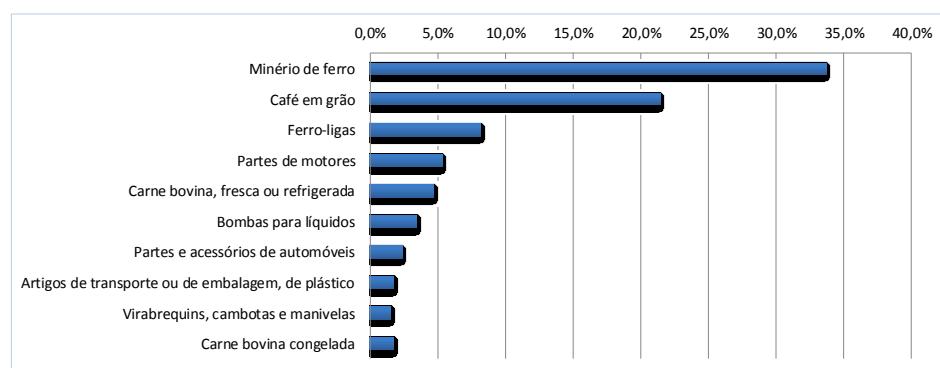
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.

Composição das exportações brasileiras para a Suécia (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Minério de ferro	206	40,9%	208	40,4%	157	33,7%
Café em grão	99	19,7%	97	18,9%	100	21,4%
Ferro-ligas	36	7,2%	49	9,5%	38	8,2%
Partes de motores	23	4,6%	18	3,5%	25	5,4%
Carne bovina, fresca ou refrigerada	28	5,6%	24	4,7%	22	4,7%
Bombas para líquidos	10	2,0%	13	2,5%	16	3,4%
Partes e acessórios de automóveis	13	2,6%	8	1,6%	11	2,4%
Artigos de transporte ou de embalagem, de plástico	3	0,6%	4	0,8%	8	1,7%
Virabrequins, cambotas e manivelas	7	1,4%	5	1,0%	7	1,5%
Carne bovina congelada	3	0,6%	5	1,0%	8	1,7%
Subtotal	428	85,0%	431	83,8%	392	84,1%
Outros	75	15,0%	83	16,2%	74	15,9%
Total	503	100,0%	514	100,0%	466	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

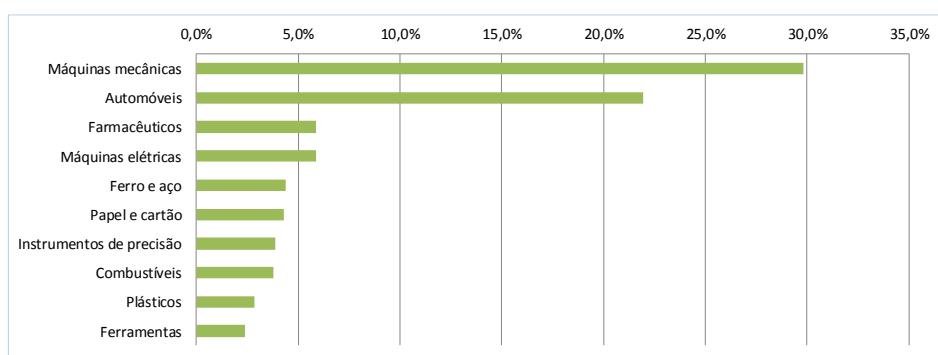


Composição das importações brasileiras originárias da Suécia (SH2)
US\$ milhões

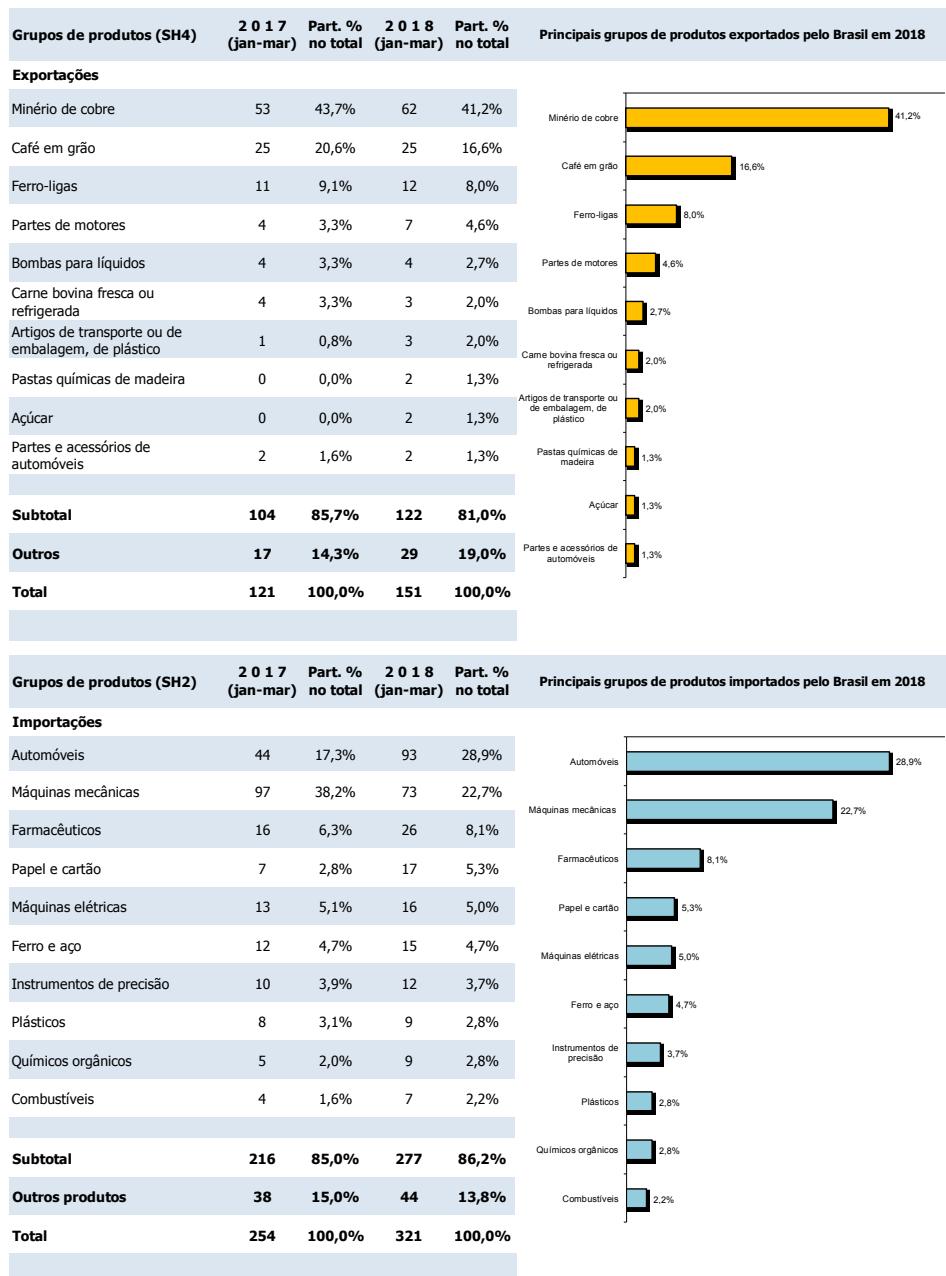
Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	418	36,3%	291	29,9%	325	29,8%
Automóveis	188	16,3%	193	19,8%	239	21,9%
Farmacêuticos	71	6,2%	64	6,6%	64	5,9%
Máquinas elétricas	71	6,2%	64	6,6%	64	5,9%
Ferro e aço	66	5,7%	57	5,9%	48	4,4%
Papel e cartão	33	2,9%	26	2,7%	47	4,3%
Instrumentos de precisão	50	4,3%	39	4,0%	42	3,9%
Combustíveis	25	2,2%	28	2,9%	41	3,8%
Plásticos	30	2,6%	28	2,9%	31	2,8%
Ferramentas	21	1,8%	23	2,4%	26	2,4%
Subtotal	973	84,4%	813	83,6%	927	85,1%
Outros	179	15,6%	159	16,4%	163	14,9%
Total	1.152	100,0%	972	100,0%	1.090	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

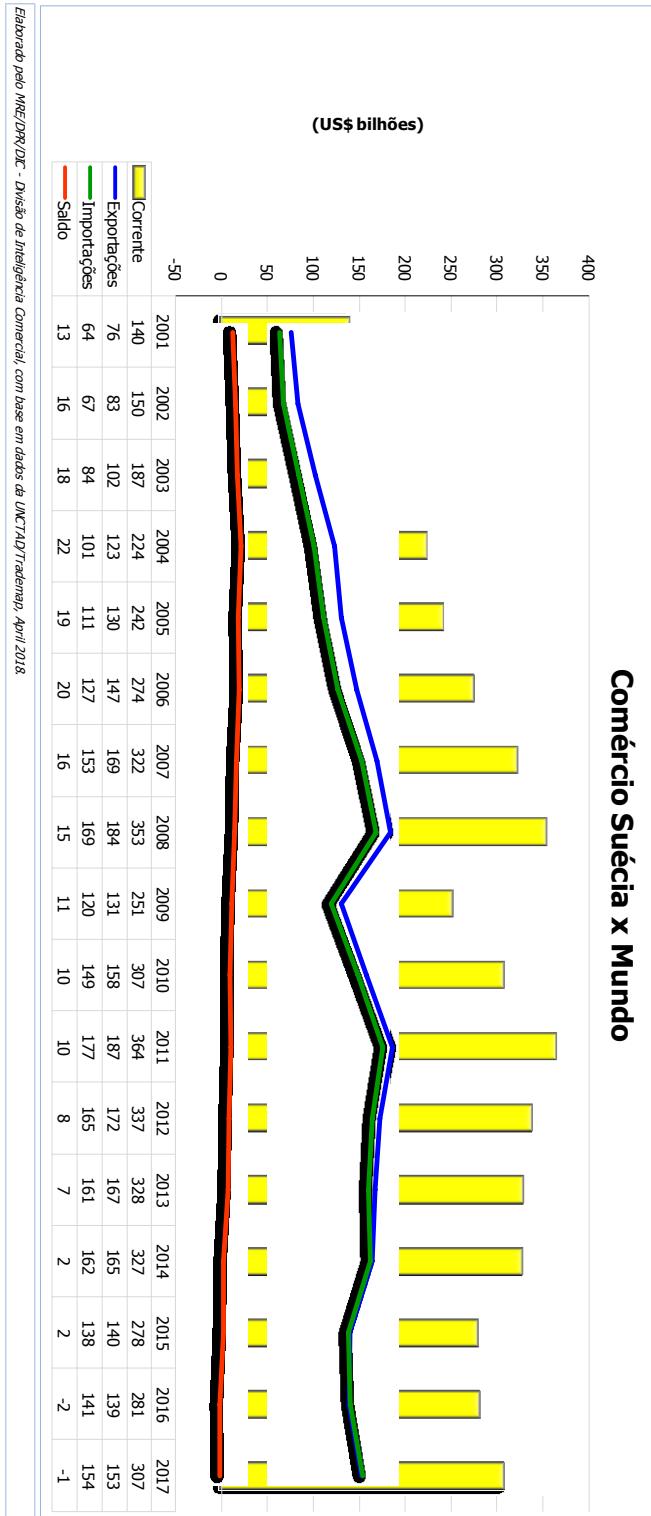
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões



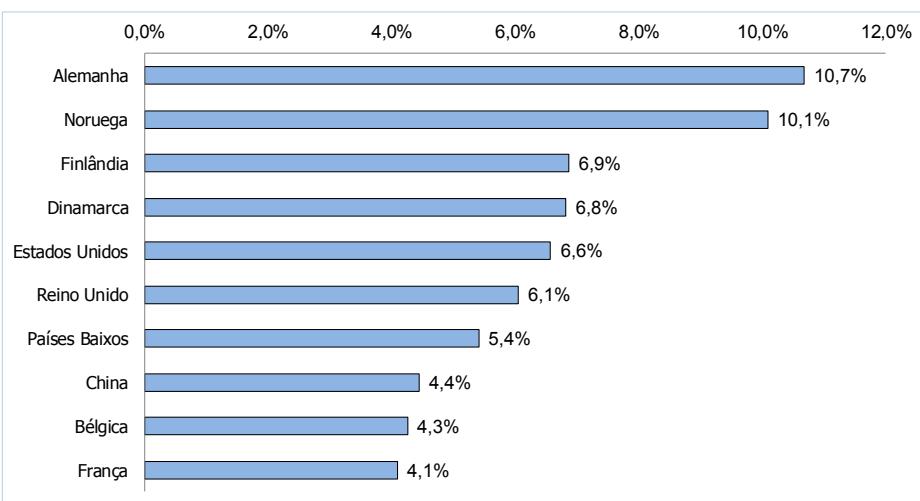
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.



Principais destinos das exportações da Suécia
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Alemanha	16,36	10,7%
Noruega	15,45	10,1%
Finlândia	10,52	6,9%
Dinamarca	10,45	6,8%
Estados Unidos	10,08	6,6%
Reino Unido	9,27	6,1%
Países Baixos	8,29	5,4%
China	6,81	4,4%
Bélgica	6,52	4,3%
França	6,28	4,1%
...		
Brasil (27º lugar)	0,84	0,5%
Subtotal	100,86	65,9%
Outros países	52,29	34,1%
Total	153,15	100,0%

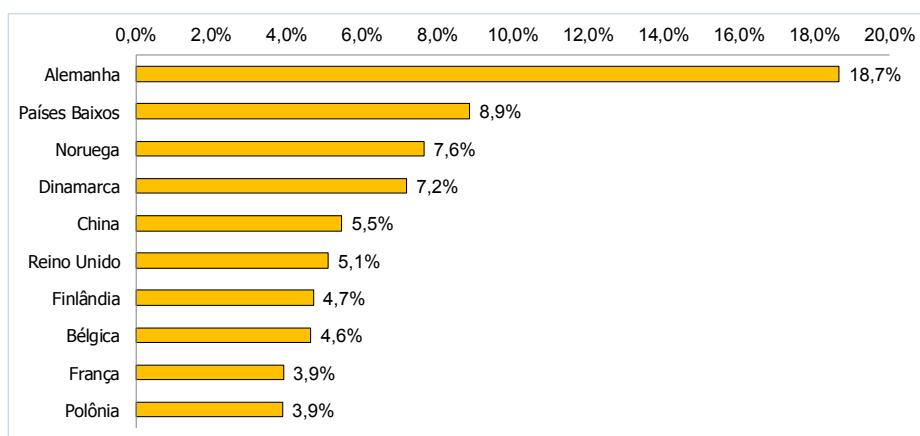
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2018.



Principais origens das importações da Suécia
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Alemanha	28,73	18,7%
Países Baixos	13,63	8,9%
Noruega	11,77	7,6%
Dinamarca	11,06	7,2%
China	8,42	5,5%
Reino Unido	7,87	5,1%
Finlândia	7,26	4,7%
Bélgica	7,15	4,6%
França	6,03	3,9%
Polônia	5,99	3,9%
...		
Brasil (31º lugar)	0,54	0,3%
Subtotal	108,43	70,4%
Outros países	45,49	29,6%
Total	153,91	100,0%

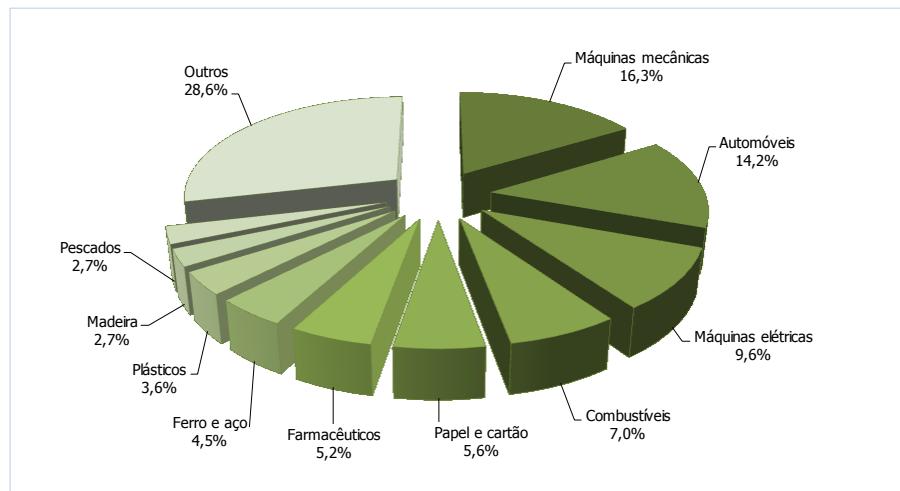
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2018.



Composição das exportações da Suécia (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Máquinas mecânicas	24,98	16,3%
Automóveis	21,81	14,2%
Máquinas elétricas	14,73	9,6%
Combustíveis	10,65	7,0%
Papel e cartão	8,64	5,6%
Farmacêuticos	7,92	5,2%
Ferro e aço	6,84	4,5%
Plásticos	5,50	3,6%
Madeira	4,13	2,7%
Pescados	4,13	2,7%
Subtotal	109,32	71,4%
Outros	43,83	28,6%
Total	153,15	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2018.



Composição das importações da Suécia (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Máquinas mecânicas	20,60	13,4%
Automóveis	19,36	12,6%
Máquinas elétricas	18,59	12,1%
Combustíveis	15,51	10,1%
Plásticos	5,75	3,7%
Pescados	4,62	3,0%
Farmacêuticos	4,38	2,8%
Instrumentos de precisão	4,17	2,7%
Móveis	3,73	2,4%
Obras de ferro ou aço	3,60	2,3%
Subtotal	100,31	65,2%
Outros	53,60	34,8%
Total	153,91	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2018.

10 principais grupos de produtos importados

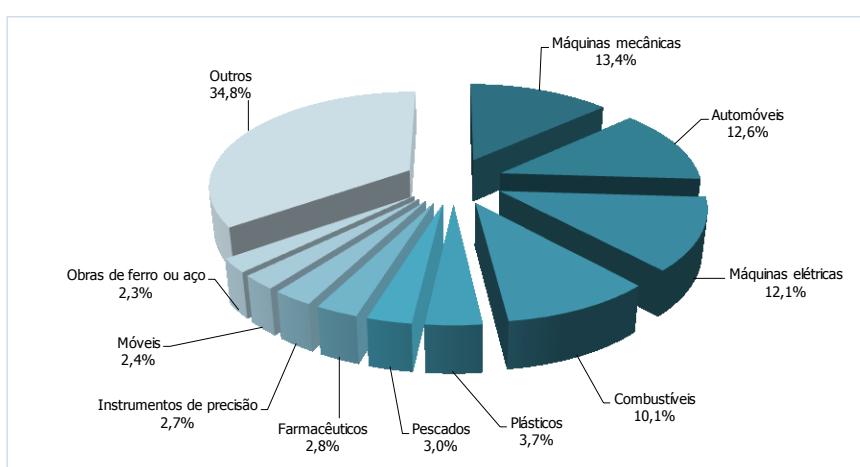


	Tabela. Investimentos Suécia - Brasil (em milhões de US\$)							
	Estoque						Fluxo (*)	
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 (jan-fev)
Origem: Suécia	3801	3564	2328	2003	1673	n.d	126	9
Origem: Brasil	n.d	n.d	79	120	1356	n.d	n.d	n.d



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

LETÔNIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2018

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República da Letônia
GENTÍLICO	letão
CAPITAL	Riga
ÁREA	64.589 km ²
POPULAÇÃO	1,96 milhões (2016)
LÍNGUA OFICIAL	Letão (oficial, 59,3%); russo (27,8%), bielorrusso (3,6%)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Luteranos (19,6%); ortodoxos (15,3%)
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento unicameral (Saeima)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Raimonds Vējonis (desde 2015)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-ministro Māris Kučinskis (desde 2016)
CHANCELER	Edgars Rinkēvičs (desde 2011)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL	US\$ 27,57 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP)	US\$ 50,19 bilhões
PIB PER CAPITA	US\$ 14,071 mil
PIB PPP PER CAPITA	US\$ 24,587 mil
VARIAÇÃO DO PIB	2,2% (2016); 3,0% (2015); 1,9% (2014); 2,4% (2013)
IDH	0,814 - 44º lugar
EXPECTATIVA DE VIDA	74,5 anos
ALFABETIZAÇÃO	99,8%
UNIDADE MONETÁRIA	euro
EMBAIXADORA DA LETÔNIA JUNTO AO BRASIL	Alda Vanaga (residente em Lisboa)
COMUNIDADE BRASILEIRA	A comunidade brasileira na Letônia é estimada em cerca de 50 pessoas

INTERCÂMBIO COMERCIAL- Fonte: MDIC (US\$ Milhões)

BRASIL → LETÔNIA	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 (abril)
<i>Intercâmbio</i>	49,6	47,6	41,6	36,2	21,5	27,5	52,5	58,6	29,8	21,2	19,4
<i>Exportações</i>	40,8	22,7	11,9	31,2	16,1	20,9	42,3	26,7	20,7	13,0	16,5
<i>Importações</i>	8,8	24,9	29,6	4,9	5,4	6,6	10,1	31,8	9,0	8,2	2,9

Saldo	31,9	-2,1	-17,7	26,3	10,7	14,3	32,1	-5,1	11,6	4,7	13,6
--------------	------	------	-------	------	------	------	------	------	------	-----	------

APRESENTAÇÃO

Os primeiros povos que começaram a habitar o território da atual Letônia, por volta do nono milênio antes de Cristo, eram de origem desconhecida. Por volta de 3.000 a.C, porém, povos fino-úgricos se estabeleceram na região, onde foram sucedidos, mil anos mais tarde, por tribos pré-bálticas. Essas tribos formaram entidades independentes até o século XIII, quando foram conquistadas pelos povos germânicos, que rebatizaram o território como Livônia.

Fundada pelo bispo germânico Alberto da Livônia, em 1201, a cidade de Riga tornou-se parte da Liga Hanseática em 1285, passando a desfrutar de laços econômicos e culturais com o restante da Europa. A aristocracia germânica reduziu o campesinato à servidão e limitou os direitos comerciais e de propriedade da população autóctone.

Até o séc. XIII, a população que ocupava o território letão vivia dividida entre meia dúzia de reinos independentes e culturalmente distintos. A falta de unidade entre os reinos facilitou sua conquista por cavaleiros cruzados alemães, donos de armas tecnologicamente melhores e técnicas militares mais sofisticadas. Durante os 600 anos subsequentes, várias partes da Letônia foram conquistadas por Dinamarca, Prússia, Suécia, Polônia e Rússia. Mesmo com a constante sucessão de soberanos, os descendentes dos conquistadores alemães foram hábeis em manter intactos seus privilégios. Mediante a constante adaptação e o juramento de lealdade ao poder dominante do momento, eles conseguiram manter sua autonomia, bem como seus títulos de propriedade feudal. Esses barões alemães formaram o cerne da elite letã. Também a Rússia colaborou de forma significativa na formação do país. A Rússia começou a conquistar a região em 1710, sob o reinado do czar Pedro I, e concluiu o processo de ocupação oito anos mais tarde.

Durante a segunda metade do século XIX, os letões experimentaram o surgimento da consciência nacional. A posição privilegiada da Letônia no mar Báltico, que possibilitava via de acesso ao vasto interior russo e de escoamento para o império czarista, proporcionou o rápido desenvolvimento da região, especialmente no período entre 1880 e a Primeira Guerra Mundial. Pelo porto de Riga, em 1913, transitava um volume maior de mercadoria que por São Petersburgo. Com a construção de uma estrutura fabril no país, um grande contingente populacional se deslocou do interior para a capital. Esse processo de urbanização formou uma significativa burguesia. Como efeito secundário dessa dinâmica atividade econômica, a cultura letã recebeu importante impulso e se fortaleceu. Com esse fenômeno, surgiu a necessidade de protegê-la contra as constantes impulsos de germanização e russificação. A nova elite letã começou, então, a pressionar por maior participação no processo decisório nacional.

Com a Rússia devastada e enfraquecida pela Revolução bolchevique e pela I Guerra,

a Letônia aproveitou o momento histórico e declarou sua independência em 18 de novembro de 1918. Em 1921, foi admitida na Liga das Nações. As décadas de 1920 e 1930, entretanto, foram de instabilidade política provocada pelas constantes crises econômicas. Em 5 de agosto de 1940, após a assinatura do pacto Molotov-Ribbentrop, a Letônia, junto com os vizinhos Estônia e Lituânia, foi anexada à ex-URSS. A subsequente ocupação por tropas alemãs provocou a mobilização de muitos letões pelas legiões da Waffen SS; outros tantos se juntaram às Tropas Vermelhas e formaram grupos de resistência. Em 1945, a população letã representava apenas 25% do total anterior à eclosão da II Guerra Mundial.

Com o fim da II Guerra Mundial, a URSS implementou uma reorganização social e econômica que rapidamente transformou a economia rural letã num pólo de indústria pesada, etnicamente diversificado e com o antigo campesinato transformado em classe operária urbana. Como parte do projeto de maior integração da Letônia à União Soviética, Stálin promoveu uma política de intensa migração russa para aquele território. Com o fim do governo Krushev, em 1959, a nova liderança soviética dissolveu o Partido Comunista da Letônia e destituiu os líderes do governo regional, acusados de “nacionalismo burguês”, substituindo-os por políticos da linha dura, em sua maioria originários da Rússia.

A “Perestroika” e o afrouxamento do poder de dominação soviético fizeram renascer entre as elites letãs o desejo de reconquistar a soberania do país. Em 1989, o Soviete Supremo letão adotou a “Declaração de Soberania” e emendou a Constituição, dando às leis nacionais primazia sobre as soviéticas. Nas eleições de março de 1990, os candidatos do partido Frente Popular Pró-Independência da Letônia conquistaram dois terços das cadeiras do Conselho Supremo, e, no dia 4 de maio, o Conselho Supremo declarou que a independência da Letônia seria estabelecida no prazo de 3 anos.

Em janeiro de 1991, forças militares e políticas ligadas à antiga URSS tentaram, sem sucesso, contrarrestar o movimento de independência. Em agosto do mesmo ano, após referendo nacional realizado em março, quando mais de 70% da população votou a favor, a Letônia declarou sua independência “de facto”. Naquele mesmo ano, o país reintroduziu no sistema jurídico importantes parcelas da sua constituição de 1922 e, em 1998, após 5 anos de estudo, o governo introduziu a controvertida legislação que estabelece critérios para a nacionalidade e a cidadania. A nova lei incluiu um juramento de fidelidade ao país, a renúncia a qualquer nacionalidade anterior e o conhecimento da história e da língua letã. Essas medidas têm provocado insegurança e tensões com a expressiva comunidade russa. Em 1994, a Rússia e a Letônia assinaram acordo para a retirada das tropas russas do território letão.

Em março de 2004, a Letônia tornou-se membro da OTAN e, em maio do mesmo ano, o país ingressou na União Europeia. Em março de 2007, após 10 anos de negociações, a Letônia assinou com a Rússia o histórico tratado de fronteiras, consolidando seus limites atuais junto ao grande vizinho e abrindo mão de eventuais demandas futuras em relação a pequeno território perdido após a II Guerra. Em 1º de janeiro de 2014, a Letônia adotou o

euro como moeda, substituindo o lats letão e tornando-se membro pleno da zona do euro. Em 18 de novembro de 2018, será comemorado o centenário da República da Letônia.

PERFIS BIOGRÁFICOS



Raimond Vējonis, presidente: Nasceu em Pskov, Rússia (URSS), em 15/6/1966, filho de pai letão a serviço do Exército Vermelho e de mãe russa. Bacharel, em 1989, e Mestre, em 1996, em Biologia pela Universidade da Letônia. Vereador pela cidade letã de Madona, entre 1990 e 1993, e diretor da Junta Ambiental da Grande Riga, entre 1996 e 2002. Eleito para o Parlamento e nomeado ministro do Meio Ambiente em 2002, exerceu o cargo até 2011. Em 2014, tornou-se ministro da Defesa. Em 3/6/2015 foi eleito presidente da Letônia pelo Parlamento, por 55 votos a favor, 44 contrários e uma abstenção. Empossado em 8/7/2015.



Māris Kučinskis, primeiro-ministro: Nasceu em Limbaži, em 28/11/1961. Trabalhou como economista no departamento de Finanças do Conselho de Valmiera dos Deputados do Povo. A partir de 1981, serviu no exército soviético e, em seguida, entrou na Faculdade de gestão e informações econômicas da Universidade Estadual da Letônia. Em 1987, foi convidado a se tornar o economista-chefe do departamento municipal de habitação e comunal do distrito de Valmiera. Tornou-se um deputado do Saeima pela primeira vez em 2002 como membro do Partido do Povo; foi reeleito em 2006. Em outubro de 2010, foi eleito membro do parlamento da aliança do partido Por Uma Boa Letônia, que incluía o Partido do Povo. Filiado, desde 2014, ao Partido União dos Verdes e Camponeses (ZZS, da sigla em letão). Em 13 de janeiro de 2016, foi indicado para substituir Laimdota Straujuma como primeiro-ministro da Letônia, após sua renúncia. É o primeiro primeiro-ministro a não ser membro do Partido da Unidade ou um dos seus antecessores desde 2009 e o primeiro do ZZS desde 2004.

RELAÇÕES BILATERAIS

Os vínculos entre os povos brasileiro e letão precedem o estabelecimento das relações diplomáticas oficiais, que completaram 25 anos em 2017. De acordo com registros históricos, a colonização letã no Brasil teve início em 1890, quando chegaram a Laguna (SC) 25 famílias oriundas de Riga. O fluxo de imigrantes letões intensificou-se durante o começo do século XX e estima-se que mais de três mil letões emigraram para o Brasil a partir de então, estabelecendo-se em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul e em São Paulo. Atualmente, a população brasileira de origem letã é de cerca de 25 mil habitantes, o que

constitui a maior comunidade letã na América do Sul.

Em 5/12/1921, o Brasil reconheceu a independência da Letônia e voltou a fazê-lo em 4/9/1991, após a dissolução da URSS – embora não tenha o governo brasileiro jamais indicado aceitação, *de jure*, da anexação do país por Moscou. Os dois países estabeleceram relações diplomáticas formais em 18/7/1992.

Apesar da grande distância entre os dois países, a gigantesca disparidade entre as dimensões geográfica, política e econômica, e o quase generalizado desconhecimento mútuo, as relações Brasil-Letônia têm sido desenvolvidas em bases positivas, cordiais e promissoras.

Ao Brasil cabe aproximar-se da Letônia em um momento em que aquele país vislumbra novos horizontes em sua política externa, tendo completado com êxito sua plena adesão à comunidade euro-atlântica, com o ingresso na UE, na OTAN e na zona do euro. Embora ainda concentrada em seu entorno regional, a Letônia tem, pouco a pouco, buscado explorar novas parcerias internacionais, em particular os grandes países emergentes. Na América Latina, o país se volta, em particular, para o Brasil.

Para o Brasil, ademais, engajado na estruturação de uma parceria estratégica tanto com a União Europeia quanto com a Rússia e interessado no processo de “redescoberta” do Ártico, o diálogo com a Letônia se revela de particular relevância, face a suas identidades como nação a um só tempo europeia e báltica, bem como a seu histórico de relações seculares – embora nem sempre amistosas – com a Rússia, a qual continua a ser importante para a definição das linhas gerais da política externa de Riga.

Diante de seu claro desejo de expandir seu relacionamento com o Brasil, as autoridades letãs têm sinalizado interesse em desenvolver laços econômicos e políticas com o País. A decisão da Letônia de copatrocinar o projeto de resolução do G-4 sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 2005, e as visitas ao Brasil da presidente Vaira Vike-Freiberga, em junho de 2007, e do primeiro-ministro Valdis Dombrovskis, em julho de 2011, representaram marcos importantes nesse processo de adensamento do relacionamento bilateral.

Em sua visita ao Brasil, em 2007, a presidente Vike-Freiberga cumpriu programação em São Paulo, Nova Odessa, Rio de Janeiro e Brasília. Acompanharam-na os ministros das Finanças, da Defesa e da Integração Social, além de delegação empresarial. Em Brasília, Vike-Freiberga foi recebida pelo então presidente Lula da Silva e manteve encontros com os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em Nova Odessa, participou de cerimônia alusiva à imigração letã. Em São Paulo, proferiu palestra na FAAP e participou de seminário de negócios organizado pela FIESP (a delegação empresarial

ainda visitou planta produtora de etanol).

Em sua visita ao Brasil, em 2011, o então primeiro-ministro Dombrovskis cumpriu agenda em Brasília, Rio de Janeiro, Nova Odessa (cidade paulista que abriga a maior comunidade de imigrantes letões no Brasil), São Paulo (onde se reuniu com o governador Geraldo Alckmin e com o presidente da FIESP, além de participar de eventos empresariais) e Santos (onde se assinou memorando de entendimento para "irmanação" dos portos de Santos e Riga). Em Brasília, reuniu-se com o então vice-presidente da República, com o embaixador Valdemar Carneiro Leão (na condição de ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores), com o então ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, com o então ministro-chefe da Secretaria de Portos, José Leônidas Cristiano, e com o então secretário-executivo do Ministério da Fazenda, senhor Nelson Barbosa.

Em abril de 2012, esteve no Brasil o chanceler Edgars Rinkēvičs, para participar da reunião de alto nível da Parceria para o Governo Aberto (OGP). Em breve encontro com o então ministro Antônio Patriota, reiterou a importância do Brasil para a Letônia e manifestou disposição de seu país em abrir embaixada residente em Brasília.

Em março de 2013, esteve em Riga, para solicitar voto ao candidato brasileiro à OMC, o então subsecretário-geral de Cooperação Internacional, Promoção Comercial e Temas Culturais (SGEC), embaixador Hadil Vianna. Em 2014, a ministra da Educação da Letônia participou, em São Paulo, do Fórum para Progresso Social.

Em dezembro de 2015, o chanceler Rinkēvičs e o então ministro das Relações Exteriores, embaixador Mauro Vieira, mantiveram encontro à margem da Conferência Ministerial de Organização Mundial do Comércio (OMC) realizada em Nairóbi, Quênia.

Espera-se para 2018 a retomada das consultas políticas, realizadas duas vezes, em junho de 2008 e em outubro de 2009, ambas em Riga.

Embaixadas residentes

Em sua visita ao Brasil, em 2011, o então primeiro-ministro Dombrovskis anunciou a intenção de seu governo de instalar Embaixada residente em Brasília. Em encontro com o senhor ministro de Estado também em 2011, o chanceler Rinkēvičs disse que, para seu governo, a abertura de embaixadas residentes em Brasília não seria uma questão de "se", mas de "quando", e ponderou que Riga poderia dar início a esse processo.

Em carta enviada ao senhor ministro de Estado em 7/9/2014, Rinkēvičs ponderou que "a abertura recíproca de embaixadas em nossas capitais poderia não apenas conferir novo impulso à promoção de nossas relações em várias áreas de interesse mútuo, mas

também testemunhar como importante manifestação dos laços de amizade que unem nossas nações".

Durante entrega de cartas credenciais pelo embaixador, não residente, do Brasil, em 28/10/2014, o presidente Bērziņš manifestou interesse em abrir, em futuro próximo, representação diplomática em Brasília, a primeira da Letônia na América Latina, e em contar com embaixador brasileiro residente em Riga.

A Letônia conta com três cônsules honorários no Brasil: Brasília, Natal e São Paulo. O Brasil, por sua vez, mantém cônsul honorário em Riga. A embaixada em Estocolmo é responsável por acompanhar os interesses da comunidade brasileira na Letônia (cerca de 50 pessoas).

Cooperação portuária

Em maio de 2010, o então ministro da Secretaria de Portos, Pedro Brito, visitou o Porto de Riga, no que constituiu a primeira visita de uma autoridade brasileira de alto nível à Letônia. O ministro Pedro Brito foi recebido pelos então presidente da República Valdis Zlaters e pelo então primeiro-ministro Valdis Dombrovskis. Como desdobramento dessa visita, o então secretário-executivo daquele órgão, Mario Lima Júnior, visitou a Letônia em junho de 2013, onde conheceu os Portos de Riga e Ventspils e manteve contato com o ministro dos Transportes daquele país.

O porto de Riga tem sido apresentado pelo governo letão como opção para a exportação de mercadorias brasileiras aos países bálticos, à Rússia e ao antigo espaço soviético, pela infraestrutura de transportes que une esses países. Quarto maior porto da Europa oriental em volume de carga (atrás de Primorsk; Klaipeda; e Tallinn), é, ainda, o porto da União Europeia mais próximo a Moscou e o que melhor serve a Belarus, dali partindo as exportações de fosfatos bielorrussos ao Brasil. Apresenta, ainda, a vantagem adicional de ser navegável o ano todo, ao contrário de muitos dos portos bálticos, que deixam de operar – total ou parcialmente – nos meses de inverno. O porto vizinho de Ventspils, por fim, possui, segundo o governo local, o terminal de importação de suco de laranja "mais moderno do mundo".

Comércio bilateral

As relações comerciais entre o Brasil e a Letônia, pela sua reduzida expressão, refletem a distância física e a ausência de tradição de intercâmbio entre os dois países. Trata-se de intercâmbio modesto em termos de valor e concentrado em poucos produtos primários, embora a pauta de exportações letãs para o Brasil tenha-se diversificado e

incorporado produtos manufaturados, alguns de médio e alto valor agregado.

Cabe observar que, até 2004, as estatísticas do intercâmbio bilateral anotadas pelo MDIC apresentam a anomalia de registrar exportações brasileiras em níveis modestos, em contraste com importações originárias da Letônia desproporcionalmente altas – chegaram a registrar US\$ 152 milhões, em 2000, e US\$ 238 milhões, em 2001. As cifras discrepantes refletem a importação, pelo Brasil, de óleo diesel de origem russa através de portos letões, impropriamente contabilizada na corrente de comércio com o país báltico. Tais dados nunca apareceram nas estatísticas letãs, cujas tabelas sempre acusaram saldos negativos com o Brasil em todos os exercícios desde o estabelecimento das relações comerciais, em 1991.

Consciente da pequena escala de seu mercado interno em relação à economia brasileira, o governo letão tem procurado promover-se como porta de entrada de exportações brasileiras para terceiros países, sugerindo que a Letônia, em razão de sua posição geográfica e de sua expertise logística, poderia constituir-se em um *hub* para a entrada de produtos brasileiros com destino a seus vizinhos contíguos (Belarus, Estônia, Lituânia e Rússia), além de outros países, como o Cazaquistão e a Ucrânia. O porto de Riga, navegável o ano todo, é um dos principais pontos de comercialização de mercadorias com destino aos países da antiga União Soviética, ou dele provenientes.

O auge do intercâmbio comercial ocorreu em 2015, quando atingiu a cifra de US\$ 58,6 milhões (US\$ 26,7 milhões referente às exportações brasileiras, e US\$ 31,8 milhões, às exportações letãs). Em 2017, a corrente de comércio alcançou US\$ 21,2 milhões, com exportações brasileiras de US\$ 13,0 milhões e importações de US\$ 8,2 milhões. As exportações brasileiras concentraram-se em bens primários e produtos manufaturados de baixo valor agregado. Os principais produtos vendidos à Letônia foram alumina calcinada (79,7%), café não torrado e não descafeinado em grão (8,1%), outras carregadoras (4,4%), café solúvel mesmo descafeinado (1,2%) e pimenta "piper" seca (0,7%). As importações originárias da Letônia, em contrapartida, concentraram-se em turfas (38,9%), outros roteadores digitais (15,4%), partes de motores hidráulicos e pneus (8,8%), monoaminas e poliaminas (4,4%) e roteadores digitais (3,7%).

Investimento letão em telecomunicações

Durante a visita do então primeiro-ministro Dombrovskis ao Brasil, em 2011, deu-se início à produção de equipamento de comunicações *wireless* conjuntamente pela empresa letã SAF Tehnika e pelas brasileiras WI2B e Siemens Brasil, em Curitiba (PR).

A SAF Tehnika é uma companhia europeia baseada na Letônia que produz e exporta

aparelhos de telecomunicação *wireless* para mais de 100 países. O aparelho produzido no Brasil – CFIP Lumina – é um dos mais avançados da companhia, capaz de transmitir até 367 Mbps de informações.

Cooperação educacional

Acordo de cooperação bilateral em educação e ciência, proposto pela Letônia em 2012, não teve seguimento, uma vez que o objetivo letão era introduzir o país no programa Ciência sem Fronteiras.

Durante cerimônia de apresentação de credenciais do embaixador do Brasil junto à Letônia, em 2014, o então presidente letão Andris Berzins mencionou o tema da cooperação educacional, manifestando o desejo de aprofundar o relacionamento entre instituições de ensino superior dos dois países e de receber estudantes brasileiros em universidades letãs, no âmbito do Ciência Sem Fronteiras. Espera-se, em 2018, a conclusão do projetado acordo bilateral em educação e ciência.

Cooperação cultural

Está em vigor acordo sobre cooperação cultural entre Brasil e Letônia, assinado em 2008. No ano de 2012, pela primeira vez, foram realizados eventos culturais brasileiros, organizados pela Universidade Técnica e a Universidade do Rio Grande do Norte: workshop, concerto, fórum e exposição. Posteriormente, com a mesma Universidade, a Embaixada realizou a exposição fotográfica "O povo da floresta tropical".

Assuntos consulares

A Letônia concede, unilateralmente, isenção de vistos de curta duração para brasileiros desde 2004, em virtude de sua adesão à União Europeia. O Brasil retribui o gesto desde 8/10/2012, quando da entrada em vigor do Acordo com a União Europeia para Isenção de Vistos em Passaportes Comuns, celebrado em novembro de 2010.

No Brasil, vivem pouco mais de 25 mil descendentes de letões. Na Letônia, atualmente residem cerca de 50 brasileiros.

Reformas à Lei de Nacionalidade em vigor desde 1/10/2013 permitem ao cidadão letão ter dupla nacionalidade com país membro da União Europeia, da OTAN ou da Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), bem como com Austrália, Nova Zelândia e Brasil.

Grupo Interparlamentar

Em dezembro de 2010, o Parlamento letão (Saeima) criou o “Grupo para Relações Interparlamentares com o Brasil”.

Em abril de 2013, a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados aprovou projeto de resolução de autoria do deputado Júlio Delgado (PSB/MG) para criação do Grupo Interparlamentar Brasil-Estônia & Letônia. A resolução deverá ser ainda submetida ao Plenário da Casa.

Empréstimos e créditos oficiais

Não há registro de concessões de créditos oficiais a tomador soberano da Letônia.

POLÍTICA INTERNA

Organização política

A Letônia é uma república parlamentarista. O presidente, chefe de estado, eleito pelo Parlamento para mandato de quatro anos, exerce atribuições majoritariamente simbólicas. Dentre as poucas funções efetivas de que dispõe estão a iniciativa legislativa e a possibilidade de convocar referendo para dissolver o Parlamento.

O Conselho de Ministros é o principal órgão do Poder Executivo; seu presidente, o primeiro-ministro, líder de coalizão majoritária no Parlamento, é apontado pelo presidente da República e, se confirmado pelo Parlamento, exerce a chefia do governo.

O Parlamento (Saeima), unicameral, exerce o Poder Legislativo. É formado por 100 deputados eleitos por voto direto proporcional, para mandatos de quatro anos.

Conjuntura política

Valdis Dombrovskis foi nomeado primeiro-ministro em março de 2009. Então com 37 anos, o mais jovem chefe de governo da Europa, assumiu o cargo em contexto particularmente difícil, em que a Letônia sentia os terríveis efeitos da crise financeira internacional de 2008. Levantou a economia do país e preparou o caminho para a admissão letã à zona do euro em 1/1/2014. Testado nas urnas em 2010 e duas vezes em 2011 (uma delas em um referendo proposto pelo presidente para dissolver o Parlamento), saiu-se vitorioso em todas elas, e se projetava no país e na Europa como um dos políticos mais dinâmicos do continente. Em 2011, tornou-se o mais longevo primeiro-ministro da história da Letônia.

Apesar de boas perspectivas para vencer as eleições legislativas naquele ano, o primeiro-ministro Valdis Dombrovskis renunciou ao cargo após o que foi considerada a

pior tragédia no país desde 1950, o desabamento em supermercado de Riga que matou 54 pessoas, em 21/11/2013, alegando que o país precisaria de um "governo que tivesse pleno apoio do Parlamento para lidar com o desastre".

O então presidente da Letônia, Andris Berzins, indicou, em janeiro de 2014, o nome de Laimdota Straujuma para o cargo de primeira-ministra. Matemática e ex-ministra da Agricultura, Straujuma foi eficiente em negociações na UE para obter vantagens para os agricultores letões.

Embora antes não pertencesse a nenhum partido, Straujuma aderiu ao conservador Partido da Unidade no dia anterior a sua nomeação, presumivelmente como gesto facilitador, e conseguiu o apoio de coalizão que consiste no Partido da Unidade, no direitista Aliança Nacional, no centro-direita Partido da Reforma e no centrísta União de Verdes e Camponeses e por alguns deputados independentes. As eleições legislativas de outubro de 2014 confirmaram-na no poder, embora o partido mais votado tenha sido o Partido da Harmonia, de orientação pró-russa, com 23,26% dos votos, seguido pelos dois principais partidos governistas, o Partido da Unidade, com 21,62%, e pela União dos Verdes e Camponeses, com 19,74%.

Em junho de 2015, foi realizada no Parlamento eleição indireta para presidente da República, que resultou na escolha, como novo chefe de estado, de Raimonds Vējonis, líder do partido "União dos Verdes e Camponeses", que ocupava até então o cargo de ministro da Defesa e que, em governos anteriores, já havia desempenhado a função de ministro do Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional.

Tão logo eleito, Vējonis anunciou como suas prioridades o fortalecimento da segurança nacional e a promoção de políticas ambientais. Sobre as relações com a Rússia, que ainda mantém grande influência na política interna da Letônia (até mesmo pela presença de vasta comunidade russa naquele país báltico), que se traduz na relevância política do partido "Harmonia", Vējonis assegurou ter interesse em melhorar o relacionamento bilateral, mas advertiu que, enquanto "os mísseis e armas pesadas russas continuarem na Ucrânia", não deverá ser possível implementar essa linha de ação diplomática.

O presidente Raimonds Vējonis indicou, em janeiro de 2016, Māris Kučinskis, do partido União dos Verdes e Camponeses, para exercer o cargo de primeiro-ministro, em substituição à demissionária Laimdota Straujuma, do partido Unidade.

As próximas eleições para a Saeima ocorrerão em outubro de 2018, quase um ano antes das eleições indiretas para presidente da República (escolhido pelos congressistas), previstas para junho de 2019.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa letã é caracterizada pelo dinamismo, pautada pela participação ativa em várias organizações internacionais, pela disposição em estender sua influência entre os países vizinhos e no Cáucaso e pelo intenso trabalho diplomático executado pelos titulares da chefia do estado e do governo, de que é emblemático o elevado número de visitas bilaterais realizadas e recebidas pelas autoridades letãs nos últimos anos.

Grande parte da energia da jovem diplomacia letã é canalizada para a administração. As preocupações defensivas em relação à Rússia parecem constituir o principal elemento definidor da política externa da Letônia e uma das razões a alegadamente justificar o atual alinhamento do país aos EUA. Membro da OTAN desde 2004, participou ativamente de operações lideradas pela Aliança no Kosovo, no Iraque e no Afeganistão. Atribui à Aliança Atlântica o papel de garante de sua segurança nacional.

Da mesma forma como a maioria dos outros países oriundos da esfera de influência soviética, a Letônia tem orientado sua política externa para o aprofundamento de relações políticas, econômicas e militares com a União Europeia (UE). Admitida ao bloco em 2004, valoriza, em seu âmbito, os esforços de diálogo com os países do leste do continente ainda não integrados à UE, ao amparo da Política Europeia de Vizinhança. O país, movido pelo mesmo ímpeto euro-atlântico, logrou, em 2016, obter a adesão à OCDE, uma de suas principais prioridades diplomáticas.

Seus limitados recursos de poder desautorizam uma política mais ambiciosa, que vá além de seu entorno regional imediato. O país, no entanto, não se furta a participar ativamente em organismos multilaterais, embora quase sempre atrelado às posições estadunidenses e europeias, bem como a uma crescente presença diplomática em países relativamente distantes. Sua rede diplomática, embora limitada, conta com 38 embaixadas residentes (China e Rússia, dentre os BRICS; nenhuma na América Latina) e nove missões permanentes. Riga, ademais, sedia 36 embaixadas residentes (nenhuma latino-americana).

As prioridades atuais de política externa letã compreendem a manutenção dos fundos de coesão da UE e a transferência de recursos da Política Agrícola Comum (PAC) da UE para os agricultores locais. Caberia mencionar, ainda, a importância que Riga atribui à construção de um relacionamento positivo com a Rússia e à aproximação com os países do leste europeu não membros da UE e da Ásia Central.

União Europeia (UE)

A Letônia apresentou sua candidatura à admissão na UE em 1995. O país, contudo,

somente seria admitido em 2004. Em 2007, passou a fazer parte do Espaço Schengen. O país aderiu ao euro em 1/1/2014.

O país vem procurando firmar suas posições nos debates entre os membros da UE. Ciente de suas limitações, agravadas pela crise financeira global que reduziu brutalmente o PIB letão, concentra seus esforços no fortalecimento da dimensão de segurança da UE e da Política de Vizinhança, particularmente a Parceria para o Leste. Defende a expansão da União, com o acesso da Turquia e dos países balcânicos.

EUA e OTAN

Para Riga, as relações estratégicas com os EUA constituem pedra-de-toque de sua política de segurança, escorada em sua ativa participação na OTAN. As relações com os EUA, auxiliadas por uma aproximação pessoal entre o ex-presidente George W. Bush e a ex-presidenta Vaira Vike-Freiberga, transformaram a Letônia no bastião avançado das posições ocidentalistas na região. O alinhamento com as posições de Washington transpareceu, por exemplo, no envio de tropas militares para o Iraque e o Afeganistão, na condenação do programa nuclear iraniano e na visão de que a parceria transatlântica seria a melhor forma de combater a proliferação de armas de destruição em massa, os conflitos regionais e a ameaça do terrorismo.

O relacionamento formal com a OTAN se iniciou com o estabelecimento, em dezembro de 1991, do Conselho de Cooperação do Atlântico Norte e se reforçou por ocasião do programa Parceria pela Paz, lançado pela OTAN, em 1998, com vistas a estruturar o diálogo em temas de segurança com países oriundos do espaço soviético.

Apesar de não ter sido contemplada na primeira iniciativa de expansão da OTAN em direção aos países do leste europeu, em 1999, a Letônia persistiu no seu intento de integrar-se à Aliança, sem descuidar do fato de que sua adesão – bem como da Estônia ou da Lituânia – era visto por Moscou de maneira diferente do acesso de outros países da região à Aliança, por se tratar não apenas de um território outrora submetido à influência comunista, mas, principalmente, de uma ex-república constituinte da URSS.

A oposição russa ao alargamento da OTAN na direção leste matizou-se em 2002, quando o presidente Putin reorientou a política externa de seu país no sentido de reforçar seus laços com o Ocidente. Vencido o obstáculo imposto por Moscou, a Letônia e seus vizinhos bálticos foram admitidos na OTAN em 2004.

Com Forças Armadas modestas, o país confere à OTAN a responsabilidade de zelar por sua segurança nacional. Desde 2004, caças alemães, belgas, dinamarqueses, espanhóis e noruegueses patrulham, sob a égide da OTAN, o espaço aéreo da Letônia e dos demais

países bálticos.

A Letônia tem participado, de acordo com suas possibilidades, das operações lideradas pela Organização no Kosovo, no Afeganistão e no Iraque. O país defende a expansão da Aliança e apoia o ingresso de Albânia, Croácia e Macedônia e o oferecimento de Plano de Ação para Adesão a Geórgia e Ucrânia.

Países Bálticos e Nôrdicos

Os cinco países nórdicos (Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia) e as três nações bálticas (Estônia, Letônia e Lituânia) compartilham entre si fortes vínculos econômico-comerciais, políticos, históricos e linguísticos, que se traduzem nas intensas relações bilaterais mantidas entre si e nas atividades desempenhadas em diversos agrupamentos regionais, com destaque para o Conselho dos Estados do Mar Báltico. Juntos, comportam uma população de mais de 32 milhões de habitantes, um PIB de US\$ 1,1 trilhão. A Letônia, em particular, sempre teve relações históricas com seus vizinhos – sobretudo com Estônia, Lituânia e Suécia.

O país participa do Conselho dos Estados Bálticos, fórum intergovernamental criado em 1992, em resposta às alterações do quadro geopolítico da região, cujo objetivo é fomentar a cooperação regional em cinco áreas-chave: meio ambiente, desenvolvimento econômico, educação e cultura, energia e segurança civil. Conta com onze Estados-membros: Alemanha, Dinamarca, Estônia, Finlândia, Islândia, Letônia, Lituânia, Noruega, Polônia, Rússia e Suécia, além da União Europeia, a título individual. As principais contribuições da Letônia referem-se à resolução de problemas-chave na região: poluição ambiental, segurança energética e imigração ilegal.

Ademais, no tocante à Rússia, os laços históricos e o convívio com o grande vizinho da região tornam os países nórdico-bálticos fonte imprescindível de informação para a visualização, compreensão e eventual antecipação das estratégias e políticas de Moscou.

Os países nórdico-bálticos, por fim, são atores privilegiados do que muitos analistas têm denominado “corrida ao Ártico”, face à descoberta de depósitos de recursos minerais na região e à abertura de novas rotas de navegação por conta do derretimento de calotas polares.

Rússia

A Letônia esteve sob dominação russa/soviética entre 1710-1920 e 1944-1991. Mais de dois séculos e meio de ocupação e persistentes tentativas, da parte de Moscou, de russificação do país imprimiu na população letã sentimento antirrusso, que continuam a

dificultar o relacionamento bilateral com Moscou.

O tema dos direitos da minoria russa na Letônia (que corresponde a quase 30% da população do país) e o debate sobre a interpretação do significado da II Guerra Mundial (que para a Letônia representou o fim de sua independência e o começo de uma ocupação) impõem obstáculos adicionais ao relacionamento Riga-Moscou.

Superado o problema da presença de tropas russas em território letão – que dele se retirariam definitivamente em 1999 –, as relações entre os dois países melhoraram sensivelmente durante a primeira década do século XXI. Seu resultado mais emblemático terá sido a assinatura de tratado de fronteiras em 2007. Persistem ainda, não obstante, grandes tensões entre as duas etnias, ao ponto de alguns analistas apontarem a existência de uma “verdadeira segregação” entre russos e letões e atribuírem ao governo de Moscou ações no sentido de perpetuar a sua influência no país vizinho.

A mudança de uma agenda negativa para uma de diálogo e colaboração entre a Letônia e a Rússia, sobretudo na medida em que esta deverá repercutir na região báltica e induzir outros países da “nova Europa” a terem atitude semelhante, contribuirá para a melhoria das relações entre a UE e a Rússia. Autoridades de Bruxelas têm pressionado o governo letão no sentido de aprofundar o processo de integração da comunidade russa à sociedade nacional.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A Letônia possui uma economia pequena e aberta, cujas exportações contribuem significativamente para a formação de seu PIB. Por conta de sua localização geográfica, serviços de trânsito de mercadorias são altamente desenvolvidos e compõem, juntamente com processamento de madeira, agricultura e produção de aparelhos eletrônicos e maquinários, as principais atividades econômicas do país.

As reformas implementadas pela Letônia desde o final do regime comunista renderam resultados eficientes de forma acelerada, que resultaram em um crescimento do PIB letão de 50% entre 1995 e 2006, um dos melhores desempenhos econômicos na Europa. A evolução da economia, contudo, vinha ocorrendo de forma desordenada. Em 2006, a economia letã já começava a dar claros sinais de superaquecimento. Naquele ano, o crescimento do PIB registrou recorde histórico de 12%.

Em dezembro de 2008, o FMI e a UE anunciaram programa conjunto de auxílio ao país báltico no valor de US\$ 10,5 bilhões. O pacote contemplava severas medidas de ajuste fiscal (principalmente redução de salários no setor público e aumento de impostos sobre o

consumo) e monetário (possível desvalorização da moeda local, rompendo com a política de atrelamento ao euro).

A situação macroeconômica se agravou sob as consequências da crise global. Altamente endividada, a Letônia foi atingida em cheio pelo colapso financeiro que se iniciou nos EUA e se alastrou pelo mundo. Em 2008, o PIB encolheu -4,2%; no ano seguinte, o país mergulhou em situação dramática, com uma assustadora queda do PIB de -18%. Em 2010, superada a fase mais aguda da crise global, o país continuou mergulhado na recessão, com retração do PIB de -0,3%. Com sua riqueza reduzida em 25% em menos de três anos, o país é considerado por muitos analistas como o mais duramente atingido pela crise econômica.

Com crescimento de 5,5% em 2011, 4,5% em 2012 e 4,2% em 2013, a economia letã logrou recuperar seu nível pré-crise, graças, em grande parte, ao êxito de setor exportador – que registrou crescimento de 75% entre 2009 e 2013. A entrada da Letônia na zona do euro, em janeiro de 2014, tem sido considerada bem-sucedida e livre de maiores percalços. A expansão do PIB foi da ordem de 2,3%, em 2014, 2,7%, em 2015, e 2%, em 2016.

Em 2017, a economia letã registrou crescimento de 4,5% em relação a 2016 (dados não ajustados sazonalmente). O PIB do país deverá crescer 4% em 2018, 3,4% em 2019 e 3% em 2020. A elevada taxa de crescimento econômico em 2017 (maior dos últimos 6 anos) foi pautada, principalmente, pelos bons resultados registrados no setor manufatureiro (alta de 7,9%) e no setor da construção civil (alta de 19,4%). De acordo com relatório do Ministério das Finanças, a indústria letã foi favorecida pela retomada do crescimento da economia de importantes parceiros comerciais, como a Rússia e alguns países da União Europeia. Foram registrados aumentos significativos na produção letã de máquinas e equipamentos (alta de 41,4%), fabricação de veículos automotores, reboques e semi-reboques (alta de 38,9%), e fabricação de produtos químicos e farmacêuticos (alta de 30,2%).

A composição do PIB da Letônia em 2017, sob a ótica das despesas, teve como pilar principal a formação bruta de capital fixo, que avançou em 16% em comparação com 2016. O consumo das famílias (alta de 5,1%), as exportações (4,4%) e os gastos públicos (4,1%) foram outros fatores que contribuíram para o avanço da economia. A inflação acumulada foi de 2,9% (prognóstico de 2,8% para 2018 e 2,4% em 2019). A alta da inflação - que em 2016 registrava 2,2% - foi resultado, principalmente, da subida dos preços do petróleo e dos alimentos (em especial carne, óleos e produtos lácteos). A taxa de desemprego atingiu a marca de 8,7% (queda de 0,9% em relação a 2016). Os setores que mais contrataram foram o de serviços de TI (alta de 4,7%) e o da construção civil (7,3%).

Por outro lado, os setores de vendas a varejo e atacado, imobiliário e de serviços administrativos apresentaram uma ligeira queda no número de vagas. Ainda sobre a evolução do mercado de trabalho na Letônia, vale ressaltar que os reajustes salariais foram significativamente superiores aos observados em 2016 (em 2017, os reajustes foram de, em média, 8,3% para o setor privado e de 7,4% para o setor público, segundo dados do Ministério das Finanças).

As exportações da Letônia totalizaram EUR 11,4 bilhões (crescimento de 10% em relação a 2016); já as importações somaram EUR 14 bilhões (alta de 14,5%). As exportações para países da União Europeia somaram 71% do total, ou seja, um acréscimo de 6,9% (em valor total) na comparação com 2016. A pauta das exportações foi dominada por produtos manufaturados como máquinas e equipamentos, equipamentos elétricos, alimentos manufaturados e produtos farmacêuticos. Já pelo lado das importações, destacaram-se as seguintes categorias: máquinas e equipamentos, produtos para a indústria química e farmacêutica e produtos minerais. Os maiores parceiros comerciais da Letônia foram a Lituânia (18% do total), a Alemanha (9%), a Estônia (9%), a Rússia (8%) e a Polônia (7%).

Em 23 de março de 2018, a agência de classificação de risco S&P Global anunciou a manutenção da nota de crédito soberano da Letônia (em moeda internacional) em "A-", com perspectiva positiva.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

3000 a.C: Povos fino-úgricos se estabelecem na região onde hoje é a Letônia

1201: Após conquista pelos povos germânicos, o território é batizado de Livônia. Riga é fundada pelo bispo Alberto de Livônia

1285: A cidade de Riga torna-se parte da Liga Hanseática, criando laços econômicos e culturais com o resto da Europa

1621: A região é conquistada pela Suécia

1710-1718: Sob o reinado do tsar Pedro I, a Rússia anexa a região

1913: O porto de Riga passa a ter maior volume de mercadorias do que o de São Petersburgo

1918: Com a Rússia enfraquecida, Letônia declara sua independência no dia 18 de novembro

1921: Letônia é admitida na Liga das Nações

1940: No dia 5 de agosto, a Letônia, juntamente com Lituânia e Estônia, é anexada à ex-URSS

- 1959:** A liderança soviética dissolve o partido comunista da Letônia e destitui os líderes do governo e os substitui, quase que em sua maioria, por políticos russos
- 1989:** A “perestroika” e o afrouxamento da dominação soviética fazem renascer as elites letãs e o Soviete Supremo letão adota a “Declaração da soberania”, dando às leis letãs primazia sobre as soviéticas.
- 1990:** Declarada a independência da Letônia da ex-URSS
- 1991:** Forças militares da URSS tentam, sem sucesso, abafar o movimento de independência
- 1991:** A Letônia volta a introduzir no sistema jurídico parcelas da Constituição de 1922
- 1994:** Rússia e Letônia assinam acordo para a retirada de tropas russas do território letão
- 2004:** Em março, a Letônia torna-se membro da OTAN
- 2004:** Em maio, Letônia ingressa na União Europeia
- 2007:** Em março, após dez anos de negociação, a Letônia assina com a Rússia o tratado de fronteiras, consolidando, assim, seus limites atuais
- 2008-2010:** Crise financeira internacional mergulha a Letônia na recessão
- 01/01/2014:** Adesão da Letônia à zona do euro
- 2018:** Centenário da República da Letônia

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

- 1890:** Início da colonização letã no Brasil, em Laguna (SC)
- 1921:** Reconhecimento pelo Brasil da independência da Letônia
- 1991:** Estabelecimento das relações comerciais
- 1991:** Brasil reconhece a separação da Letônia em relação à URSS
- 1992:** Estabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e Letônia
- 2004:** Letônia concede, unilateralmente, isenção de vistos de curta duração a cidadãos brasileiros
- 2005:** Letônia decide copatrocinar o projeto de resolução do G-4 sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas
- 2007:** Visita oficial ao Brasil da Presidenta Vaira Veike-Freiberga
- 2007:** Assinatura do Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas
- 2010:** Visita a Riga do Ministro da Secretaria de Portos, Pedro Brito
- 2010:** Visita ao Brasil do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Andris Teikmanis
- 2011:** Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro, Valdis Dombrovskis
- 2012:** Visita ao Brasil do Ministro de Negócios Estrangeiros, Edgars Rinkēvičs

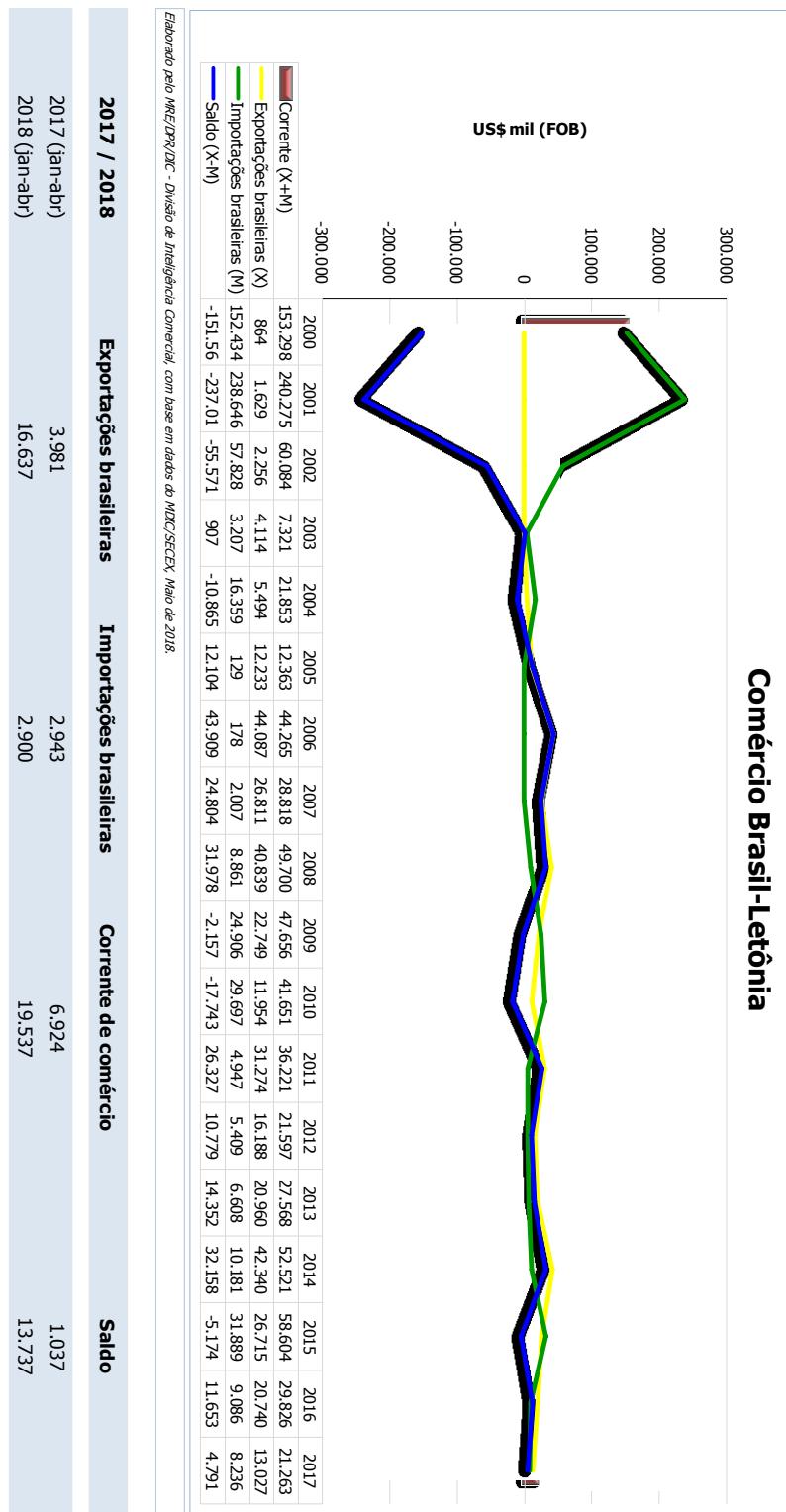
2012: Entrada em vigor de novo acordo de isenção de vistos para turismo e negócios entre o Brasil e União Europeia, com a extensão do benefício da isenção a novos membros da União (Letônia, Estônia, Malta e Chipre)

2017: 25 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Letônia

ACORDOS BILATERAIS

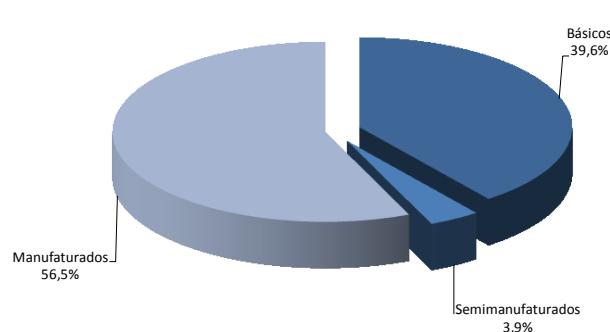
Título do Acordo	Data	Status da Tramitação
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Letônia sobre Cooperação Esportiva	24/05/2010	Em Vigor
Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Letônia	09/06/2008	Em Vigor
Acordo Comercial entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Letônia.	21/09/1932	Denunciado

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

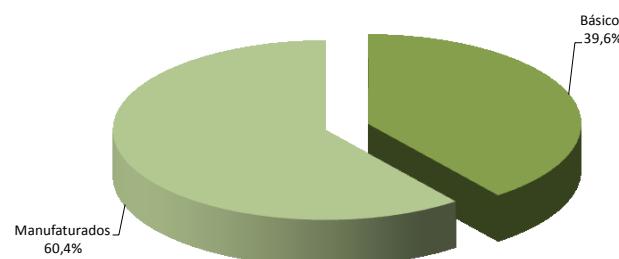


**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017**

Exportações



Importações



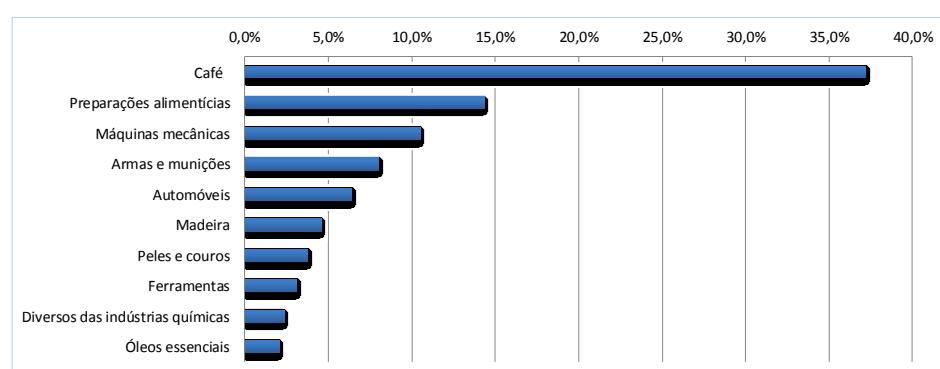
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2018.

Composição das exportações brasileiras para a Letônia (SH2)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Café	1.206	4,5%	1.521	7,3%	4.849	37,2%
Preparações alimentícias	2.877	10,8%	1.584	7,6%	1.871	14,4%
Máquinas mecânicas	440	1,6%	403	1,9%	1.374	10,5%
Armas e munições	0	0,0%	472	2,3%	1.042	8,0%
Automóveis	176	0,7%	598	2,9%	834	6,4%
Madeira	635	2,4%	596	2,9%	601	4,6%
Peles e couros	0	0,0%	1.394	6,7%	497	3,8%
Ferramentas	332	1,2%	346	1,7%	407	3,1%
Diversos das indústrias químicas	625	2,3%	377	1,8%	311	2,4%
Óleos essenciais	15	0,1%	220	1,1%	273	2,1%
Subtotal	6.306	23,6%	7.511	36,2%	12.059	92,6%
Outros	20.409	76,4%	13.229	63,8%	968	7,4%
Total	26.715	100,0%	20.740	100,0%	13.027	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Maio de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

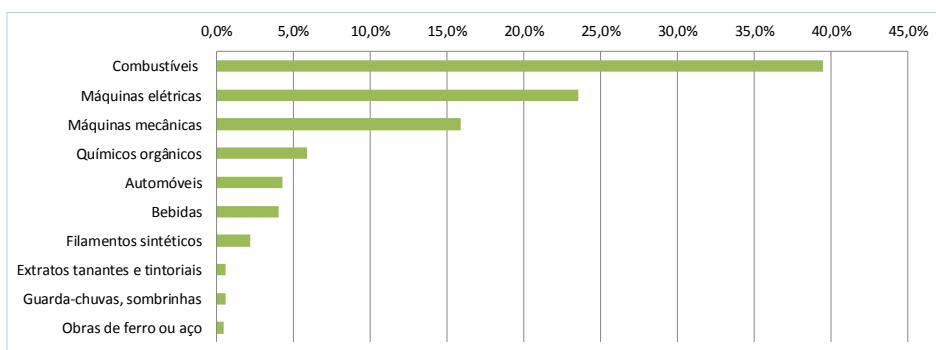


Composição das importações brasileiras originárias da Letônia (SH2)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Combustíveis	25.253	79,2%	2.721	29,9%	3.254	39,5%
Máquinas elétricas	2.904	9,1%	1.413	15,6%	1.938	23,5%
Máquinas mecânicas	1.640	5,1%	2.277	25,1%	1.310	15,9%
Químicos orgânicos	473	1,5%	339	3,7%	486	5,9%
Automóveis	779	2,4%	1.300	14,3%	356	4,3%
Bebidas	502	1,6%	211	2,3%	333	4,0%
Filamentos sintéticos	0	0,0%	35	0,4%	183	2,2%
Extratos tanantes e tintoriais	16	0,1%	16	0,2%	51	0,6%
Guarda-chuvas, sombrinhas	0	0,0%	3	0,0%	47	0,6%
Obras de ferro ou aço	104	0,3%	8	0,1%	38	0,5%
Subtotal	31.671	99,3%	8.323	91,6%	7.996	97,1%
Outros	218	0,7%	763	8,4%	240	2,9%
Total	31.889	100,0%	9.086	100,0%	8.236	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Maio de 2018.

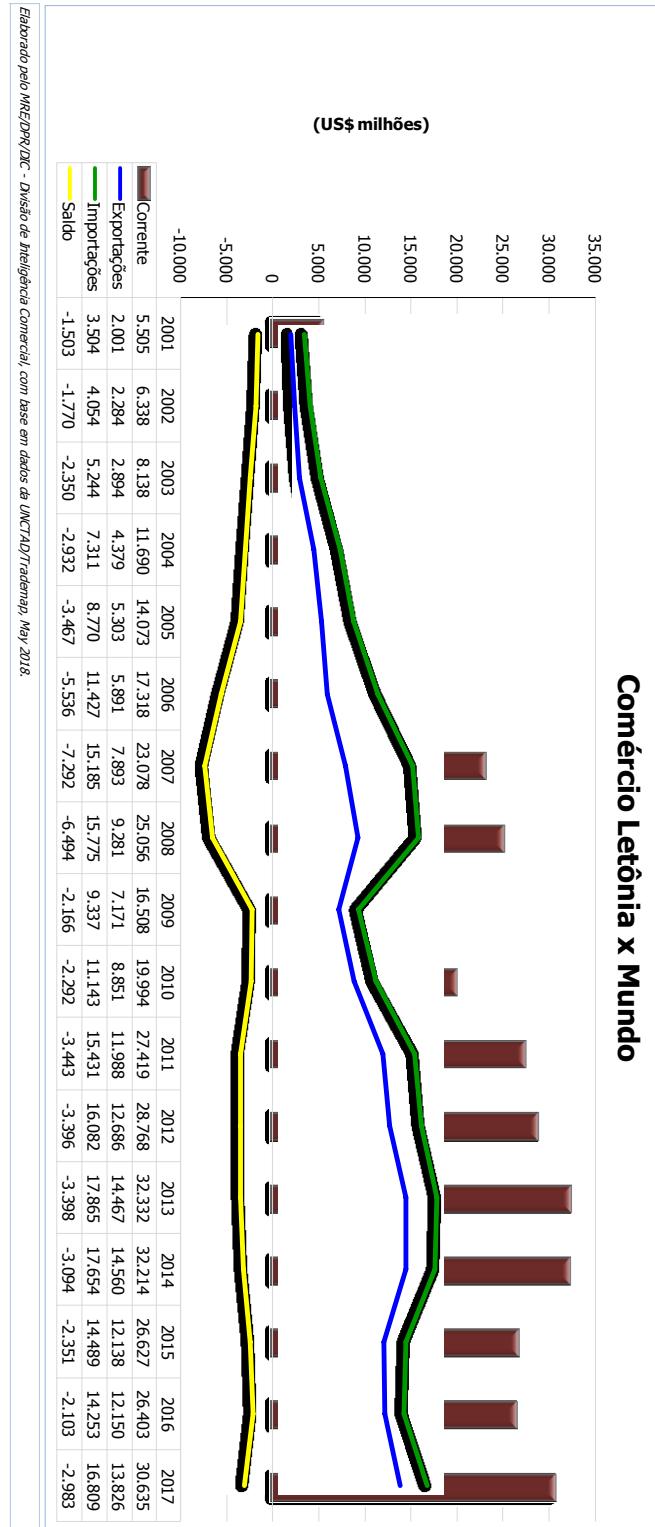
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil

Grupos de produtos (SH2)	2017 (jan-abr)	Part. % no total	2018 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Químicos inorgânicos	0	0,0%	13.193	79,3%	Químicos inorgânicos 79,3%
Café	821	20,6%	1.593	9,6%	Café 9,6%
Máquinas mecânicas	832	20,9%	826	5,0%	Máquinas mecânicas 5,0%
Preparações alimentícias	440	11,1%	203	1,2%	Preparações alimentícias 1,2%
Madeira	199	5,0%	149	0,9%	Madeira 0,9%
Calçados	18	0,5%	130	0,8%	Calçados 0,8%
Ferramentas	104	2,6%	102	0,6%	Ferramentas 0,6%
Frutas	0	0,0%	93	0,6%	Frutas 0,6%
Óleos essenciais	58	1,5%	81	0,5%	Óleos essenciais 0,5%
Vestuário, exceto de malha	30	0,8%	67	0,4%	Vestuário, exceto de malha 0,4%
Subtotal	2.502	62,9%	16.437	98,8%	
Outros	1.479	37,1%	200	1,2%	
Total	3.981	100,0%	16.637	100,0%	
Grupos de produtos (SH2)	2017 (jan-abr)	Part. % no total	2018 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
Importações					
Combustíveis	1.223	41,6%	1.128	38,9%	Combustíveis 38,9%
Máquinas elétricas	470	16,0%	696	24,0%	Máquinas elétricas 24,0%
Máquinas mecânicas	572	19,4%	445	15,3%	Máquinas mecânicas 15,3%
Químicos orgânicos	179	6,1%	131	4,5%	Químicos orgânicos 4,5%
Automóveis	198	6,7%	114	3,9%	Automóveis 3,9%
Filamentos sintéticos	50	1,7%	83	2,9%	Filamentos sintéticos 2,9%
Químicos inorgânicos	5	0,2%	80	2,8%	Químicos inorgânicos 2,8%
Bebidas	69	2,3%	48	1,7%	Bebidas 1,7%
Preparações à base de cereais	0	0,0%	40	1,4%	Preparações à base de cereais 1,4%
Extratos tanantes e tintoriais	17	0,6%	38	1,3%	Extratos tanantes e tintoriais 1,3%
Subtotal	2.783	94,6%	2.803	96,6%	
Outros produtos	160	5,4%	97	3,4%	
Total	2.943	100,0%	2.900	100,0%	

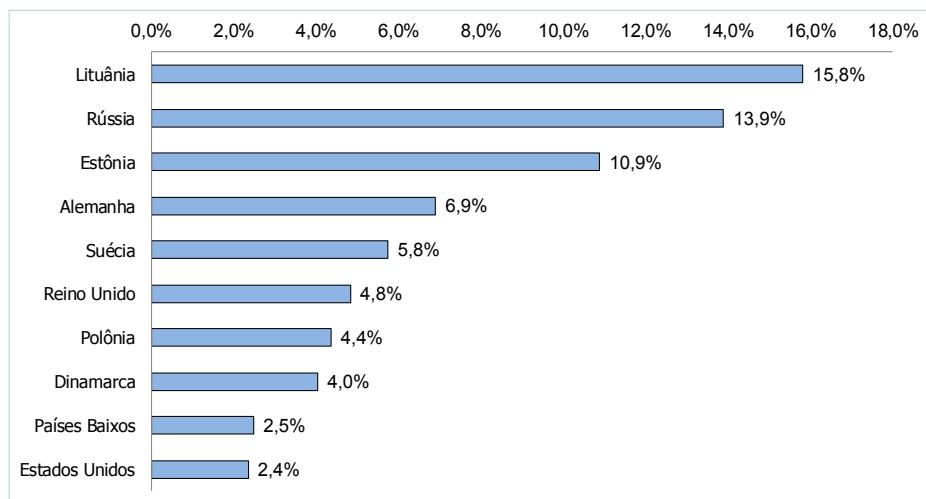
Eaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Maio de 2018.



Principais destinos das exportações da Letônia
US\$ milhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Lituânia	2.188	15,8%
Rússia	1.922	13,9%
Estônia	1.505	10,9%
Alemanha	955	6,9%
Suécia	795	5,8%
Reino Unido	669	4,8%
Polônia	604	4,4%
Dinamarca	559	4,0%
Países Baixos	344	2,5%
Estados Unidos	325	2,4%
...		
Brasil (69º lugar)	8	0,1%
Subtotal	9.874	71,4%
Outros países	3.952	28,6%
Total	13.826	100,0%

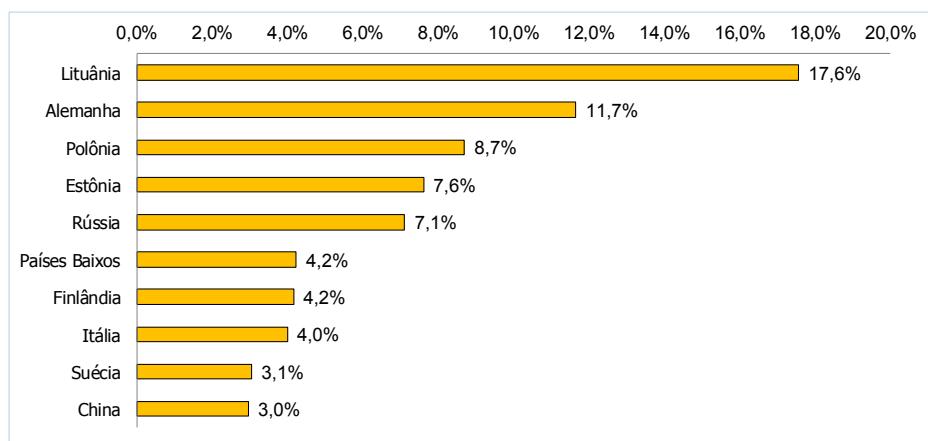
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.



Principais origens das importações da Letônia
US\$ milhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Lituânia	2.953	17,6%
Alemanha	1.959	11,7%
Polônia	1.463	8,7%
Estônia	1.280	7,6%
Rússia	1.196	7,1%
Países Baixos	712	4,2%
Finlândia	700	4,2%
Itália	672	4,0%
Suécia	513	3,1%
China	498	3,0%
...		
Brasil (48º lugar)	9	0,1%
Subtotal	11.955	71,1%
Outros países	4.854	28,9%
Total	16.809	100,0%

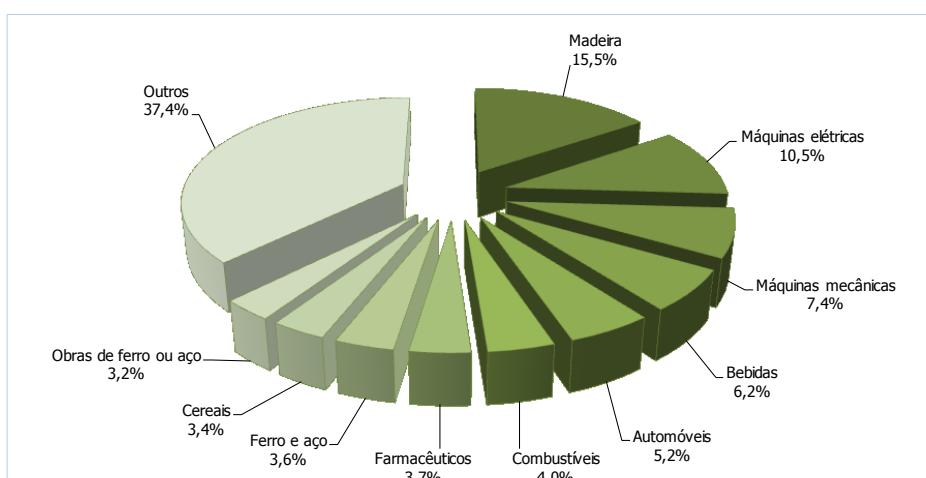
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.



Composição das exportações da Letônia (SH2)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Madeira	2.142	15,5%
Máquinas elétricas	1.448	10,5%
Máquinas mecânicas	1.018	7,4%
Bebidas	862	6,2%
Automóveis	721	5,2%
Combustíveis	557	4,0%
Farmacêuticos	505	3,7%
Ferro e aço	496	3,6%
Cereais	464	3,4%
Obras de ferro ou aço	437	3,2%
Subtotal	8.650	62,6%
Outros	5.176	37,4%
Total	13.826	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

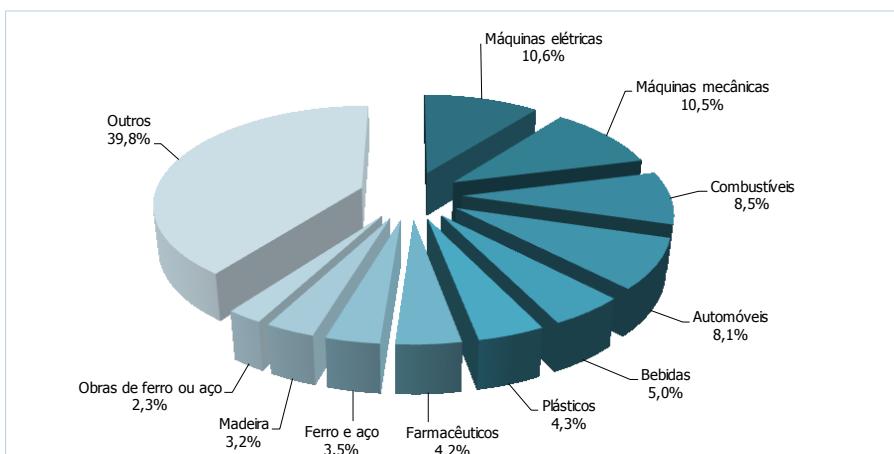


Composição das importações da Letônia (SH2)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Máquinas elétricas	1.781	10,6%
Máquinas mecânicas	1.758	10,5%
Combustíveis	1.436	8,5%
Automóveis	1.360	8,1%
Bebidas	834	5,0%
Plásticos	730	4,3%
Farmacêuticos	703	4,2%
Ferro e aço	587	3,5%
Madeira	537	3,2%
Obras de ferro ou aço	391	2,3%
Subtotal	10.117	60,2%
Outros	6.692	39,8%
Total	16.809	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos da Letônia

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	2,21%	4,55%	3,99%	3,50%	3,30%
PIB nominal (US\$ bilhões)	27,58	30,32	35,92	38,62	41,38
PIB nominal "per capita" (US\$)	14.009	15.547	18.472	19.924	21.390
PIB PPP (US\$ bilhões)	50,65	53,91	57,34	60,63	63,87
PIB PPP "per capita" (US\$)	25.725	27.644	29.490	31.279	33.013
População (milhões habitantes)	1,97	1,95	1,94	1,94	1,94
Desemprego (%)	9,64%	8,71%	8,16%	8,05%	7,97%
Inflação (%) ⁽²⁾	2,11%	2,16%	3,02%	2,49%	2,52%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	1,37%	-0,76%	-1,91%	-2,24%	-2,21%
Câmbio (€ / US\$) ⁽²⁾	0,90	0,89	0,84	0,85	0,83

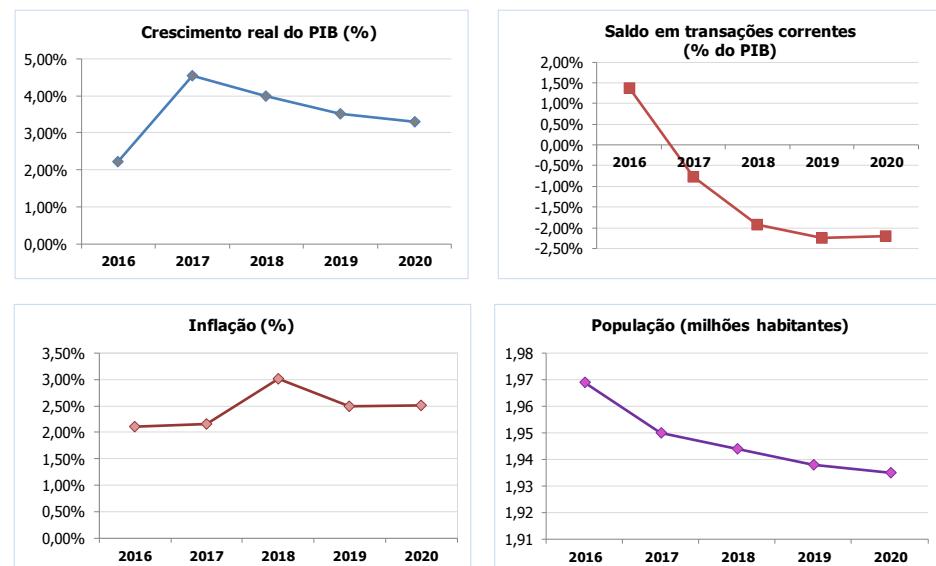
Origem do PIB (2017 Estimativa)

Agricultura	3,2%
Indústria	21,6%
Serviços	75,2%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2018 e da Cia.gov.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



EMBAIXADA DO BRASIL EM ESTOCOLMO**RELATÓRIO DE GESTÃO****EMBAIXADOR MARCOS PINTA GAMA**

Transcrevo, abaixo, relatório simplificado de minha gestão à frente da embaixada em Estocolmo, iniciada em 22 de agosto de 2014.

POLÍTICA INTERNA E EXTERNA

2. Pouco após assumir este posto, o partido Social Democrata, liderado pelo atual primeiro-ministro Stefan Löfven, voltou ao poder, após interregno de oito anos. Ao assumir o cargo de primeiro-ministro, em outubro de 2014, em substituição a Fredrik Reinfeldt, do partido Moderado, Löfven formalizou com o Partido do Meio Ambiente ("verdes") a formação de uma coalizão governamental que, embora nunca tenha detido a maioria no Parlamento (Riksdag, com 349 parlamentares), conseguiu uma certa governabilidade até o momento. Com vistas à aprovação pelo Riksdag de matérias mais relevantes, a coalizão governamental tem contado com o apoio do Partido de Esquerda. A Suécia, nesse sentido, está sustentada em um sistema político caracterizado pelo "parlamentarismo negativo", no qual o governo, mesmo sem a maioria, consegue permanecer no poder, ainda que com dificuldade para garantir a governabilidade plena.

3. Este Posto identificou a tendência de maior conservadorismo nas agendas dos principais partidos políticos locais, em particular após a grave crise de refugiados de 2015, quando a Suécia recebeu um número desproporcionalmente elevado de imigrantes, em relação ao demais países europeus. O impacto desses eventos deve ser particularmente percebido nas próximas eleições gerais, em setembro de 2018. Desde já, o debate político concentra-se na questão da imigração.

4. Embora de modo geral eclipsada pelo tema da imigração, a questão da segurança e, mais especificamente, do combate ao terrorismo segue relevante na política interna sueca, até porque, para expressiva parte da opinião pública, são assuntos interligados. Em 7 de abril de 2017, a cidade de Estocolmo registrou um ataque terrorista no qual foram

vitimadas cinco pessoas. Rakhmat Akilov, cidadão uzbeque que havia tido seu pedido de asilo político negado, conduziu um caminhão sobre uma multidão, em uma das mais movimentadas ruas da capital sueca. Além das vítimas fatais, ao menos mais 15 pessoas ficaram feridas. Akilov foi detido no mesmo dia e está atualmente sendo julgado.

5. Com a proximidade do pleito eleitoral, o partido Social Democrata vem perdendo eleitores. De acordo com uma pesquisa realizada em abril de 2018, a legenda conta com 26 por cento das intenções de votos, menor índice desde maio do ano passado, e 5 por cento a mais que os Moderados. A queda da preferência dos eleitores por partidos políticos tradicionais tem-se mostrado uma tendência em muitos países europeus. Com vistas a combater tal fenômeno, os sociais-democratas suecos buscam uma coalizão eleitoral ampla, composta por agremiações eleitorais que não apresentem valores conflitantes. A estratégia do partido parece ser reconquistar os eleitores perdidos com uma retórica mais dura sobre imigração e criminalidade, sem contemplar qualquer aproximação com os Democratas-Suecos, partido de extrema direita que vem subindo nas pesquisas de intenção de votos.

6. No que se refere ao plano internacional, esta embaixada observou grande mudança na condução da política externa quando a chanceler Margot Wallström assumiu em 2014 e deu início à implementação da autodenominada `Política Externa Feminista`. Embora não se possa falar em ruptura, uma vez que a questão de gênero tem permeado a política externa sueca, houve, sem dúvida, uma maior ênfase ao assunto.

7. De resto, a política externa sueca tem-se mostrado estável nos últimos anos, com os principais objetivos e as avaliações de ameaças mantendo-se, grosso modo, inalteradas. A ênfase da política exterior sueca tem sido nos principais temas multilaterais, especificamente na proteção dos direitos humanos, em políticas de defesa do meio ambiente, no combate à mudança do clima e na implementação da Agenda 2030. A Chancelaria segue destacando que a não-participação em alianças militares tem servido bem ao país e contribuído para a estabilidade e segurança no norte da Europa. No entanto, não se pode dizer, hoje, que o apoio à neutralidade - em particular à não-adesão à OTAN - seja tão forte como foi no passado. Nota-se que a sociedade sueca está cada vez mais dividida sobre esse tema, não havendo mais apoio grandemente

majoritário à neutralidade, como no passado, talvez pelo aumento da percepção de ameaça russa à segurança do país e da região do Mar Báltico.

8. Sob a ótica sueca, a Rússia continua sendo a principal ameaça à paz e à segurança da Europa. Nenhum posicionamento foi alterado pelo país - a Suécia é enfática ao atribuir responsabilidade à Rússia pelo conflito na Ucrânia, considerando ilegal a anexação da Crimeia e defendendo a aplicação de sanções - mas se percebe certa suavização desse discurso a partir de 2017.

9. O tema de maior relevância na política externa sueca desde 2014 vem sendo a participação do país no Conselho de Segurança das Nações Unidas, como membro temporário, para o mandato 2017-2018. A contribuição sueca tem sido especialmente verificada nos debates internacionais sobre ameaças à paz e segurança internacionais. Durante o mandato, o país vem buscando consolidar sua posição como potência humanitária e promotora da paz, conferindo especial atenção aos temas relacionados à Síria e aos conflitos étnicos envolvendo os rohingyas em Myanmar. Tem sido constante durante esse período a atuação da Suécia na promoção de agenda de direitos humanos, em particular nos assuntos tocantes à igualdade de gênero e ao papel da mulher.

10. Ainda no campo multilateral, pode ser percebida uma hesitação do governo sueco no que diz respeito à ratificação do Tratado para a Proibição de Armas Nucleares, que teve o Brasil entre seus principais proponentes. Tendo sido um dos primeiros países a apoiar o acordo, pode-se perceber a diminuição do comprometimento sueco manifestado inicialmente, em face das possíveis consequências para as relações entre o país e a OTAN, cujo posicionamento é francamente contrário ao referido instrumento. A Suécia, nesse sentido, ainda que não seja membro da aliança atlântica, depende da estreita colaboração com seus integrantes, notadamente dos Estados Unidos, na garantia de sua segurança.

ECONOMIA E FINANÇAS

11. A Suécia registra o 11º maior PIB per capita do mundo (US\$ 53 mil) e, no mais recente ranking mundial do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), divulgado em 2015, figura na

14^a posição. Com PIB nominal de US\$ 538,5 bilhões (23^a economia mundial), a Suécia teve crescimento econômico acima da média europeia em anos recentes (de 3,2% em 2016 e 2,4% em 2017). Dentre os principais setores da economia, destacam-se o de telecomunicações, tecnologia da informação, maquinário e automação, indústria química e farmacêutica, veículos automotores, siderurgia, bem como a indústria florestal (madeira e papel/celulose). A taxa de investimento é da ordem de 25% do PIB, enquanto a taxa de poupança é de aproximadamente 30%. Apesar de fazer parte da União Europeia (desde 1995), a Suécia não adotou o euro como moeda, optando por preservar a coroa sueca.

12. Trata-se de economia altamente competitiva e engajada no comércio internacional que, no período entre 2000 e 2007, apresentou crescimento ininterrupto (média de 3%). Como consequência da crise financeira internacional, o PIB sueco registrou queda de -0,5 em 2008 e -5,2% em 2009. A recessão foi revertida em 2010, quando o país cresceu 6,0%, seguido por novo aumento do PIB em 2011 (2,7%). Contudo, a partir de 2012, as dificuldades econômicas na zona do euro (onde estão tradicionais parceiros comerciais da Suécia, como a Alemanha, França e Países Baixos) limitaram o crescimento do PIB sueco: verificou-se incremento de 0,3% em 2012, 1,3% em 2013 e 2,2% em 2014. Já em 2015, com a gradual retomada da confiança por parte do setor privado, o aumento no consumo das famílias e o reaquecimento da economia em importantes parceiros comerciais da Suécia (especialmente EUA e Alemanha), o crescimento do PIB sueco alcançou 4,1%. Em 2016 e 2017 o PIB sueco cresceu em 3,2% e 2,4%, respectivamente.

13. O Riksbank (Banco Central da Suécia, o mais antigo do mundo), em sua mais recente avaliação econômica, publicada em abril de 2018, divulgou projeções para o crescimento do PIB sueco, ao estimar expansão de 2,6% em 2018 e de 2,0% em 2019 (a título de comparação, a expectativa do Fundo Monetário Internacional para a expansão do PIB sueco é de 2,4% em 2018 e 2,0% em 2019). O governo sueco prevê taxa de desemprego estável, em nível pouco abaixo de 7% (6,7% em dezembro de 2017).

14. Em 2017, a formação bruta de capital fixo registrou crescimento de 6% em relação a 2016, sendo os investimentos na construção civil um dos grandes propulsores do PIB naquele ano. O consumo das famílias, outro fator decisivo para o avanço do PIB em 2017, registrou alta de 2,4%; já os gastos

do governo totalizaram alta de 0,4%. Apesar do bom ano para as exportações suecas (alta de 6,2% em comparação com 2016), impulsionadas pela desvalorização da coroa sueca, a balança comercial em 2017 apresentou resultado bastante equilibrado – superávit de US\$ 20 milhões.

15. O balanço das finanças públicas em 2017 foi positivo, tendo a proporção dívida pública/PIB apresentado queda para 40,9% (42,2% em 2016). Os gastos públicos cresceram apenas moderadamente em 2017, ao passo que a arrecadação do governo percorreu trajetória de crescimento. As finanças públicas deverão continuar superavitárias no futuro próximo, o que justificaria o prognóstico governamental de queda da proporção dívida pública/PIB para os próximos anos (37,9% em 2018; 34,3% em 2019 e 31,9% em 2020).

16. Já a taxa de inflação, que ao final de 2017 registrava índice de 1,8%, deverá apresentar leve recuo em 2018 (1,7%), voltando a subir em direção à meta do governo (de 2%) somente em 2019. Nesse contexto, o BC sueco tem optado pelo prolongamento da política monetária expansionista ao manter a taxa de juros referenciais em patamar negativo (-0,50% desde julho de 2015). De acordo com o prognóstico do "Riksbank", a taxa de juros deverá passar por cautelosos aumentos a partir do segundo semestre de 2018, buscando assim evitar a rápida valorização da coroa sueca. A taxa de juros deverá fechar o ano de 2018 ainda em terreno negativo, passando para 0% em 2019 e 0,6% em 2020.

RELAÇÕES BILATERAIS

17. No que tange às relações bilaterais com o Brasil, o posto ressaltou que, após a efetivação do atual governo brasileiro e dadas as perspectivas de recuperação econômica no Brasil, foram retomadas as visitas e eventos bilaterais de alto nível, como bem ilustram as visitas do rei Carl XVI Gustaf e da rainha Silvia ao Brasil, em abril de 2017, a visita do ministro da Defesa Raul Jungmann à Suécia, em junho de 2017.

18. Em cumprimento das diretrizes do Novo Plano de Ação da Parceria Estratégica (2015), esta embaixada também apoiou a realização da III Reunião do Grupo de Alto Nível em Aeronáutica, do Diálogo Político-Militar (formato "2+2"), além do Mecanismo de Consultas Políticas. Com relação às

gestões de alto nível, o posto obteve respostas positivas ao reforçar os pedidos de apoio sueco à evolução das negociações entre Mercosul e União Europeia, à candidatura do Brasil à OCDE e a outros pleitos brasileiros. Quanto aos instrumentos bilaterais, o posto tem incentivado a conclusão do Acordo para Evitar a Dupla Tributação. Ademais, a embaixada deu início a consultas preliminares com vistas à almejada elaboração do plano de ação previsto no Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Proteção ao Meio Ambiente, Mudança do Clima e Desenvolvimento Sustentável (2013).

19. Em vista do bom momento pelo qual passam as relações bilaterais, este Posto deve dar seguimento aos esforços para elevar o perfil do Brasil junto ao governo e sociedade suecos, por meio de: a) ações de difusão cultural (com prioridade para a literatura e o cinema brasileiros); b) participação em feiras e mostras comerciais que promovam a imagem do Brasil e a qualidade dos produtos brasileiros (prioridade para produtos alimentícios/bebidas e mobiliário de design); c) participação ativa nas reuniões e eventos de centros de excelência na formação da opinião pública local, como o IDEA International (organização internacional dedicada à promoção da democracia e assistência eleitoral, da qual o Brasil é membro), o Instituto de Relações Internacionais e o SIPRI (think tank especializado em estudos e estatísticas na área de defesa); e d) estabelecimento de contatos mais estreitos com os principais veículos da imprensa sueca.

COMÉRCIO E DE INVESTIMENTOS

20. A Suécia é tradicional fonte de investimentos produtivos no Brasil, uma vez que há mais de duzentas empresas suecas instaladas no País (empregando cerca de 60 mil pessoas, sobretudo no setor industrial), algumas delas com longo histórico, como a SKF (desde 1915) e a Ericsson (desde 1924). De acordo com dados do Banco Central do Brasil, o fluxo de Investimento Estrangeiro Direto (IED) de origem sueca em 2017 foi de US\$ 126 milhões (0,2% do total), frente a US\$ 378 milhões em 2016 e US\$ 422 milhões em 2015. O BCB registrou estoque de investimento sueco no País no montante de US\$ 2,31 bilhões em 2016 (último dado disponível), pelo critério do investidor imediato. Já pelo critério de investidor final, o estoque de IED sueco no Brasil soma US\$ 1,93 bilhão (0,4% do total).

21. Os esforços deste Posto durante minha gestão se concentraram no apoio à consolidação de novos mecanismos de diálogo que pudessem fomentar a coordenação entre atores privados e governamentais e na reativação da Comissão Mista de Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica, cuja última reunião havia ocorrido em maio de 2015. Tais esforços foram motivados também pela necessidade de se criarem vias de diálogo e coordenação que possam favorecer as reflexões e iniciativas a serem exploradas no eixo da cooperação em aeronáutica, que evoluiu sobremaneira desde 2015, e cujos desdobramentos para outras áreas da cadeia produtiva exigem ainda esforços de ambos os lados.

22. No que se refere ao diálogo entre as comunidades empresariais dos dois países, ganhou grande importância o Conselho de Líderes Empresariais Brasil-Suécia, que congrega representantes de alto nível das empresas com papel mais destacado nas relações econômico-comerciais bilaterais. Após a reunião realizada em 19 de outubro de 2015, no contexto da mais recente visita presidencial à Suécia, o Conselho Empresarial tornou a reunir-se em 3 de abril de 2017, em São Paulo, com a presença do Senhor Presidente da República e do Rei Carlos XVI Gustavo. Dada a relevância dos atores empresariais envolvidos, que incluem as principais multinacionais suecas (como Ericsson, Electrolux, SKF, Scania, Volvo Group, SAAB, Atlas Copco, etc.), o Conselho Empresarial Brasil-Suécia consiste em um espaço privilegiado de intercâmbio de informações e avaliações sobre oportunidades de investimento no Brasil e na Suécia, com potencial irradiador para os respectivos empresariados no que se refere ao incremento do conhecimento e interesse mútuos na seara econômico-comercial. Como manifestação concreta desse fortalecimento do Fórum, foram estabelecidas as seguintes áreas de cooperação sob a coordenação da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da agência sueca Business Sweden: indústria 4.0, financiamento público, competitividade industrial, educação, acordos comerciais, propriedade intelectual, bioeconomia e proteção de investimentos.

23. Nessa linha, um dos mais relevantes objetivos alcançados foi a retomada da Comissão Mista Brasil-Suécia sobre Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica, estabelecida pelo Acordo sobre Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica (1984). Após anos de inatividade, a Comissão Mista foi retomada em 21 de maio de 2015, em Brasília, no contexto da visita ao Brasil do Ministro da Indústria e

Inovação da Suécia, Mikael Damberg. Esse mecanismo, no âmbito do qual se inserem diversos temas, com reflexos econômicos, das relações bilaterais, tem a previsão de reunir-se a cada dois anos, alternando-se entre o Brasil e a Suécia. A sua mais recente edição ocorreu em 25 de outubro último, em Estocolmo, por ocasião da Semana da Inovação Brasil-Suécia, em que foram tratados, notadamente, os temas de acessão do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da negociação do acordo de associação entre o Mercosul e a União Européia. Registra-se que o apoio do governo sueco foi reiterado em ambas as tratativas diplomáticas.

24. Segundo os mais recentes dados disponibilizados pela SECEX/MDIC, a corrente de comércio entre o Brasil e a Suécia totalizou US\$ 1,55 bilhão (FOB) em 2017, frente a US\$ 1,48 bilhão em 2016 (alta de 4,7%). As exportações brasileiras para a Suécia em 2017 sofreram queda de 9,3% em relação ao ano anterior, ao somarem US\$ 466 milhões. Já as importações brasileiras de produtos suecos totalizaram US\$ 1,08 bilhão (alta de 12,05% em 2017 em relação a 2016).

25. Os dados do MDIC, portanto, apontam déficit brasileiro no intercâmbio comercial com a Suécia no montante de US\$ 623 milhões em 2017 (déficit de US\$ 457 milhões em 2016). As exportações brasileiras para a Suécia consistem, predominantemente, em produtos básicos, tais como minérios (cerca de 41% em 2017), café em grão não torrado (21%) e carne bovina (5%). Por sua vez, as importações brasileiras apresentam uma pauta diversificada, mas dominada por manufaturados, como máquinas, produtos farmacêuticos e partes e acessórios para veículos automotores.

26. Os esforços da embaixada na área de promoção do comércio e dos investimentos têm buscado diversificar a pauta brasileira de exportações e atrair investidores em áreas não tradicionais, como as de venture capital, produção de software, comércio eletrônico e fomento das startups tecnológicas. Buscou-se, ademais, atrair para o Brasil o investimento de empresas suecas globais como a IKEA, do setor mobiliário, e a H&M, do setor de vestuário.

DIPLOMACIA DA INOVAÇÃO

27. Acompanhei o processo final da negociação do contrato comercial entre a Força Aérea Brasileira e a Saab, em outubro de 2015, para a aquisição e o desenvolvimento conjunto de 36 caças Gripen NG, ao custo aproximado de USD 5,4 bilhões (o maior contrato de exportação da história da Suécia), seguido pela assinatura do contrato financeiro, em agosto de 2015, fato que marcou sobremaneira a cooperação bilateral em aeronáutica militar. A parceria estabelecida entre a Embraer e a SAAB no projeto Gripen NG tornou-se a mais bem-sucedida e visível iniciativa de cooperação bilateral, capaz de gerar "spillover effects" para diversos setores da economia brasileira, como consequência da ampla transferência de tecnologia prevista no pacote de "offset".

28. A cooperação bilateral no domínio da aeronáutica ganhou auspiciosa dinâmica com a criação, em outubro de 2015, no contexto da visita presidencial, do Grupo de Alto Nível em Aeronáutica (GAN), conformado por representantes militares e civis, de entidades públicas e privadas dos dois países, que se dedicam a potencializar os efeitos de transbordamento da cooperação estabelecida no contexto do projeto de co-fabricação dos caças Gripen NG para outras cadeias produtivas. O GAN reúne-se anualmente, tendo o último encontro do referido grupo ocorrido em outubro de 2017, no contexto da Semana da Inovação Brasil-Suécia em Estocolmo.

29. Pude contribuir para o impulso das iniciativas voltadas a fomentar a produção conjunta de inovação entre o Brasil e a Suécia. Além da indústria aeronáutica, são exemplos de áreas de cooperação bilateral com potencial inovador a bioenergia e a mineração, as ciências da vida e as cidades inteligentes.

30. As relações sueco-brasileiras em ciência, tecnologia e inovação ganharam acentuado impulso e densidade ao longo de 2017, com a realização de visitas de alto nível, como a do secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do MCTIC, Álvaro Prata, e do secretário de Assuntos Internacionais do MPDG, Jorge Arbache, em fevereiro, além de missões da ANPROTEC e da ABVCAP, em abril do ano passado.

31. Esta embaixada também organizou a primeira Semana da Inovação Brasil-Suécia em Estocolmo (23-27 de outubro de

2017), evento que reuniu mais de 150 participantes brasileiros, entre funcionários governamentais, empresários e especialistas acadêmicos. Os eventos foram concebidos tendo em conta o modelo de hélice tripla, que congrega governo, universidades e setor privado, e compreenderam reuniões de trabalho, seminários e workshops que versaram sobre temas estratégicos das relações bilaterais, como aeronáutica, bioeconomia, financiamento da inovação, cooperação acadêmica e tecnologias industriais inovadoras. A iniciativa, que replicou a bem-sucedida experiência da embaixada da Suécia em Brasília, que vem organizando Semanas da Inovação desde 2012, contou a participação do secretário-executivo do MCTIC, Elton Zacarias; do secretário-executivo do MDIC, Marcos Jorge de Lima; do senhor SGEC, embaixador Santiago Mourão; do secretário de Assuntos Internacionais do MPDG, Jorge Arbache; e do secretário de Desenvolvimento e Competitividade Industrial do MDIC, Igor Calvet, entre outros representantes de diversas entidades públicas e privadas.

32. O significativo potencial sueco-brasileiro para produção conjunta de inovação, com reciprocidade e benefício mútuo, adquiriu, ademais, um verdadeiro "roadmap", consubstanciado na ata e no plano de trabalho da II Reunião do Grupo de Trabalho de Tecnologia Industrial Inovadora (GT-ATI), realizado durante a Semana da Inovação em Estocolmo. O Plano de Trabalho com as diretrizes para pautar as discussões do GT-ATI, criado em outubro de 2016, compreende os seguintes eixos temáticos: bioeconomia, cidades inteligentes, mobilidade, mineração e saúde, bem como um eixo transversal em parques tecnológicos e incubadoras (parceria Anprotec-SISP). Estabeleceu-se também estrutura de governança, inspirada no modelo do GAN, composto por Comitê Executivo bilateral com participação de governo, academia e setor produtivo, já tendo o referido comitê se reunido em duas ocasiões desde então (a última em março de 2018), o que possibilitou a definição, pelo lado brasileiro, da Fiocruz e da Embrapa-Bioenergia como as "instituições-âncora" para os temas relacionados à saúde e à bioeconomia, respectivamente. Além disso, o GT-ATI tem sediado o diálogo entre entidades estratégicas dos dois países no campo da inovação e do financiamento à pesquisa. A entidade sueca que apoia projetos no domínio da inovação, VINNOVA, que já mantém estreita relação com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), por exemplo, anunciou, no contexto da última reunião do Comitê Executivo do GT-ATI, estar negociando os termos de um MdE com a FAPESP e com o CNPq, com vistas, entre outras iniciativas,

a lançar projetos conjuntos de pesquisa. A próxima reunião do GT-ATI deverá ter lugar no Brasil, em novembro de 2018, na sequência da reunião do GAN.

DIFUSÃO CULTURAL

33. O tema mais relevante no campo das relações culturais entre Brasil e Suécia, desde minha assunção como chefe deste Posto, foi a promoção da produção literária brasileira, por meio da coordenação da participação do Brasil na Feira Internacional do Livro de Gotemburgo, a terceira maior feira literária da Europa e o maior evento cultural da Escandinávia. Desde 2014, ano em que o Brasil foi o "country in focus" na feira, alcançou-se grande êxito no planejamento e montagem do estande brasileiro no evento literário, assim como na concepção e execução de programação de seminários e palestras com autores brasileiros (João Paulo Cueca, Cristino Wapichana, André Neves, Bianca Pinheiro, Oscar Nakasato, Elvira Vigna e Ana Martins Marques, entre outros) e lusófonos de outros países, em parceria com o Instituto Camões.

34. Logrei, durante meu período à frente do Posto, apoio da Secretaria de Estado à tradução e publicação das seguintes obras de literatura infanto-juvenil brasileiras: "Boca da Noite", de Cristino Wapichana, "TOM", de André Neves, e "Flics", de Ziraldo.

35. Já na seara do intercâmbio artístico em áreas promissoras, viabilizou-se uma primeira participação brasileira na residência artística internacional da Associação Sueca de Quadrinhos (Seriefrämjandet). Entre abril e maio de 2017, a quadrinista mineira Luciana Cafaggi concluiu essa residência artística, finalizando sua estada na Suécia com participação no Festival Internacional de Quadrinhos de Estocolmo e em oficina pedagógica para ensino da língua portuguesa a crianças e adolescentes sueco-brasileiros. No campo da ilustração, esta embaixada estabeleceu contato com a organização do festival internacional GÖRA!, que trouxe para a edição 2017 do evento o prestigioso ilustrador brasileiro Roger Mello.

36. No domínio da música, houve participação brasileira, em julho de 2017, no Festival Ethno Sweden, evento internacional de música folclórica, voltado para estudantes universitários.

37. No que diz respeito à promoção do cinema brasileiro, esta embaixada ofereceu apoio institucional a vários festivais durante os últimos quatro anos, realizados em diversas cidades suecas, para a exibição de filmes nacionais. Destaco, entre outros, o Festival Internacional de Estocolmo, Festival de Cinema de Gotemburgo e o Festival de Cinema Infanto-Juvenil de Malmö (BUFF). Além disso, graças ao apoio dessa SERE, esta embaixada pode patrocinar parte das despesas do Festival Brasil-Cine, único festival de cinema dedicado exclusivamente ao cinema brasileiro na Suécia.

38. Graças ao espaço existente na nova sede da Chancelaria, cuja mudança se concretizou em junho de 2017, tem sido possível organizar diversos eventos culturais de menor porte, tais como seminário literários (por exemplo, o seminário sobre a obra de Clarice Lispector em junho de 2017) e leituras de histórias para crianças e adolescentes sueco-brasileiros, entre outros.

COOPERAÇÃO ACADÊMICA

39. Esta embaixada apoiou a participação brasileira no "Swedish Academic Collaboration Forum", em fevereiro de 2017, que marcou as relações bilaterais no domínio da cooperação acadêmica bilateral, ao reunir nesta capital representantes de alto nível do MEC, MCTI, CAPES, CNPq, FINEP, MEC, CONFAP, além reitores e representantes de dez universidades públicas brasileiras.

40. Ainda nesse domínio, este posto organizou, em outubro de 2017, no contexto da Primeira Semana da Inovação Brasil-Suecia em Estocolmo, em parceria com o Instituto Real de Tecnologia (KTH), seminário sobre a cooperação acadêmica, que contou com participação do secretário-executivo do MCTIC, Elton Zacarias, além de representantes do MEC, FINEP, GCUB (Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras) e PUC-Rio. Universidades brasileiras e suecas discutiram, entre outros temas, a possibilidade de estabelecer um foro permanente de cooperação

acadêmica.

TEMAS CONSULARES

41. A comunidade brasileira residente na Suécia é estimada

em 8.407 pessoas, de acordo com dados oficiais do Escritório de Estatística da Suécia (2017). A referida comunidade é composta majoritariamente por mulheres (64%) e por indivíduos entre 18 e 59 anos (83%). Cerca de 7.907 brasileiros residentes na Suécia encontram-se em situação migratória regular, dos quais 1.200 possuem cidadania sueca adquirida; os indivíduos indocumentados são estimados em cerca de 500.

42. Registre-se contingente temporário de funcionários civis e militares (FAB, EMBRAER, ATECH e outras empresas vinculadas ao projeto de construção dos caças Gripen NG), e seus familiares, que residem na localidade de Linköping, a 150 km de Estocolmo, onde está localizada a fábrica da SAAB.

43. Tem-se verificado aumento considerável do número de pessoas, principalmente de mulheres, que buscam algum suporte no âmbito da assistência consular. Passou a ser perceptível, recentemente, a presença na Suécia de cidadãos brasileiros indocumentados, que buscam trabalho no mercado informal (construção civil e limpeza).

44. Em reunião realizada em Estocolmo, em março de 2018, os governos do Brasil e da Suécia lograram concluir as negociações técnicas dos textos atinentes a um Acordo bilateral em Previdência Social e ao correspondente Ajuste Administrativo. As minutas dos dois textos foram firmadas e o acordo seguirá para o trâmite interno de ratificação pelos dois países.

DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES

45. A despeito de dados negativos registrados em 2015 e 2016 acerca do desempenho de algumas empresas suecas instaladas no Brasil (especialmente no setor automotivo), os investidores suecos têm indicado claramente que, em que pesem as dificuldades econômicas enfrentadas pelo País, prevalece uma visão otimista de médio e longo prazo, fundamentada na constatação do grande potencial econômico do Brasil, inclusive em razão das dimensões do mercado interno brasileiro. Nesse tema, é ilustrativa a pesquisa realizada pela Câmara de Comércio Sueco-Brasileira em São Paulo, publicada em outubro de 2017: dentre as 70 empresas suecas então consultadas, 64% declararam acreditar que a conjuntura do Brasil será mais favorável nos próximos três anos, e 67%

antecipam aumento de suas atividades no país no mesmo período (nenhuma das 70 empresas consultadas tem previsão de deixar o mercado brasileiro por completo). Caberá ao futuro chefe do posto acompanhar a percepção desses investidores suecos, com vistas a promover uma imagem positiva da retomada do ciclo econômico brasileiro.

46. Em virtude do impulso extraordinário decorrente da parceria sueco-brasileira para o desenvolvimento tecnológico conjunto da nova geração das aeronaves de combate Gripen, verifica-se potencial para que a inovação torne-se o principal eixo das relações bilaterais nos próximos anos, com reflexos em diversos campos, como investimentos e cooperação em pesquisa e educação superior. A cadeia de produção do caça Gripen NG, a ser desenvolvida no Brasil, traz oportunidades para parcerias inovadoras, tais como joint ventures entre empresas brasileiras e suecas, assim como estimula, a partir da cooperação na indústria aeronáutica, uma aproximação crescente entre universidades e agências governamentais relacionadas à promoção da inovação nos dois países (CNPq, FINEP e CAPES no Brasil; VR, SRC, VINNOVA e STINT na Suécia).

1^a PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADE

2



SENADO FEDERAL

MENSAGEM N° 54, DE 2018

(nº 330/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 330

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão.

Os méritos do Senhor André Aranha Corrêa do Lago que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de junho de 2018.

EM nº 00126/2018 MRE

Brasília, 12 de Junho de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO**, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e curriculum vitae de **ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho

Aviso nº 294 - C. Civil.

Em 14 de junho de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO
 CPF.: 279.494.271-91

ID.: 8295 MRE

1959 Filho de Antonio Corrêa do Lago e Delminda Aranha Corrêa do Lago, nasce em 12 de agosto, em Paris, França (brasileiro de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição)

Dados Acadêmicos:

- 1981 Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
- 1982 CPCD - IRBr
- 1990 CAD - IRBr
- 2004 CAE - IRBr, Estocolmo, Rio de Janeiro, Joanesburgo: a evolução do discurso brasileiro nas conferências ambientais das Nações Unidas.

Cargos:

- 1983 Terceiro-secretário
- 1987 Segundo-secretário
- 1993 Primeiro-secretário
- 2000 Conselheiro
- 2005 Ministro de segunda classe
- 2011 Ministro de primeira classe

Funções:

- 1984 Divisão da Organização dos Estados Americanos, assistente
- 1985 Divisão de Operações de Promoção Comercial, assistente
- 1986 Consulado-Geral em Madri, Cônsul-Adjunto
- 1986 Embaixada em Madri, Terceiro e Segundo-Secretário
- 1988 Embaixada em Praga, Segundo-Secretário
- 1991 Presidência da República, Cerimonial, Oficial de Gabinete
- 1995 Embaixada em Washington, Primeiro-Secretário
- 1998 Embaixada em Buenos Aires, Primeiro-Secretário e Conselheiro

-
- 2001 Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais, assessor
- 2002 VI e VII Conferência das Partes à Convenção da Basíléia sobre o Controle do Movimento Transfronteiriço de Resíduos Perigosos e seu Depósito, Genebra, Chefe de delegação (2002 e 2004)
- 2004 Divisão de Política Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, Chefe
- 2004 XX Sessão dos Órgãos Subsidiários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, Bonn, Chefe de delegação
- 2005 Missão junto à CEE, Bruxelas, Ministro-Conselheiro
- 2008 Departamento de Energia, Diretor
- 2011-13 Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais, Diretor
- 2013 Embaixada em Tóquio, Embaixador

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DA ÍNDIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

DADOS BÁSICOS / DADOS COMERCIAIS

NOME OFICIAL:	República da Índia
GENTÍLICO:	indiano
CAPITAL:	Nova Delhi
ÁREA:	3.287.590 km ² (sétimo maior país)
POPULAÇÃO:	1,324 bilhão (segundo país mais populoso)
LÍNGUA OFICIAL:	Hindi e inglês. Línguas oficiais em nível estadual: bengali, telugu, sindi, marata, tâmil, urdu, oriya, gujarati, malayalam, kannada, punjabi, assamês, caxemiri, maithili, sânscrito
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	hinduísmo (79,8%); islamismo (14,2%); cristianismo (2,3%); sikhismo (1,7%); budismo (0,7%); outras religiões (1,3%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República federativa parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento bicameral: Câmara Baixa (Lok Sabha), com 545 membros, e Câmara Alta (Rajya Sabha), com 245 membros.
CHEFE DE ESTADO:	presidente Ram Nath Kovind (desde julho de 2017)
CHEFE DE GOVERNO:	primeiro-ministro Narendra Modi (desde maio de 2014)
CHANCELER:	Sushma Swaraj (desde 26 de maio de 2014)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2017):	US\$ 2,43 trilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA PPP (2017):	US\$ 9,44 trilhões
PIB PER CAPITA (2017):	US\$ 1.852
PIB PPP PER CAPITA (2017):	US\$ 7.173
VARIAÇÃO DO PIB:	6,7% (2017); 7,1% (2016); 7,2% (2015); 7,2% (2014).
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH):	0,624 – 131º lugar (2017)
EXPECTATIVA DE VIDA:	68,3 anos
ALFABETIZAÇÃO:	62,8%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017)	3,4%
UNIDADE MONETÁRIA:	rúpia indiana
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Ashok Das
EMBAIXADOR EM NOVA DELHI:	Tovar da Silva Nunes
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há registro de cerca de 300 brasileiros residentes.

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL – ÍNDIA (US\$ bilhões, FOB)

Fonte: MDIC

Brasil→Índia	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Intercâmbio	5,60	7,73	9,28	10,61	9,48	11,42	7,90	5,64	7,60 (+ 34,7%)
Exportações	3,41	3,49	3,20	5,57	3,13	4,78	3,61	3,16	4,65 (+ 47%)

Importações	2,19	4,24	6,08	5,04	6,35	6,64	4,28	2,48	2,94 (+ 18,5%)
Saldo	1,22	-0,75	-2,88	0,53	-3,22	-1,85	-0,67	0,67	1,71 (+ 155%)

APRESENTAÇÃO

A Índia é um dos pilares de prosperidade na Ásia, bem como espaço privilegiado para captação e geração de investimentos. Apresenta as maiores taxas de crescimento entre as grandes economias do mundo (com variação positiva do PIB de 7,1% em 2016 e acima de 6,7% em 2017). Politicamente, o país tem desempenhado um papel cada vez mais importante nos principais assuntos da agenda internacional.

A relação com a Índia é caracterizada por uma Parceria Estratégica, existente desde 2006. Brasil e Índia gozam de grande convergência política na esfera internacional, inclusive em agrupamentos como G4, IBAS, BRICS e G20. Convém conferir ao relacionamento bilateral densidade e diversidade condizentes com o elevado nível de entendimento alcançado entre os dois países no âmbito plurilateral. A cooperação bilateral, especialmente em ciência, tecnologia e inovação, pode fortalecer setores estratégicos para o Brasil. A Índia tem o domínio de tecnologias e *know-how*, por exemplo, nas áreas de segurança cibernética, espaço (inclusive nanossatélites) e energias renováveis (inclusive biocombustíveis e energia solar).

O Brasil tem interesse em ampliar o comércio e os investimentos bilaterais, que ainda estão muito aquém do potencial dos dois países. Depois que atingiu a marca recorde de US\$ 11,4 bilhões em 2014, o comércio entre Brasil e Índia apresentou decréscimo (o fluxo foi de US\$ 7,9 bilhões em 2015 e de US\$ 5,6 bilhões em 2016, com ligeira recuperação em 2017: US\$ 7,6 bilhões), devido à queda nos preços do petróleo, item que representa em torno de 50% da pauta bilateral. Estão em curso iniciativas no sentido de aproximar os dois mercados, como a expansão do Acordo de Comércio Preferencial Mercosul-Índia, que o Brasil vem liderando. Incrementar e diversificar o comércio bilateral deverá exigir medidas ousadas de ambas as partes, como a abertura de mercado em setores estratégicos. Além disso, o Brasil tem grande interesse na assinatura de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos, cujo texto já foi negociado com a parte india e espera apenas o sinal de que a Índia está pronta para assiná-lo.

O relacionamento com a Índia ganha dimensão adicional se visto também sob o ângulo de uma desejável ampliação da presença do Brasil no continente asiático. Seja pelo tamanho de sua economia e população, ou por sua crescente relevância política, diplomática e militar, a Índia desponta como elemento essencial de uma política externa abrangente para a Ásia.

PERFIS BIOGRÁFICOS

NARENDRA MODI

Primeiro-Ministro da Índia



Nasceu em Vadnagar, no atual estado de Gujarat, em 17 de setembro de 1950. A partir dos oito anos de idade, Modi engajou-se em atividades da *Rashtriya Swayamsevak Sangh* (Organização Nacional de Voluntários), instituição nacionalista hindu (a expressão “nacionalismo hindu” distingue-se de “nacionalismo indiano” por ancorar sua identidade nas tradições da religião hindu, em oposição a outras religiões também praticadas na Índia). Graduou-se em Ciência Política na Universidade de Gujarat. Em 1987, filiou-se ao *Bharatiya Janata Party* (“Partido do Povo Indiano”, ou BJP). No ano seguinte, foi escolhido como secretário-geral da legenda no estado de Gujarat.

Em 2001, tornou-se governador (*chief minister*) de Gujarat, sendo reeleito quatro vezes para o cargo. Sob sua administração, o estado de Gujarat desfrutou de notável desenvolvimento econômico. Empossado em 26 de maio de 2014 como primeiro-ministro da República da Índia, é o primeiro chefe de governo indiano nascido após a Independência do país, ocorrida em 1947. Visitou o Brasil para participar da VI Cúpula do BRICS, em 2014.

RAM NATH KOVIND

Presidente da Índia



De origem dalit (grupo desfavorecido no sistema de castas hindu), nasceu no vilarejo de Paraukh, no estado de Uttar Pradesh, em 1945. Bacharel em Comércio e em Direito pela faculdade *Dayanand Anglo Vedic*, na cidade de Kanpur.

É membro do *Bharatiya Janata Party* (BJP), mesmo partido de Narendra Modi. No ano de 1994 foi eleito pelo estado de Uttar Pradesh como membro da *Rajya Sabha* (câmara alta do parlamento), permanecendo no cargo até 2006. Entre outras atribuições parlamentares, foi membro do comitê parlamentar para o bem-estar das castas e tribos desfavorecidas (*Parliamentary Committee for Welfare of Scheduled Castes/Tribes*). Em 25 de julho de 2017, foi empossado presidente da República da Índia. Trata-se do segundo dalit a ocupar o cargo.

SUSHMA SWARAJ
Ministra dos Negócios Exteriores



Nasceu em 1952, no estado de Haryana. É formada em Direito, Sânscrito e Ciência Política pela Universidade do Punjab. Sua carreira política iniciou-se nos anos 1970, no movimento estudantil da *Rashtriya Swayamsevak Sangh* (Organização Nacional de Voluntários), instituição nacionalista hindu. Em 1977, obteve seu primeiro mandato eletivo, ao disputar assento pelo *Janata Party* (antecessor do BJP) na Assembleia Legislativa de Haryana. Tornou-se, então, aos 25 anos, a secretária estadual (Trabalho e Emprego) mais jovem da história do país. Em 1990, ingressou na *Rajya Sabha* (Câmara Alta, constituída por eleições indiretas) e, em 1996, na *Lok*

Sabha (Câmara Baixa), pelo distrito eleitoral do sul de Delhi. Desde então, reelegeu-se sucessivas vezes. Ao longo de sua atuação parlamentar, adquiriu experiência variada na área internacional.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre Brasil e Índia foram estabelecidas em 1948, logo após a independência indiana. Durante as cinco décadas subsequentes, os países mantiveram relações virtualmente circunscritas à cooperação no âmbito de organismos internacionais, a relações econômico-comerciais incipientes e a intercâmbios culturais pouco expressivos. Esse quadro começou a modificar-se a partir do início dos anos 1990, período em que ambos os países empreenderam reformas com vistas a uma maior abertura de suas economias.

As visitas de alto nível multiplicaram-se desde 2003, o que tem estimulado a identificação de oportunidades de cooperação em campos como agricultura, ciência e tecnologia, defesa, educação, energia, espaço exterior, meio ambiente, saúde, entre outros. Em setembro de 2006, Brasil e Índia decidiram, durante visita do primeiro-ministro Manmohan Singh ao Brasil, estabelecer uma Parceria Estratégica. O relacionamento bilateral nos campos político e econômico-comercial, bem como a cooperação e coordenação de posições em organismos internacionais, têm sido intensos desde então. Com efeito, a Índia é país fundador e integrante de todos os agrupamentos extrarregionais globais importantes de que o Brasil participa (G4, IBAS, BRICS e G20).

Comércio e investimentos

Nos últimos anos, o fluxo comercial do Brasil com a Índia apresentou oscilações, em decorrência da queda dos preços do barril do petróleo e demais *commodities* minerais e agrícolas, seguida por recuperação em 2017. O progressivo crescimento verificado até 2012 (quando totalizou US\$ 10,62 bilhões), não se manteve a partir de 2013 (US\$ 9,28 bilhões), e a retomada do comércio em 2014 (US\$ 11,43 bilhões) não se firmou em 2015 (US\$ 7,9 bilhões) ou em 2016, ano em que a balança comercial acumulada alcançou o montante de US\$ 5,6 bilhões, com exportações brasileiras de US\$ 3,16 bilhões e importações de US\$ 2,48 bilhões. Em 2017, a corrente de comércio atingiu US\$ 7,6 bilhões – 34,7% a mais do que no ano anterior –, com exportações brasileiras de US\$ 4,657 bilhões e importações de US\$ 2,945 bilhões. As flutuações na pauta de comércio bilateral decorrem de sua composição, fortemente concentrada em produtos de baixo valor agregado, como os da cadeia de combustíveis (petróleo bruto e óleo diesel), minerais e *commodities* agrícolas (óleo de soja em bruto e açúcares de cana).

Entre os maiores desafios de ordem comercial enfrentados pelo Brasil na Índia, destaca-se a dificuldade de acesso a mercados. A título de exemplo, dos dez principais produtos que compuseram a pauta global brasileira de exportações em 2017, três (celulose, carne bovina e carne de frango congelada) tiveram acesso inexpressivo ao mercado indiano. A carne de aves (fresca, resfriada ou congelada) enfrenta tarifas de 30% a 100% *ad valorem* e variadas restrições sanitárias. A carne de frango congelada, além disso, tem reduzida comercialização, por conta de estrutura pouco capitalizada do varejo e de carências de infraestrutura de cadeias a frio. Já a carne bovina tem seu consumo e importações limitados por especificidades da prática religiosa da maioria hindu. O açúcar, embora tenha sido o segundo produto com maior participação nas exportações brasileiras para a Índia em 2017, também enfrenta barreiras tarifárias de alto valor (50% *ad valorem*). Há, ainda, a concorrência com a produção de açúcar da própria Índia, que conta com estrutura robusta de apoios governamentais, indo do estabelecimento de preços mínimos para a cana e o açúcar produzidos em solo indiano à oferta de créditos subsidiados às usinas processadoras e subsídios à exportação do açúcar bruto. Manufaturados de baixo valor agregado, como o aço, por sua vez, também chegam menos competitivos à Índia, em comparação com os fornecidos por produtores mais próximos, em razão dos custos de transporte.

As dificuldades para a entrada de produtos brasileiros, no entanto, não significam que o mercado indiano seja pouco atrativo. Ao contrário, o bom momento econômico da Índia e seu mercado consumidor de grandes proporções compensariam desvantagens nas exportações para o país. É notável o número de empresas estrangeiras (norte-americanas, canadenses, alemãs, japonesas, mexicanas e chilenas, entre outras) que têm anunciado o início de operações na Índia, normalmente em forma de *joint ventures* e outras iniciativas que se beneficiem de políticas do atual governo, como o programa *Make in India*.

Estima-se que o investimento direto do Brasil na Índia alcance US\$ 1 bilhão, enquanto o investimento indiano no Brasil esteja na faixa dos US\$ 6 bilhões. Embora as cifras sejam modestas quando comparadas às de outros países, em especial grandes parceiros asiáticos como China e Japão, a natureza e a composição do fluxo de investimentos indo-brasileiro abrange vários setores, evidenciando o potencial para diversificar as relações econômico-comerciais. Eventual assinatura do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), cuja negociação já foi concluída pelas partes brasileira e indiana, contribuirá para criar quadro regulatório abrangente e favorável à atuação de empresas brasileiras na Índia e vice-versa, e situará o Brasil como um dos poucos países com os quais a Índia ainda mantém acordos de investimentos.

Os investimentos indianos no Brasil inserem-se no grande quadro de expansão e mudança no perfil das inversões da Índia no exterior, que passaram, ao longo das últimas décadas, por transformação considerável em termos de magnitude, distribuição geográfica e composição setorial. Empresas da Índia investem no exterior sobretudo por meio de fusões e aquisições, estratégia que visa à aquisição de novas tecnologias e à inserção em novos mercados. A Europa recebeu o maior

volume de investimento direto indiano desde 2009, seguida por Ásia, África e América do Norte. Na América Latina, há crescente, embora modesta, gama de investimentos indianos. Embora países exportadores de tecnologia de ponta ainda sejam destinos preferenciais para o investimento indiano no exterior, o acelerado crescimento econômico do país, associado a suas limitações geográficas e sociais para aumento da produção de alimentos e de energia, tem elevado a atratividade de países exportadores de alimentos e de recursos energéticos para fluxos de investimento. No Brasil, o investimento indiano abrange empresas de diversos setores da economia, em operações nos campos siderúrgico, automobilístico, de tecnologia de informação, farmacêutico, agropecuário, eletrônico, de energia e do agronegócio. Desenvolvimentos recentes apontam para aumento tendencial do investimento indiano no Brasil. Em 2017, concretizaram-se projetos significativos nos setores de mineração e de transmissão de energia elétrica.

A atual pauta de comércio e investimentos entre Brasil e Índia indica tanto questões a serem superadas quanto oportunidades abertas pelo dinamismo da economia indiana. Está em negociação a expansão do Acordo de Comércio Preferencial (ACP) entre Mercosul e Índia. Assinado em 2004 e em vigor desde 2009, o ACP abrangia originalmente apenas 450 linhas tarifárias de cada lado. Durante a III reunião de Administração Conjunta do ACP Mercosul-Índia, realizada em Brasília, em setembro de 2016, definiram-se metodologia e cronograma para levar adiante a expansão da cobertura do Acordo. Na ocasião, acordou-se pela inclusão de 2.000 linhas tarifárias adicionais de cada lado (além das 450 já existentes), a serem agregadas em etapas consecutivas de 500 linhas tarifárias, com margens de preferência de 50% e 100%. Em setembro de 2017, durante a Presidência *Pro Tempore* brasileira do Mercosul, foram intercambiadas as primeiras listas de ofertas, cada uma delas contendo 484 linhas tarifárias. Perceberam-se assimetrias entre as listas de oferta do Mercosul e da Índia: o Mercosul ofereceu inúmeros produtos com margens de preferências de 75% e 100%, ao passo que a Índia ofereceu apenas MPs de 50%; além disso, a oferta indiana não contemplou o setor agrícola, importante para o Mercosul. Apesar das assimetrias no intercâmbio de listas de ofertas, decidiu-se dar prosseguimento à ampliação do ACP. Acordou-se pelo intercâmbio, em movimento único, de 2.000 linhas tarifárias adicionais de cada lado, número que inclui as 484 linhas recentemente intercambiadas. As negociações ainda estão em curso. Por enquanto, a Índia continua reticente em contemplar o setor agrícola em sua oferta, o que é necessário para tornar a ampliação do ACP interessante para o Brasil e demais sócios do Mercosul.

Defesa

A cooperação bilateral em defesa é uma das áreas de maior potencial no relacionamento entre Brasil e Índia. Os dois países mantêm adidos de defesa em suas embaixadas desde 2009. O mercado indiano para produtos de defesa é o quarto maior do mundo, e deverá, na próxima década, atingir um valor estimado de US\$ 150 bilhões a US\$ 200 bilhões. A produção interna, porém, responde por apenas 40% da demanda.

A base legal da cooperação com a Índia em defesa é o Acordo de Cooperação em Defesa, assinado em 2003 e em vigor desde 2006. O acordo prevê colaboração em amplo espectro de atividades militares e cria o Comitê Conjunto de Defesa Brasil-Índia, que se reúne anualmente e alternadamente no Brasil e na Índia. A mais recente reunião do Comitê Conjunto ocorreu em novembro de 2017, em Nova Delhi.

A Índia teve êxito, nos últimos anos, em exportar navios-patrulha e fragatas para países de seu entorno, a exemplo do Sri Lanka, e planeja diversificar os destinos de suas exportações e os parceiros em novos projetos no setor.

Cooperação na área espacial

A Índia destaca-se no desenvolvimento de tecnologias satelitais e sensoriamento remoto, contando com pesquisas de grande dinamismo e decidido apoio governamental. A principal atividade de cooperação espacial bilateral entre o Brasil e a Índia tem sido o recebimento de imagens de sensoriamento remoto de satélites indianos, utilizadas no monitoramento dos biomas brasileiros e do desflorestamento. Com o fim da vida útil do satélite indiano Resourcesat-1, foi negociado novo acordo que permitiu ao Brasil passar a receber imagens do Resourcesat-2 desde 2014.

A Organização de Pesquisa Espacial Indiana (ISRO) já manifestou em diferentes ocasiões ter interesse em explorar novas áreas de cooperação com o Brasil para além do compartilhamento de dados de sensoriamento remoto, inclusive em veículos lançadores e bases de lançamento, nanossatélites e intercâmbio de cientistas. Nesse sentido, fizeram convite para que representantes da Agência Espacial Brasileira (AEB) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) fossem conhecer as instalações da agência espacial indiana, ocasião em que poderiam ser discutidas novas oportunidades de cooperação. Também já propuseram a criação de grupo de trabalho com esse propósito, sugestão que foi bem recebida pela AEB.

Pelo lado brasileiro, a AEB já indicou ao lado indiano ter interesse em eventual participação da Índia no programa brasileiro SERPENS ("Sistema Espacial para Realização de Pesquisa e Experimentos com Nanossatélites"), iniciativa na área de *capacity-building* de estudantes, jovens pesquisadores e engenheiros no Brasil. O INPE manifestou interesse em eventual participação da Índia no desenvolvimento do satélite científico EQUARS (*Equatorial Atmosphere Research Satellite*), cujo objetivo é investigar a atmosfera e a ionosfera terrestres. As partes já trocaram contatos de pontos focais para aprofundamento da discussão sobre esses temas.

Segundo a AEB, as novas possibilidades de cooperação entre Brasil e Índia na área espacial encontram-se em estágio bastante preliminar, carecendo ainda de delineamento mais específico, o que poderá ser feito nos próximos meses por meio de videoconferências.

Ciência, tecnologia e inovação (CT&I)

O Acordo de Cooperação Científica e tecnológica, assinado em 2006, criou a Comissão Mista Brasil-Índia de Ciência, Tecnologia e Inovação, a ser presidida por representantes designados pelos Ministérios de Ciência e Tecnologia de cada país,

com vistas a coordenar e fomentar a cooperação bilateral nessa área. Desde então, a Comissão Mista em CT&I tem sido o principal foro bilateral para a discussão desses temas. A Comissão se reuniu uma vez Nova Delhi, em 2012 e se reuniu pela segunda vez em Brasília, em 30 de maio de 2018.

Aproximação com a Índia em CT&I justifica-se tanto por motivos de ordem política quanto científica. Há predisposição indiana de buscar intercâmbios entre especialistas para lecionar e conduzir pesquisas em instituições nos dois países, e a Comissão Mista cumpre o papel de promover contatos diretos entre os ministérios das Relações Exteriores e Ciência Tecnologia e Inovação, bem como representantes das principais instituições brasileiras de pesquisa científica e tecnológica e representantes dos Departamentos de Ciência e Tecnologia e de Biotecnologia do Ministério de Ciência e Tecnologia da Índia, bem como com diretores e pesquisadores de instituições indianas.

O momento atual permite o reexame de prioridades e complementaridades na área de CT&I, de forma a permitir ganhos concretos e tanto para o Brasil quanto para a Índia. O potencial mais imediato de cooperação em CT&I com a Índia apresenta-se principalmente nas áreas ligadas à biotecnologia, em particular ciências biomédicas, e aos biocombustíveis. Nas duas áreas há amplo espaço para a formulação de programas sob a égide de acordos bilaterais já assinados (como o Memorando de Entendimento em Cooperação na Área de Biotecnologia, de 2012), além do desenvolvimento dos pontos definidos na reunião da Comissão Mista, em maio, em que foi dada ênfase, por um lado, à cooperação em pesquisa científica e, por outro, ao interesse recíproco nas tecnologias de supercomputadores indianos e turbinas brasileiras para a geração de hidroeletricidade, bem como em suas aplicações concretas.

O governo indiano tem buscado autonomia energética por meio de fontes renováveis, favorecendo a participação de atores externos em áreas em que o Brasil possui particular destaque, como a mencionada geração de hidroeletricidade. Além dessas áreas, um campo promissor para maior cooperação bilateral é o de tecnologia da informação (TI), no qual a Índia possui *expertise* não só em pesquisa e desenvolvimento, mas também na aplicação de avanços tecnológicos em iniciativas industriais e comerciais. Esforços bem sucedidos nessa direção também impactariam positivamente o diálogo indo-brasileiro sobre assuntos cibernéticos e temas correlatos.

POLÍTICA INTERNA

A República da Índia é uma república federativa, com sistema de governo parlamentarista bicameral. A Câmara baixa (*Lok Sabha*) conta com 543 membros eleitos por voto direto (ademas de dois parlamentares indicados pelo Presidente da República para representar a minoria anglo-indiana). Os 545 membros da *Lok Sabha* têm mandato com duração de cinco anos. A Câmara Alta (*Rajya Sabha*) conta com

245 membros, com mandatos de seis anos, sendo 12 indicados pelo Presidente, e, os demais, eleitos pelas Assembleias Estaduais.

No plano nacional, a política indiana organiza-se principalmente em torno da polarização entre os dois maiores partidos, o partido Congresso Nacional Indiano (*Indian National Congress – INC*) e o Partido do Povo da Índia (*Bharatiya Janata Party – BJP*).

O Poder Executivo indiano é composto por um Primeiro-Ministro, escolhido pelo partido ou coalizão com maior representação; um Gabinete, formado por Ministros escolhidos pelo Primeiro-Ministro; e um Presidente, eleito por ambas as casas do Parlamento e pelos legislativos estaduais, em processo complexo, organizado de acordo com sistema proporcional à população dos Estados.

As eleições legislativas indianas de 2014 registraram participação recorde de 66,4% dos 814 milhões de eleitores do país. Crescimento econômico, criação de empregos, controle da inflação e combate à corrupção foram os temas centrais da campanha. O BJP conquistou vitória histórica, obtendo 282 dos 543 assentos da Câmara Baixa indiana – dez a mais do que o necessário para conformar maioria absoluta na Casa, independentemente de coalizão partidária. A coligação política liderada pelo BJP, a Aliança Democrática Nacional (*National Democratic Alliance – NDA*), obteve 336 assentos. A maioria absoluta conquistada pelo BJP consagrou como primeiro-ministro Narendra Modi, que tomou posse em 26 de maio de 2014.

O governo Modi elegeu-se com a proposta de conferir prioridade à recuperação do crescimento econômico, lastreada em sua experiência exitosa como governador (*chief minister*) do estado de Gujarat, cargo que ocupou durante mais de uma década. No início de seu mandato, implementou medidas para atração de investimento estrangeiro direto nos setores ferroviário e de defesa, além da criação de programa para a abertura de contas bancárias populares, sugerindo uma possível migração do sistema de benefícios sociais para método de transferências diretas. Anunciou, também, planos para construção de centenas de "vilas modelo", além do programa *Make in India*, que busca incentivar a produção industrial em solo indiano.

Os primeiros anos do governo da NDA podem ser divididos em duas fases até o momento. Na primeira fase, relativa ao primeiro ano de governo, Modi concentrou esforços em atrair investimentos estrangeiros e em elevar o perfil internacional da Índia, por meio de uma política externa ativa nos planos bilateral e multilateral. Já a segunda fase do governo de Modi é caracterizada por maior atenção à política interna e a reformas econômicas. A maior preocupação com a aplicação de reformas econômicas surgiu em consequência do desempenho econômico abaixo do previsto, principalmente a partir de 2016. Os efeitos políticos da desaceleração do crescimento já são visíveis. Embora as taxas de crescimento do PIB da Índia estejam substancialmente acima da média mundial, para a realidade indiana, o desempenho não é suficiente para gerar empregos frente à crescente entrada de mão-de-obra no mercado de trabalho. Calcula-se que a Índia precisará criar 100 milhões de novos empregos na próxima década (2020-30), a fim de absorver o crescimento esperado de sua população em idade de trabalho. O governo não dispõe de dados gerais e sistemáticos sobre o mercado de trabalho indiano, mas está claro que a geração de

vagas formais é substancialmente inferior às necessidades do país, o que tem levado analistas a descreverem o panorama atual como de "crescimento sem empregos".

Ao mesmo tempo em que o BJP tem gozado de altos níveis de aprovação popular, seu mandato tem sido acompanhado pela deterioração da atmosfera social indiana, traduzida no recrudescimento de conflitos sectários. Críticos mais radicais atribuem ao BJP a intenção de transformar a Índia em uma nação estritamente hindu. Críticos mais moderados indicam que, devido ao funcionamento de sua máquina partidária, o BJP seria obrigado a fazer concessões a grupos que defendem a preponderância do hinduísmo sobre as demais religiões da Índia.

Questão agrária

A Índia é atualmente um dos principais produtores mundiais de alimentos. Destaca-se, principalmente, na produção de açúcar, leite, café, arroz, frutas, grãos e leguminosas. A agricultura representa 17,5% do PIB nacional e é meio de vida para quase metade das famílias indianas. Vivem de agricultura cerca de 70% dos pobres do país. Predominam pequenas propriedades, vulneráveis a flutuações de mercado, a eventos climáticos e a problemas de endividamento. Por esses motivos, graves questões sociais no meio rural, como suicídios de agricultores, são ocorrências frequentes.

Apesar da existência de áreas e projetos pontuais com maior grau de desenvolvimento, o setor agrícola indiano é, de forma geral, pouco dinâmico, de baixa produtividade e tem baixa incidência tecnológica. As diferenças nas taxas de crescimento do PIB rural e urbano têm sistematicamente fomentado a percepção de que existem duas Índias: uma Índia urbana, dinâmica e que busca a modernização; e uma Índia rural, de baixa renda e poucas oportunidades.

Tal estrutura explica em parte o protecionismo indiano quanto à abertura de seu mercado para bens agrícolas – o governo indiano teme o potencial desemprego de centenas de milhares de agricultores indianos, incapazes de competir com a produção agrícola de outros países, o que poderia levar o país a uma grave crise social. O excesso de intervenção nos mercados agrícolas não apenas compromete a rentabilidade, mas também a alocação de recursos escassos. A política de preços mínimos não raro estabelece incentivos ao cultivo de produtos com alto consumo de recursos hídricos, os quais poderiam ser importados, liberando terras para cultivos mais adaptáveis ao clima e ao solo do país.

Setores do governo argumentam ser imprescindível que a Índia lance mão de cultivos geneticamente modificados (OGM) para aumentar a produção interna de alimentos. Atualmente, somente algumas variedades de sementes geneticamente modificadas de algodão encontram-se aprovadas na Índia. Observa-se forte oposição ao uso de transgênicos pela sociedade civil organizada. A proibição de cultivos OGM no país também afeta produtos importados. O Brasil, por exemplo, não está autorizado a exportar soja à Índia; os envios estão restritos ao óleo de soja, já que o produto processado não contém traços de OGM.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa da Índia norteia-se pelo objetivo de gerar desenvolvimento econômico e bem-estar social em um contexto de segurança regional. Para tanto, a diplomacia indiana atua tradicionalmente em três planos: (i) garantir um ambiente estável, de paz e de segurança em seu entorno imediato; (ii) manter relações cordiais e balanceadas com as grandes potências; e (iii) estabelecer parcerias mutuamente benéficas com os países em desenvolvimento.

Sob o primeiro-ministro Narendra Modi, a diplomacia indiana buscou reconfigurar o perfil político da Índia, em uma fase em que a ordem asiática passa por transformações de desfecho ainda incerto. Três fatores contribuem para sustentar a vitalidade da ação diplomática do governo. O primeiro é o desempenho econômico da Índia, cujo PIB tem crescido mais de 7% ao ano ao longo do governo Modi (com exceção de 2017, quando cresceu 6,7%). O outro é a maioria obtida na câmara baixa pelo *Bharatiya Janata Party* (BJP) nas eleições de 2014, que dá ao governo ampla latitude de decisão. O terceiro fator é o interesse de Modi na área diplomática.

Além de seus desafios de ordem interna, a Índia tem de lidar com problemas externos como definição de fronteiras, controle de fluxos migratórios e infiltração de grupos terroristas. O projeto de ampliação de seu espaço na cena internacional leva a Índia a delicado exercício de sustentar sua posição na sub-região, em meio a países confrontados por movimentos insurrecionais, ademais de valorizar o seu relacionamento com as potências mais influentes na Ásia, bem como com a Rússia, com os Estados Unidos e com a União Europeia.

O entorno imediato tem sido uma prioridade para o primeiro-ministro Modi, que, em gesto inédito, convidou dignitários de todos os países da Ásia Meridional (Butão, Nepal, Bangladesh, Sri Lanka e Paquistão) para a cerimônia de sua posse. Apesar de o primeiro-ministro indiano ter visitado todos os vizinhos sul-asiáticos, os resultados alcançados são desiguais. Inicialmente, houve deterioração das relações com o Nepal após a entrada em vigor da nova Constituição daquele país, em setembro de 2015; com o Paquistão, não se verificou evolução substantiva na relação, que continua a ter caráter antagônico. A crescente projeção da China na Ásia Meridional é um fator que afeta a posição de preponderância da Índia e não pode ser ignorado numa avaliação das dinâmicas de poder no subcontinente.

Para a Índia, o Sudeste Asiático representa uma vizinhança estendida, e o adensamento dos vínculos com países da ASEAN tem sido uma diretriz de política externa desde o lançamento da política do *Look East*, em 1991, que o Governo Modi renomeou para *Act East*, sinalizando um enfoque mais pragmático e proativo.

Além da atenção à vizinhança imediata e estendida e a parceiros-chave, o governo Modi vem buscando reconfigurar suas relações com outras regiões do globo. Uma região a que o governo do BJP dedica crescente atenção é o Oriente Médio, de onde provém a maior parte do petróleo importado pela Índia e onde reside uma diáspora de aproximadamente sete milhões de indianos, que enviam anualmente US\$ 35 bilhões para suas famílias. Com relação à Europa, os parceiros prioritários são França, Alemanha e Reino Unido.

A visita de Modi a Washington, em setembro de 2014, marcou o início de um processo de revigoramento das relações indo-americanas. Em gesto de profundo alcance simbólico, Barack Obama tornou-se o primeiro presidente americano a ser convidado para as celebrações do Dia da República da Índia, em 2015. Posteriormente, em junho de 2017, Narendra Modi realizou visita de estado aos Estados Unidos, sendo recebido por Donald Trump. A visita resultou em comunicado conjunto muito positivo para os objetivos da política externa indiana na Ásia. A aproximação indo-americana não é motivada apenas por circunstâncias internas, mas também pela ascensão da China, país com o qual a Índia mantém uma relação com elementos de cooperação e de competição. Ambos os países vêm aumentando a presença militar na fronteira e é crescente a tensão no plano marítimo. Em junho de 2017, os dois países se envolveram em disputa no platô de Doklam, na tríplice fronteira Índia-China-Butão. No âmbito comercial, o volume das trocas subiu de modo significativo, mas em prejuízo da Índia, que tem acumulado déficits comerciais com a China ano após ano.

Na esfera multilateral, a Índia investiu em ativa campanha para ingressar no Grupo de Supridores Nucleares, até o momento sem sucesso, e no Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis, de que se tornou parte em 2016. Uma enfática manifestação de interesse na reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas foi transmitida pelo primeiro-ministro Modi em setembro de 2015, na reunião de cúpula do G4, em Nova York.

Do ponto de vista indiano, o BRICS é um grupo-chave para agregar influência e construir uma coalizão alternativa (mas não hostil) aos centros tradicionais, mas não deve eclipsar o Fórum IBAS. Estabelecido em 2003, o Fórum IBAS congrega as grandes democracias multiétnicas do mundo em desenvolvimento: Brasil, Índia e África do Sul. A criação do IBAS, ideia brasileira, respondeu ao propósito de enriquecer o perfil e expandir a influência do país em um contexto internacional crescentemente multipolar.

O IBAS havia perdido vitalidade, especialmente em razão do cancelamento da Cúpula de 2013, devido ao desengajamento brasileiro. Em 2017, concretizou-se esforço de reativação do mecanismo, com realização de uma reunião de Chanceleres à margem da Assembleia-Geral das Nações Unidas e da 8ª reunião da Comissão Ministerial Trilateral do mecanismo, na África do Sul.

A reunião da Comissão Ministerial Trilateral de Durban, em outubro de 2017, possibilitou a assinatura do Acordo Constitutivo do Fundo IBAS para o Alívio da Pobreza e da Fome (o qual operava em bases voluntárias, desde sua criação), que formalizou o compromisso dos três países de realizarem contribuições regulares ao Fundo.

O Fundo IBAS financia projetos de infraestrutura social em países de menor desenvolvimento relativo e já beneficiou 13 países por meio de mais de 20 projetos, principalmente nas áreas de infraestrutura, saneamento, saúde e educação.

A vertente comercial e de investimentos tem sido o elemento norteador do relacionamento da Índia com a América Latina. A corrente de comércio tem crescido de forma significativa ao longo dos últimos anos, mas com pouca diversificação na

pauta de produtos comercializados e com expressiva concentração em poucos países – além do Brasil, destacam-se os fluxos comerciais da Índia com México, Colômbia e Argentina.

ECONOMIA

Os primeiros três anos e meio de mandato do primeiro-ministro Narendra Modi caracterizaram-se pela busca de estabilidade macroeconômica e por iniciativas de modernização da economia indiana. Eleito com a promessa de mudanças estruturais capazes de promover o crescimento e gerar empregos, Modi tem obtido êxito variado no complexo conjunto de medidas necessárias à modernização da economia indiana. A despeito das boas taxas de crescimento ao longo dos últimos três anos (7,1% em 2016/2017, 8% em 2015/2016 e 7,3% em 2014/2015), a avaliação geral é de que o país cresce aquém de seu potencial e não gera empregos suficientes para absorver a crescente mão-de-obra jovem que entra no mercado de trabalho. No ano fiscal de 2017-2018, estima-se que a economia indiana crescerá 6,5%, abaixo, portanto, dos índices apresentados nos primeiros anos de governo.

Os melhores resultados da gestão econômica de Modi estão relacionados aos fundamentos macroeconômicos. O mercado financeiro avalia positivamente a previsibilidade e a estabilidade geradas nos três anos de mandato, durante os quais a economia indiana apresentou: (i) redução da taxa de inflação e índices dentro da meta de 4%, garantidos por ação de um Banco Central vigilante e independente; (ii) política cambial estável, com interferências mínimas do Banco Central e bom nível de reservas internacionais (US\$ 404,9 bilhões); e (iii) política fiscal voltada para o controle de gastos e a redução do déficit. Os bons fundamentos macroeconômicos permitiram a redução da taxa de juros nos últimos três anos, de 8% para 6%.

Entre as variáveis macroeconômicas, destaca-se a atuação do governo Modi na área fiscal. Nos últimos três anos, a política fiscal indiana tem-se baseado na prudência em relação aos gastos do governo e em estratégias para o aumento da base tributável. Para o ano fiscal de 2017/2018, o governo prevê déficit de 3,2%, dentro de um plano amplo de consolidação fiscal de longo prazo. Como reconhecimento ao programa de redução da dívida pública indiana, em novembro de 2017 a agência de classificação de risco Moody's elevou os títulos públicos indianos de grau Baa3 para Baa2. A melhora da nota indiana era aguardada desde 2004. O Banco Central tem mantido posição vigilante em relação à política fiscal e seus efeitos inflacionários, razão pela qual o espaço de manobra do governo para afastar-se da meta fiscal é bastante reduzido.

Antecipam-se, contudo, dificuldades justamente no pilar fiscal. É dado como certo que a meta de 3,2% de déficit máximo estabelecida para 2017/2018 não será cumprida. Embora dificuldades para atingir a meta fossem vislumbradas em função da queda no ritmo de crescimento econômico e da consequente pressão pelo aumento dos gastos como forma de fomentar a demanda, chama atenção a magnitude do descolamento dos gastos atuais em relação à meta. O aumento do déficit fiscal está

relacionado principalmente a quedas na arrecadação, em decorrência não apenas do novo regime tributário, iniciado em julho de 2017, mas também dos cortes em tributos anunciados no segundo semestre de 2017.

Além do estreito controle dos fundamentos macroeconômicos, a política econômica do primeiro-ministro Modi confere especial atenção à agenda de reformas estruturais e de modernização da economia indiana. O governo Modi tem continuamente projetado imagem *business friendly*, aspecto confirmado por variadas iniciativas tomadas ao longo de seus quatro anos, principalmente no sentido de facilitação de investimentos, redução de processos burocráticos e projeção de oportunidades para manufaturas na Índia. A Índia tem adotado uma série de medidas de simplificação de processos de modo a melhorar o ambiente de negócios e, dessa forma, atrair investimentos estrangeiros e nacionais.

O relatório *Doing Business Index* do Banco Mundial é utilizado como parâmetro para as políticas de reformas da Índia. Desde que assumiu o governo, o primeiro-ministro Narendra Modi tem instruído ministérios e agências a analisar os itens que compõem o *Doing Business Index*, de modo a orientar reformas e permitir que a Índia figure entre os 50 primeiros colocados até 2020. No último relatório, a Índia subiu 30 colocações e passou a figurar na 100^a colocação. Os resultados das reformas são díspares e, não raro, provocam rupturas no mercado interno. O governo de Modi, contudo, defende que, no médio e no longo prazos, os resultados de tais reformas contribuirão para o crescimento sustentável do país.

O maior exemplo de reforma estrutural foi a implementação de novo regime tributário, consubstanciado na *Goods and Services Tax* (GST), após longo processo negociador no Parlamento e com os estados. Em vigor desde julho de 2017, a GST foi objeto de discussão no âmbito legislativo por pelo menos dez anos e foi tratado internamente como a maior reforma fiscal desde a independência do país e complemento aos esforços de liberalização econômica iniciados nos anos 1990. Na prática, a GST substituiu cerca de 17 tributos estaduais e federais e eliminou a cobrança de tributos entre as unidades federativas, o que contribuirá para a consolidação de um mercado comum no território indiano e a organização dos negócios a partir de escalas nacionais. A GST funciona como imposto indireto aplicado sobre bens e serviços, calculado de acordo com o valor agregado em cada etapa da produção, eliminando, portanto, o efeito cascata no recolhimento de impostos e ineficiências nas cadeias de valor. Embora vários produtos não estejam cobertos pela GST e haja diferenças substanciais em relação a outros modelos de imposto por valor agregado, o novo sistema, indubitavelmente, contribuirá para aumentar a arrecadação fiscal, via aumento da formalização da economia.

Ressalte-se que, mesmo nos casos em que os efeitos positivos das reformas foram limitados, o governo logrou reforçar o discurso de transformação econômica e de modernização do país. O apoio popular ao processo que ficou conhecido como "desmonetização" é exemplo da capacidade do governo de promover reformas. Em novembro de 2016, o governo baniu de circulação as notas de 500 (US\$ 7,90) e mil rupias (US\$ 15,80), as de maior denominação até então em circulação. As notas, declaradas ilegais, representavam 86% do papel moeda circulante em valor. A

população foi obrigada a trocar as notas ilegais em instituições financeiras e, por semanas, lidou com severas restrições de acesso a meios de pagamentos. Apresentada como instrumento de combate à corrupção, a "desmonetização" provocou impactos negativos especialmente no setor informal da economia, altamente dependente de papel moeda. Não houve, contudo, manifestações contundentes da população contra a medida, em decorrência da percepção de que a decisão afetaria em maior grau os detentores de recursos ilegais.

A desaceleração do crescimento econômico, nos últimos dois anos, lançou dúvidas sobre a capacidade de a economia indiana atingir índices de crescimento superiores a 8%. Os efeitos políticos da desaceleração do crescimento já são visíveis. Embora as taxas de crescimento do PIB da Índia estejam substancialmente acima da média mundial, para a realidade indiana, o desempenho não é suficiente para gerar empregos frente à crescente entrada de mão-de-obra no mercado de trabalho.

De forma geral, avalia-se que eventual novo ímpeto de crescimento econômico deverá necessariamente estar ancorado no investimento privado, a julgar pelo pouco espaço fiscal disponível ao governo e pelo potencial aumento da conta energética do país diante do aumento dos preços de petróleo.

Embora as reformas e políticas do governo no plano econômico tenham resultados variados, é fato que a economia indiana passa por conjuntura de crescimento e dinamismo. As medidas econômicas do atual primeiro-ministro têm como componente fundamental a criação de uma nova imagem para a economia do país, caracterizada como pujante, aberta ao capital internacional e com crescente mercado consumidor. De forma geral, a política econômica é bem avaliada internamente. O novo regime tributário, consubstanciado na GST, é praticamente unanimidade entre analistas indianos e interpretado como elemento capaz de promover alterações profundas na economia indiana e, no médio prazo, gerar crescimento econômico.

A política de investimentos da Índia está substancialmente baseada no programa *Make in India*, plataforma pela qual têm sido divulgadas as medidas de incentivos para atração de investimentos, principalmente nos setores manufatureiro, de defesa e infraestrutura. No âmbito da iniciativa, destaca-se o relaxamento dos limites ao investimento estrangeiro em vários setores, o que teria contribuído para aumentar o investimento estrangeiro direto. Na prática, o programa tem como um de seus objetivos fundamentais a substituição de importações e, embora vários setores tenham sido abertos ao capital estrangeiro, permanecem restrições substanciais em determinadas áreas, com destaque para o setor de varejo. Dados oficiais indicam que, entre outubro de 2014 e outubro de 2016 (dois primeiros anos do *Make in India*), houve aumento de 53% no fluxo de investimentos estrangeiros diretos (IED) na Índia. Em 2014/2015, o fluxo foi de US\$ 45,1 bilhões, seguido por US\$ 55,4 bilhões, em 2015/2016, e US\$ 60 bilhões, em 2016/2017. No entanto, parte substancial do capital estrangeiro ingressou na forma de aquisições de negócios já existentes, prática que não estaria necessariamente coberta pelo *Make in India*. Dados do Banco Central indicam quedas substantivas da participação do setor de manufaturas no total de IED e avanços nos setores de serviços e construção civil. De

modo geral, o investimento privado não respondeu, ao menos no nível esperado, aos incentivos estabelecidos pelo *Make in India*.

Comércio exterior

Os resultados da balança comercial indiana parecem contrapor-se ao bom momento da economia do país: há persistente déficit e progressiva diminuição do fluxo comercial, sob efeito da contração de exportações e importações. As exportações indianas caíram de U\$S 314 bilhões em 2013/2014 para U\$S 310 bilhões em 2014/2015; para U\$S 262 bilhões em 2015/2016; e registraram leve recuperação, para U\$S 274 bilhões, em 2016/2017. A meta do governo é de que as exportações do país alcancem U\$S 910 bilhões até 2020.

Apesar do objetivo governamental de abertura e liberalização econômica, são mínimos os avanços observados em negociações comerciais bilaterais e multilaterais. A estrutura tarifária protecionista que sempre caracterizou a economia indiana permanece. A percepção comumente veiculada pelos meios de comunicação indianos é de que os acordos comerciais que o país assinou com os países da ASEAN, com o Japão e com a Coréia do Sul contribuíram para ampliar o déficit comercial da Índia. A China é maior parceiro comercial da Índia e também o país com o qual a Índia tem os déficits comerciais mais expressivos. No início de 2018, o governo indiano aumentou de uma média inferior a 13% para uma média de 20% *ad valorem* as tarifas de importação para dois grandes grupos de produtos, todos eles importados principalmente da China. O primeiro grupo inclui diversos produtos intensivos em trabalho, como produtos de beleza, relógios, brinquedos, móveis e calçados. O segundo grupo é composto por dispositivos eletrônicos e de comunicações, incluindo telefones celulares, televisores e peças e componentes. A medida foi anunciada como forma de gerar empregos em solo indiano.

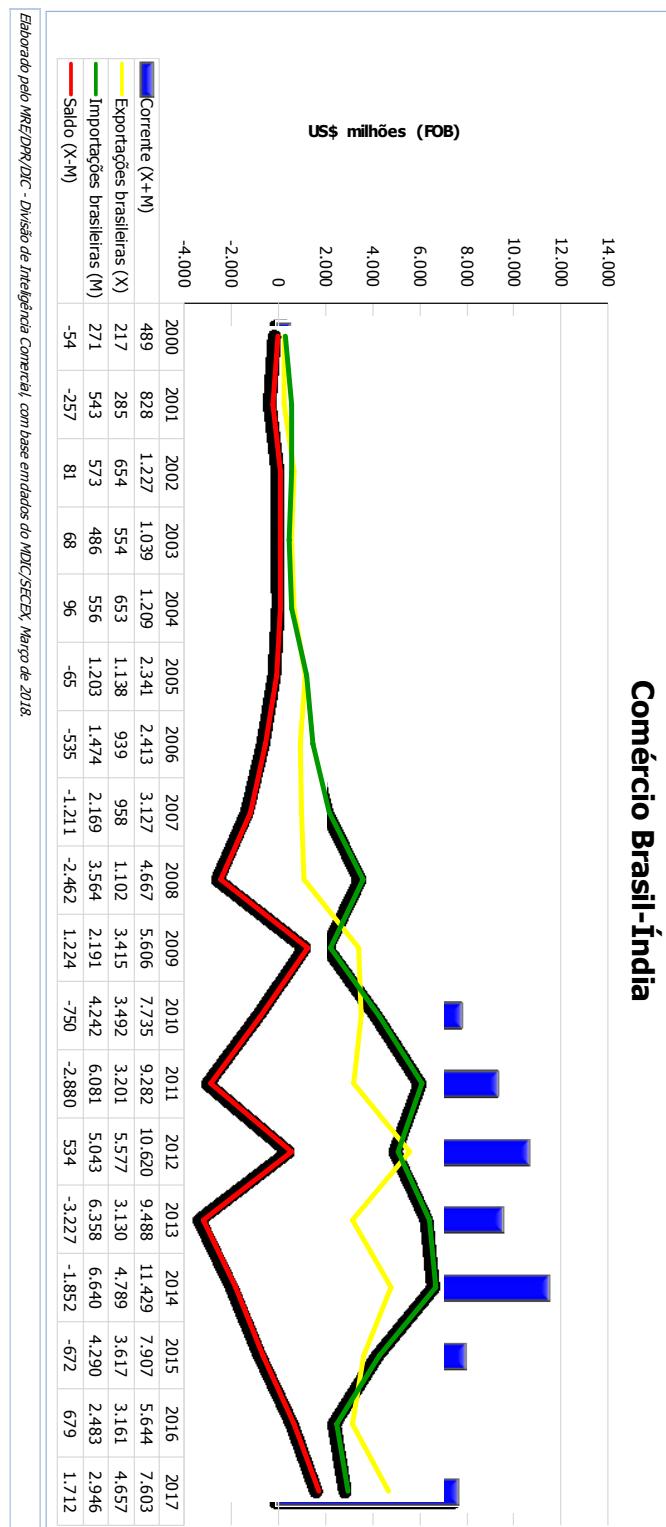
Apesar de a Índia estar envolvida em uma série de negociações, registraram-se poucos avanços nas discussões bilaterais e nas tratativas regionais. A Índia é parte das negociações em torno da Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP), grupo que engloba os países da ASEAN, Austrália, China, Japão, Coreia do Sul e Nova Zelândia. Conforme avançam as discussões, se torna mais difícil para a Índia fazer valer sua lista de sensibilidades, sobretudo na área agrícola. Estar fora de um eventual megabloco de comércio asiático limitaria sobremaneira a capacidade indiana de exportar para outros países do continente.

No âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), a Índia defende a agenda de Doha. Uma das principais preocupações do país refere-se às regras relativas aos estoques públicos de alimentos para fins de segurança alimentar. O montante permitido de compras públicas a preços mínimos atingiu volumes próximos aos praticados pelo país, razão pela qual a Índia insiste na adoção de exceções permanentes que resguardem sua política de segurança alimentar. Na condição de países em desenvolvimento, Brasil e Índia possuem uma série de pontos de convergência no âmbito da OMC, sobretudo no que diz respeito ao papel da organização no comércio mundial e na defesa do mandato da Rodada Doha. Há,

porém, algumas posições conflitantes. As demandas brasileiras por cortes em programas de apoio agrícola chocam-se com o crescente gasto da Índia em subsídios.²¹

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

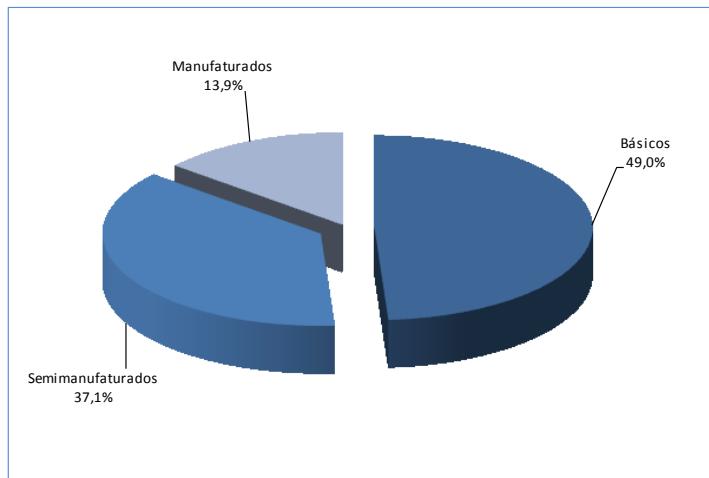
Comércio Brasil-Índia



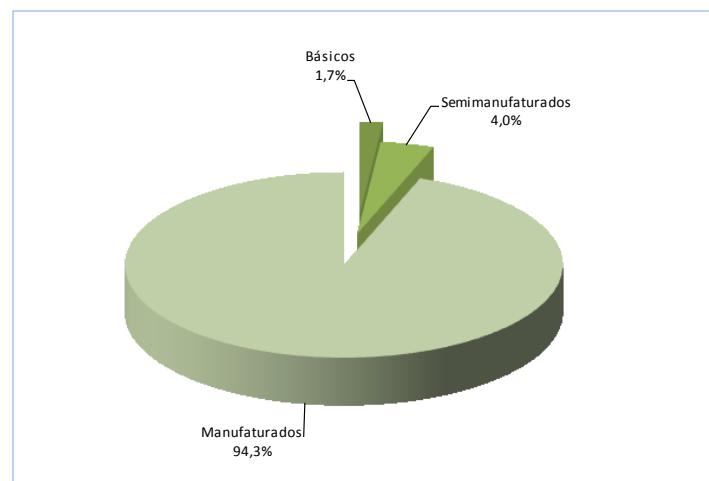
2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-fev)	858	403	1.261	455
2018 (jan-fev)	610	605	1.214	5

**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017**

Exportações



Importações



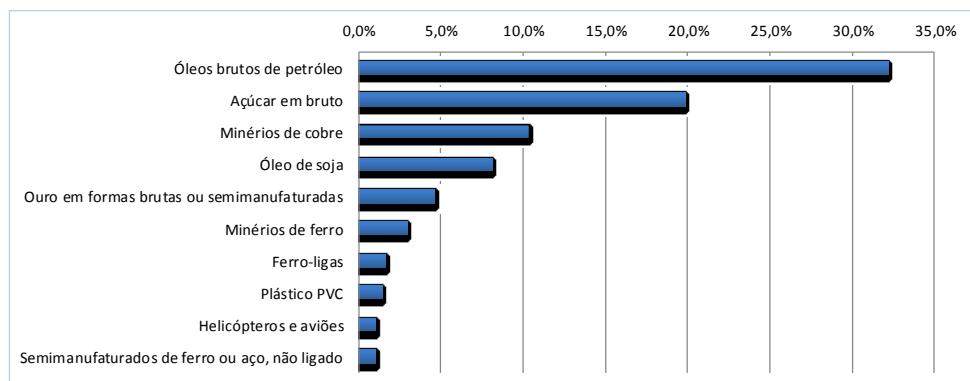
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Março de 2018.

Composição das exportações brasileiras para a Índia (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Óleos brutos de petróleo	1.103	30,5%	671	21,2%	1.498	32,2%
Açúcar em bruto	457	12,6%	884	28,0%	924	19,8%
Minérios de cobre	250	6,9%	226	7,2%	482	10,3%
Óleo de soja	552	15,3%	378	11,9%	377	8,1%
Ouro em formas brutas ou semimanufaturadas	281	7,8%	88	2,8%	214	4,6%
Minérios de ferro	47	1,3%	132	4,2%	136	2,9%
Ferro-ligas	32	0,9%	71	2,2%	76	1,6%
Plástico PVC	24	0,7%	71	2,2%	66	1,4%
Helicópteros e aviões	89	2,5%	0	0,0%	48	1,0%
Semimanufaturados de ferro ou aço, não ligado	27	0,7%	1	0,0%	47	1,0%
Subtotal	2.863	79,1%	2.522	79,8%	3.869	83,1%
Outros	755	20,9%	639	20,2%	789	16,9%
Total	3.617	100,0%	3.161	100,0%	4.657	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

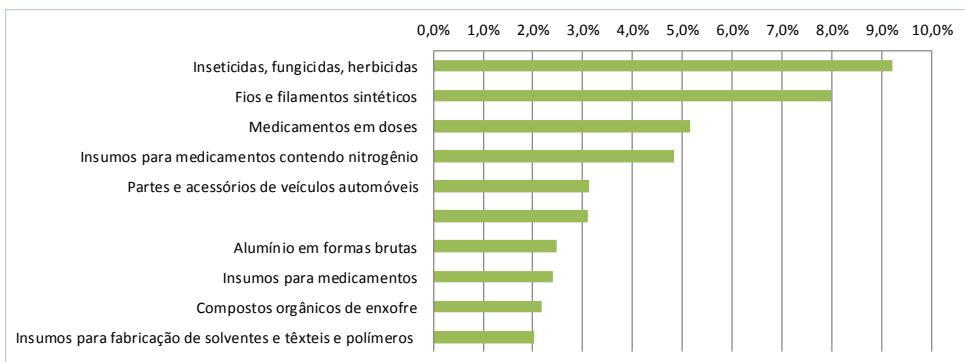


Composição das importações brasileiras originárias da Índia (SH4)
US\$ milhões

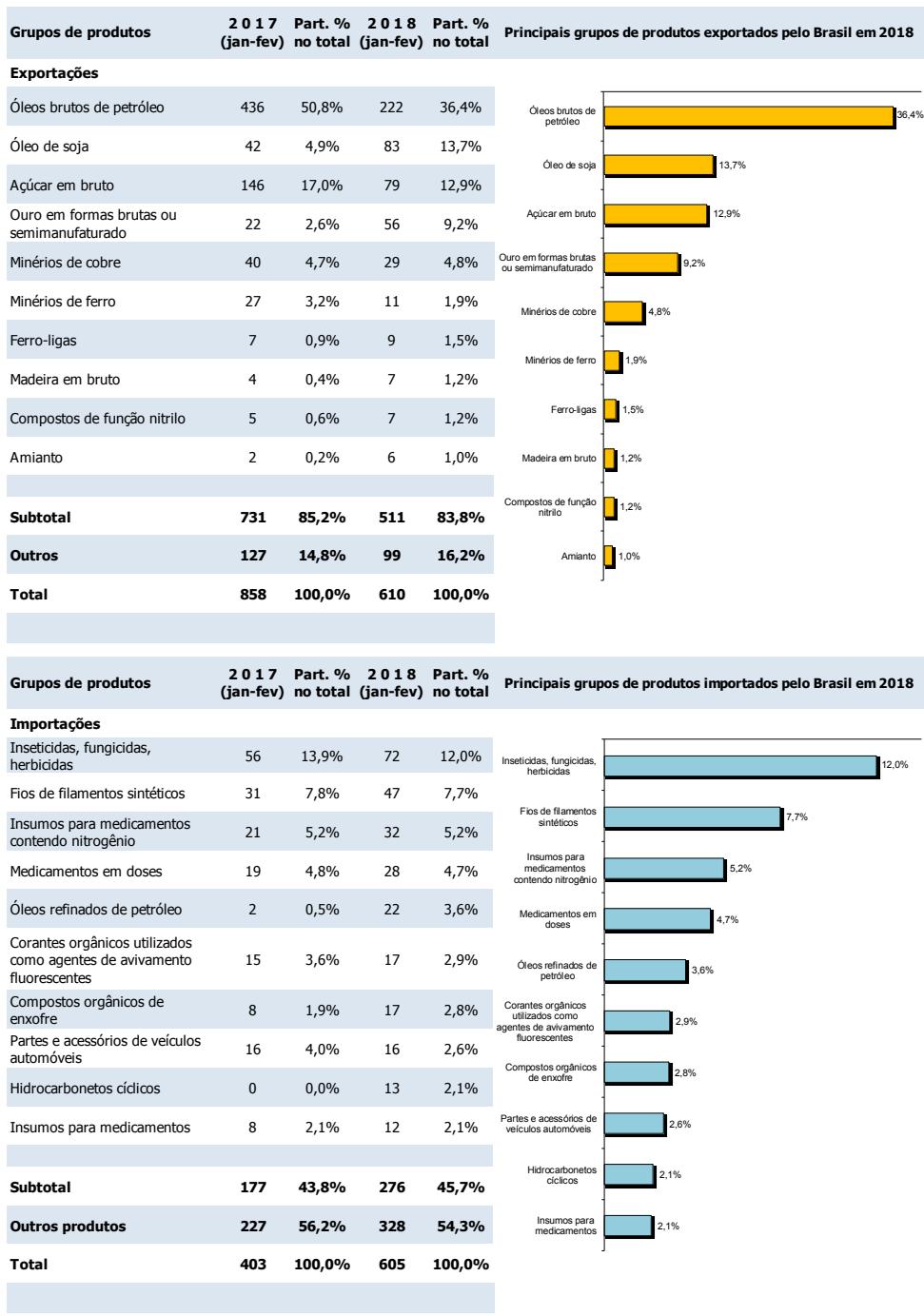
Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Inseticidas, fungicidas, herbicidas	168	3,9%	261	10,5%	271	9,2%
Fios e filamentos sintéticos	163	3,8%	173	7,0%	235	8,0%
Medicamentos em doses	160	3,7%	146	5,9%	152	5,2%
Insumos para medicamentos contendo nitrogênio	109	2,5%	119	4,8%	142	4,8%
Partes e acessórios de veículos automóveis	157	3,7%	100	4,0%	93	3,1%
Corantes orgânicos utilizados como agentes de avivamento fluorescentes	98	2,3%	93	3,8%	92	3,1%
Alumínio em formas brutas	51	1,2%	29	1,2%	73	2,5%
Insumos para medicamentos	45	1,1%	83	3,3%	71	2,4%
Compostos orgânicos de enxofre	29	0,7%	43	1,7%	64	2,2%
Insumos para fabricação de solventes e têxteis e polímeros	78	1,8%	48	1,9%	60	2,0%
Subtotal	1.058	24,7%	1.095	44,1%	1.253	42,5%
Outros	3.231	75,3%	1.387	55,9%	1.693	57,5%
Total	4.290	100,0%	2.483	100,0%	2.946	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Março de 2018.

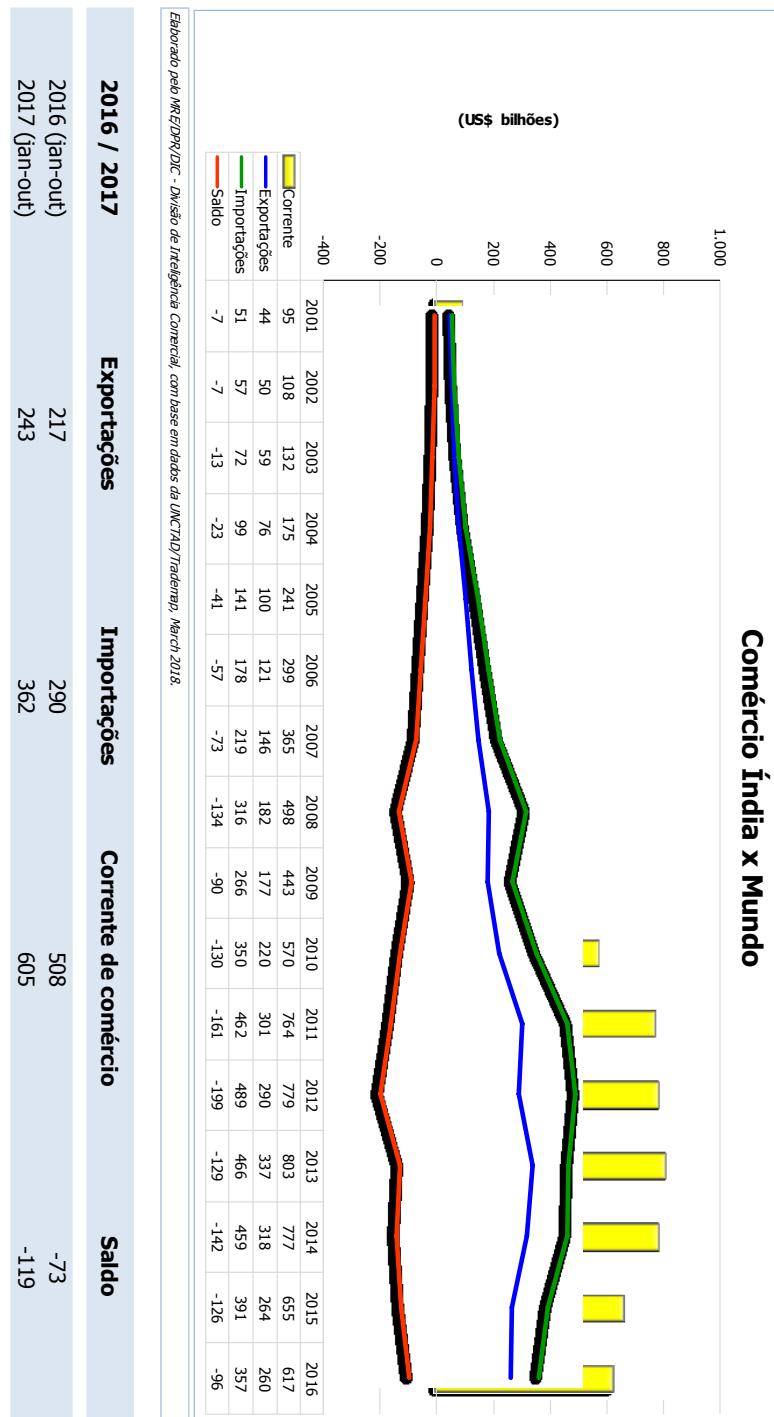
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões



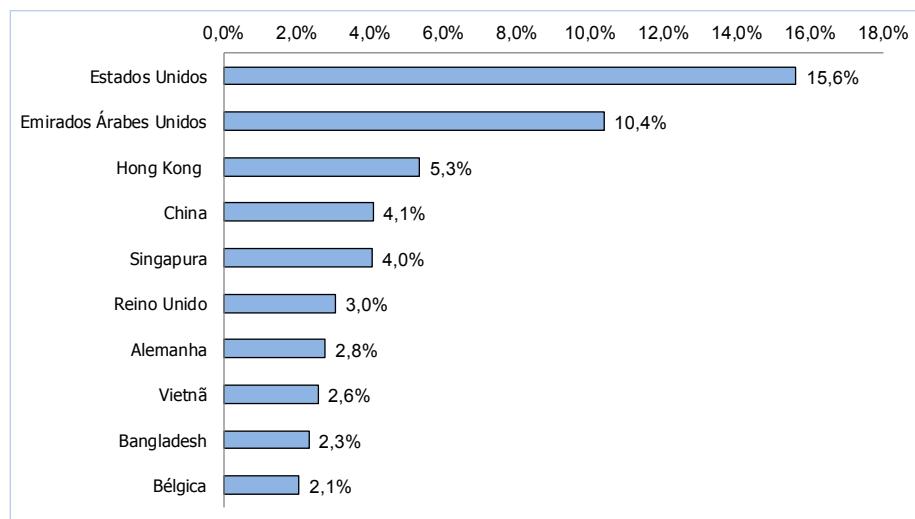
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Março de 2018.



Principais destinos das exportações da Índia
US\$ bilhões

Países	2017 (jan-out)	Part.% no total
Estados Unidos	37,94	15,6%
Emirados Árabes Unidos	25,20	10,4%
Hong Kong	12,98	5,3%
China	9,89	4,1%
Singapura	9,82	4,0%
Reino Unido	7,39	3,0%
Alemanha	6,72	2,8%
Vietnã	6,23	2,6%
Bangladesh	5,62	2,3%
Bélgica	5,00	2,1%
...		
Brasil (29º lugar)	2,33	1,0%
Subtotal	129,12	53,1%
Outros países	113,87	46,9%
Total	242,99	100,0%

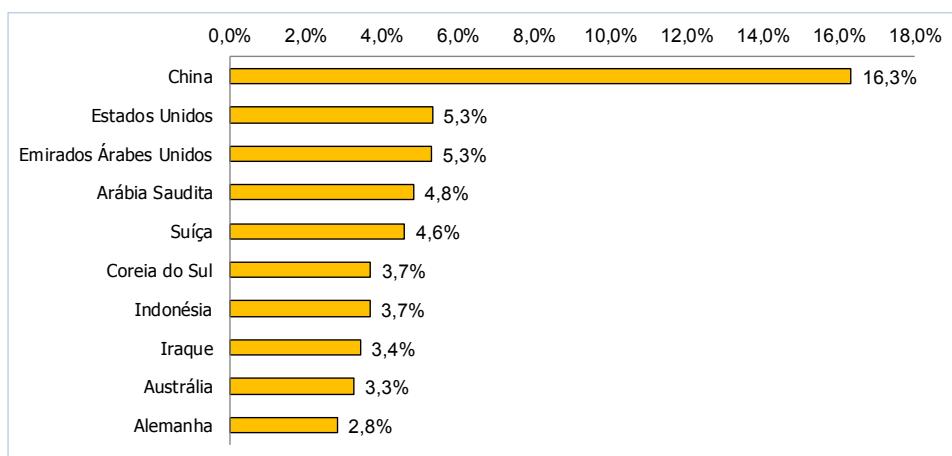
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, March 2018.



Principais origens das importações da Índia
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7 (jan-out)	Part.% no total
China	59,04	16,3%
Estados Unidos	19,24	5,3%
Emirados Árabes Unidos	19,17	5,3%
Arábia Saudita	17,47	4,8%
Suíça	16,64	4,6%
Coreia do Sul	13,39	3,7%
Indonésia	13,30	3,7%
Iraque	12,39	3,4%
Austrália	11,79	3,3%
Alemanha	10,20	2,8%
...		
Brasil (25º lugar)	4,03	1,1%
Subtotal	196,67	54,4%
Outros países	165,17	45,6%
Total	361,84	100,0%

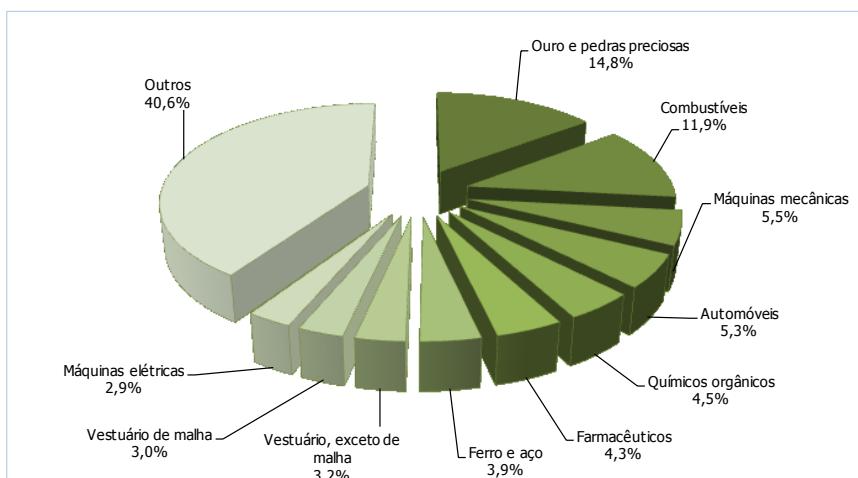
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, March 2018.



Composição das exportações da Índia (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 7 (jan-out)	Part.% no total
Ouro e pedras preciosas	35,95	14,8%
Combustíveis	29,02	11,9%
Máquinas mecânicas	13,37	5,5%
Automóveis	12,92	5,3%
Químicos orgânicos	10,96	4,5%
Farmacêuticos	10,51	4,3%
Ferro e aço	9,45	3,9%
Vestuário, exceto de malha	7,79	3,2%
Vestuário de malha	7,17	3,0%
Máquinas elétricas	7,13	2,9%
Subtotal	144,26	59,4%
Outros	98,73	40,6%
Total	242,99	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, March 2018.

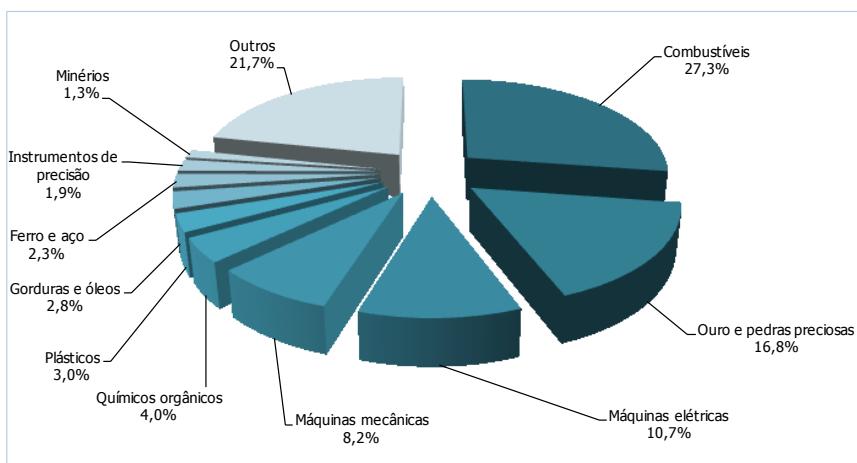


Composição das importações da Índia (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-out)	Part.% no total
Combustíveis	98,96	27,3%
Ouro e pedras preciosas	60,75	16,8%
Máquinas elétricas	38,69	10,7%
Máquinas mecânicas	29,50	8,2%
Químicos orgânicos	14,64	4,0%
Plásticos	10,80	3,0%
Gorduras e óleos	10,08	2,8%
Ferro e aço	8,23	2,3%
Instrumentos de precisão	6,94	1,9%
Minérios	4,71	1,3%
Subtotal	283,31	78,3%
Outros	78,53	21,7%
Total	361,84	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, March 2018.

10 principais grupos de produtos importados



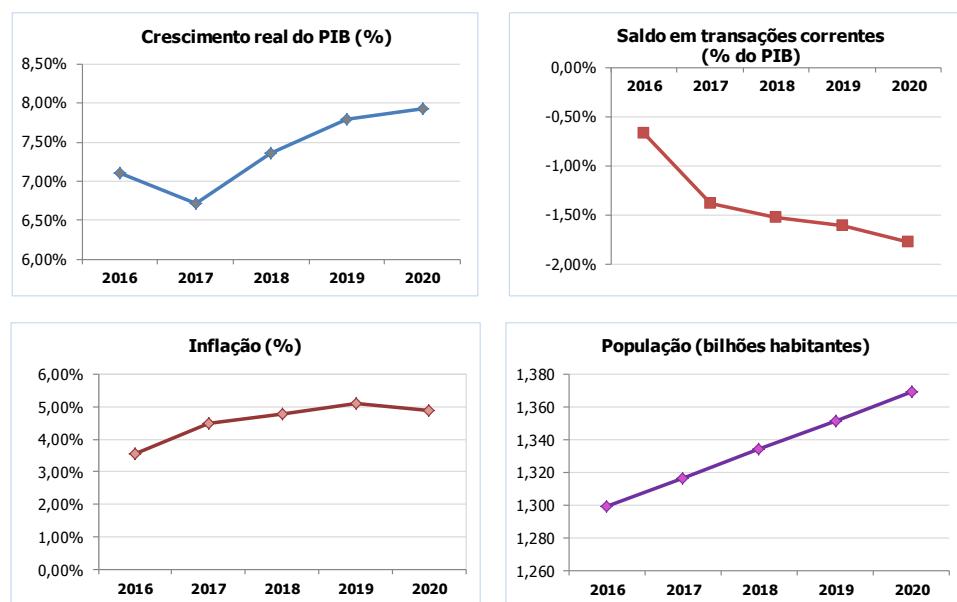
Principais indicadores socioeconômicos da Índia

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	7,11%	6,72%	7,37%	7,80%	7,93%
PIB nominal (US\$ trilhões)	2,26	2,44	2,65	2,93	3,22
PIB nominal "per capita" (US\$)	1.742	1.852	1.989	2.165	2.355
PIB PPP (US\$ trilhões)	8,70	9,45	10,34	11,38	12,55
PIB PPP "per capita" (US\$)	6.694	7.174	7.750	8.422	9.160
População (bilhões habitantes)	1,299	1,316	1,334	1,351	1,369
Inflação (%) ⁽²⁾	3,57%	4,48%	4,76%	5,09%	4,89%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-0,67%	-1,38%	-1,53%	-1,61%	-1,77%
Dívida externa (US\$ bilhões)	456,14	475,44	479,17	505,74	533,10
Câmbio (Rs / US\$) ⁽²⁾	67,20	65,12	66,77	73,07	68,78
Origem do PIB (2017 Estimativa)					
Agricultura			16,8%		
Indústria			28,9%		
Serviços			46,6%		

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2017, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report March 2018 e da Cia.gov.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



CRONOLOGIA HISTÓRICA

1947	Independência da Índia. Governo de Jawaharlal Nehru (até 1964). Secesão do Paquistão.
1948	Assassinato de Gandhi. Guerra com Paquistão (conflito pela Caxemira).
1962	Guerra com a China por Ladakh e perda do território.
1965	Guerra com o Paquistão na região da Caxemira.
1966	Governo de Indira Gandhi (até 1984).
1971	Guerra com o Paquistão. Independência de Bangladesh (ex-Paquistão Oriental)
1974	Primeiro teste nuclear indiano.
1984	Assassinato de Indira Gandhi. Governo de Rajiv Gandhi (até 1991).
1991	Assassinato de Rajiv Gandhi. Governo de Narasimha Rao (até 1998). Reforma Econômica, iniciada pelo então Ministro das Finanças Manmohan Singh.
1998	Governo de Atal Bihari Vajpayee, do Partido do Povo Indiano (até 2004). Novos testes nucleares, seguidos de condenação internacional.
1999	Assinatura da Declaração de Paz de Lahore (com o Paquistão). Guerra de Kargil (com o Paquistão).
2000	A Índia atinge a marca de 1 bilhão de habitantes.
2002	Teste do míssil balístico de capacidade nuclear <i>Agni</i> . Paquistão testa míssil terra-terra de capacidade nuclear <i>Ghauri</i> . Abdul Kalam é eleito Presidente.
2004	Início do Governo de Manmohan Singh. Criação do G-4.
2006	Visita do Presidente George Bush. Acordo Nuclear EUA-Índia.
2007	Pratibha Patil torna-se a primeira mulher a ocupar a presidência da Índia.
2008	Primeira missão indiana à lua: foguete <i>Chandrayaan-1</i> . Ataques terroristas em Mumbai deixam 200 mortos.
2009	Acordo nuclear Índia-Rússia (fevereiro). Vitória do Partido do Congresso nas eleições parlamentares (maio).
2010	Acordo nuclear Índia-Canadá (junho). Início das negociações de acordo nuclear com o Japão e a Coreia do Sul (junho). Retomada do diálogo Índia-Paquistão após os atentados em Mumbai. Visita do Presidente Barack Obama; Governo norte-americano anuncia apoio à Índia como membro-permanente no CSNU.
2011	Retomada do Diálogo Índia-Paquistão (fevereiro).
2012	Eleições presidenciais (julho). Eleição de Pranab Mukherjee, do Partido do Congresso Indiano (INC).
2013	Início de programa nacional de transferência de renda a populações carentes.
2014	Eleições gerais (abril-maio). Narendra Modi, do Partido do Povo Indiano (BJP), torna-se Primeiro-Ministro.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1948	Anúncio do estabelecimento de legações, em 06/04/1948. Abertura da Missão indiana no Rio de Janeiro, em 03/05/1948. Missão diplomática brasileira elevada à categoria de Embaixada, em 15/10/1948.
1968	Visita oficial da Primeira-Ministra Indira Gandhi ao Brasil.
1996	Visita oficial do Presidente Fernando Henrique Cardoso à Índia.
1998	Visita oficial do Presidente Narayanan ao Brasil.
2002	Estabelecimento da Comissão Mista Brasil-Índia, principal mecanismo de coordenação do diálogo bilateral, que tem o objetivo de avaliar e de dar diretrizes para o desenvolvimento da cooperação e para a intensificação do intercâmbio comercial, científico, tecnológico e cultural.
2003	Criação do G-20 e do IBAS. Visita a Nova Déli do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, para reunião do G-20. I Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia (em Nova Déli).
2004	Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Índia. Lançamento do G-4 (grupo formado por Alemanha, Brasil, Índia e Japão, para coordenação de políticas para a reforma do Conselho de Segurança da ONU).
2006	II Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia (Brasília). Cúpula do IBAS; Visita oficial do Primeiro-Ministro Manmohan Singh ao Brasil.
2007	III Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia (Nova Déli). Visita do Ministro Celso Amorim à Índia; I Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-Índia, em Nova Déli. Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Índia. IV Reunião da Comissão Mista do IBAS (Nova Déli). II Reunião de Cúpula do IBAS (África do Sul).
2008	Visita oficial do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Pranab Mukherjee. Visita oficial da Presidenta da Índia, Pratibha Patil. V Reunião Ministerial do IBAS (África do Sul). I Reunião Ministerial do BRIC (Rússia).
2009	I Reunião de Cúpula do BRIC (Ecaterimburgo). Abertura da Adidância Militar do Brasil em Nova Déli. Entrada em vigor do ACP Mercosul-Índia. IV Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia (Brasília).
2010	Visita à Índia do Ministro da Defesa, Nelson Jobim. Visita de trabalho ao Brasil do Primeiro-Ministro Manmohan Singh, paralelamente à realização da IV Reunião de Cúpula do IBAS e da II Reunião Ministerial dos BRICs (Brasília) – renomeado BRICS em dezembro, com a formalização do ingresso da África do Sul. II Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-Índia (Brasília). I Reunião do Comitê Conjunto de Defesa (Nova Déli).
2011	Visita à Índia do Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota; III Reunião do Mecanismo de Diálogo Estratégico. VII Reunião Ministerial do IBAS (Nova Déli); V Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia (Nova Déli).
2012	Visita à Índia do Ministro da Defesa, Celso Amorim; Visita de Estado da Presidenta da República, Dilma Rousseff, à Índia. Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Manmohan Singh, por ocasião da Conferência Rio+20.
2013	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Externos da Índia, Salman Khurshid; VI Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia.
2014	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro da Índia, Narendra Modi (VI Cúpula do BRICS).
2015	Encontro bilateral entre a presidente da República, Dilma Rousseff, e o primeiro-ministro Narendra Modi, à margem da VII Cúpula dos BRICS (Ufá, Rússia); Reunião

	de Consultas Políticas Brasil-Índia (Brasília); I Reunião do Mecanismo de Consultas Consulares e Mobilidade (Brasília); VII Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia (Nova Delhi); V Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-Índia (Nova Delhi); visita da ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu (Nova Delhi).
2016	Visita do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi (Nova Delhi). Visita do presidente da República Michel Temer (Goa, 17/10/2016).
2017	V Reunião do Comitê Conjunto de Defesa Brasil-Índia (Nova Delhi, novembro de 2017).

ATOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Acordo de Cooperação Cultural	23/09/1968	15/07/1970
Acordo de Comércio com a Índia	03/02/1968	13/10/1969
Acordo sobre Cooperação nos Campos da Ciência e Tecnologia.	22/07/1985	24/01/1990
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda.	26/04/1988	11/03/1992
Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relativos à Defesa	1/12/2003	27/12/2006
Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais e de Serviços.	25/01/2004	17/11/2004
Acordo-Quadro sobre Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior entre o Brasil e a Índia	25/01/2004	22/10/2008
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte dos Dependentes do Pessoal Diplomático e Consular	02/02/2006	16/05/2012
Acordo de Coprodução Audiovisual	04/06/2007	03/01/2010
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Assistência Mútua em Matéria Aduaneira	04/06/2007	30/11/2013
Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia	15/10/2013	Em tramitação no Congresso Nacional

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REINO DO BUTÃO



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Maio de 2018

DADOS BÁSICOS SOBRE O REINO DO BUTÃO	
NOME OFICIAL:	Reino do Butão
GENTÍLICO:	butanês
CAPITAL:	Thimphu
ÁREA:	38 394 km ²
POPULAÇÃO (2017):	804 000
LÍNGUA OFICIAL:	butanês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	budismo (75,3%); hinduísmo (22,1%); outras (2,6%)
SISTEMA DE GOVERNO:	monarquia constitucional
PODER LEGISLATIVO:	parlamento bicameral composto pelo Conselho Nacional e pela Assembleia Nacional
CHEFE DE ESTADO:	Jigme Khesar Namgyel Wangchuck (desde 2006)
CHEFE DE GOVERNO:	Lyonchhen Tshering Tobgay (desde 2013)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2017):	US\$ 2,32 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2017):	US\$ 7,01 bilhões
PIB PER CAPITA (2017)	US\$ 2887
PIB PPP PER CAPITA (2017):	US\$ 8720
VARIAÇÃO DO PIB:	5,8% (2017); 6,2% (2016); 6,1% (2015)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH (2014):	0,607 (132 ^a posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2015):	69,9 anos
ALFABETIZAÇÃO (2015):	64,9%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017):	3,2%
UNIDADE MONETÁRIA:	ngultrum
EMBAIXADOR EM THIMPHU:	Tovar da Silva Nunes (não residente)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Doma Tshering (não residente)
BRASILEIROS NO PAÍS:	Não há registro de brasileiros residindo no Butão

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-BUTÃO (Fonte: MDIC - US\$ mil)										
Brasil → Butão	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2018 (jan-abr)
Intercâmbio	1,2	46,8	36	77,4	0	0,2	53,1	71,8	342,9	63,1
Exportações	1,2	46,8	35,9	18,9	0	0	0	4,5	93,9	0
Importações	0	0	0,1	58,5	0	0,2	53,1	67,4	249,1	63,1
Saldo	1,2	46,8	35,9	-39,5	0	-0,2	-53,1	-62,9	-155,2	-63,1

APRESENTAÇÃO

O Butão é um pequeno país, localizado entre a China, ao norte, e a Índia, ao sul. Historicamente, o Butão usou seu isolamento geográfico para limitar

influências culturais externas. O Butão mantém, há mais de um século, uma política de isolacionismo estrito com o objetivo de preservar sua herança cultural. Atualmente, o país tem passado por processo de relativa abertura e modernização.

O Butão é uma jovem democracia. Ao longo da última década, o país abandonou o regime monárquico absolutista e tornou-se uma monarquia constitucional com parlamentares eleitos por voto direto.

A identidade nacional butanesa é fortemente ligada à religião budista e à figura do monarca. A língua oficial é o butanês, embora minorias étnicas falem outras línguas, como o nepalês. O inglês foi adotado como língua franca da elite butanesa, sendo empregado nas escolas e universidades.

SÍNTESE HISTÓRICA

A presença humana na região onde hoje se encontra o Butão, conforme registros arqueológicos mais recentes, remonta a 2000 a.C. Por volta de 500 a.C., clãs nômades que habitavam o território se estabeleceram em suas planícies, adotando uma religião xamanista caracterizada pelo culto à natureza.

A consolidação do Butão como estado independente ocorreu em 1616, sob a liderança do lama (autoridade religiosa no budismo tibetano) Ngawanag Namgyal. Naquele ano, foram derrotadas três invasões tibetanas ao território butanês, escolas religiosas rivais foram subjugadas e Namgyal estabeleceu-se como governante sobre um sistema de administradores eclesiásticos e civis. Após sua morte, o país passou por seguidos conflitos internos que fragilizaram o governo dual dividido entre autoridades religiosas e civis. Em 1885, o governador de Trongsa (local a leste da capital Thimphu), Ugyen Wangchuck, derrotou militarmente o governador de Paro (no leste do país), tornando-se o homem forte da política butanesa. Tendo consolidado seu poder sobre o país, começou a cultivar laços mais estreitos com os britânicos, que dominavam grande parte do subcontinente indiano.

Em 1907, Wangchuck tornou-se o primeiro *Druk Gyalpo* (dragão rei), estabelecendo a monarquia hereditária no Butão. Em 1910, o rei assinou o Tratado de Punakha com a coroa Britânica. Por meio do tratado, o Butão mantinha sua autonomia interna, mas cedia o poder decisório sobre sua política externa ao governo britânico.

Em 1949, dois anos após a independência da Índia, o Tratado sobre Paz e Amizade entre a República da Índia e o Reino do Butão atribuiu ao governo indiano o poder de guiar a política externa butanesa. O Butão tornou-se membro das Nações Unidas em 1971, momento em que passou a buscar maior independência frente à Índia. O acordo entre os dois países foi renegociado e substituído em 2007 por novo Tratado de Amizade que impõe menos restrições à ação externa butanesa. Ainda assim, embora não seja um protetorado, o país continua a ser um *estado protegido* pela Índia.

Em 1972, ascendeu ao trono Jigme Singye Wangchuck. Seu reinado ficou conhecido internacionalmente pela criação do conceito de “Felicidade Interna Bruta”,

segundo o qual a dimensão econômica não é suficiente para medir o desenvolvimento de um país.

A década de 1990 foi marcada por conflitos étnicos entre a maioria *drukpa* (budista) e a minoria *ghorka* (praticantes da religião hindu). Em 1999 a televisão e a internet tiveram seu uso autorizado pela primeira vez no país. Também foi autorizada a entrada de turistas, ainda que em números limitados.

Em 2006, Jigme Khesar Namgyel Wangchuck tornou-se o quinto rei dragão e deu início ao processo de transição do regime para uma monarquia constitucional. Em 2008, foi adotada a primeira constituição do país, que introduziu o voto universal, o que permitiu a realização das primeiras eleições legislativas. O Butão passou a ser formalmente uma monarquia constitucional em 18 de julho de 2008.

PERFIS BIOGRÁFICOS

JIGME KHESAR NAMGYEL WANGCHUCK rei



Nasceu em 21 de fevereiro de 1980, em Thimphu. Estudou na Cushing Academy e no Wheaton College, em Massachusetts (EUA) e, em 2000, graduou-se em Relações Internacionais e Serviço Exterior na Universidade de Oxford, na Inglaterra. É Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de New Brunswick, no Canadá, pela Universidade de Rangsit, na Tailândia, pela Universidade de Calcutá, na Índia, e pela Universidade Keio, no Japão.

Jigme Khesar assumiu o trono em 14 de dezembro de 2006, quando seu pai abdicou em seu favor, convertendo-o no quinto rei da dinastia Wangchuk, detentora do trono desde 1907. Em 1º de novembro de 2008, foi coroado rei do Butão.

LYONCHHEN
primeiro-ministro

TSHERING TOBGAY



Nasceu em 19 de setembro de 1965. Graduou-se em Engenharia Mecânica pela Universidade de Pittsburgh, nos Estados Unidos, e obteve o título de Mestre em Administração Pública pela Universidade de Harvard. Ingressou no serviço público butanês em 1991, onde ocupou o cargo de Diretor da Autoridade Nacional de Treinamento Técnico do Butão e de Diretor do Departamento de Recursos Humanos do Ministério do Trabalho e Emprego.

Foi eleito membro da Assembleia Nacional em 2008 pelo Partido Popular Democrático do Butão. Atuou como líder da oposição até julho de 2013, quando foi eleito primeiro-ministro.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Butão tem demonstrado reiterado interesse em fortalecer seus laços com o Brasil. As relações diplomáticas foram estabelecidas em 2009, tendo sido o Brasil o primeiro país da América Latina a fazê-lo. A amizade entre os dois países tem se refletido no inequívoco apoio butanês a pleitos brasileiros em diversos foros multilaterais. A distância geográfica, o limitado conhecimento mútuo e o estado ainda incipiente dos laços humanos entre os dois povos podem ser vistos como desafios ao fortalecimento das relações bilaterais.

Em novembro de 2009, o então primeiro-ministro do Butão, Jigme Thinley, visitou o Brasil por ocasião da 5ª Conferência Internacional do Índice da Felicidade, realizada em Foz do Iguaçu. O evento foi organizado pelo *Centre of Bhutan Studies*, entidade vinculada ao governo butanês que promove eventos internacionais para divulgar o conceito de “Felicidade Nacional Bruta”. Thinley voltou a visitar o Brasil por ocasião da Conferência Rio+20, em 2012.

Em março de 2018, delegação butanesa visitou o Brasil a fim de participar do Fórum Mundial da Água. Na ocasião, os representantes do Butão realizaram visita técnica à Usina Hidrelétrica de Itaipu, com apoio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Há potencial de cooperação na área hidrelétrica, devido à

capacidade técnica do Brasil e ao potencial de produção hidrelétrica do Butão. A exportação de energia elétrica gerada por usinas hidrelétricas corresponde a mais de 40% das exportações butanesas e a 14% de seu PIB.

O Butão deseja estabelecer agenda bilateral mais substantiva com o Brasil. Há possibilidades de fomentar atividades de cooperação na área hidrelétrica, no setor agrícola (melhoria de sementes, aprimoramento de raças bovinas, formação de cooperativas de pequenos agricultores e aprimoramento de legislação e regulamentação relativas à qualidade da produção de alimentos) e na área de turismo.

Em 2014, o governo brasileiro propôs assinatura de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o Butão. O governo butanês manifestou preferência por assinar Memorando de Entendimento (MdE) ao invés de um ACT, em virtude da dificuldade de ratificação de acordos no parlamento do Butão.

Em abril, a embaixadora não-residente do Butão, Doma Tshering, visitou Brasília para apresentar cartas credenciais ao senhor Presidente da República, sendo a primeira representante do país a fazê-lo. Na ocasião, mencionou que, em 2019, serão celebrados 10 anos das relações bilaterais, o que constituirá momento propício para intensificar o relacionamento entre Brasil e Butão. Manifestou desejo de retomar as negociações do ACT, afirmando que o Butão almeja estabelecer cooperação com o Brasil também na área espacial, como já tem feito com Índia e Japão.

Assuntos econômico-comerciais

O relacionamento bilateral em matéria econômica é bastante limitado. Embora muito pequeno em valores absolutos, o intercâmbio comercial entre Brasil e Butão foi, em 2017, o maior já registrado entre os dois países, de USD 342.935, com déficit de USD 155.235 para o Brasil. As exportações brasileiras concentraram-se em pneus novos, ao passo que as importações foram, sobretudo, de circuitos elétricos.

Assuntos consulares

Não há registro de cidadãos brasileiros residentes no Reino do Butão.

POLÍTICA INTERNA

O Butão é uma jovem democracia que, na atualidade, passa por um processo de abertura e modernização. O budismo, religião oficial do país, desempenha papel relevante na definição da política e do comportamento do povo butanês.

O país é uma monarquia constitucional, cuja primeira constituição foi adotada em 2008. Os ministros de Estado são nomeados pelo rei entre os membros da Assembleia Nacional (câmara baixa), por indicação do primeiro-ministro.

O Poder Legislativo é bicameral, constituído pelo Conselho Nacional, composto por 25 membros (20 eleitos diretamente e 5 indicados pelo rei), e pela Assembleia Nacional (47 membros eleitos diretamente por voto proporcional). Os mandatos em ambas as casas são de 5 anos. Destaque-se que os membros do

Conselho Nacional não podem ter filiação partidária, enquanto que na Assembleia Nacional é obrigatório pertencer a algum partido político.

Foram realizadas eleições legislativas em 2008 e 2013. No ano corrente, já foram realizadas eleições para o Conselho Nacional, em abril, e serão realizadas eleições para a Assembleia Nacional em outubro ou novembro próximos.

O Poder Judiciário é composto por Corte Suprema (com jurisdição somente sobre temas constitucionais), Alta Corte, Cortes Distritais e Cortes Sub-distritais.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do Butão é, em grande parte, determinada por sua circunstância geográfica, uma vez que o país é um enclave entre China e Índia. Conforme seus princípios nacionais, o Butão procura promover a paz por meio do diálogo com a comunidade internacional, almejando, também, a preservação de sua soberania, integridade territorial e patrimônio cultural e religioso.

O Butão mantém relações diplomáticas com apenas 52 países e a União Europeia (nas Américas, somente com Brasil, Argentina, Canadá, Colômbia, Costa Rica e Cuba). O Butão mantém apenas cinco embaixadas no exterior (Índia, Bangladesh, Tailândia, Kuwait e Bélgica), além das missões juntas às Nações Unidas em Nova York e em Genebra, ademais de um Consulado em Calcutá, na Índia. Apenas Índia e Bangladesh mantêm embaixadas residentes em Thimphu.

Embora mantenha relações diplomáticas com poucos países, o Butão é membro de 75 organizações internacionais. Cabe destacar a participação do país na Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional (SAARC), juntamente com Bangladesh, Índia, Maldivas, Nepal, Paquistão e Sri Lanka.

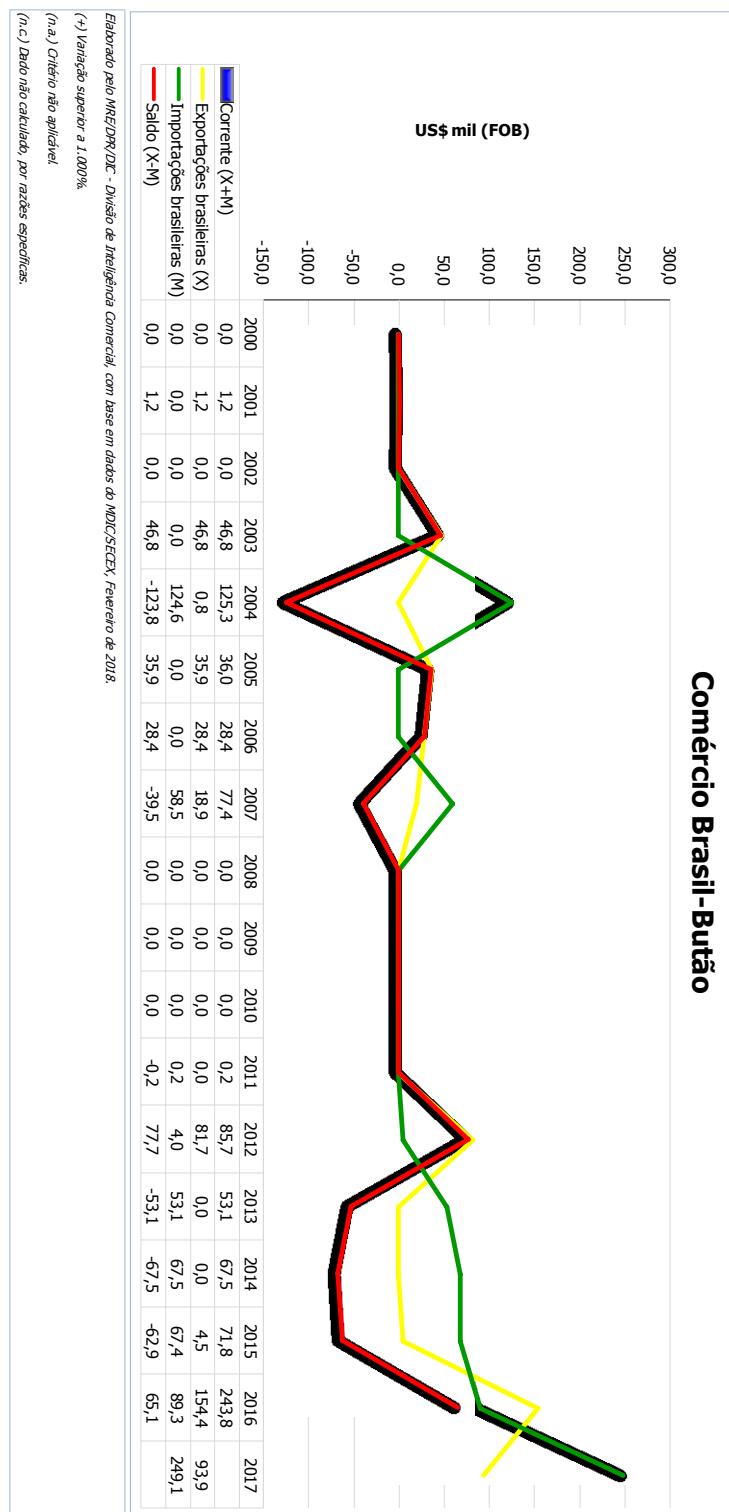
A Índia é o principal parceiro e o mais importante mercado para os produtos butaneses. É por meio de seu vizinho setentrional que o Butão mantém canais de intercâmbio com outros países, uma vez que suas fronteiras com a China são pouco porosas. Cabe destacar a participação destacada da Índia em projetos de infraestrutura, como a construção de usinas hidrelétricas e de estradas.

As relações com a China são consideradas conflitivas devido a disputas fronteiriças, destacamente as do platô de Doklam, próximo à tríplice fronteira China-Butão-Índia. Em junho de 2017, uma questão no platô de Doklam envolveu os três países e causou mobilização militar de Índia e China. O impasse teve início com a tentativa chinesa de construir uma rodovia em área que Índia e Butão consideram território butanês. O governo indiano enviou tropas à região, suscitando ameaças de intervenção militar da China. Depois de 73 dias, os dois países acertaram uma trégua sobre a questão, que ainda não foi solucionada de maneira definitiva.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

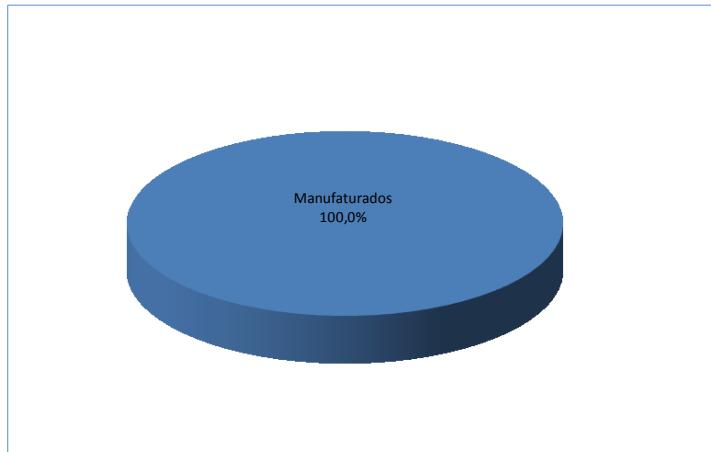
A política econômica butanesa concentra-se na geração de empregos e diversificação da base produtiva; estímulo ao empreendedorismo, à autossuficiência e à exportação de manufaturas. A moeda nacional, o ngultrum, está atrelada à rupia indiana, de modo que qualquer alteração na economia indiana afeta diretamente a economia butanesa.

Graças às suas condições geográficas, o Butão conta com potencial hidrelétrico notável, estimado em 30 GW, dos quais 23,76 GW são considerados economicamente viáveis no curto prazo, segundo dados da *International Hydropower Association*. A maior parte da hidroeletricidade gerada no Butão é exportada para a Índia, o que corresponde a mais de 40% das exportações do país e a 14% de seu PIB. Com a rápida expansão da capacidade de geração de energia, já em curso, que deverá alcançar 10 GW até 2020 (a produção era de 1.6 GW em 2015), e o recente entendimento para exportação de hidroeletricidade gerada no Butão também para Bangladesh, o país deverá emergir proximamente como um importante supridor de energia limpa na Ásia Meridional.



**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017**

Exportações



Importações



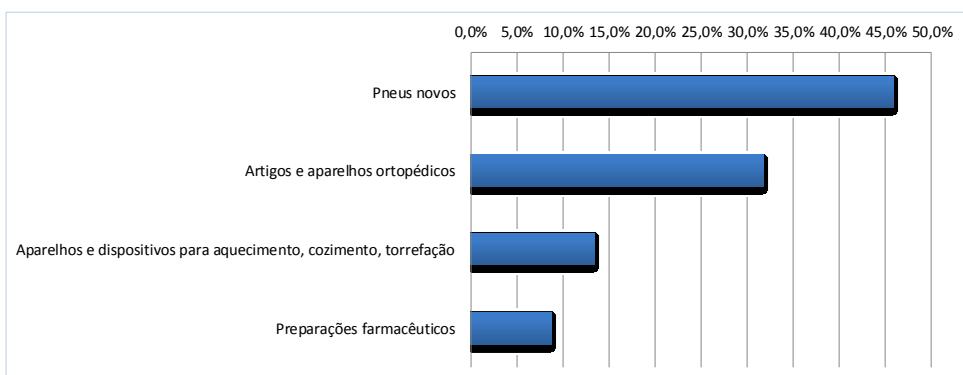
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Fevereiro de 2018.

Composição das exportações brasileiras para o Butão (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Pneus novos	0,00	0,0%	0,00	0,0%	43,09	45,9%
Artigos e aparelhos ortopédicos	0,00	0,0%	0,00	0,0%	29,79	31,7%
Aparelhos e dispositivos para aquecimento, cozimento, torrefação	0,00	0,0%	0,00	0,0%	12,68	13,5%
Preparações farmacêuticos	0,00	0,0%	0,00	0,0%	8,30	8,8%
Máquinas para terraplanagem	0,00	0,0%	106,00	68,6%	0,00	0,0%
Chapas, folhas, tiras e lâminas de plástico	0,00	0,0%	43,32	28,0%	0,00	0,0%
Sementes para sementeira	0,00	0,0%	5,13	3,3%	0,00	0,0%
Instrumentos e aparelhos para medicina, cirurgia, odontologia e veterinária	4,47	100,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Subtotal	4,47	100,0%	154,45	100,0%	93,85	100,0%
Outros	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Total	4,47	100,0%	154,45	100,0%	93,85	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

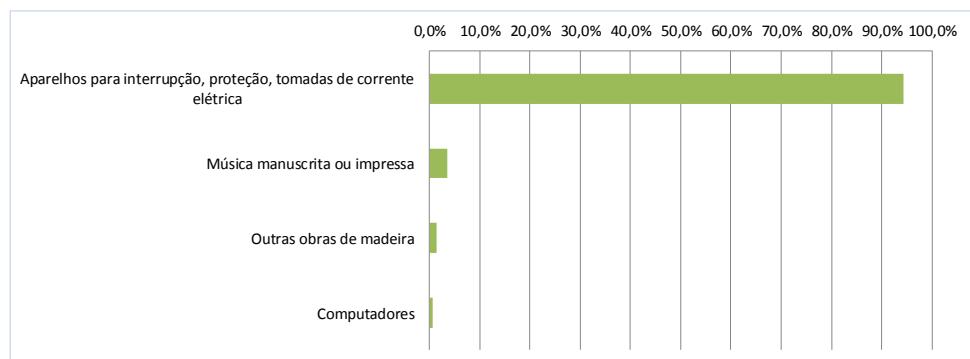


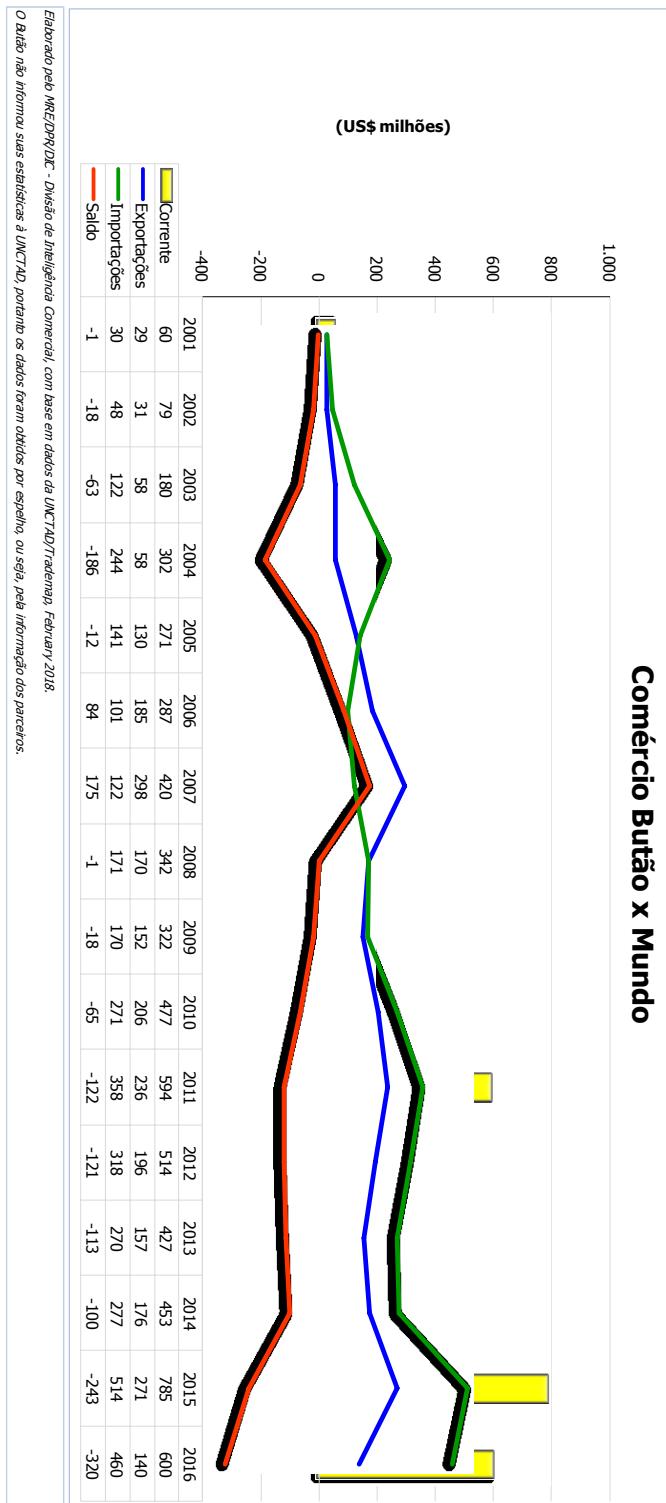
Composição das importações brasileiras originárias do Butão (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Aparelhos para interrupção, proteção, tomadas de corrente elétrica	29,02	43,1%	80,59	90,2%	235,29	94,5%
Música manuscrita ou impressa	0,00	0,0%	5,48	6,1%	8,84	3,6%
Outras obras de madeira	0,00	0,0%	0,00	0,0%	3,17	1,3%
Computadores	0,00	0,0%	0,00	0,0%	1,48	0,6%
Partes e acessórios para veículos automóveis	9,12	13,5%	3,26	3,6%	0,00	0,0%
Ferro-ligas	29,23	43,4%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Subtotal	67,37	100,0%	89,33	100,0%	248,77	99,9%
Outros	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,31	0,1%
Total	67,37	100,0%	89,33	100,0%	249,09	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017

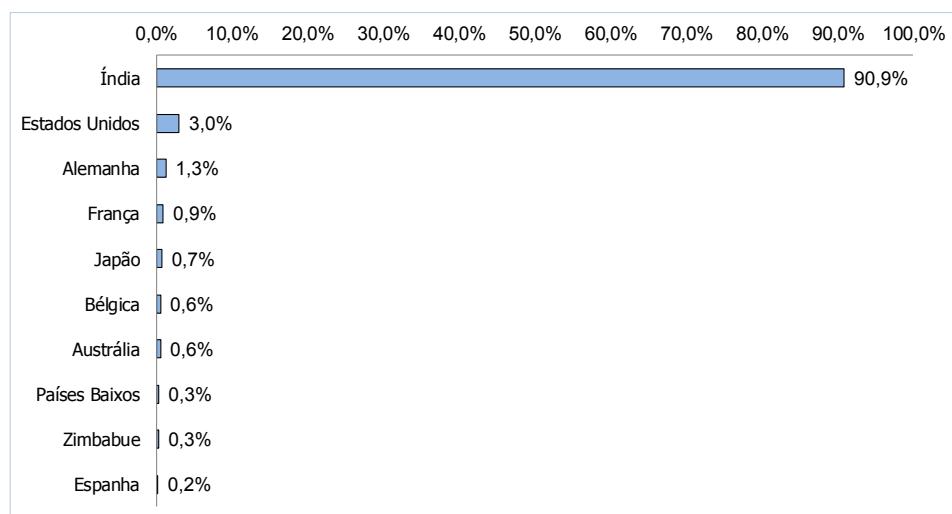




Principais destinos das exportações do Butão
US\$ milhões

Países	2 0 1 6	Part.% no total
Índia	127,3	90,9%
Estados Unidos	4,3	3,0%
Alemanha	1,8	1,3%
França	1,3	0,9%
Japão	1,0	0,7%
Bélgica	0,8	0,6%
Austrália	0,8	0,6%
Países Baixos	0,5	0,3%
Zimbabue	0,4	0,3%
Espanha	0,3	0,2%
...		
Brasil (19º lugar)	0,1	0,1%
Subtotal	138,6	98,9%
Outros países	1,6	1,1%
Total	140,1	100,0%

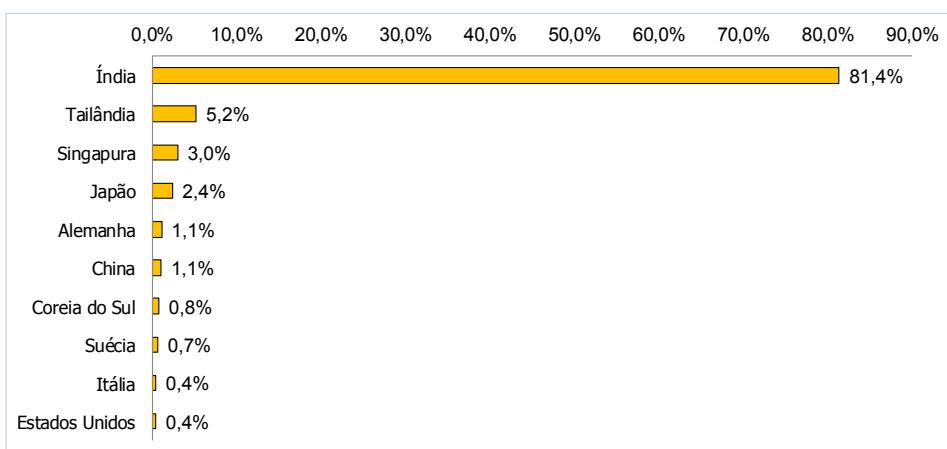
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.



Principais origens das importações do Butão
US\$ milhões

Países	2 0 1 6	Part.% no total
Índia	374,2	81,4%
Tailândia	24,0	5,2%
Singapura	13,9	3,0%
Japão	11,1	2,4%
Alemanha	5,2	1,1%
China	4,8	1,1%
Coreia do Sul	3,7	0,8%
Suécia	3,1	0,7%
Itália	2,0	0,4%
Estados Unidos	2,0	0,4%
...		
Brasil (30º lugar)	0,2	0,0%
Subtotal	444,2	96,6%
Outros países	15,7	3,4%
Total	459,9	100,0%

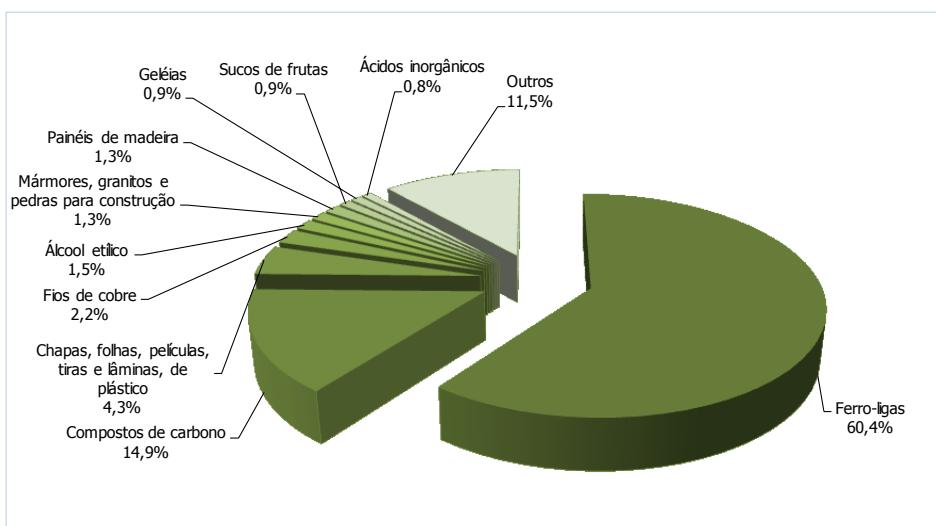
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.



Composição das exportações do Butão (SH4)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 6	Part.% no total
Ferro-ligas	84,6	60,4%
Compostos de carbono	20,9	14,9%
Chapas, folhas, películas, tiras e lâminas, de plástico	6,1	4,3%
Fios de cobre	3,0	2,2%
Álcool etílico	2,1	1,5%
Mármore, granitos e pedras para construção	1,8	1,3%
Painéis de madeira	1,8	1,3%
Sucos de frutas	1,3	0,9%
Geléias	1,2	0,9%
Ácidos inorgânicos	1,2	0,8%
Subtotal	124,0	88,5%
Outros	16,1	11,5%
Total	140,1	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.

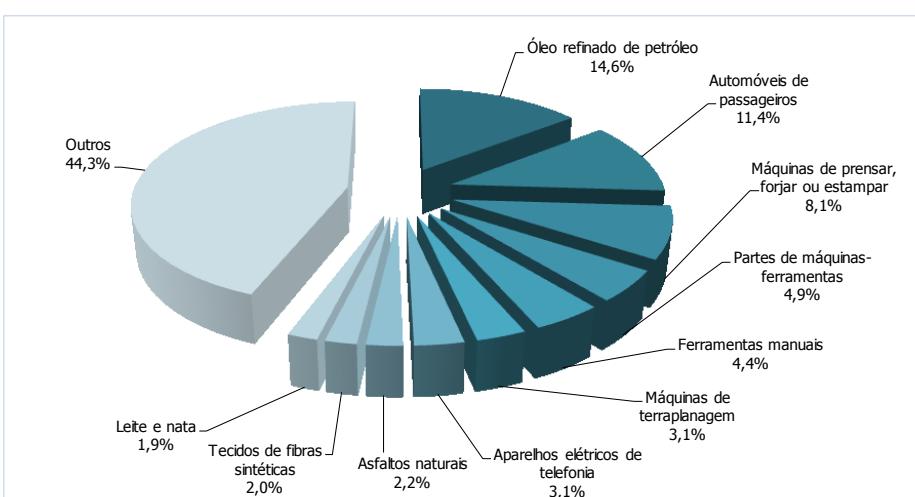


Composição das importações do Butão (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 6	Part.% no total
Óleo refinado de petróleo	66,95	14,6%
Automóveis de passageiros	52,50	11,4%
Máquinas de prensar, forjar ou estampar	37,37	8,1%
Partes de máquinas-ferramentas	22,45	4,9%
Ferramentas manuais	20,40	4,4%
Máquinas de terraplanagem	14,40	3,1%
Aparelhos elétricos de telefonia	14,22	3,1%
Asfaltos naturais	10,33	2,2%
Tecidos de fibras sintéticas	9,16	2,0%
Leite e nata	8,60	1,9%
Subtotal	256,37	55,7%
Outros	203,53	44,3%
Total	459,89	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos do Butão

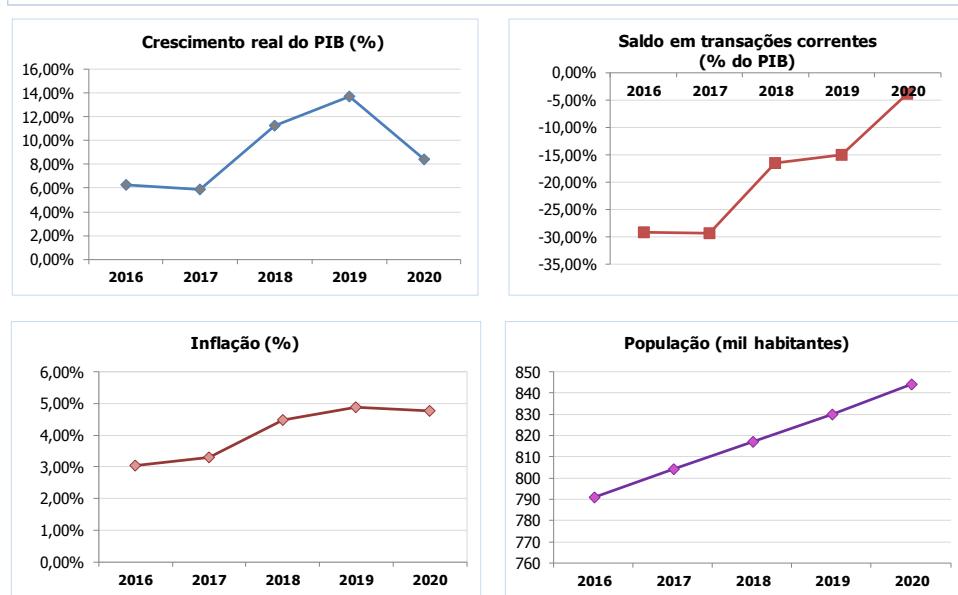
Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	6,23%	5,89%	11,21%	13,74%	8,44%
PIB nominal (US\$ bilhões)	2,12	2,32	2,63	3,05	3,37
PIB nominal "per capita" (US\$)	2.681	2.887	3.217	3.672	3.999
PIB PPP (US\$ bilhões)	6,51	7,01	7,95	9,23	10,22
PIB PPP "per capita" (US\$)	8.225	8.720	9.729	11.122	12.118
População (mil habitantes)	791	804	817	830	844
Desemprego (%)	3,20%	3,20%	3,20%	3,20%	3,20%
Inflação (%) ⁽²⁾	3,03%	3,30%	4,48%	4,88%	4,77%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-29,14%	-29,38%	-16,60%	-15,04%	-3,96%
Câmbio (NU / US\$) ⁽²⁾	67,95	66,12	72,13	79,32	n.d.
Origem do PIB (2017 Estimativa)					
Agricultura			15,7%		
Indústria			42,6%		
Serviços			41,7%		

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2017 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 4th Quarter 2017.

(n.d.) Dado não disponível.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



CRONOLOGIA HISTÓRICA

500 a.C.

Povos nômades se estabelecem nas planícies butanesas.

747	O guru Rimpoche chega ao Butão, proveniente do Tibete.
Séc. XI	O Butão é ocupado por forças militares mongóis.
1616	O monge Ngawang Namgyal assume a liderança política do Butão e estabelece um governo central.
1862	Soldados butaneses saqueiam Sikkim e Cooch Behar, então estados clientes do <i>raj</i> britânico, ambos atualmente parte da Índia.
1864-1865	Guerra do Butão. O governo britânico declarou guerra ao Butão que, derrotado após três meses, perdeu territórios em sua porção meridional.
1865	O Tratado de Sinchula é assinado entre o Butão e a Grã-Bretanha.
1907	A monarquia é instituída. Ugyen Wangchuck torna-se o primeiro “rei dragão”.
1952	Jigme Dorji Wangchuck assume o trono.
1953	A Assembleia Nacional é instituída.
1959	Milhares de refugiados tibetanos buscam asilo no Butão após a incorporação do Tibete à China.
1972	Jigme Singye Wangchuck assume o trono após a morte do pai.
1990	Ocorrem confrontos de natureza étnica e protestos por democracia e pelos direitos dos nepaleses no sul do país.
1998	O rei cede poderes à Assembleia Nacional. O regime continua absolutista, com parlamentares escolhidos pelo monarca.
1999	Televisão e internet passam a ser permitidas no país.
2006	O rei Jigme Singye Wangchuck abdica. O príncipe-herdeiro Jigme Khesar Namgyel Wangchuck assume o trono.
2008	A monarquia constitucional é instituída, adotando eleições diretas para a escolha dos parlamentares.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2009	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Butão.
2009	Visita ao Brasil do primeiro-ministro do Butão, Jigmi Thinley, por ocasião da 5ª Conferência Internacional do Índice da Felicidade.
2012	Visita ao Brasil do primeiro-ministro Jigme Thinley, por ocasião da Conferência Rio+20.
2018	Visita a Brasília de delegação butanesa, por ocasião do Fórum da Água.

ACORDOS BILATERAIS

Não há registro de acordos bilaterais

EMBAIXADA DO BRASIL EM NOVA DELHI**RELATÓRIO DE GESTÃO****EMBAIXADOR TOVAR DA SILVA NUNES****INTRODUÇÃO**

Minha gestão à frente da Embaixada do Brasil em Nova Delhi coincide com período de aceleração do crescimento econômico indiano e ampliação da influência geopolítica do país. Da perspectiva das relações bilaterais, no entanto, constata-se certa defasagem entre potencial e realizações, com dependência talvez excessiva em relação à agenda plurilateral e pouco dinamismo nos contatos e iniciativas bilaterais.

2. Os próximos anos demandarão esforço de revitalização da Parceria Estratégica entre Brasil e Índia, ambos em fase de ajustes internos e de transição para uma realidade global marcada pela emergência de múltiplos centros de influência. Essa revitalização poderá expressar-se em um enfoque em áreas e projetos de interesse comum, preferencialmente de caráter científico, tecnológico ou estratégico, de forma a conferir à relação bilateral densidade e diversidade condizentes com o elevado nível de entendimento alcançado entre Brasil e Índia em âmbito plurilateral.

AÇÕES REALIZADAS**a) Acompanhamento do cenário político interno:**

3. Minha gestão teve início um ano e três meses após a eleição de Narendra Modi ao cargo de primeiro-ministro e a substituição do histórico Partido do Congresso (INC) pelo Bharatiya Janata Party (BJP). De 2014 a 2018, o BJP logrou ampliar sua presença em diferentes níveis de governo e regiões, passando a liderar ou integrar o governo de 20 dos 29 estados indianos.

4. Com a ascensão do BJP, a Embaixada empenhou-se em produzir análises sobre as principais transformações da política interna e em estabelecer e cultivar relacionamento privilegiado com atores políticos associados

ao partido governista, sem descuidar do contato com atores relacionados à oposição. Além de prospectar fontes para a compreensão da política interna, a Embaixada buscou explicar a distribuição das forças políticas na Índia por meio do acompanhamento de eleições estaduais, articulações entre partidos políticos e atividades de grupos que propagam a ideologia do nacionalismo hindu. Na área de direitos humanos e temas sociais, o posto concentrou-se no acompanhamento de conflitos sectários; questões de gênero; situação da comunidade LGBTI; e principais julgamentos da Suprema Corte indiana com efeitos sobre a garantia dos direitos humanos.

5. Procurei manter estreita relação com a Election Commission of India (ECI), equivalente local do TSE, para entender os processos eleitorais neste país. Em março de 2017, fui convidado a acompanhar, em Varanasi, o processo de apuração de votos das eleições para a Assembleia Legislativa do Uttar Pradesh, estado mais populoso da Índia.

6. A Embaixada também cultivou contato constante com atores não-estatais, dentre os quais os principais `think tanks` locais e acadêmicos selecionados, e participou de eventos e `briefings` restritos. Com a intermediação do posto, o `think tank` Research and Information System for Developing Countries (RIS) recebeu diplomatas brasileiros para cursos de curta duração, bem como pesquisadores brasileiros para residências no âmbito do `IBSA Fellowship Programme`, projeto capitaneado por aquele `think tank`.

b) Política externa indiana e relações bilaterais:

7. Para além do acompanhamento da política externa indiana, a Embaixada buscou ativamente facilitar uma maior aproximação política entre o Brasil e a Índia. Foi prestado apoio frequente a numerosas missões de autoridades brasileiras e à realização de reuniões técnicas de alto nível. Ponto alto desse processo, a visita oficial do presidente da República, em outubro de 2016, permitiu a identificação de prioridades no relacionamento bilateral: (i) diversificação da pauta comercial e ampliação de investimentos; (ii) desenvolvimento de soluções conjuntas em defesa; (iii) pesquisa agropecuária e redução de barreiras tarifárias e não-tarifárias; (iv) energia; e (v) ciência e tecnologia, incluindo a área espacial (pesquisas e experimentos com nano-satélites).

c) Agrupamentos plurilaterais:

8. A Embaixada produziu subsídios e prestou suporte para atividades no âmbito de mecanismos como o BRICS, o IBAS e o G4. No caso do BRICS, ressalto os trabalhos no suporte e na preparação da participação brasileira na Cúpula de Goa (out/2016), bem como ao longo da correspondente presidência de turno indiana, em que foram realizados mais de 100 eventos em nível ministerial ou de peritos. Diplomatas do posto representaram a parte brasileira ou integraram as delegações em número expressivo de reuniões setoriais. Ao longo das presidências de turno de outros membros do BRICS, o posto procedeu a gestões e à coleta de informações junto ao governo indiano, bem como se fez representar em eventos do BRICS realizados na Índia, como a Reunião dos Enviados Especiais do BRICS para o Oriente Médio (abr/2017).

9. O fórum IBAS passa por processo de reativação, com a realização de reunião ministerial (Durban, nov/2017) e de pontos focais nacionais (Chennai, abr/2018), e expectativa de que reunião de Cúpula seja sediada pela Índia proximamente. Em minha gestão, o posto preparou subsídios e realizou contatos com vistas à revitalização do IBAS. Entre os eventos no âmbito do IBAS, ressalto a quinta edição do exercício naval conjunto IBSAMAR (Goa, fev/2016), de cujo encerramento participei, e a 'Workshop' de Turismo Rural do IBAS (Nova Delhi, fev/2017).

10. No âmbito do G4, a Embaixada acompanhou e prestou suporte à realização de Reunião de Diretores-Gerais (Nova Delhi, mar/2016), além de ter realizado gestões solicitadas em diversas ocasiões.

d) Defesa e segurança:

11. O contexto geopolítico instável faz da área de defesa uma prioridade para as relações exteriores da Índia. O país é o maior importador mundial de armamentos, o que se explica pela limitada capacidade de desenvolvimento interno de tecnologias e equipamentos bélicos. Há quase duas

décadas, e especialmente no governo Modi, a Índia busca modernizar suas forças armadas e reduzir a dependência de armamentos importados.

12. A cooperação na área de defesa é especialmente promissora para o Brasil. Os dois países mantêm adidos de Defesa em suas respectivas capitais desde 2009. Há dois mecanismos de diálogo bilateral sobre defesa, que se reuniram uma vez cada durante minha gestão. Um exemplo dessa cooperação foi a adaptação de radares indianos para uso em três aeronaves EMB-145 adquiridas, em 2008, pela Força Aérea Indiana.

13. Na área de segurança e inteligência, foram realizadas duas visitas do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), general Sergio Etchegoyen, o qual manteve encontros com o assessor de Segurança Nacional da Índia, Ajit Doval. Em 2017, foi criada no posto uma Adidância Civil de Inteligência, chefiada por funcionário indicado pela ABIN.

e) Energia:

14. O setor de energia do posto priorizou esforços em biocombustíveis e energia solar, no contexto de fontes renováveis, e em investimentos recíprocos em petróleo e gás natural, no âmbito das não renováveis.

15. No setor de biocombustíveis, destacam-se a organização de missão india ao Brasil (jan/2017), com agenda em Brasília, Campinas e Piracicaba, e o Seminário Índia-Brasil sobre Biocombustíveis (fev/2018, Nova Delhi). No plano multilateral, o posto atuou pela adesão da Índia à Plataforma para o Biofuturo e pela participação indiana na `I Biofuture Summit` (São Paulo, out/2017). Por fim, houve participação brasileira expressiva na `International Conference on Sustainable Biofuels` (Nova Delhi, fev/2018). Na área de energia solar, a embaixada relatou os esforços do governo indiano e elaborou subsídios e análises, que redundaram na assinatura brasileira do Acordo-Quadro da Aliança Solar Internacional (ISA). O posto representou o Brasil na cerimônia de fundação da ISA (Nova Delhi, mar/2018) e tem participado das reuniões do Comitê Gestor Internacional e dos encontros mensais promovidos pelo

Secretariado.

16. Na área de petróleo e gás, destaca-se a visita a Nova Delhi do então ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho (dez/2016), que contou com apoio substantivo e logístico do posto. A autoridade brasileira participou da 12ª feira 'Petrotech' e encontrou-se com seu homólogo indiano e com empresários locais. Como resultado, facilitaram-se contatos para atração de investimentos estatais indianos no setor de refino no Brasil e foram realizados esclarecimentos, junto ao governo local, sobre o estado do empreendimento conjunto da Petrobrás com empresas indianas na Bacia Sergipe-Alagoas. O posto tem participado de conferências internacionais e acompanhado as políticas indianas para o setor.

f) Meio ambiente:

17. O início de minha gestão coincidiu com a adoção do Acordo de Paris e da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Dado esse contexto, o setor de meio ambiente relatou e analisou as ações do governo indiano para o cumprimento das contribuições nacionalmente determinadas (NDC), sobretudo nas áreas de geração de eletricidade e transportes, e avaliou os desafios e estratégias da Índia associados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O posto atuou na promoção da 8ª edição de Fórum Mundial da Água (Brasília, 18-23/03/2018), mediante aproximação a atores governamentais e não governamentais, apresentações em conferências e artigos em jornais.

18. Merece destaque o intercâmbio na área de direito ambiental. O ministro do Superior Tribunal de Justiça, Herman Benjamin, realizou três visitas à Índia (nov/2016, mar/2017 e nov/2017), a convite do presidente do Tribunal Verde da Índia (NGT). A rede de contatos do ministro Benjamin facultou ao posto acesso a eventos realizados pelo NGT e ensejou a participação de juristas indianos no 8ª Fórum Mundial da Água.

g) Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I):

19. A Índia confere alta prioridade ao relacionamento

com o Brasil em CT&I, como ilustrado pela perspectiva de delegação indiana de alto nível na 2ª reunião da Comista bilateral em CT&I, a realizar-se no Brasil em maio de 2018, além de visitas a instituições científicas e laboratórios brasileiros. Com relação a temas de inovação, destacam-se a visita de diretor da FINEP a Calcutá e Nova Delhi (set/2016) e a inclusão do posto na edição de 2018 do Programa de Trabalho de Diplomacia da Inovação. O posto tem ampliado contatos com importantes atores indianos sobre inovação, entre incubadoras, centros tecnológicos, universidades e investidores de capital de risco.

20. No setor de TICs, a Embaixada participou das duas videoconferências bilaterais sobre temas cibernéticos globais (abr/2016 e mai/2018). O posto atuou nas negociações do Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Segurança Cibernética, que deverá ser assinado proximamente. Prestou-se apoio ao processo de negociação de convênio sobre computação de alta performance entre o Centro de Desenvolvimento de Computação Avançada da Índia e a Fundação Parque Tecnológico Itaipu (FPTI), firmado em abril de 2018.

21. Na área espacial, o posto atuou para restabelecer a cooperação bilateral entre a Organização de Pesquisa Espacial Indiana (ISRO) e a Agência Espacial Brasileira (AEB). Em fevereiro de 2018, diretor da AEB realizou visita à ISRO, ocasião em que foram identificadas oportunidades de trabalho conjunto em lançamentos, aplicações e intercâmbio acadêmico.

h) Agricultura:

22. Dada a importância do setor agrícola para a Índia, foi dedicada especial atenção ao acompanhamento dos dados agrícolas do país, com vistas a identificar oportunidades para produtos exportados pelo Brasil e que se beneficiam de flutuações na safra indiana (caso do açúcar e de algumas leguminosas).

23. Tive o privilégio de receber visitas dos titulares do Ministério da Agricultura em duas ocasiões (Katia Abreu, nov/2015, e Blairo Maggi, ago/2016). Ambas as visitas

contribuíram para a identificação de uma rica agenda de trabalho na área agrícola. Ademais, a visita do ministro Maggi ensejou junto a autoridades indianas tratativas quanto à harmonização de protocolos e certificados sanitários e fitossanitários.

24. Entre as principais oportunidades, identifiquei a cooperação na área da cadeia a frio, setor particularmente carente na Índia, o que busquei divulgar junto ao empresariado brasileiro. O posto organizou visita a Nova Delhi do CEO da Ásia-Brasil Agro Alliance, Marcos Saraiva Jank (nov/2017), para discutir esse e outros temas com autoridades e empresários indianos (exportação de proteína animal e vegetal, cooperação em biocombustíveis, notadamente o etanol de segunda geração). Outra área promissora é a cooperação genética e reprodução assistida em bovinos, tema de memorandos de entendimento entre a Embrapa e autoridades indianas, cuja implementação aguarda a finalização de planos de ação pelo lado brasileiro.

25. Entre os desafios, observo que o setor agrícola da Índia ainda é particularmente fechado e as exportações brasileiras são frequentemente dificultadas por altas tarifas e por barreiras sanitárias e fitossanitárias. O posto fez gestões junto às autoridades indianas para a liberação das importações brasileiras de uma série de produtos, como maçã (liberadas em setembro de 2017), carne suína (ainda pendente de resposta indiana), citrus, fava e abacate (em estágio final de aprovação dos certificados sanitários).

26. Noto que as gestões do posto se beneficiariam de maior agilidade do lado brasileiro em responder a demandas indianas. Além de planos de ação no âmbito dos instrumentos assinados com a Embrapa, o lado indiano questiona o andamento de análises de riscos de pragas de uma série de cultivos, pendentes desde 2012.

i) Acompanhamento econômico, finanças e investimentos:

27. Minha gestão coincidiu com expressivo crescimento da economia do país. Foram preparados relatórios macroeconômicos e de análise específica regularmente. Adicionalmente, o posto

empenhou-se na divulgação de dados macroeconômicos brasileiros, em especial à luz do bom desempenho da economia brasileira em 2017 e 2018 e das reformas estruturais efetuadas e ainda em curso. O posto empenhou-se, também, em fazer chegar ao setor privado indiano informações acuradas sobre as oportunidades de investimentos no Brasil, especialmente após o anúncio dos planos de privatização do Governo Federal em 2017. Em dezembro último, realizei mesa redonda na embaixada com representantes das principais empresas indianas com investimentos no Brasil.

28. Os investimentos indianos no Brasil - estimados em cerca de 6,5 bilhões de dólares - apresentaram visível tendência de crescimento nos últimos anos. A `Sterlite Power`, por exemplo, ganhou em 2017 licitação da ANEEL para a construção e a operação de linhas de transmissão no Brasil (RS e PE), com novos investimentos estimados de R\$485 milhões. Outro exemplo é o do setor de mineração, onde o grupo `DP Jindal` concluiu negociação para investir US\$ 70 milhões em Santana-AP.

29. Foi negociado Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos, que deverá estimular os investimentos recíprocos entre Brasil e Índia e cuja assinatura deverá ocorrer proximamente. O acordo cria quadro regulatório abrangente e favorável à atuação de empresas brasileiras na Índia e vice-versa, e situará o Brasil como um dos poucos países com os quais a Índia mantém acordos de investimentos.

30. O posto esteve atento aos projetos de integração em que a Índia está engajada, especialmente à luz de seu possível impacto nas negociações sobre a ampliação do Acordo de Comércio Preferencial (ACP) com o Mercosul.

j) Promoção comercial:

31. Priorizei iniciativas destinadas a aumentar o volume, diversificar e elevar o valor agregado da pauta de exportações (US\$7,6 bilhões em 2017, sendo US\$4,7 bilhões de exportações brasileiras), bem como a promover a ampliação do fluxo bilateral de investimentos. Verifiquei que desafios centrais consistem no enfrentamento de barreiras tarifárias e não tarifárias e na sensibilização do empresariado nacional quanto às oportunidades e particularidades do

mercado indiano, tarefas nas quais os órgãos competentes do Governo brasileiro (MRE, MAPA, MDIC, APEX, entre outros) desempenham papel fundamental.

32. No contexto da visita presidencial à Índia e da realização da 8ª Cúpula do BRICS neste país (out/2016), o encontro de líderes empresariais brasileiros e indianos com o presidente da República e o primeiro-ministro indiano confirmou a importância de uma maior sensibilização do empresariado nacional para o incremento qualitativo do comércio e investimentos bilaterais. Na mesma ocasião, realizou-se a Feira de Comércio dos BRICS, que contou com missão de 17 empresas brasileiras, lideradas pela APEX. Na ocasião, foi realizado seminário intitulado `Invest in Brazil`, no qual proferi palestra juntamente com Gerente de Investimentos da agência.

33. Com o intuito de atrair o interesse e a atenção da iniciativa privada brasileira a oportunidades concretas de mercado na Índia, contratei a elaboração de estudo detalhado de 25 setores pela empresa `T&A Consulting`, com o apoio financeiro do Departamento de Promoção Comercial e Investimentos (DPR). Concluído em março de 2017, o estudo apresenta panorama detalhado das políticas comercial, regulatória e tarifária locais de cada setor. O estudo agregou massa crítica e dados estatísticos valiosos e já fundamentou iniciativas como a realização de mesa redonda com investidores e potenciais investidores no Brasil. Outro evento importante foi o `Roundtable Discussion on India-Brazil Dynamics and Opportunities in Agribusiness and Food Processing`, realizado pelo posto, em 2/11/2017, com apoio do DPR.

k) Promoção cultural e cooperação educacional:

34. Há uma demanda por maior conhecimento sobre o nosso país. A Índia é terreno fértil para a disseminação da cultura brasileira, em especial através do cinema, da música e do ensino da língua portuguesa. Foram nessas áreas em que intensifiquei a atuação do posto, sem prejuízo de oportunidades em outras artes.

35. A vinda de técnicos e jogadores de futebol para o treinamento de times locais tem fortalecido a inserção do

Brasil no meio esportivo indiano. Assim, apoiei atividade de cooperação esportiva em uma comunidade no estado de Kerala, no contexto da Copa do Mundo Sub-17.

36. No setor educacional, estreitei diálogo e colaboração com escolas e universidades indianas. Em 2015 e 2016, aulas de Português do Brasil foram ministradas na Universidade de Delhi pelo então chefe do setor Cultural, na qualidade de professor convidado *'pro bono'*. No primeiro semestre de 2017, foi estabelecido leitorado na Universidade Jawaharlal Nehru (JNU), com a professora Arizangela Figueiredo.

37. A Embaixada realizou levantamento sobre como nosso país e região são descritos no material escolar adotado na Índia. O resultado sugere que mesmo indianos com bom nível educacional desconhecem a projeção atual do Brasil e as confluências de visão com a Índia em temas da agenda internacional.

38. O cinema nacional vem sendo divulgado pelo posto com a promoção de títulos brasileiros em festivais e mostras em cidades como Delhi, Goa, Chennai, Calcutá e Mumbai (nesta última, em colaboração com o Consulado-Geral). Foram exibidas produções nacionais em mostras gerais e temáticas, internacionais ou de grupos de países afins. Adicionalmente, prestei apoio institucional a equipes de filmagem e a produções brasileiras em busca de contatos no mercado indiano.

39. A Embaixada buscou promover e apoiar apresentações de músicos nacionais, tais como o grupo *'Bixiga 70'* e o pianista Antonio Guerra, e apoiou a realização de residências artísticas de produtores culturais diversos, como a desenhista Andreia Dulianel, os grafiteiros Renato Reno e Douglas de Castro (do coletivo *'Bicicleta Sem Freio'*), o artista plástico Alexandre Mury, as escritoras Adriana Lisboa e Verônica Stigger e a poeta Angélica Freitas.

40. Apoiei o projeto fotográfico *'The Aesthetics of Joy: Holi and Carnival'*, com exposição e publicação de livro sobre as referidas manifestações culturais. Nesse projeto, os fotógrafos Ailton Silva (Brasil) e Natasha Hemrajani (Índia) trocaram de lugar para registrar em imagens o festival *"do outro"*. Na área de gastronomia, destaco a oficina sobre cachaça e caipirinha com o professor Jairo Martins, que

consistiu em exercício de apresentação da cachaça para o mercado indiano.

41. No contexto dos 70 anos de relações diplomáticas, iniciei levantamento histórico, documental e iconográfico das trocas entre Brasil e Índia. Tais registros poderiam compor livro, exposição e outros produtos culturais, que ajudariam a valorizar os elos entre os dois povos.

1) Atividades consulares:

42. Busquei dar prioridade ao aperfeiçoamento do espaço físico e à alocação de recursos humanos no setor consular. Foi criado novo espaço, que permitiu ao posto oferecer condições dignas de atendimento ao público e de trabalho aos funcionários do setor. Logrou-se diminuir o prazo médio de concessão de vistos de 20 para três dias úteis e, consequentemente, fazer frente ao aumento expressivo da demanda por serviços consulares na jurisdição de Nova Delhi. Iniciou-se, igualmente, processo de licitação para a escolha de empresa apta a instalar centros de recepção de vistos na Índia e no Butão.

43. Desde 2006, não tinha havido expansão da rede de consulados honorários na Índia, fundamentais para apoiar e consolidar o relacionamento bilateral. Foram criados, na minha gestão, consulados honorários em Hyderabad e Bangalore, e aguarda-se encaminhamento da documentação de instrução do processo para criação de consulado honorário em Chennai. Por fim, o posto prestou suporte às negociações de acordo previdenciário entre Brasil e Índia.

m) Administração do posto:

44. Em continuidade aos esforços de meus antecessores, busquei orientar as ações administrativas pela preocupação em conservar o patrimônio histórico do posto, refletido em dois imóveis próprio-nacionais (Chancelaria e Residência Oficial), localizados em área nobre de Delhi. Cabe ressaltar que os esforços de recuperação, conservação e acréscimo de benfeitorias, nos espaços internos e externos, muito contribuíram para o desempenho das atividades de representação.

PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS

45. As proporções continentais, a natureza federalista da política indiana e a existência de importantes centros econômicos distantes entre si impõem a necessidade de deslocamentos constantes pelo país. Para atender às demandas do ofício diplomático e explorar as oportunidades que a Índia oferece ao Brasil, seria importante garantir a presença do chefe do posto ou de colaboradores diplomatas, em bases regulares, em eventos e reuniões em outros estados, o que não tem se mostrado possível. Em diversas circunstâncias, arquei pessoalmente com os custos de deslocamento para participar de atividades fora de Nova Delhi. A nomeação de novos cônsules honorários teve entre suas motivações mitigar algumas das dificuldades relativas ao deslocamento de servidores do posto.

46. Outra dificuldade recorrente refere-se à incapacidade da chancelaria local e de outros órgãos do governo indiano de reagir a consultas com celeridade correspondente à capacidade de proposição do Brasil.

47. Em outra frente, a retração da economia brasileira, a partir de 2015, refletiu-se em relativa redução no interesse do empresariado indiano no Brasil. Esse desafio vem sendo sanado com o revigoramento recente da economia brasileira, além da atuação decidida do setor de promoção comercial do posto.

48. O posto encontrou desafios em mobilizar atores brasileiros, governamentais e não governamentais, para explorar o potencial de cooperação com a Índia em pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico. Assim, a embaixada produziu, periodicamente, panoramas setoriais, visando a sensibilizar o lado brasileiro sobre a importância da aproximação bilateral.

49. Por fim, noto que Nova Delhi impõe dificuldades específicas relativas à qualidade de vida dos servidores do posto e de seus familiares. Trata-se da capital com os piores índices de poluição do mundo. Preocupações com segurança são também reportadas, especialmente por colaboradoras e por cônjuges do sexo feminino. As dificuldades enfrentadas, ao que se somam

temperaturas inclementes durante a maior parte da primavera e do verão - em 2016, foi registrada sensação térmica de 49,2 °C -, elevam o custo de vida em Delhi, ao acarretar desembolsos que não se fazem necessários na grande maioria dos postos do Serviço Exterior Brasileiro, além de criar demanda sensível por afastamentos periódicos de servidores e familiares.

SUGESTÕES PARA O NOVO TITULAR

50. A ascensão econômica da Índia combinada a seu reposicionamento geopolítico fazem do relacionamento com o país um dos principais eixos de uma necessária revisão estratégica da política externa do Brasil para a Ásia, que permita aumentar a presença regional do Brasil e aproveitar as oportunidades oferecidas pela pujança econômica do continente. É grande o potencial da Índia para representar, nesse contexto, uma verdadeira "porta de entrada" do Brasil na Ásia, o que se reforça pelo fato de os dois países compartilharem características como o multiculturalismo, a diversidade étnica, a defesa da democracia e a confluência de posições em questões multilaterais.

51. Em sua fase atual, o relacionamento indo-brasileiro requer a renovação dos mecanismos de diálogo e a redefinição de áreas prioritárias e projetos de interesse mútuo. Há nítida carência de um foro de alto nível, nos moldes da reunião anual de líderes entre Índia e países como Rússia e Japão, que poderia ser complementado por diálogos setoriais em nível ministerial.

52. O comércio exterior Brasil-Índia apresenta panorama promissor, com evolução expressiva desde o início da década passada e grande potencial a ser explorado: de US\$ 489 milhões no ano 2000, a corrente de comércio alcançou um pico de US\$ 11,43 bilhões em 2014. Esses números devem ser vistos da perspectiva da concentração da pauta, da qual 60% correspondem ao comércio de petróleo cru e óleo diesel. Diversificar a pauta, incluindo produtos de maior valor agregado, constitui desafio tão grande quanto a ampliação do fluxo comercial, estagnado em patamar inferior ao seu auge em 2014 e totalizando US\$ 7,60 bilhões em 2017.

53. Noto o desconhecimento em meio à comunidade empresarial

brasileira quanto ao atual momento de crescimento e de reformas econômicas pelo qual passa este país. Seria de interesse elaborar uma estrutura de missão empresarial mais adaptada ao dinamismo e particularidades do mercado indiano.

54. Na área de energia, considero haver momento propício para aprofundar a cooperação em biocombustíveis, tanto em pesquisa e desenvolvimento, como em comércio e investimentos. Caberia considerar a constituição de grupo de trabalho bilateral para institucionalizar as relações na área. Avalio que a ratificação do Acordo Quadro da ISA reforçaria a imagem positiva do Brasil no contexto do combate à mudança do clima e ajudaria a alavancar a indústria nacional de energia solar. Dado o avançado estágio da Índia no setor de refino, uma parceria tecnológica poderia apoiar a modernização do parque `midstream` brasileiro. Ao mesmo tempo, o prognóstico de crescimento da demanda indiana por petróleo cru deverá ampliar oportunidades para exportações brasileiras da `commodity`.

55. Em CT&I, aproveitando o contexto propício em ambos os países, caberia atribuir ênfase a projetos de fomento à inovação, mediante adoção de programas de apoio a `startups` e por meio da aproximação entre universidades e empresas. Na área ambiental, existe espaço para aproximação bilateral em recursos hídricos.

56. Na área de saúde, o intercâmbio de pesquisadores, o maior contato entre instituições e o desenvolvimento conjunto de fármacos poderiam trazer benefícios à população brasileira, principalmente no acesso a medicamentos e em inovações no tratamento de doenças que afetam ambos os países.

57. À luz da nova lei de migração, bem como das diversas questões consulares bilaterais pendentes identificadas pelo posto (transferência de presos, tratamento migratório a nacionais brasileiros e indianos, acordo de segurança social, notificação consular em casos de detenção de nacionais brasileiros), considero fundamental convocar reunião do Mecanismo de Diálogo Consular, criado em 2015.

58. Entre as ações de longo prazo, destaco a revisão do conteúdo sobre o Brasil no material escolar adotado na Índia. Para esse projeto e para ações mais amplas de difusão

cultural, faz-se necessária a formulação de conteúdo "tailor-made" sobre o Brasil, que aborde temas caros ao país na atualidade, como democracia, multilateralismo, pacifismo, diversidade racial e cultural e desenvolvimento sustentável.

BUTÃO

59. A partir da década de 1980, o Butão passa por um processo de modernização institucional e abertura para o exterior. O principal marco dessas transformações foi a adoção a partir de 2008, por iniciativa da própria família real, da democracia parlamentarista como modo de governo, em substituição ao regime absolutista teocrático tradicional daquele país.

60. A economia butanesa tem demonstrado taxas de crescimento consideravelmente elevadas nos últimos anos e foi estimada em 5,9% em 2017. O PIB per capita elevou-se de US\$ 997,74, em 2003, para US\$ 2870,00 em 2017. Em março de 2018, a Comissão para Políticas de Desenvolvimento (CDP), subsidiária da ECOSOC, recomendou que o Butão seja retirado da listagem de países de menor desenvolvimento relativo. O crescimento da economia butanesa deve-se principalmente ao setor hidrelétrico, com exportação de energia limpa para a Índia (e, em breve, também para Bangladesh), e ao turismo. A agricultura emprega em torno de 58% da população, mas responde por apenas 15,7% do PIB.

61. O Butão atribui singular importância à proteção do meio ambiente, elemento-chave de sua cultura e identidade nacional, destacando-se a esse respeito mesmo em comparação com outros países fortemente engajados sobre o tema. A promoção do desenvolvimento sustentável e a conservação da natureza correspondem a dois dos quatro pilares que orientam as políticas públicas do Butão, juntamente com a preservação e promoção da cultura butanesa e a boa governança. Entre os resultados dessa primazia de temas ambientais, nota-se, como exemplo, que o Butão é celebrado como o único país "carbon negative" do mundo, i.e., que remove gás carbônico da atmosfera mais do que emite, não obstante uma indústria de turismo e um tráfego de veículos crescente. Adicionalmente, a constituição do Butão estabelece que ao menos 60% de seu território deve ser conservado sob a cobertura florestal original.

62. Em sua política externa, o Butão guarda vínculos profundos com a Índia, em uma relação tradicional de dependência que o reino himalaio tem se esforçado para atenuar. O Tratado de Amizade entre Índia e Butão de 1949 estabelecera que as relações exteriores do Butão seriam "orientadas pelo aconselhamento do governo indiano", cláusula que vigorou até 2007, quando o tratado foi revisto. Persiste, contudo, a percepção de uma "relação especial" entre os dois países, calcada na dependência do reino himalaio junto ao único vizinho com que mantém relações diplomáticas - o Butão rompeu relações e fechou as fronteiras com a China no contexto dos conflitos de 1959 no Tibete, e as relações não foram normalizadas desde então.

63. A expansão das relações diplomáticas do Butão ocorreu em três etapas. Na primeira, a ênfase recaiu sobre países da região sul-asiática: Bangladesh (1973), Nepal (1983) e Maldivas (1984). Não obstante o tratado de 1949, relações diplomáticas formais com a Índia só foram estabelecidas em 1968. Na etapa seguinte, ao longo da década de 1980, o Butão buscou acercar-se de grandes doadores, como Japão, Dinamarca e União Europeia, com o propósito de obter recursos e cooperação, bem como de diminuir sua dependência com relação à Índia. Numa terceira etapa, entre 2002 e 2013, período de reformas internas significativas, o governo butanês avaliou ser necessário contar com representação global. Nesse período, o Butão ampliou o número de países com que mantém relações diplomáticas de 19 para 53. O Brasil, primeiro país latino-americano com o qual o Butão estabeleceu relações diplomáticas, em 2009, faz parte dessa terceira etapa. O Butão candidatou-se, sem êxito, a um assento não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, para o mandato 2013-2014. Após esse episódio, a diplomacia butanesa parece priorizar a consolidação das parcerias já estabelecidas, e não estabeleceu relações diplomáticas com novos parceiros.

64. O Butão não mantém relações diplomáticas com quaisquer dos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU (EUA, China, Rússia, França e Reino Unido). Não obstante, interlocução informal é mantida, especialmente por intermédio da Embaixada do Butão em Nova Delhi, com os Estados Unidos e a China. Também há interlocução, em menor medida, com as

missões do Reino Unido e da França, enquanto a interação com a Rússia seria mais rarefeita.

65. No diálogo com a China, cabe destaque às negociações sobre demarcação de fronteiras, em curso desde os anos de 1980, e as tensões recentes no platô de Doklam. Em 2017, uma tentativa chinesa de construção de estrada em território reivindicado também pelo Butão resultou em impasse militar, por mais de 70 dias, entre China e Índia - que atuou em defesa de seu vizinho himalaio, bem como em atenção a suas próprias preocupações securitárias, dada a sensibilidade para a segurança indiana da região disputada.

BUTÃO - ATIVIDADES REALIZADAS

66. O Posto acompanhou proximamente os desenvolvimentos recentes na política interna e externa do Butão, com especial atenção às questões fronteiriças com a China, e cultivou interlocução com a Real Embaixada Butanesa em Nova Delhi. Além do contato por intermédio das Embaixadas, realizei duas visitas a Thimphu, em 5/12/2015 e em 24-25/3/2016. Na primeira ocasião, quando apresentei credenciais, mantive encontro com o rei do Butão; com o primeiro-ministro e com todos os ministros governo butanês; e com membros de destaque da oposição. Na segunda visita, encontrei-me ainda com o Secretário do Exterior e realizei visita ao Royal Thimphu College, instituição onde leciona a professora brasileira Kalinca Susin. Os encontros realizados nessas visitas permitiram reafirmar os laços do Brasil com o Butão e explorar possibilidades para atuação conjunta.

67. A confiança construída entre Brasil e Butão reflete-se no inequívoco apoio butanês a pleitos brasileiros em instâncias multilaterais. No período de minha gestão, o Butão anunciou apoio unilateral às candidaturas brasileiras no Conselho de Direitos Humanos (CDH); Comissão de Direito Internacional (CDI); União Postal Universal (UPU); Organização da Aviação Civil Internacional (OACI); Comitê Consultivo sobre Questões Administrativas e Orçamentárias (ACABQ); Comitê do Patrimônio Mundial, no âmbito da UNESCO; Comitê para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW); Comitê dos

Direitos da Criança (CRC); e Corte Internacional de Justiça (CIJ). O Butão apoia o pleito brasileiro por um assento permanente em um Conselho de Segurança reformado.

68. Na seara de cooperação, dois projetos foram concretizados durante a minha gestão. Em outubro de 2016, o técnico de futebol Reinaldo Lima conduziu treinos com jovens jogadores butaneses e oficinas com outros treinadores em Thimphu, em iniciativa que atendia à solicitação específica do primeiro ministro do Butão por cooperação sobre futebol. Em março 2018, dois especialistas butaneses na área de gestão de recursos hídricos fizeram viagem ao Brasil, onde participaram do 8º Fórum Mundial da Água (Brasília, 18-23/3), encontraram-se com representantes da Agência Nacional de Águas (ANA), da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e do Banco Mundial, e, de 24 a 28/3, realizaram visitas técnicas aos projetos de gestão de recursos hídricos de Itaipu Binacional. Ambas os projetos contaram com o apoio da ABC.

69. O ministro Hermann Benjamin, do STJ, esteve no Butão em 2017, promovendo intercâmbio entre os judiciários, com ênfase em questões ambientais. Graças aos contatos e esforços do ministro Benjamin, um juiz da Suprema Corte butanesa e uma especialista da área jurídica da 'National Environment Commission' também estiveram no Brasil em março de 2018, para participar do segmento de juízes e promotores do Fórum Mundial da Água. Por iniciativa do ministro Benjamin, em coordenação com a Embaixada, deu-se início a cooperação na área de ensino de direito.

70. Contatos sobre eventual interesse em cooperação técnica com o Butão foram travados com instituições e agências brasileiras diversas, com reações preliminares geralmente positivas. São exemplos a EMBRAPA; MAPA; Ministério dos Esportes; Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN); Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL); e o Centro de Excelência contra a Fome, do Programa Mundial de Alimentos. Interesse foi acenado também por pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

71. Em abril de 2018, a embaixadora, não residente, do Butão junto ao Brasil, Doma Tshering, realizou visita à ABC e à Agência Espacial Brasileira (AEB). Tshering indicou que recomendaria a seu país a retomada das negociações de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) bilateral, inicialmente proposto pelo Brasil, bem como informou do interesse butanês de explorar possibilidades de cooperação na área espacial. O Posto reapresentou a proposta brasileira de ACT, de 2014, bem como tem buscado facilitar o contato entre a AEB e o governo butanês.

BUTÃO - PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS

72. A distância geográfica, o limitado conhecimento mútuo e o estado ainda incipiente dos laços humanos entre os dois povos impõem dificuldades especiais para o fortalecimento das relações entre o Brasil e o Butão. O quadro atual de restrições orçamentárias dificulta o atendimento às demandas butanenses por cooperação técnica e auxílio ao desenvolvimento.

BUTÃO - SUGESTÕES

73. A recente atividade na área de gestão de recursos hídricos pode ter seguimento por meio de iniciativas como a realização de 'workshop' sobre o tema, aproveitando-se os contatos estabelecidos pela delegação butanesa em sua visita ao Brasil e a boa vontade resultante por parte do governo butanês. Da mesma forma, o momento atual é propício para avançar nas negociações do acordo de cooperação técnica, que forneça quadro mais amplo para atividades em áreas diversas.

74. A prioridade que ambos os países atribuem ao tema do desenvolvimento sustentável e a importância da hidroeletricidade em suas matrizes energéticas criam oportunidades para cooperação bilateral. Outras áreas de cooperação em que o Butão tem demonstrado interesse incluem esportes, especialmente o futebol; tecnologia espacial; melhoria de sementes, aprimoramento de raças bovinas e formação de cooperativas de pequenos agricultores; nutrição escolar; e promoção do turismo.

75. Como jovem democracia, o Butão pode receber auxílio do Brasil com vistas à consolidação de instituições, formulação de políticas e capacitação no setor público. Além de constituir contribuição estrutural para o desenvolvimento do país, a cooperação nessa área pode estabelecer laços de confiança profundos e duradouros. Além da Índia, que tradicionalmente exerce esse papel junto ao Butão, atividades de cooperação nessa área estão sendo conduzidas pela União Europeia e pelo Japão. No caso brasileiro, os recentes intercâmbios entre os judiciários constituem passo promissor nessa direção.

2^a PARTE - DELIBERATIVA

1



SENADO FEDERAL

MENSAGEM N° 55, DE 2018

(nº 332/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 332

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia.

Os méritos do Senhor João Luiz de Barros Pereira Pinto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de junho de 2018.

EM nº 00128/2018 MRE

Brasília, 12 de Junho de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO**, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e curriculum vitae de **JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO**, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho

Aviso nº 296 - C. Civil.

Em 14 de junho de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO

CPF.:402.708.237-00

ID.: 3392 MRE

1955 Filho de Carlos Alberto Pereira Pinto e Lilia de Barros Pereira Pinto, nasce em 2 de junho, em Londres/Inglaterra (Brasileiro de acordo com o parágrafo 1º, artigo 42 do Decreto nº 4857, de 9 de novembro de 1939)

Dados Acadêmicos

1981 CPCD - IRBr
 1986 Pós-graduação em Análise de Sistemas pela Universidade Católica de Brasília/DF
 1989 CAD - IRBr
 2002 CAE - IRBr, Política de Tecnologia da Informação: ferramenta indispensável para a modernização

Cargos:

1982 Terceiro-secretário
 1987 Segundo-secretário
 1993 Primeiro-secretário, por merecimento
 1999 Conselheiro, por merecimento
 2005 Ministro de segunda classe
 2012 Ministro de primeira classe

Funções:

1983-1985 Divisão de Transmissões Internacionais, assistente
 1985-1987 Divisão de Comunicações, Chefe, substituto
 1987-1990 Embaixada em Washington, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
 1990 Serviço de Arquitetura e Engenharia, Chefe
 1990-1991 Instituto Rio Branco, Professor de Informática
 1991 Secretaria-Geral Executiva, assessor
 1991-1992 Presidência da República, Cerimonial, Oficial de Gabinete
 1992-1993 Presidência da República, Diretoria-Geral de Administração, adjunto
 1993-1994 Presidência da República, Departamento de Informática, Chefe
 1994-1997 Embaixada em Quito, Primeiro-Secretário
 1994 XII Reunião de peritos da OLADE, Chefe da delegação
 1997-2000 Divisão de Informática, Chefe, substituto e Chefe
 2000-2003 Escritório Financeiro em Nova York, Conselheiro e Chefe, substituto
 2003-2005 Embaixada em Buenos Aires, Conselheiro
 2005-2007 Divisão da América Meridional I, Chefe
 2007-2014 Departamento da América do Sul, Diretor
 2014- Embaixada do Brasil na Guatemala, Embaixador

Condecorações:

- | | |
|------|---|
| 1997 | Medalha do Pacificador, Brasil |
| 2006 | Cruz Mérito Mauá, Brasil |
| 2007 | Medalha Mérito Tamandaré, Brasil |
| 2008 | Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador |
| 2009 | Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial |

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO

Diretor do Departamento do Serviço Exterior



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

FINLÂNDIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA Maio de 2018

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República da Finlândia
GENTÍLICO	finlandês
CAPITAL	Helsinque
ÁREA	338.145 km ²
POPULAÇÃO (2016)	5,5 milhões de habitantes
LÍNGUAS OFICIAIS	Finlandês (91,2%) e sueco (5,5%) são as línguas oficiais. Minorias de fala sami e russa (3,3%)
RELIGIÕES	Luteranos: 82,5%; ortodoxos: 1,1%; outras cristãs: 1,1%; nenhuma religião: 15,1%
SISTEMA DE GOVERNO	República Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	unicameral (Eduskunta), composto por 200 membros, eleitos para mandatos de 4 anos
CHEFE DE ESTADO	Sauli Niinistö, presidente da República (desde março de 2012)
CHEFE DE GOVERNO	Juha Sipilä, primeiro-ministro (desde maio de 2015)
CHANCELER	Timo Soini (desde maio de 2015)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2017)	US\$ 251,48 bilhões (2017)
PIB –PARIDADE DO PODER DE COMPRA (2017)	US\$ 242,44 bilhões (2017)
PIB per capita (2017)	US\$ 45.693 (2017)
PIB PPP per capita (2017)	US\$ 44.050 (2017)
VARIAÇÃO DO PIB	2,76% (2017); 2,1% (2016); 0,1% (2015); -0,6% (2014); -0,8% (2013).
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (2015)	0,895 (23º no ranking entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2016)	82 anos
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017)	8,7% (Fonte: FMI)
UNIDADE MONETÁRIA	euro (€)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Markku Tuomo Tapió Virri
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há registro de 1.428 brasileiros residentes na Finlândia

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-FINLÂNDIA (fonte: MDIC)

BRASIL⇒ FINLÂNDIA	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Intercâmbio	496	426	685	1.368	1.382	1.479	1.343	831	813
Exportações	118	158	363	525	300	742	451	269	290
Importações	378	268	322	843	1.082	737	892	561	523

Saldo	-260	-110	41	-318	-782	6	-441	-292	-233
--------------	-------------	-------------	-----------	-------------	-------------	----------	-------------	-------------	-------------

APRESENTAÇÃO

A Finlândia está situada no norte da Europa, fazendo fronteira com a Rússia, ao leste, com a Noruega, ao norte, e com a Suécia, ao noroeste. O país é banhado pelo Mar Báltico, pelo Golfo de Bótnia e pelo Golfo da Finlândia. A capital e cidade mais populosa é Helsinque.

As origens do país remontam ao século I, quando finlandeses ancestrais atravessaram o Golfo da Finlândia, a partir da Estônia, empurrando os autóctones lapões para o Norte. No século XI, a Finlândia foi conquistada pela Suécia. Deu-se início ao processo de cristianização dos finlandeses, o que, aliado aos 600 anos de dominação sueca (1150 a 1809), trouxe a Finlândia para a órbita da Europa ocidental. Os finlandeses lograram, contudo, manter sua complexa língua, que não tem parentesco próximo com qualquer outra do mundo (as que poderiam ser consideradas mais próximas, com a mesma raiz fino-úgrica, são o estoniano e o húngaro). Nos séculos de dominação sueca, a Finlândia serviu como campo de batalha em intermináveis guerras sueco-russas, com os finlandeses usualmente combatendo do lado sueco.

Em 1809, a Rússia incorporou a Finlândia, situação que perdurou até 1917. Durante a II Guerra Mundial, o país travou dois conflitos com a União Soviética (a Guerra de Inverno, 1939-1940, e a Guerra de Continuação, 1941-1944). No pós-guerra, a economia finlandesa passou por bem-sucedido processo de industrialização. No plano externo, a Finlândia, após séculos de dominação estrangeira, aumentou sua estatura, sediando os jogos olímpicos em 1952 e aderindo a diversas organizações internacionais, como as Nações Unidas e o Conselho Nôrdico. Ao mesmo tempo, a política exterior finlandesa foi caracterizada pela substituição da hostilidade tradicional com relação a Moscou por uma política de amizade.

Ao final da Guerra Fria, a Finlândia adquiriu destaque como um dos países mais inovadores, de maior estabilidade econômica e com um dos maiores índices de desenvolvimento humano do mundo. O país também realizou importante inflexão em sua política externa ao tornar-se membro da União Europeia em 1995, após aprovação popular por referendo.

PERFIS BIOGRÁFICOS**SAULI NIINISTÖ
PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA FINLÂNDIA**

Nasceu em 24 de agosto de 1948. É advogado de formação e chegou a manter escritório próprio de advocacia antes de dedicar-se à política. Depois de exercer cargos municipais, elegeu-se membro do parlamento nacional em 1987 pela Coalizão Nacional, de orientação liberal-conservadora. Em 1994, foi alçado à liderança do partido no parlamento, posição que ocupou até 2001. Ao longo de distintos governos, ocupou as posições de ministro da Justiça (1995-1996) e ministro das Finanças (1996-2003). Como ministro das Finanças, implementou políticas estritas de controle do gasto público, pôs em ordem as contas públicas e ajudou a reverter o elevado desemprego. Em 2003, foi designado vice-presidente do Banco Europeu de Investimento. Presidiu o parlamento entre 2007 e 2011. Foi eleito presidente da República em janeiro de 2012 e foi reeleito em janeiro de 2018.

**JUHA SIPILÄ
PRIMEIRO-MINISTRO DA REPÚBLICA DA FINLÂNDIA**

Nasceu em 25 de abril de 1961, em Veteli. É mestre em engenharia pela Universidade de Oulu. Empreendedor desde os bancos acadêmicos, trabalhou em diversas funções operacionais e gerenciais em quatro empresas de portes pequeno e médio nos arredores de Oulu, vindo a assumir, mais à frente, responsabilidades em conselhos administrativos de dezenas de outras empresas. Foi eleito deputado em 2011. No ano seguinte, venceu o pleito para a liderança do Partido do Centro. Nas eleições de 2015, foi o candidato mais popular do país, com 30 mil votos. É primeiro-ministro desde maio de 2015.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Finlândia estabeleceram relações diplomáticas em 1929 e, desde então, têm mantido relações cordiais, caracterizadas pela ausência de irritantes. A agenda bilateral entre Brasil e Finlândia é marcadamente positiva, e há um interesse mútuo de expandir a cooperação em áreas estratégicas, bem como de ampliar os fluxos de comércio e investimentos. Em 2013, o Plano de Ação da Finlândia para a América Latina e Caribe conferiu destaque ao Brasil.

O fluxo de visitas bilaterais de alto nível tem-se intensificado nos últimos anos. Em 2007, o então presidente Lula realizou visita de Estado ao país, acompanhado dos titulares das pastas das Relações Exteriores, de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e de Ciência e Tecnologia. Em fevereiro de 2012, visitou o Brasil o primeiro-ministro finlandês, Jyrki Katainen, acompanhado do ministro do Comércio Exterior e Assuntos Europeus, Alexander Stubb, bem como de delegação com mais de cem pessoas. Em outubro de 2015, a então presidente Dilma Rousseff visitou a Finlândia e manteve encontros com o presidente finlandês, Sauli Niinistö, com o primeiro-ministro, Juha Sipilä, e com empresários locais. Na oportunidade, foram tratados temas prioritários da agenda bilateral, como educação, ciência, tecnologia e inovação, bem como questões do cenário internacional.

Mais recentemente, em agosto de 2016, os chanceleres Timo Soini e José Serra assinaram em Brasília, em agosto de 2016, uma lista de prioridades para a cooperação entre Brasil e Finlândia, a qual inclui: (i) temas educacionais; (ii) ciência, tecnologia e inovação; (iii) energias renováveis, bioeconomia e tecnologias limpas; (iv) defesa; (v) promoção de comércio, investimentos e negócios e (vi) diálogo político. O documento prevê a frequência bianual de Reuniões de Consultas Políticas, em sequência às reuniões bilaterais que acontecem desde 2011.

Dando continuidade ao processo de intensificação das relações bilaterais, o ministro de Assuntos Econômicos da Finlândia, Mika Lintilä, visitou o Brasil em 2017, ocasião em que foi recebido pelo ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes. Em São Paulo, Lintilä inaugurou novo Consulado da Finlândia. A abertura de uma nova representação finlandesa no Brasil é sinal da importância que a Finlândia confere ao mercado brasileiro. Apesar de o mercado finlandês ser relativamente pequeno, a Finlândia oferece ao Brasil seu potencial de investimentos – os quais já são significativos em alguns setores, como o de celulose e telecomunicações.

No cenário multilateral, Brasil e Finlândia apresentam posições semelhantes em temas como direitos humanos (em especial direitos das mulheres e das pessoas LGBTI), desenvolvimento sustentável e mudança do clima. A participação conjunta de Brasil e Finlândia na Plataforma para o Biofuturo é exemplo do alinhamento de interesses em matéria de biocombustíveis. Outro sinal da convergência de posições entre os dois países é que a Finlândia manifestou apoio ao pleito do Brasil de ocupar assento permanente em um Conselho de Segurança das Nações Unidas reformado.

Assuntos consulares

Há registro de 1.428 brasileiros residentes na Finlândia. Esses cidadãos encontram-se, de forma geral, na capital do país e em seu entorno metropolitano. Ademais da

Embaixada do Brasil em Helsinque, o Brasil mantém consulados honorários em Tampere e em Turku.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de operações ostensivas aprovadas no âmbito do Comitê de Financiamento e Garantias às Exportações (COFIG) a tomadores soberanos finlandeses. O corte temporal retrospectivo analisado foi de 15 anos.

POLÍTICA INTERNA

A política finlandesa desenvolve-se no marco de uma república parlamentarista, em que um primeiro-ministro convive com um presidente popularmente eleito, mas com funções, sobretudo, ceremoniais. Em março de 2012, adotou-se reforma constitucional que reduziu os poderes do presidente, atribuindo agora ao primeiro-ministro a responsabilidade de representar o país no âmbito comunitário. A condução da política exterior continua a ser de responsabilidade do presidente, mas, em caso de discrepância com as posições do governo, deve prevalecer a opinião do parlamento. O presidente, que é o chefe de Estado do país, é eleito para mandato de 6 anos com possibilidade de reeleição. O presidente Sauli Niinistö foi reeleito em janeiro de 2018, no primeiro turno, com 62,7% dos votos,

No sistema finlandês, o primeiro-ministro é selecionado pelo parlamento unicameral (“Eduskunta”), e o seu programa de governo também deve ter aprovação do Poder Legislativo. O corpo legislativo é composto por 200 membros, eleitos para mandatos de 4 anos. Já o Poder Judiciário é independente e dividido em dois sistemas paralelos: as cortes administrativas, para rever decisões de autoridades; e as cortes gerais, para casos civis e criminais. No topo dos dois sistemas estão, respectivamente, a Suprema Corte Administrativa e a Suprema Corte. Existem também cortes especializadas, tais como corte trabalhista, corte de seguros e corte de mercados.

Nas eleições gerais de 2015, o tradicional Partido do Centro sagrou-se vencedor com 49 dos 200 assentos do parlamento. Abaixo deste, o Partido dos Finlandeses, o liberal Partido da Coalizão Nacional e os sociais democratas do SDP lograram eleger, respectivamente, 38, 37 e 34 deputados. Entre os pequenos, o Partido Verde obteve 15 assentos, enquanto os esquerdistas, 12 assentos. O Partido do Povo Sueco manteve seus 9 assentos, e os democratas-cristãos elegeram 5 deputados. O Partido do Centro logrou forjar coalizão com o Partido dos Finlandeses e com o Partido Coalizão Nacional para formação do novo gabinete finlandês sob a liderança do novato Juha Sipilä. A principal força de oposição é o SPD. As próximas eleições legislativas estão previstas para 2019.

Com uma agenda reformista, Sipilä logrou aprovar, em junho de 2016, o pacto pelo incremento da competitividade da economia finlandesa, com efeitos sobre 86,9% do mercado de trabalho local. O pacto abrange EUR415 milhões de desagravamento tributário; 24 horas de trabalho a mais por ano no setor privado; e 30% de redução do adicional de férias do setor público.

POLÍTICA EXTERNA

A Finlândia apresenta, tradicionalmente, política exterior ecumênica, voltada à defesa do multilateralismo, dos direitos humanos, da democracia e do Estado de Direito e do desenvolvimento sustentável. Helsinque considera as Nações Unidas instrumento essencial de gestão dos temas globais e apoia os esforços para o fortalecimento de sua autoridade. Defende a reforma do Conselho de Segurança, com criação de novos assentos permanentes e não permanentes, mas sem direito de voto.

A União Europeia é, desde a acessão finlandesa, em 1995, a referência mais importante da política exterior do país. Helsinque favorece a unidade de decisões da UE em questões de política externa e de segurança. Ademais, embora não seja membro da OTAN, o país desenvolve ampla cooperação com a Aliança, como demonstra a instalação, em Helsinque, do Centro Europeu de Excelência contra Ameaças Híbridas ("Hybrid CoE").

Em nível bilateral e regional, a Finlândia confere prioridade aos demais países nórdicos, aos países bálticos e à Rússia. Tendo em vista que Noruega e Islândia não fazem parte da UE, os foros de cooperação nórdica são tidos pela Finlândia como instâncias de relevo para a coordenação dos cinco países (Finlândia, Dinamarca, Islândia, Noruega e Suécia).

Helsinque também tem atuado historicamente como uma ponte entre a Rússia e a Europa ocidental, papel que tem ganhado relevância nos últimos anos. O país tem realizado esforços para promover o diálogo e reaproximação entre a Rússia e a União Europeia desde a crise da Ucrânia, bem como entre a Rússia e os EUA. Mais recentemente, a Finlândia também tem buscado contribuir para o processo de construção de confiança entre Washington e Pyongyang, havendo sediado, em março de 2018, encontro semioficial ("track 2 talks") entre representantes governamentais e acadêmicos dos EUA, da Coreia do Norte e da Coreia do Sul.

A Finlândia atualmente preside o Conselho do Ártico, e tem buscado mobilizar os países árticos (entre os quais a Rússia e os EUA) e toda a comunidade internacional quanto aos impactos das emissões de gases de efeito estufa naquela sensível região, em especial o acúmulo do chamado "carbono negro" e suas consequências desastrosas para todo o globo.

A Finlândia é membro das Nações Unidas (ONU) desde 1955; da União Europeia (UE) desde 1995; do Conselho Nórdico desde 1955; da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) desde 1969; do Conselho de Estados do Mar Báltico (CBSS) desde 1992; e do Conselho Ártico desde 1996.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Após a Finlândia enfrentar período recessivo, o governo do primeiro-ministro Sipilä tem realizado esforços para impulsionar o crescimento econômico, mediante a redução da dívida pública e o combate ao desemprego, com a adoção de uma série de medidas de austeridade e de iniciativas para facilitar o empreendedorismo. Ainda que os ajustes finais de várias dessas medidas ainda estejam sendo negociados dentro da

coalizão governamental e no parlamento, a economia finlandesa já apresentou crescimento moderado entre o final de 2017 e o início de 2018. Contribuiu também para esta retomada do crescimento a recuperação da economia global, que beneficiou algumas das principais indústrias exportadoras do país, como a tecnológica, a naval, a química, a siderúrgica e a florestal.

De acordo com dados preliminares do “Statistics Finland”, o volume do Produto Interno Bruto (PIB) da Finlândia cresceu nos últimos dois trimestres de 2017 – em 0,4% no terceiro trimestre e em 0,7% no quarto – em relação aos trimestres anteriores. Com relação aos respectivos períodos de 2016, houve crescimento de 3% no terceiro trimestre de 2017 e de 2,7% no quarto trimestre. O PIB de todo o ano de 2017 foi de 223,8 bilhões de euros, o que representa um crescimento de cerca de 3% em relação ao PIB do ano anterior. O consumo privado aumentou 2,1%, e o consumo público diminuiu 0,3% em 2017 em relação ao ano anterior. A variação dos preços ao consumidor foi de 0,8% em março de 2018 em relação a março de 2017. No mês de março, 264.100 desempregados em busca de um posto, foram registrados nos Escritórios de Emprego e Desenvolvimento Econômico, o que representa uma redução de 53.100 pessoas em relação a março de 2017.

Os investimentos finlandeses cresceram 2% no terceiro trimestre de 2017 em relação ao trimestre anterior e 9% em relação ao mesmo período de 2016. No quarto trimestre de 2017, os investimentos cresceram 3,2% em relação ao mesmo período de 2016. Em 2017, os investimentos totalizaram 50,5 bilhões de euros, correspondentes a 22,6% do PIB. Os investimentos estão aumentando particularmente nas indústrias de manufatura.

O déficit geral do governo foi de 0,6% em relação ao PIB no ano de 2017. O déficit ficou abaixo do valor de referência do Pacto de Estabilidade e Crescimento da União Europeia, que é de 3% em relação ao PIB. A dívida bruta consolidada do governo ficou em 61,4% em relação ao PIB no final de 2017.

Estatísticas preliminares da alfândega finlandesa indicam que o valor das exportações finlandesas decresceu 1%, enquanto o valor das importações aumentou 3% no mês de março de 2018 em relação a março de 2017. Em março, as exportações somaram 5,4 bilhões de euros e as importações chegaram a quase 5,6 bilhões de euros. De janeiro a março de 2018, as exportações cresceram 6% e as importações, 5%.

A balança comercial apresentou um déficit de 160 milhões de euros em março deste ano, contrastando com o superávit de 40 milhões apresentado em março de 2017. De janeiro a março deste ano, houve um déficit de 625 milhões de euros. No mesmo período do ano passado, a balança comercial registrou déficit de 795 milhões de euros. Tanto as exportações para países membros da UE quanto para países não membros da UE diminuíram 1% em março. As importações vindas de países da UE permaneceram no mesmo nível do ano anterior, mas as importações de países não pertencentes ao bloco cresceram 6% em março. Desde o início de 2018, as exportações para a UE aumentaram 5% e, para os outros países, 8%. No mesmo período, as importações vindas de países membros da UE cresceram 6% e, de outros países, 4%.

No que diz respeito às relações econômico-comerciais entre o Brasil e a Finlândia, o intercâmbio comercial aumentou ao longo da década passada e atingiu o

ápice em 2012, totalizando cerca de US\$ 1,49 bilhões. O valor do comércio bilateral caiu desde então e, desde 2015, tem sido inferior a US\$ 1 bilhão. Em 2017, o intercâmbio comercial foi de US\$ 813 milhões, dos quais US\$ 290 milhões de exportações brasileiras ao mercado finlandês e US\$ 523 milhões de importações originárias da Finlândia. A pauta exportadora brasileira consistiu de cerca de 71,9% de produtos básicos, principalmente minério de ferro e café em grão, enquanto as importações provenientes da Finlândia foram quase totalmente compostas por manufaturados, principalmente máquinas mecânicas, farmacêuticos e papel e cartão.

No que diz respeito aos investimentos, até o final de 2017, 54 empresas finlandesas, como a Nokia, a Ahlstrom Paper e a Metso, atuavam no Brasil. Tais companhias investiram 72,7 milhões de euros em ativos tangíveis nas filiais brasileiras e geraram um volume de negócios de 1,5 bilhão de euros. Estima-se que 9.612 funcionários atuavam nessas empresas em 2017. Em sentido contrário, a brasileira Fibria adquiriu, por 5 milhões de euros, 18% de participação na Spinnova, startup finlandesa dedicada à produção de matérias-primas para a indústria têxtil. A startup produz fios e filamentos a partir de fibras de madeira que podem substituir algodão, viscose e outros insumos na aplicação em tecidos e não tecidos.

ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Finlândia sobre o exercício de atividade remunerada por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, militar, administrativo e técnico.	01/12/2015		
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Finlândia sobre Cooperação na Área de Mudança do Clima e sobre Desenvolvimento e Execução de Projetos no Âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto	10/09/2007	10/09/2007	26/09/2007
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Finlândia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Imposto sobre a Renda	02/04/1996	26/12/1997	20/01/1998
Acordo de Cooperação Cultural, Educacional e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Finlândia	02/06/1988	29/09/1990	21/11/1990
Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial entre a República Federativa do Brasil e a República da Finlândia.	05/11/1981	27/10/1983	09/11/1983
Acordo sobre a Troca de Estagiários entre a República Federativa do Brasil e a República da Finlândia.	30/05/1974	09/12/1974	02/01/1975

Acordo para a Concessão de Isenção Aduaneira aos Consulados e Cônsules de Carreira entre a República Federativa do Brasil e a República da Finlândia.	01/06/1973	01/06/1973	01/08/1973
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos Especiais ou de Serviços e Comuns entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Finlândia.	29/01/1969	01/04/1969	24/04/1969

CRONOLOGIA HISTÓRICA DA FINLÂNDIA

1809 - Incorporação da Finlândia pela Rússia.
1812 - Alexandre I restituí à Finlândia territórios anexados pela Rússia no século XVIII.
1889 - Petição assinada por 500 mil finlandeses solicita o fim da “russificação”.
1904 - Assassinado o governador-geral russo por movimentos de resistência finlandeses.
1906 - Czar autoriza a criação do Parlamento Unicameral finlandês, ativo até hoje.
1907 - Realizadas na Finlândia as primeiras eleições parlamentares.
1917 - Com a queda do czar, o parlamento finlandês declara, em 6 de dezembro, a Independência.
1917 - Em 31 de dezembro, Lênin reconhece a independência finlandesa.
1932 - É assinado, com a União Soviética, Tratado de Não Agressão.
1939 - União Soviética invade a Finlândia e dá início à Guerra de Inverno (1939-40).
1940 - Assinado o Tratado de Moscou, que marca o fim da Guerra de Inverno.
1940 - Assinados tratados com a Alemanha para instalação de bases militares no território finlandês.
1941 - Inicia-se a Guerra de Continuação (1941-44), entre a Finlândia e a União Soviética.
1944 - Assinado armistício com os soviéticos.
1948 - Assinado o Tratado de Amizade, Cooperação e Assistência Mútua, com a URSS.
1952 - Os Jogos Olímpicos de Verão são realizados em Helsinque.
1955 - A Finlândia adere às Nações Unidas e ao Conselho Nôrdico.
1989 - A Finlândia adere ao Conselho da Europa.
1991 - Pedido de adesão finlandesa à União Europeia.
1995 - Concretiza-se a adesão da Finlândia à União Europeia.
1999 - Adoção do euro como moeda oficial.
2000 - Tarja Halonen (Partido Social-Democrata) é eleita presidente da república.
2003 - Assume o cargo de primeiro-ministro Matti Vanhanen (Partido do Centro).
2006 - A presidente Tarja Halonen é reeleita para novo mandato de seis anos
2010 - O primeiro-ministro Matti Vanhanen deixa o cargo e é substituído por Mari Kiviniemi (Partido do Centro).
2011 - Com a vitória da Coalizão Nacional nas eleições parlamentares, Jyrki Katainen assume o cargo de primeiro-ministro da Finlândia.

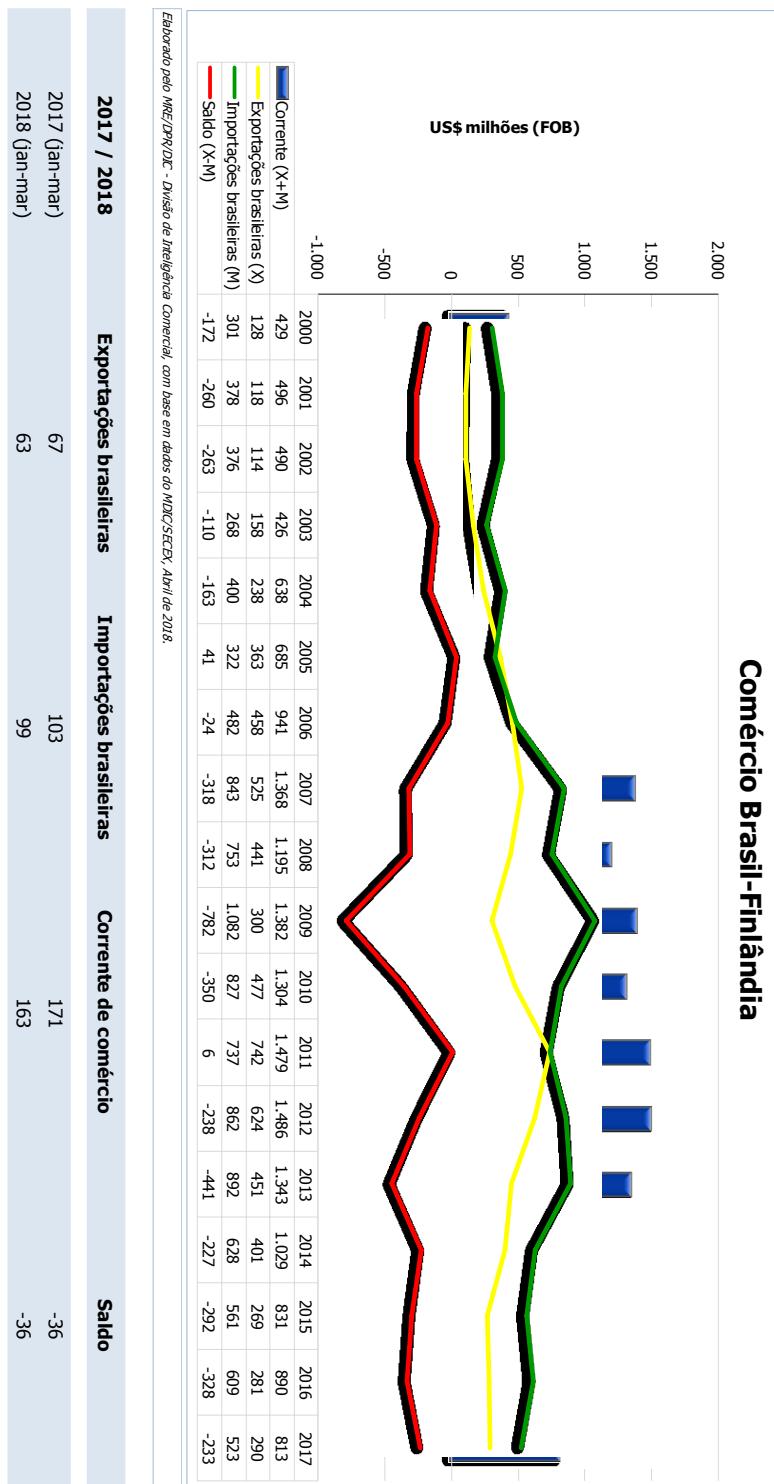
2012 - Sauli Niinistö (Coalizão Nacional) vence o primeiro turno das eleições presidenciais por larga margem.
2015 - Juha Sipilä do Partido do Centro torna-se primeiro-ministro após seu partido obter a maior votação nas eleições gerais.
2018 - Sauli Niinistö é reeleito presidente no primeiro turno.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1876 - D. Pedro II visita o sul do Grão-Ducado da Finlândia (Grão-Ducado Autônomo do Império Russo).
1919 - O Brasil reconhece a independência da Finlândia, declarada pelo Parlamento finlandês em 6 de dezembro de 1917.
1929 - O Brasil e a Finlândia estabelecem relações diplomáticas.
1938 - Embaixada do Brasil é aberta em Helsinque, tendo como chefe do Posto o embaixador Gilberto Amado.
1940 - Getúlio Vargas autoriza a doação de 10 mil sacas de café à Finlândia, durante a Guerra de Inverno (ocasionada por invasão soviética).
1983 - Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros Pär Stenbäck.
1986 - Visita ao Brasil do primeiro-ministro Taisto Kalevi Sorso.
1986 - Visita ao Brasil do ministro do Comércio Exterior Jerme Laine.
1990 - Visita ao Brasil do ministro do Comércio Exterior Pertti Salolainen.
1996 - Visita ao Brasil da ministra dos Negócios Estrangeiros Tarja Halonen.
1996 - Visita ao Brasil do ministro para Assuntos Europeus e do Comércio Exterior Ole Norrback.
1997 - Visita ao Brasil do presidente da República Matti Ahtissari.
1998 - Visita ao Brasil do ministro do Comércio e Indústria Antti Kalliomäki.
2000 - Visita do ministro das Comunicações, João Pimenta da Veiga, à Finlândia.
2001 - Visita ao Brasil do ministro dos Transportes e Comunicações Olli-Pekka Heinonen.
2002 - Visita ao Brasil do ministro do Comércio Exterior Jari Villén.
2002 - Visita do vice-presidente da República, Marco Maciel, à Finlândia.
2003 - Visita ao Brasil da presidente da República Tarja Halonen.
2004 - Visita do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, à Finlândia.
2006 - Visita ao Brasil da presidente da República Tarja Halonen.
2006 - Visita ao Brasil do ministro da Agricultura e Florestas Juha Korkeaoja.
2007 - Visita de Estado do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva à Finlândia.

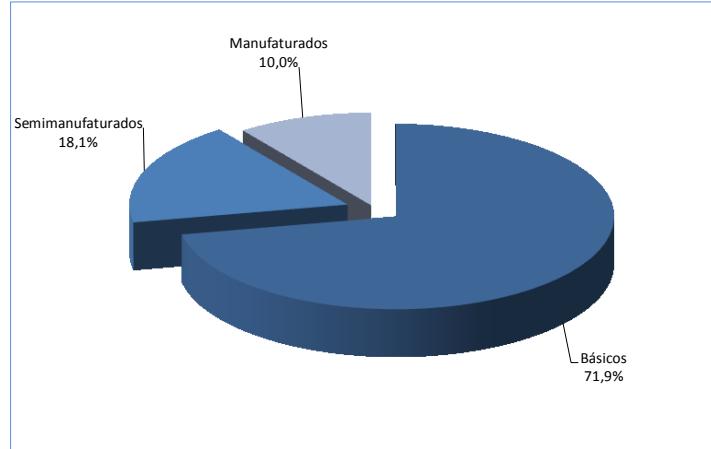
2007 – Visita do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, à Finlândia (membro da comitiva do Presidente da República).
2007 - Visita do ministro da Ciência e da Tecnologia, Sérgio Machado Rezende, à Finlândia (membro da comitiva do presidente da República).
2007 - Visita do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, à Finlândia (membro da comitiva do presidente da República).
2008 - Encontro do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva com a presidente da Finlândia, Tarja Halonen, em Acra, à margem da UNCTAD XII.
2008 - Visita ao Brasil do primeiro-ministro Matti Vanhanen.
2009 - Visita ao Brasil do ministro do Comércio Exterior e do Desenvolvimento Paavo Väyrynen.
2011 - Reunião de Consultas Políticas, em Helsinque (em nível de diretores de Departamento).
2012 – Visita ao Brasil do primeiro-ministro Jyrki Katainen e do ministro dos Assuntos Europeus e Comércio Exterior Alexander Stubb.
2013 - Visita ao Brasil do ministro de Assuntos Econômicos da Finlândia, Jan Vapaavuori.
2015 – Visita à Finlândia da presidente Dilma Rousseff
2015 - Reunião de Consultas Políticas, em Brasília (em nível de diretor de Departamento).
2016 - Visita ao Brasil do chanceler Timo Soini.
2017 - Visita ao Brasil do ministro de Assuntos Econômicos da Finlândia, Mika Lintilä.

DADOS ECONÔMICO E COMERCIAIS



**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017**

Exportações



Importações



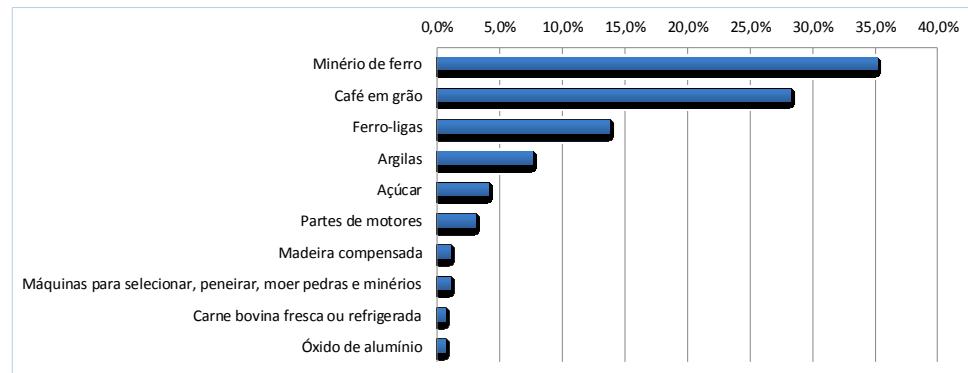
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.

Composição das exportações brasileiras para a Finlândia (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Minério de ferro	31	11,5%	73	26,0%	102	35,2%
Café em grão	100	37,1%	92	32,7%	82	28,3%
Ferro-ligas	60	22,3%	51	18,1%	40	13,8%
Argilas	20	7,4%	19	6,8%	22	7,6%
Açúcar	6	2,2%	18	6,4%	12	4,1%
Partes de motores	6	2,2%	8	2,8%	9	3,1%
Madeira compensada	3	1,1%	2	0,7%	3	1,0%
Máquinas para selecionar, peneirar, moer pedras e minérios	0	0,1%	1	0,3%	3	1,0%
Carne bovina fresca ou refrigerada	2	0,7%	3	1,1%	2	0,7%
Óxido de alumínio	2	0,7%	2	0,7%	2	0,7%
Subtotal	230	85,5%	269	95,6%	277	95,5%
Outros	39	14,5%	12	4,4%	13	4,5%
Total	269	100,0%	281	100,0%	290	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

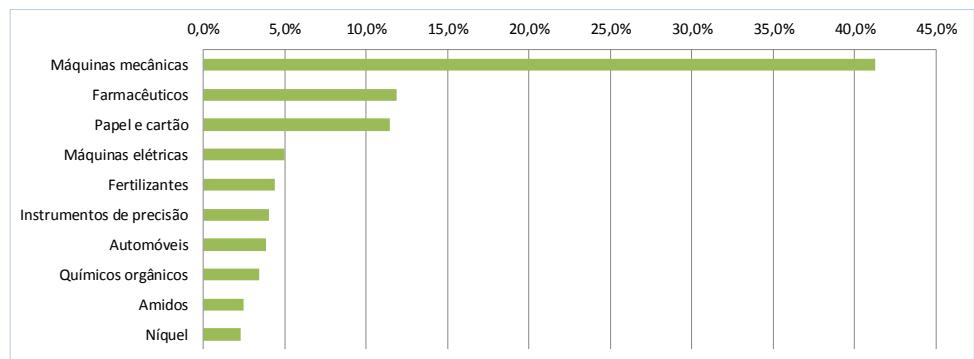


Composição das importações brasileiras originárias da Finlândia (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	172	30,6%	278	45,7%	216	41,3%
Farmacêuticos	52	9,3%	40	6,6%	62	11,8%
Papel e cartão	74	13,2%	53	8,7%	60	11,5%
Máquinas elétricas	87	15,5%	60	9,9%	26	5,0%
Fertilizantes	16	2,9%	21	3,4%	23	4,4%
Instrumentos de precisão	30	5,3%	18	3,0%	21	4,0%
Automóveis	12	2,1%	19	3,1%	20	3,8%
Químicos orgânicos	1	0,2%	14	2,3%	18	3,4%
Amidos	19	3,4%	16	2,6%	13	2,5%
Níquel	2	0,4%	6	1,0%	12	2,3%
Subtotal	465	82,8%	525	86,2%	471	90,0%
Outros	96	17,2%	84	13,8%	52	10,0%
Total	561	100,0%	609	100,0%	523	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

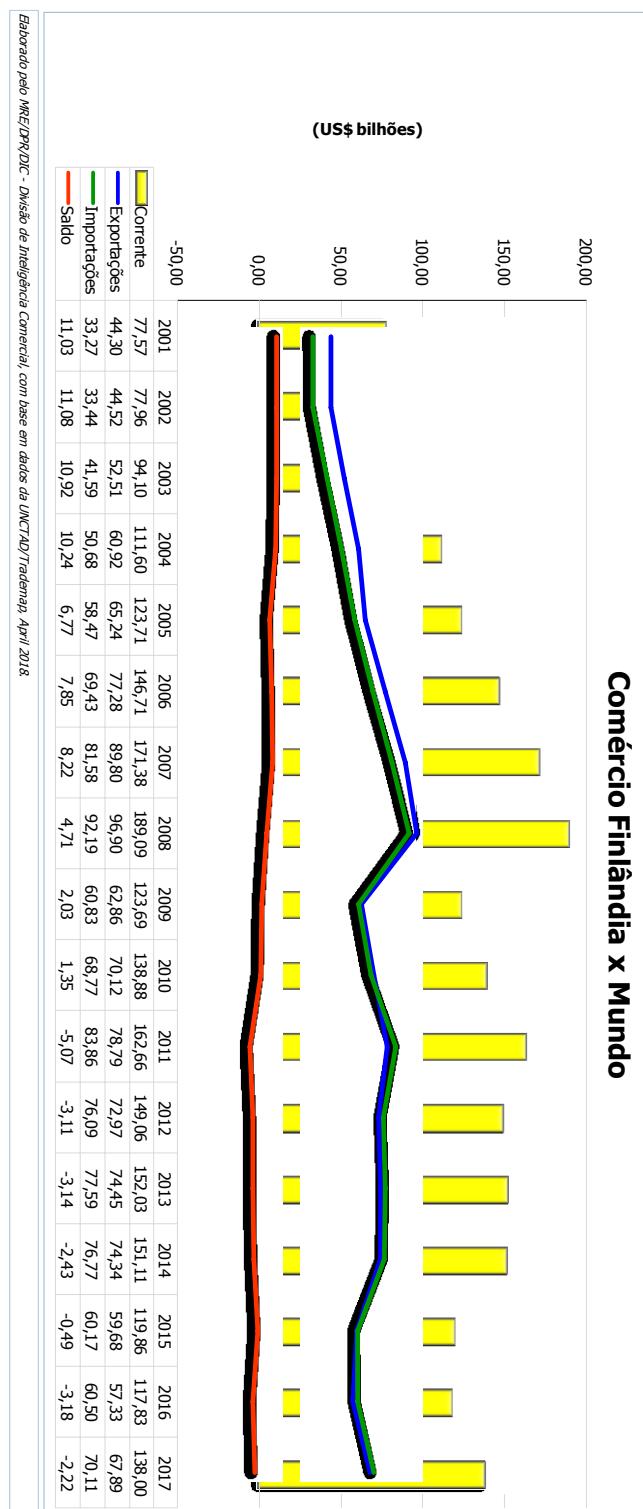
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2017 (jan-mar)	Part. % no total	2018 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Café	19	28,3%	21	33,1%	Café
Minério de cobre	22	32,7%	19	30,0%	Minério de cobre
Ferro-ligas	13	19,4%	10	15,8%	Ferro-ligas
Argilas	6	8,9%	4	6,3%	Argilas
Partes de motores	2	3,0%	2	3,2%	Partes de motores
Máquinas para selecionar, peneirar, moer pedras e minérios	0	0,4%	2	3,2%	Máquinas para selecionar, peneirar, moer pedras e minérios
Madeira	1	1,5%	1	1,6%	Madeira
Outras obras de alumínio	0	0,0%	1	1,6%	Outras obras de alumínio
Carne bovina fresca ou refrigerada	0	0,6%	1	1,6%	Carne bovina fresca ou refrigerada
Laminadores de metais	0	0,2%	1	1,6%	Laminadores de metais
Subtotal	64	95,1%	62	97,8%	
Outros	3	4,9%	1	2,2%	
Total	67	100,0%	63	100,0%	
Importações					
Grupos de produtos	2017 (jan-mar)	Part. % no total	2018 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
Máquinas mecânicas	34	32,9%	28	28,2%	Máquinas mecânicas
Papel e cartão	11	10,6%	18	18,1%	Papel e cartão
Farmacêuticos	19	18,4%	14	14,1%	Farmacêuticos
Máquinas elétricas	7	6,8%	5	5,0%	Máquinas elétricas
Instrumentos de precisão	5	4,8%	5	5,0%	Instrumentos de precisão
Combustíveis	0	0,1%	5	5,0%	Combustíveis
Automóveis	5	4,8%	4	4,0%	Automóveis
Amidos	3	2,9%	3	3,0%	Amidos
Diversos inds químicas	2	1,9%	3	3,0%	Diversos inds químicas
Plásticos	1	1,0%	2	2,0%	Plásticos
Subtotal	87	84,2%	87	87,5%	
Outros produtos	16	15,8%	12	12,5%	
Total	103	100,0%	99	100,0%	

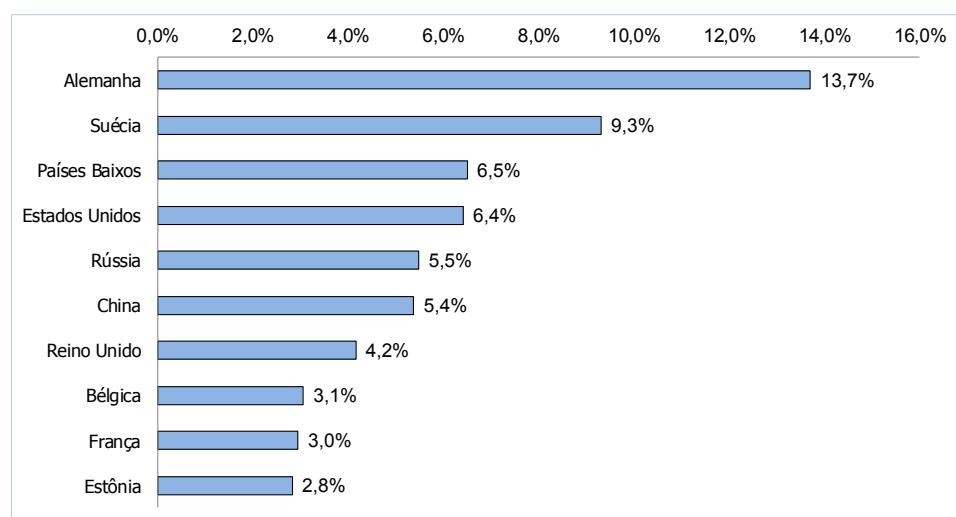
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.



Principais destinos das exportações da Finlândia
US\$ bilhões

Países	2017	Part.% no total
Alemanha	9,31	13,7%
Suécia	6,32	9,3%
Países Baixos	4,42	6,5%
Estados Unidos	4,36	6,4%
Rússia	3,72	5,5%
China	3,66	5,4%
Reino Unido	2,83	4,2%
Bélgica	2,08	3,1%
França	2,01	3,0%
Estônia	1,92	2,8%
...		
Brasil (28º lugar)	0,35	0,5%
Subtotal	40,98	60,4%
Outros países	26,91	39,6%
Total	67,89	100,0%

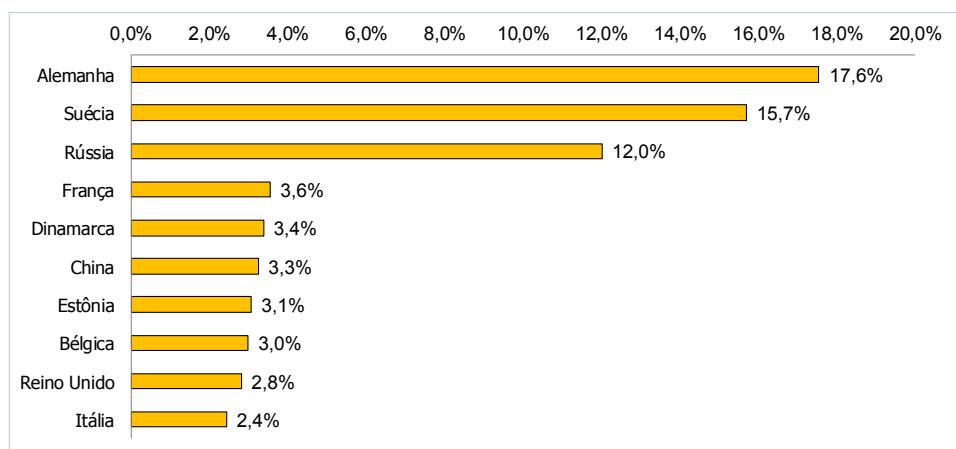
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2018.



Principais origens das importações da Finlândia
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Alemanha	12,31	17,6%
Suécia	11,01	15,7%
Rússia	8,42	12,0%
França	2,49	3,6%
Dinamarca	2,37	3,4%
China	2,28	3,3%
Estônia	2,16	3,1%
Bélgica	2,10	3,0%
Reino Unido	1,98	2,8%
Itália	1,71	2,4%
...		
Brasil (25º lugar)	0,31	0,4%
Subtotal	47,14	67,2%
Outros países	22,97	32,8%
Total	70,11	100,0%

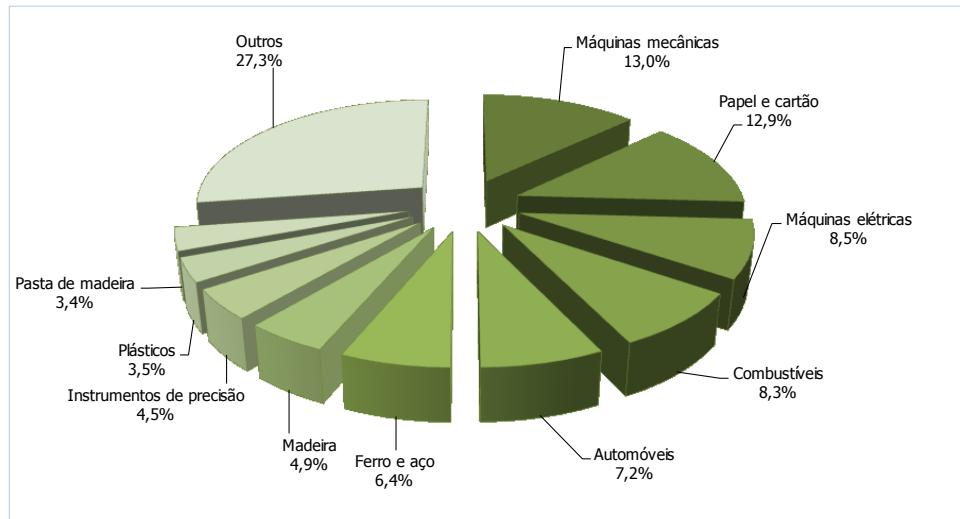
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2018.



Composição das exportações da Finlândia (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2017	Part.% no total
Máquinas mecânicas	8,83	13,0%
Papel e cartão	8,75	12,9%
Máquinas elétricas	5,80	8,5%
Combustíveis	5,65	8,3%
Automóveis	4,92	7,2%
Ferro e aço	4,37	6,4%
Madeira	3,29	4,9%
Instrumentos de precisão	3,02	4,5%
Plásticos	2,41	3,5%
Pasta de madeira	2,31	3,4%
Subtotal	49,34	72,7%
Outros	18,55	27,3%
Total	67,89	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2018.



Investimentos Diretos Brasil-Finlândia (em U\$ milhões)							
	Estoque		Fluxo				
	2014	2015	2013	2014	2015	2016	2017
Origem: Finlândia	265	214	45	49	165	n.d.	n.d.
Origem: Brasil	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.

EMBAIXADA DO BRASIL EM HELSINQUE**RELATÓRIO DE GESTÃO****EMBAIXADOR ANTÔNIO FRANCISCO DA COSTA E SILVA NETO**

Apresento relatório resumido de minha gestão à frente da Embaixada do Brasil em Helsinque, que se iniciou em 15 de junho de 2015, quando assumi a chefia da Embaixada, e se efetivou em 3 de setembro daquele ano, com a apresentação de minhas Cartas Credenciais ao Presidente da República Finlandesa, Sauli Niinistö, quando pude iniciar minhas funções como Embaixador do Brasil neste país.

I. ESTADO DAS RELAÇÕES BRASIL-FINLÂNDIA

2. A agenda bilateral entre Brasil e Finlândia é amplamente positiva, com ausência de dificuldades ou desentendimentos de qualquer natureza, com objetivos e princípios compartilhados na esfera das relações internacionais, e com claro interesse mútuo em expandir a cooperação em áreas estratégicas, bem como de ampliar os fluxos de comércio e investimentos. Os chanceleres Timo Soini e José Serra assinaram em Brasília, em agosto de 2016, uma lista de prioridades para a cooperação entre Brasil e Finlândia, a qual inclui: (i) temas educacionais; (ii) ciência, tecnologia e inovação; (iii) energias renováveis, bioeconomia e tecnologias limpas; (iv) defesa; (v) promoção de comércio, investimentos e negócios e (vi) diálogo político.

3. O período de julho de 2015 a maio de 2018 foi marcado pelo aprofundamento das relações entre os dois países, como demonstra a intensa troca de visitas de alto nível. Após a visita da então presidente Dilma Rousseff à Finlândia, em outubro de 2015, o Presidente da República Finlandesa Sauli Niinistö esteve no Rio de Janeiro, por ocasião dos Jogos Olímpicos de 2016. Em agosto do mesmo ano, o chanceler finlandês Timo Soini encontrou-se, em Brasília, com o então Ministro das Relações Exteriores, José Serra.

4. Naquele encontro entre os dois chanceleres, foi assinada a “Lista de Prioridades para a Cooperação entre Brasil e Finlândia”, que constitui o eixo coordenador dos trabalhos desta Embaixada desde então. Além dos temas e ações elencados na Lista de Prioridades, a Embaixada tem-se dedicado a promover junto ao governo e à sociedade finlandesa o Acordo de Associação Mercosul-União Europeia e a candidatura do Brasil à OCDE. Além disso, a Embaixada presta assistência consular à crescente comunidade brasileira na Finlândia (estimada em mais de 1.600 pessoas) e promove a divulgação da cultura brasileira e da língua portuguesa, por meio do Centro Cultural Brasil-Finlândia (CCBF), um dos três centros culturais que o governo brasileiro mantém na Europa.

5. Em novembro de 2017, o Ministro da Economia finlandês Mika Lintilä visitou o Brasil, acompanhado de delegação de empresários dos setores de educação e telecomunicações. Durante sua visita ao país, inaugurou o Consulado da Finlândia em São Paulo. A abertura da nova representação consular, em um cenário de austeridade e cortes de gastos, constitui sinal inequívoco da intenção da Finlândia de fomentar a presença de empresas finlandesas no Brasil e de ampliar as parcerias com o Brasil nas diversas áreas da cooperação bilateral.

6. A Finlândia atribui elevada prioridade ao Brasil em sua política exterior, por concebê-lo, nas palavras do chanceler Soini, como “ator latino-americano global e parceiro estratégico”. A importância que a Finlândia atribui ao Brasil não guarda correspondência com a prioridade que o Brasil atribui à Finlândia em sua política externa – como é natural, pelo descompasso do peso econômico e político dos dois países em seus respectivos contextos regionais e no âmbito internacional. Esse descompasso, porém, deve ser matizado pelo grande potencial de ganhos que o relacionamento bilateral representa para o Brasil, sobretudo em setores estratégicos para o desenvolvimento brasileiro. Há, contudo, que se registrar o significativo déficit de visitas de alto nível por parte de autoridades brasileiras à Finlândia, em relação ao número de visitas de autoridades finlandesas ao Brasil.

7. Apesar de o mercado finlandês ser relativamente pequeno (o país conta com 5,5 milhões de habitantes), a Finlândia oferece ao Brasil um grande potencial de investimentos - os quais já são significativos no setor de telecomunicações, bem como no de papel e celulose. Conforme dados do final de 2017, 54 empresas finlandesas estão instaladas no Brasil, e investiram 72,7 milhões de euros em ativos tangíveis nas filiais brasileiras, gerando um volume de negócios de 1,5 bilhão de euros. Em sentido contrário, a brasileira Fibria adquiriu, por 5 milhões de euros, 18% de participação na Spinnova, “startup” finlandesa dedicada ao desenvolvimento de biomateriais como matéria-prima para a indústria têxtil. Trata-se, neste último caso, de primeira sinalização de uma potencial mudança de paradigma no relacionamento tradicional entre os setores de papel e celulose dos dois países, em que o Brasil foi, até agora, essencialmente consumidor passivo de equipamentos, tecnologia e serviços.

8. Além do setor florestal, em que tanto Brasil quanto Finlândia contam com grandes empresas do ramo e investimentos mútuos, existe certa complementariedade nas trocas comerciais entre os dois países. Por exemplo, a intenção da Finlândia de exportar serviços na área de educação (consultorias, cursos, treinamentos e softwares) e na área de tecnologia (soluções para 5G, Internet das coisas, tratamento de resíduos sólidos, novas fontes de energia, inteligência artificial, entre outras) atende a demandas estratégicas brasileiras. Note-se, ademais, que o Brasil também começa a atender a interesses estratégicos de empresas finlandesas, como ilustra o caso da “startup” finlandesa de realidade virtual Zoan, que depende, para assegurar sua competitividade no mercado finlandês e internacional, dos serviços prestados por engenheiros e técnicos contratados em sua filial brasileira.

II. POLÍTICA EXTERNA E INTERNA FINLANDESA

9. Para melhor compreender as prioridades da política externa finlandesa e assim explorar todo o potencial do relacionamento bilateral, a Embaixada do Brasil em Helsinque tem acompanhado, com relatórios frequentes, os principais desdobramentos da política interna finlandesa e os movimentos mais relevantes de sua política exterior.

10. A política externa finlandesa é definida por sua identidade nórdica e europeia, com uma dose de pragmatismo por conta de sua proximidade com a Rússia. Brasil e Finlândia apresentam, no cenário multilateral, posições semelhantes em temas como direitos humanos (em especial direitos das mulheres e das pessoas LGBTI), desenvolvimento

sustentável e mudança do clima. A participação conjunta de Brasil e Finlândia na Plataforma para o Biofuturo é um exemplo desse alinhamento de interesses no setor de biocombustíveis. Outra demonstração dessa coincidência de posições nos foros multilaterais é a constante troca de apoios entre Brasil e Finlândia em suas candidaturas no âmbito da Organização das Nações Unidas e em outros organismos internacionais.

11. A conjuntura regional da Finlândia tem sido marcada por incertezas, que afetam as prioridades de sua política externa. Explica-se, assim, a ênfase renovada em aspectos de segurança e de cooperação com os países nórdicos, europeus e mesmo com a OTAN, organização da qual a Finlândia não é membro, mas com a qual mantém cooperação cada vez mais fluida. País europeu que divide a maior fronteira terrestre com a Rússia, a Finlândia, historicamente, tem atuado como uma ponte entre a Rússia e a Europa ocidental – papel que tem ganhado relevância nos últimos anos. O país tem realizado esforços para promover o diálogo e reaproximação entre a Rússia e a União Europeia desde a crise da Ucrânia, bem como entre a Rússia e os EUA, e recentemente expandiu seu papel de mediadora, inclusive, para a delicada situação da península coreana, que em muito devem à habilidade diplomática do Presidente Sauli Niinistö.

12. No plano interno, a Finlândia recupera-se de um longo período de estagnação econômica. O governo de centro-direita do Primeiro-Ministro Juha Sipilä dispôs-se a adotar uma série de medidas de austeridade: cortes em benefícios sociais, redução de investimentos na educação, nas artes e nas ciências; reforma do sistema de saúde e do sistema ferroviário, mediante amplo processo de privatização; mudanças que dificultam o acesso ao seguro-desemprego; congelamento de salários; simplificação da administração pública; remoção de obstáculos regulatórios para facilitar o empreendedorismo; e introdução de incentivos fiscais para empresas. A economia finlandesa já apresentou crescimento moderado entre o final de 2017 e o início de 2018. É provável que as políticas de austeridade tenham tido efeito positivo sobre essa recuperação econômica, mas a melhoria também se deve à recuperação da economia global, que beneficiou algumas das principais indústrias exportadoras do país, como aquelas dos setores naval, químico, siderúrgico, florestal e de novas tecnologias.

13. O Governo enfrenta uma série de contratempos políticos para concluir sua agenda reformista. O rearranjo da coalizão governamental, em meados de 2017, tornou sua maioria no Parlamento mais estreita. As polêmicas reformas e os cortes de gastos sociais geraram forte reação dos sindicatos, atores políticos relevantes neste país, e ampliaram as divergências entre parlamentares da base do governo. Esse cenário não favorece a aprovação rápida ou fácil dessas reformas, mas não parece ameaçar, por ora, a coalizão governamental. Afinal, não interessa aos partidos governistas a antecipação das eleições legislativas previstas para 2019. A um ano das eleições parlamentares, as pesquisas sinalizam possível alternância para um governo de centro-esquerda, com a queda da popularidade do governo e o aumento do apoio do partido socialdemocrata, atualmente na oposição.

III. AÇÕES REALIZADAS PELO POSTO

III.1. Assistência a brasileiros

14. Em agosto de 2017, um atentado terrorista na cidade de Turku feriu gravemente uma mulher de nacionalidade italiana, casada com cidadão brasileiro e mãe de uma criança brasileira. Em coordenação com a Embaixada da Itália em Helsinque e o Cônsul Honorário do Brasil naquela cidade, a Embaixada prestou apoio à família. Além desse caso excepcional, o setor consular tem prestado apoio constante à comunidade brasileira nesse país, que vem crescendo rapidamente. O número de brasileiros na Finlândia, que em 2015 era estimado em menos de 1.000, atualmente ultrapassa 1.600 pessoas, de acordo com dados populacionais do governo finlandês. O crescimento da comunidade tem sido notado na demanda por serviços consulares e no número de eleitores registrados entre as eleições de 2014 e as do presente ano. A média de emissão de passaportes, que era de 24 por mês no início de 2017, chegou a 35 por mês em 2018. Os excelentes serviços prestados pelo setor consular são objeto de elogios regulares por parte de seu público-alvo, que também se ampliou como resultado de campanha promovida pela Embaixada em favor do registro eleitoral.

III.2. Cooperação bilateral, comércio e investimentos

15. Além de organizar a bem-sucedida visita presidencial em 2015 e de ter negociado a Lista de Prioridades assinada pelos dois chanceleres em 2016, a Embaixada tem prestado, nos últimos anos, apoio constante às muitas delegações brasileiras de natureza técnica, política e empresarial, que visitam esse país para estabelecer contatos e parcerias nas mais diversas áreas. Nessas ocasiões, conforme a natureza da missão, a Embaixada ajudou a preparar a agenda das visitas, intermediou contatos, ofereceu transporte e designou funcionários para acompanhar as reuniões.

16. Na área de educação, o Posto apoiou missões à Finlândia da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), do Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior de São Paulo (SEMESP), das Prefeituras de Gravatá (PE) e Contagem (MG). Em 2017, projeto "VET Teachers for the Future" de parceria entre os Institutos Federais e as Universidades de Ciências Aplicadas de Tampere e Häme (TAMK e HAMK) chegou ao fim de seu primeiro ciclo, com a formação de um grupo de professores brasileiros que atuam como multiplicadores do treinamento recebido na Finlândia para seus colegas no Brasil. O exitoso projeto de formação de professores de ensino técnico agora inspira novas parcerias, como aquela do Governo da Paraíba com as mesmas universidades finlandesas.

17. Já no âmbito da inovação e tecnologia, outra área prioritária do relacionamento bilateral, a Embaixada prestou apoio a missão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTIC) que veio conhecer o ambiente de "startups" finlandês, e à participação das empresas brasileiras que vieram participar do "Slush", o maior evento europeu para "startups" e investidores, e da "SME's Helsinque Mission", evento organizado pelo Grupo de Montréal, fórum que bancos de desenvolvimento de nove países (incluindo Brasil e Finlândia), para o fomento à internacionalização de pequenas e médias empresas. Também acompanhou missão da Associação Brasileira de "Private Equity" e "Venture Capital" (ABVCAP) a Helsinque, que veio conhecer o ambiente regulatório e empresarial de fomento a esses investimentos.

18. O Posto prestou apoio, em 2017, a uma missão conjunta do Ministério das Cidades, do BNDES e da Câmara dos Deputados, liderada pelo Deputado Federal Bruno Araújo,

sobre tratamento de resíduos sólidos e transformação de lixo em energia (“waste-to-energy”). Em maio de 2018, a Embaixada acompanhou missão técnica do BNDES, que veio à Finlândia para estabelecer parcerias e conhecer boas práticas em digitalização da educação, internet das coisas (IoT) e inovação. O Posto intermediou contatos para a possibilitar a participação da EMBRAER nas comemorações do Centenário da Força Aérea Finlandesa, em junho. A empresa aeronáutica brasileira já está presente no mercado finlandês – a Finnair conta com 21 aeronaves da EMBRAER em sua frota comercial – e tem interesse em participar do processo de renovação da frota de aeronaves de uso militar da Finlândia, ora em processo avançado de estudo e definição.

19. Além de apoiar as visitas de empresas brasileiras, o setor comercial (SECOM) da Embaixada faz cerca de 100 atendimentos por ano a empresas brasileiras interessadas em exportar para a Finlândia, nos mais diversos setores: agrícola, pedras e metais preciosos, vestuário, peças automotivas e máquinas industriais. Em 2016 e 2017, o SECOM organizou o “stand” brasileiro na feira de turismo Matka. Teve atuação rápida e eficaz ao difundir, junto ao governo e à imprensa local, informações precisas e atualizadas sobre a “Operação Carne Fraca”, de modo a evitar prejuízos às exportações brasileiras de carne. A Embaixada também participou do Foro Mundial sobre Economia Circular, em junho de 2017, e da Cúpula de Investimentos sobre Bioeconomia, em dezembro de 2017, e co-organizou um seminário empresarial bilateral no setor florestal em 2018, com apoio da Business Finland, do qual participaram altos representantes de três grandes empresas brasileiras desse setor: Suzano, Fibria e Klabin.

20. Tenho mantido contatos profícuos e articulação constante com os demais Embaixadores dos países do Grupo Latino-americano e do Caribe (GRULAC) em Helsinque. Mantivemos perfil ativo de atuação conjunta nos últimos anos, com destaque para encontro como o Chanceler Timo Soini, em outubro de 2016, e com o Primeiro-Ministro Juha Sipilä, em junho de 2017. Fizemos, ainda, visita conjunta à cidade de Lahti, o terceiro polo econômico do país, ocasião em que nos encontramos com autoridades municipais e representantes do empresariado local.

21. Também mantive reuniões frequentes e cooperação estreita com o Embaixador da Finlândia no Brasil, Markku Virri, ao longo de toda a minha gestão. Reflexo das excelentes relações entre os dois países, esse diálogo permanente – que também se reproduziu entre nossos colaboradores – foi sempre importante para assegurar o êxito das iniciativas e projetos das duas Embaixadas.

22. A Embaixada negociou Memorando de Entendimento, pronto para ser assinado em ocasião oportuna, entre a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG/MRE) e o Instituto Finlandês de Relações Internacionais (FIIA), prestigiosa entidade acadêmica vinculada ao Parlamento da Finlândia, para a organização conjunta de publicações e seminários acadêmicos em temas de interesse comum, como relações Mercosul – União Europeia, segurança cibernética e política energética.

23. Em dezembro de 2017, a participação do Brasil nas celebrações do centenário da independência finlandesa, com a iluminação do Cristo Redentor e outros monumentos e prédios públicos nas cores nacionais finlandesas, foi gesto simbólico que repercutiu muito positivamente junto à imprensa e à opinião pública local. O próprio chanceler finlandês agradeceu-me pessoalmente pela demonstração de amizade brasileira.

III.3. Divulgação cultural

24. Desde 2015, a Embaixada, por meio do Centro Cultural Brasil-Finlândia (CCBF) – um dos três centros da Rede Brasil Cultural do Itamaraty na Europa e importante instrumento de divulgação da cultura brasileira neste país – tem diversificado a oferta de cursos de língua portuguesa e cultura brasileira, com média de 250 matrículas por ano. Para além dos oito cursos regulares de língua portuguesa - compreendidos entre os níveis A1 e B2, de acordo com o Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas -, o CCBF implementou uma série de cursos adicionais sob demanda, para alunos de níveis ainda mais avançados ou para atender a pedidos específicos de instituições finlandesas, entre as quais a própria Chancelaria deste país. O CCBF tem reforçado sua atuação, igualmente, no ensino do português como língua de herança, oferecendo regularmente uma oficina para que crianças brasileiras neste país mantenham o contato com vertente brasileira da língua portuguesa e conheçam melhor a cultura do país de que são nacionais (muitas delas também contam com a nacionalidade finlandesa).

25. O CCBF possui sólidas parcerias com universidades e instituições educacionais na Finlândia. Dentre elas, vale destacar a consistente colaboração com a Universidade de Helsinque – a maior e mais prestigiosa instituição de ensino superior deste país -, cujo ápice dar-se-á em outubro próximo, com a realização, em conjunto, da quinta edição das Jornadas Pedagógicas de Português. Trata-se do maior simpósio de língua portuguesa dos países nórdicos, a realizar-se pela primeira vez em Helsinque, após o sucesso das edições anteriores em Estocolmo e em Copenhague.

III.4. Realização da Reunião de Consultas Políticas

26. Ainda nutro a firme expectativa de poder celebrar, em 2017, como me parece condizente com o excelente estado das relações entre Brasil e Finlândia, a 4ª Reunião de Consultas Políticas, preservando a periodicidade bianual acordada na “Lista de Prioridades” assinada em 2015. Prevista para ocorrer em 2017, seu adiamento causou certa frustração na chancelaria finlandesa. Compreendo que o desejo finlandês, endossado por mim, de que a reunião ocorresse em nível ministerial, para marcar o Centenário da Independência deste país, terá dificultado, da nossa parte, uma decisão final a respeito. Caso essa importante reunião venha a efetivar-se, será possível levar a termo outras atividades concebidas para ocorrer em torno dela, entre as quais a assinatura do Memorando de Entendimento FUNAG-FIIA e a celebração de cerimônia de condecoração da Universidade Aalto, instituição finlandesa de referência internacional em pesquisa avançada e integrada em ciência, tecnologia e inovação aplicada ao setor privado.

27. Mais importante, contudo, é a oportunidade que essa Reunião de Consultas Políticas oferece para consolidar as áreas de cooperação bilateral em curso e para definir linhas mais precisas para se avançar em questões ainda pendentes e que demandam endosso em nível político-diplomático de alto nível.

IV. DESAFIOS E SUGESTÕES PARA O NOVO TITULAR DO POSTO

IV.1. Aprofundamento da cooperação bilateral

28. Esse adiamento da Reunião de Consultas Políticas não afetou, contudo, o excelente diálogo bilateral, nem diminuiu o continuado interesse finlandês por reforçar e estreitar as relações com o Brasil, do que dá testemunho a visita do ministro Mikä Linitilä ao Brasil e a abertura do Consulado finlandês em São Paulo. A receptividade finlandesa às gestões que fiz por ocasião da “Operação Carne Fraca”, da candidatura do Brasil a ser membro pleno da OCDE e das negociações do Acordo de Associação Mercosul-UE expressam a qualidade do entendimento bilateral e o bom relacionamento em nível político-diplomático. No nível empresarial, a retomada do crescimento econômico nos dois países se tem refletido em retomada do interesse do setor privado pelo Brasil, do que deu testemunho minha participação, em maio corrente, como palestrante principal na Reunião Anual da Câmara de Comércio Finlândia-América Latina, que reúne os principais investidores finlandeses no Brasil.

IV.2. Cooperação em defesa

29. Os contatos com o Ministério da Defesa finlandês para tratar da implementação do Memorando de Entendimento Bilateral em Matéria de Cooperação em Defesa não se revelaram frutíferos, apesar das manifestações de interesse da parte finlandesa. Ficou claro que o processo se veria muito facilitado pela criação de canal institucional de diálogo na área militar, na forma da adidânciaria cumulativa proposta na Lista de Prioridades. A chancelaria finlandesa recordou que, no passado, a adidânciaria finlandesa em Washington já se ocupou, cumulativamente, das relações nesse campo com o Brasil. A esse respeito, a Embaixada verificou não haver, por parte da Adidânciaria de Defesa do Brasil em Estocolmo, dificuldade em se incumbir da tarefa de também acompanhar o relacionamento com a Finlândia, em caráter cumulativo. Cabe, contudo, aguardar a reorganização em curso das adidâncias militares brasileiras no exterior por parte do Ministério da Defesa para verificar a possibilidade de estabelecer essa adidânciaria cumulativa, no formato acordado.

30. O Centro de Excelência contra Ameaças Híbridas, estabelecido em Helsinque em 2017 por 14 países-membros da OTAN e da UE, desenvolve pesquisas e boas práticas em resiliência a ataques cibernéticos, “fake news”, espionagem e terrorismo, entre outras novas ameaças. Terceiros países, como Japão, Índia e Coreia do Sul, têm manifestado interesse em cooperar com o Centro. A Embaixada tem buscado identificar atores no Brasil, nos setores militar e acadêmico, potencialmente interessados em ter contato e possíveis intercâmbios com esse centro.

IV.3. Intensificação da cooperação em empreendedorismo

31. Apesar dos esforços do Setor Comercial do Posto, por meio de reuniões e solicitações de apoio institucional para intermediar uma participação mais robusta do Brasil no “Slush”, isso não foi possível em razão de obstáculos orçamentários e na identificação de participantes relevantes e capacitados. Ainda assim, o Posto acompanhou um grupo de empresários de “startups” brasileiras que veio ao evento. Espero que, para os próximos anos, com a crescente conscientização do empresariado brasileiro e de diversas instituições governamentais (APEX, BNDES, MCTIC, entre outras), devido em

parte ao trabalho deste Posto, seja possível fortalecer a participação brasileira naquele que é o maior evento para “startups” e seus investidores na Europa.

IV.4. Cooperação educacional

32. O processo de reforma do ensino superior finlandês dificultou a reavaliação dos instrumentos bilaterais em matéria de educação. Existe grande interesse do setor privado finlandês em exportar serviços educacionais para o Brasil, e grande demanda por eles no Brasil. Falta, porém, uma estratégia mais clara sobre ações de cooperação entre os diversos níveis de governo do Brasil e da Finlândia, para explorar melhor o potencial da parceria bilateral, especialmente em temas como educação básica – competência dos estados e municípios no Brasil e dos municípios na Finlândia, com grande autonomia – e ensino técnico.

IV.5. Cooperação em ciência, tecnologia e inovação

33. Pelas mesmas razões, continua pendente a tarefa de rever o quadro institucional da cooperação em ciência, tecnologia e inovação, sobretudo no que diz respeito à identificação de entidades, do lado brasileiro e finlandês, às quais caberia atribuir a coordenação do Centro de Inovação bilateral que se pretende estabelecer. Também é preciso avaliar o interesse de cooperação em novas áreas de tecnologia de ponta, como a inteligência artificial.

34. O CCBF é plataforma enxuta, mas extremamente eficiente não apenas para suas atividades fins, mas também no acompanhamento das iniciativas bilaterais de cooperação educacional e no estreitamento do diálogo com a pequena, mas muito ativa diáspora brasileira que atua, em instituições públicas e privadas, nas áreas de ciência, tecnologia e inovação na Finlândia. O Posto iniciou, em 2018, contatos para verificar a possibilidade de estabelecer mecanismo mais institucionalizado de diálogo e cooperação com esse grupo específico da comunidade brasileira aqui residente, de forma a explorar seu potencial para fortalecer os canais de intercâmbio e cooperação em ciência, tecnologia e inovação.

35. A diáspora brasileira de ciência, tecnologia e inovação na Finlândia também poderia contribuir para melhor identificar e dimensionar as dificuldades enfrentadas, tanto por instituições públicas quanto privadas, para promover a cooperação bilateral em ciência, tecnologia e inovação. Na recente visita que fizeram a Helsinque, empresas do setor de papel e celulose do Brasil afirmaram, por exemplo, que o principal óbice que enfrentam para modificar, a seu favor, o atual relacionamento com suas congêneres finlandesas (e suecas), é a dificuldade no intercâmbio de pesquisadores e técnicos e na certificação de patentes. Segundo essas empresas, a superação desses óbices lhes permitiria assegurar maior equilíbrio nesse relacionamento e lhes ofereceria plataforma para dar um salto tecnológico em direção a um modelo centrado na bioeconomia e no conceito de economia circular.

36. Finalmente, vale registrar que o governo finlandês estuda a adoção de um novo modelo de gestão pública, concebido a partir da incorporação das tecnologias de informação, da difusão e utilização de dados e da inteligência artificial, em favor dos

cidadãos, para gerar tanto bens públicos mais eficientes (e menos custosos) quanto estímulos à criação de novos produtos e serviços pelo setor privado. Na visão de assessor especial do primeiro-ministro finlandês encarregado desse projeto, essa nova abordagem visa a “saltar etapas” de modernização, em termos de gestão pública e de estímulos à inovação no setor privado. Tal abordagem despertou o especial interesse de missão do BNDES que visitou a Finlândia neste corrente mês de maio, pelo que o Posto examina a forma de viabilizar visita desse assessor especial ao Brasil.

IV.6. Temas multilaterais

37. Ainda que compartilhe com o Brasil a preocupação com o desarmamento nuclear, a Finlândia não apoiou a negociação, nem tampouco assinou o Tratado sobre a Proibição das Armas Nucleares, ao julgar necessário o envolvimento das potências nucleares nas negociações. Eventual alternância de governo em 2019, com a formação de coalizão liderada pelo Partido Socialdemocrata, pode, porém, alterar essa postura finlandesa. O ex-chanceler Erkki Tuomioja, uma das principais lideranças da oposição no Parlamento da Finlândia, propõe que a Finlândia assine o Tratado.

38. Finlândia e Brasil são membros ativos da Plataforma para o Biofuturo, mas tenho a impressão de que o foro e seus objetivos são pouco conhecidos pela sociedade finlandesa, que conta com diversos atores empresariais e do terceiro setor, para além do setor público, que podem ser mobilizados a favor da promoção dos biocombustíveis e das energias limpas, no arcabouço da Plataforma.

IV.7. Coordenação entre Embaixadas

39. O Embaixador designado da Finlândia no Brasil, Jouko Leinonen, deverá assumir suas funções em setembro próximo, em substituição a Markku Virri. Leinonen fala um português fluente e demonstra enorme apreço pelo Brasil, país onde já serviu como diplomata e onde cursou doutorado em história, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em almoço que lhe ofereci, indicou seu desejo de continuar a prática de reuniões regulares com sua contraparte em Helsinque e de estreitar a cooperação entre as duas Embaixadas. Trata-se de prática que recomendaria manter e amiudar, pelos ótimos resultados que dela podemos continuar a auferir.

IV.8. Questões administrativas

40. A Embaixada do Brasil em Helsinque mantém gestão eficiente e econômica, fruto de um corpo de funcionários, do Quadro Permanente do MRE e contratados locais, dedicado e comprometido com as principais linhas que orientam sua atuação. Ao longo de minha gestão, foi possível, ademais, com o apoio da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, renovar o parque tecnológico do Posto, com a instalação de rede física e o “leasing” de novos computadores e impressoras a ela integrados, assim como adquirir alguns outros equipamentos mais necessários ou urgentes.

41. Contribui para essa gestão eficiente o fato de a Chancelaria, a Residência e o CCBF estarem instalados no mesmo prédio, alugado pelo Governo brasileiro há mais de 20 anos,

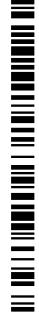
com significativa economia orçamentária, inclusive dado o baixíssimo aluguel que nos é cobrado. Esse aluguel, muito defasado em relação aos preços praticados até em áreas menos nobres da capital finlandesa, limita, contudo, a capacidade de se solicitarem aos proprietários reformas ao prédio de que já muito carece.

42. Meu sucessor enfrentará, ademais, o desafio administrativo de regularizar a lotação de servidores desta Embaixada. A reclassificação de Brasemb Helsinque, que passou da categoria C para a categoria B, tem-se revelado impedimento relevante para atrair servidores, com uma vaga em aberto desde 2015, na classe de Assistente de Chancelaria, ademais de outra, que não foi ocupada no último Plano de Remoções, na classe de Conselheiros e/ou Secretários. Contribuem para a dificuldade de lotação desta Embaixada, as características peculiares do Posto, que é o mais setentrional de toda a rede do Brasil no exterior, com invernos longos, escuros e rigorosos, além do terceiro custo de vida mais elevado da zona do euro. Essas características não estão refletidas, ademais, nos níveis de remuneração ora aplicados ao Posto, muito defasados em relação ao seu custo de vida e em comparação a outros postos com custos de vida parecidos ou inferiores.

43. O Posto tem sofrido, ademais, com a alta rotatividade de contratados locais, decorrente dos níveis salariais que adota, igualmente muito defasados em relação ao mercado local. Isso implica em reiterados períodos de treinamento de novos funcionários, bem como a realização de repetidos processos seletivos, consumindo recursos da Embaixada que poderiam ser aplicados em outras atividades.

RELATÓRIO Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 55, de 2018 (nº 332, de 14 de junho de 2018, na origem), do Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia.*


SF18546.72214-91

RELATOR: Senador HÉLIO JOSÉ

Trata-se da indicação, pelo Presidente da República, do Senhor JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia.

De acordo com o art. 52, IV, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Atendendo ao art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhou currículo do diplomata, do qual destacamos os dados que se seguem.

O diplomata, filho de Carlos Alberto Pereira Pinto e Lilia de Barros Pereira Pinto, nasceu a 2 de junho de 1955, em Londres, Inglaterra, sendo brasileiro de acordo com o parágrafo 1º do art. 42 do Decreto nº 4857, de 9 de novembro de 1939.

Foi nomeado Terceiro-Secretário em 1982, após concluir o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) no Instituto Rio Branco, sendo,

subsequentemente, promovido a Segundo-Secretário em 1987; a Primeiro-Secretário em 1993; a Conselheiro em 1999; a Ministro de segunda classe em 2005; e a Ministro de primeira classe em 2012.

No Brasil, entre outras funções, foi Chefe do Departamento de Informática da Presidência da República, de 1993 a 1994; Chefe da Divisão de Informática do MRE, de 1997 a 2000; Chefe da Divisão da América Meridional I, de 2005 a 2007; e Diretor do Departamento da América do Sul, de 2007 a 2014.

No Exterior, serviu na Embaixada em Washington de 1987 a 1990; na Embaixada em Quito, de 1994 a 1997; no Escritório Financeiro em Nova York, de 2000 a 2003; e na Embaixada em Buenos Aires, de 2003 a 2005. Em 1994, chefiou a delegação do Brasil na XII Reunião de Peritos da Organização Latino-Americana de Energia (OLADE). É o Embaixador do Brasil na Guatemala desde 2014.

O diplomata foi condecorado com a Medalha do Pacificador em 1997; a Cruz Mérito Mauá em 2006; a Medalha Mérito Tamandaré em 2007; a Ordem do Mérito Aeronáutico (Grau Comendador) em 2008; e a Ordem de Rio Branco (Grau Grande Oficial) em 2009.

Também em atendimento ao art. 383 do RISF, o MRE elaborou relatório sobre a Finlândia, do qual destacamos as informações seguintes.

A Finlândia é um país europeu com cerca de 340 mil km² e 5,5 milhões de habitantes. Seu Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* é de aproximadamente US\$ 45 mil. É um dos países mais inovadores, de maior estabilidade econômica e com um dos maiores índices de desenvolvimento humano do mundo. Tornou-se membro da União Europeia em 1995.

Brasil e Finlândia estabeleceram relações diplomáticas em 1929 e, desde então, têm mantido relações cordiais.

O fluxo de visitas bilaterais de alto nível tem-se intensificado nos últimos anos. Em 2007, o presidente Lula realizou visita de Estado ao país. Em fevereiro de 2012, o primeiro-ministro finlandês Jyrki Katainen visitou o Brasil. Em outubro de 2015, a presidente Dilma Rousseff visitou a Finlândia.

Em agosto de 2016, os chanceleres Timo Soini e José Serra assinaram, em Brasília, uma lista de prioridades para a cooperação entre Brasil e Finlândia, a qual inclui: temas educacionais; ciência, tecnologia e inovação;



energias renováveis, bioeconomia e tecnologias limpas; defesa; promoção de comércio, investimentos e negócios; e diálogo político.

Em 2017, o ministro de Assuntos Econômicos da Finlândia, Mika Lintilä, visitou o Brasil, ocasião em que inaugurou novo Consulado da Finlândia em São Paulo. A abertura de uma nova representação finlandesa no Brasil é sinal da importância que a Finlândia confere ao mercado brasileiro.

Apesar de o mercado finlandês ser relativamente pequeno, a Finlândia oferece ao Brasil seu potencial de investimentos, que já são significativos em alguns setores, como o de celulose e telecomunicações.



A participação conjunta de Brasil e Finlândia na Plataforma para o Biofuturo é exemplo do alinhamento de interesses em matéria de biocombustíveis.

Outro sinal da convergência entre os dois países é que a Finlândia manifestou apoio ao pleito do Brasil de ocupar assento permanente em um Conselho de Segurança das Nações Unidas reformado.

Com relação ao comércio, o intercâmbio entre Brasil e Finlândia vem caindo desde 2011. Em 2017, foi de US\$ 813 milhões, sendo US\$ 290 milhões de exportações e US\$ 523 milhões de importações. Houve, portanto, um saldo negativo de US\$ 233 milhões. O Brasil exporta, principalmente, café, minério de cobre e ferroligas, e importa, sobretudo, máquinas mecânicas, papel, cartões e produtos farmacêuticos.

Além disso, há registro de 1.428 brasileiros vivendo na Finlândia.

É o relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

2^a PARTE - DELIBERATIVA

2

Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Polônia sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Brasília, em 26 de novembro de 2012.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Polônia sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Brasília, em 26 de novembro de 2012.

Parágrafo único. A aprovação a que se refere o *caput* deste artigo é concedida com base no entendimento de que a transferência de pessoas condenadas abrangida pelo Acordo somente ocorrerá se a execução da pena for compatível com a ordem pública e as leis internas do Estado de execução e, caso a pena seja, pela sua natureza ou duração, ou por ambas, incompatível com as leis do Estado de execução, este Estado poderá, por meio de decisão de suas autoridades competentes, adaptar a pena para uma sanção ou medida prevista em sua própria legislação.

Art. 2º Nos termos do inciso I do *caput* do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de março de 2018.

RODRIGO MAIA
Presidente

PARECER N° , DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2018 (PDC nº 735, de 2017, na origem), da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Polônia sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Brasília, em 26 de novembro de 2012.*



SF18655.79888-90

RELATOR: Senador **HELIO JOSÉ**

I – RELATÓRIO

Vem para análise desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 33, de 2018, cuja ementa está acima epigrafada.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 456, de 17 de agosto de 2016, submeteu-se ao crivo do Congresso Nacional o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Polônia sobre Transferência de Pessoas Condenadas, celebrado em Brasília, em 26 de novembro de 2012.

A exposição de motivos, subscrita pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Justiça, esclarece que esse ato internacional *foi firmado com o intuito de reaproximar o indivíduo detido em Estado estrangeiro de seus familiares e de seu ambiente social e cultural, ao permitir-lhe cumprir pena em seu próprio país.* Registra, também, que o documento está inserido *em sentido amplo de assistência jurídica, pois favorece a reinserção social das pessoas condenadas, um dos objetivos precípuos da pena para o ordenamento jurídico pátrio.*

Ressalta-se, ainda, que o ordenamento jurídico brasileiro passou a



SF18655.79888-90

contemplar o instituto da transferência de pessoas condenadas na Lei 13.445, de 2017 (Lei de Migração), cuja base é a promessa de reciprocidade ou tratado, como o que está em análise. O texto destaca o caráter humanitário do Acordo e destaca que ele dará maior densidade nas relações bilaterais no tocante à cooperação entre as Justiças de ambos os países no tocante ao tema objeto do tratado.

Versado em 19 artigos, o instrumento em apreço segue a estrutura dos tratados desta natureza celebrados pelo Brasil e por diversos países do mundo. Assim, após definições de praxe (Artigo 1), dá-se notícia dos princípios gerais da matéria (Artigo 2) e dos direitos das pessoas condenadas (Artigo 3).

O tratado em questão cuida, por igual, das condições para a transferência de pessoas condenadas (Artigo 4), por exemplo que ela seja nacional do Estado de execução e que a sentença seja definitiva. Há, também, dispositivo que trata da obrigação de o Estado de condenação fornecer informação relativa à manifestação de interesse de uma pessoa condenada em ser transferida ao amparo do Acordo (Artigo 5).

Na sequência, o tratado dispõem sobre a comunicação entre as Partes (Artigo 6); os documentos de instrução (Artigo 7); o consentimento da pessoa condenada e sua verificação (Artigo 8); o cumprimento da sentença, que será regida pelas leis e pelos procedimentos do Estado de execução, ficando esse vinculado pela natureza legal e pela duração da pena, como determinadas pelo Estado de condenação (Artigo 9); os efeitos da transferência (Artigo 10); a informação sobre a aplicação da pena (Artigo 11); e o trânsito de uma pessoa condenada (Artigo 12).

O Artigo 13, por sua vez, aponta as respectivas autoridades centrais, que deverão se comunicar em todos os assuntos abrangidos pelo Acordo. Em ambas as Partes, a autoridade central será o Ministério da Justiça local. Da questão idiomática, bem como o tema da autenticação de documentos transmitidos ocupa-se o Artigo 14. O aspecto relacionado com despesas ficará a cargo do Estado de execução, exceto aquelas efetuadas no território do Estado de condenação (Artigo 15).

Por fim, o Acordo discorre sobre relação com outros acordos internacionais (Artigo 16); aplicação temporal (Artigo 17); consultas acerca da sua interpretação ou aplicação (Artigo 18); e ratificação, entrada em vigor e denúncia (Artigo 19).

Aprovado o projeto de decreto legislativo na Câmara dos Deputados, a matéria foi encaminhada para esta Casa e despachada para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde me coube a relatoria.

Não foram recebidas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Não há defeitos no tocante a sua juridicidade. Inexistem, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que ela observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal (CF).

Além disso, o art. 4º, inciso IX, da CF, prevê que a República Federativa do Brasil se regerá em suas relações internacionais pela cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. A assinatura e posterior ratificação do Acordo está, assim, em consonância com esse comando constitucional.

As Partes expressaram nos considerandos do Acordo seu desejo em desenvolver cooperação legal visando a reabilitação social mais efetiva de pessoas condenadas. Lembram, além disso, que esse propósito deve ser alcançado concedendo a oportunidade a pessoas condenadas à privação de liberdade de cumprirem suas penas em sua própria sociedade.

Tendo em atenção esse contexto, o tratado em apreciação reveste-se de forte conteúdo humanitário e está em consonância com outros instrumentos internacionais que vincula nossa República a outras soberanias. Ele não destoa, assim, de tantos outros tratados já aprovados nesta Casa. Nesse sentido, o Acordo, como sua denominação revela, disciplina o regime jurídico da transferência de pessoas condenadas no território das Partes.

Para além disso, o Acordo favorece maior interlocução entre as autoridades responsáveis pela cooperação jurídica internacional em matéria penal.



SF18655.79888-90

III – VOTO

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela **aprovação** do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2018.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator


SF18655.79888-90

2^a PARTE - DELIBERATIVA

3

Aprova o texto do Acordo Modificativo do Acordo para a Concessão de um Prazo de Noventa (90) Dias aos Turistas Nacionais dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados, aprovado pela Decisão CMC nº 36/14, durante a XLVII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum, em Paraná, na Argentina, em 16 de dezembro de 2014.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo Modificativo do Acordo para a Concessão de um Prazo de Noventa (90) Dias aos Turistas Nacionais dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados, aprovado pela Decisão CMC nº 36/14, durante a XLVII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum, em Paraná, na Argentina, em 16 de dezembro de 2014.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do *caput* do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de junho de 2018.

RODRIGO MAIA
Presidente

2^a PARTE - DELIBERATIVA

4

Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos para o Reconhecimento Mútuo da Cachaça e da Tequila como Indicações Geográficas e Produtos Distintivos do Brasil e do México, Respectivamente, celebrado na Cidade do México, em 25 de julho de 2016.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos para o Reconhecimento Mútuo da Cachaça e da Tequila como Indicações Geográficas e Produtos Distintivos do Brasil e do México, Respectivamente, celebrado na Cidade do México, em 25 de julho de 2016.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do *caput* do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de junho de 2018.

RODRIGO MAIA
Presidente